

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**PUC-SP**

**VILMA CRISTINA SOUTELO ASSUNÇÃO NOSEDA**

**ERA UMA CASA...  
MUITO ENGRAÇADA...  
A MEMÓRIA DO SÍTIO DO MANDÚ**

**MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**SÃO PAULO**  
**2017**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP**

**VILMA CRISTINA SOUTELO ASSUNÇÃO NOSEDA**

**ERA UMA CASA...  
MUITO ENGRAÇADA...  
A MEMÓRIA DO SÍTIO DO MANDÚ**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Yvone Dias Avelino.

**SÃO PAULO  
2017**

Banca Examinadora:

---

---

---

# DEDICATÓRIA

*Aos meus amores que são à minha vida*

*Márcio Nosedá, por sempre me fazer rir  
e sempre estar do meu lado.*

*Júlia, mulher bondosa, filha, amiga e  
companheira. (Meu Eu)*

*Vinícius, meu filhão e “meu chicletão”  
Obrigado por aguentarem a ausência!*

*A minha mãe Vilma Telles e ao meu pai Antônio Carlos  
Por sempre acreditarem que eu conseguiria!*

*A Marta Trinidad por cuidar de todos nós!*

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Fundação São Paulo (FUNDASP) que através da bolsa de pesquisa a mim concedida, no ano de 2015, possibilitou a realização dessa dissertação.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço a professora Yvone Dias Avelino, minha orientadora, pois foi quem primeiro acreditou que este trabalho seria possível e sempre contribuindo com dicas, referências e com a vasta experiência que possui. Foi uma honra ser sua orientanda.

Da mesma forma agradeço a Professora Olga Brites e a Professora Sônia Regina Bastos pelas oportunas sugestões no Exame de Qualificação.

Agradeço especialmente ao Coordenador Administrativo da 9ª IPHAN-SP, Sr. Ricardo Reis, por possibilitar a pesquisa dos documentos da área do entorno do Sítio do Mandú, aos historiadores Rafael de A. Oliviera (Rafinha), responsável pelo Arquivo Documental e a Sr<sup>a</sup>. Eliana Queiroz, responsável pelo Arquivo Fotográfico da 9ª IPHAN-SP, pela paciente ajuda na pesquisa de ambos os arquivos da 9ª IPHAN-SP.

As entrevistas com a Sr<sup>a</sup> Cristina Oka e com o Sr. José Saia Neto, agradeço por terem compartilhado as suas memórias sobre as alegrias e o desafio diário do trabalho para com o patrimônio.

Ao Sr<sup>o</sup> Alex Ferreira da Silva, auxiliar administrativo da Prefeitura de Cotia, por possibilitar o primeiro contato com alguns dos entrevistados desse trabalho.

Aos moradores entrevistados do Bairro do Caiapiá, que abriram as suas casas e me ensinaram muito, compartilhando experiências individuais e coletivas. Peço antecipadamente minhas desculpas, se não soube interpretar e analisar suas histórias e memórias da melhor forma possível.

Ao apoio incondicional dos meus irmãos Hique e Tâmyla e a minha “cunhadinha” Josy Vassalo Soutelo, que mesmo distante fisicamente sempre se fez presente, trazendo o carinho e a força necessária.

A minha “Equipe” de amigos, todos colaboraram de alguma maneira especial, como parceiros de leitura e correções de textos, passeios, risadas fáceis e incansáveis conversas nos meus desesperos. A todos vocês obrigada por estarem do meu lado nesse momento. Andrea Harada, Cleber Santos Vieira, Iara Kayano Nóbrega, Marta Mourão Kanashiro, Flávia Tuccille Vitorelo, Paola Rodrigues Samora, Gerlaine Dias Araújo, Valglin R.B. Cavalcante,

Danilo P. Trindade (por cuidar da minha filhota), Patrícia Miranda, Claudio Vitorelo, Alexandre R. Dias e Claudio Sousa.

Aos meus alunos, aos meus amigos professores, e a direção do EMEF PAULO FREIRE, pela compreensão, apoio e incentivo.

Finalmente, Vinícius pela torcida e por ser tão compreensível, Júlia por estar do meu lado e me ajudar a colocar um ponto final e Márcio por me amar e compreender as minhas constantes alterações de humor durante esse percurso. Sem vocês nada seria possível.

## **RESUMO**

O Sítio do Mandú é um representante típico da arquitetura rural paulista, bem patrimonial tombado pelo IPHAN no ano de 1961, localizado no bairro do Caiapiá, na cidade de Cotia. Este trabalho tem o objetivo compreender por meio das narrativas de memória de alguns antigos moradores do Bairro do Caiapiá, os seus hábitos e costumes, os valores e significados, que são atribuídos ao Sítio do Mandú em diferentes temporalidades e em diferentes histórias. E também investigar de que modo o discurso e a prática dos órgãos públicos de preservação tanto na esfera federal (IPHAN) como na municipal (Diretoria de Turismo e Cultura) influem nesse processo e qual a concepção de patrimônio e história que está presente em suas intervenções.

**PALAVRAS CHAVES:** Memória – Patrimônio – Preservação - Identidade.

NOSEDA, V. C. S. A. **Era uma casa... Muito engraçada... A Memória do Sítio do Mandú.** Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

### **ABSTRACT**

The Sítio do Mandú is a typical representative of the patrimonial rural architecture of São Paulo in 1961, located in the neighborhood of Caiapiá, in the city of Cotia. This work is a reflection of how the Mandú Site is understood, internalized and reworked in the everyday life of former residents of the Caiapiá neighborhood. It also investigates how the discourse and practice of public preservation agencies at the federal (IPHAN) as well as at the municipal level (Directorate of Tourism and Culture) influence this process and what conception of heritage and history is present in its Interventions.

**Key Words: Memory – Heritage - Preservation - Identity**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	15
<b>CAPÍTULO I</b>	
A CIDADE E A CASA.....	45
1.1 Koty, Acutia, Cutia, Cotia - Apresentando a Cidade.....	45
1.2 Sítio do Mandú, Casa Velha ou Casarão.....	61
<b>CAPÍTULO II</b>	
“BICHO CARPINTEIRO NUNCA PARA!” - A MEMÓRIA DOS INTELLECTUAIS RESPONSÁVEIS PELA PRESERVAÇÃO DO SÍTIO DO MANDÚ.....	92
2.1 “Novos Ventos” - As transformações na Política Patrimonial e na Estrutura do IPHAN .....	97
2.2. A Relação IPHAN – Prefeitura – Sítio Do Mandú .....	101
2.3 A casa restaurada e a questão do seu uso.....	119
<b>III CAPÍTULO</b>	
“PODE ENTRAR A CASA É SUA!” – A MEMÓRIA DOS ANTIGOS MORADORES DO BAIRRO DO CAIPIÁ.....	128
3.1 “Trabalhadores (as) do Caiapiá, sociabilidades e memória” .....	128
3.2. “Os sentidos do Sítio do Mandú” .....	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
FONTES ORAIS .....	156
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA .....	157
ARTIGOS.....	163
SITES CONSULTADOS .....	166
ANEXOS .....	167

## **SIGLAS**

APESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina

CMSP – Câmara Municipal De São Paulo

CNPQ - Conselho Nacional de Pesquisa

CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural

COMTUR – Conselho Municipal de Turismo

DPH – Departamento do Patrimônio Histórico

DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional

IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

IHGSP - Instituto Histórico Geográfico De São Paulo

IPESA – Instituto de Pesquisas SocioAmbientais;

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PCH - Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas

PNPI - Programa Nacional de Patrimônio Imaterial

SEPLAN - Secretária de Planejamento

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 - Mapa elaborado por Francisco Tosi Colombina. O Caminho Velho para Goiás. ....	45
Imagem 02 - Matéria jornalística sobre a construção da Rodovia Raposo Tavares .....	46
Imagem 03 - Matéria jornalística sobre a construção da Rodovia Raposo Tavares .....	46
Imagem 04 - Vista aérea do Bairro do Caiapiá e a localização Sítio do Mandú em relação à Rodovia Raposo Tavares .....	47
Imagem 05 - Ocupação do vale do Ribeirão Carapicuíba do Século XVI ao XVII .....	51
Imagem 06 - Município de Cotia, Hidrografia, Região da Primeira Capela .....	53
Imagem 07 - Panorama da Cooperativa de Cotia (foto s/data/nome). Disponível em: <a href="http://www.ndl.go.jp">www.ndl.go.jp</a> Acesso em: 15/11/2016 .....	60
Imagem 08 - Fotografia do Forro Decorado da capela do Sítio do Mandú .....	62
Imagem 09 - Fotografia do Altar da Capela do Sítio do Mandú .....	62
Imagem 10 - Fotografia do Sítio do Mandú realizadas por Herman Hugo Graeser em 1942 .....	62
Imagem 11 - Logotipo utilizado na capa do catálogo de apresentação da Casa do Bandeirante.....	70
Imagem 12 - Obras de restauração. Vista da fachada principal, com destaque para a reconstrução do telhado.....	70
Imagem 13 - Carta de Eduardo Kneese de Mello para o arquiteto Katinsky e a foto tirada em 1944 por Hermann Graeser (o “Germano”), quando ocorreu à visita de Mario de Andrade ao Sítio do Mandú.....	73
Imagem 14 – Foto do Sítio do Mandú realizada por Hermann Graeser (o “Germano”), em agosto de 1942 .....	75
Imagem 15 - Desenho elaborado por Antônio Luís Dias Andrade (Diretor da 9ª IPHAN- SP), para a capa do relatório “Indicações para às obras de restauração e conservação da casa sede do Sítio do Mandú” .....	76

Imagem 16 - Fotografia dos Filhos da Sr <sup>a</sup> Luzia Tibúrcio – Marcelo e Paulo. (Ano 1961) – Arquivo pessoal. ....	81
Imagem 17 - Fotografia editada com o objetivo de visualizar como seria a estrutura original da capela .....	81
Imagem 18 - Desenho elaborado por Antônio Luís Dias Andrade (Diretor da 9 <sup>a</sup> IPHAN- SP), para a capa do relatório “Indicações para às obras de restauração e conservação da casa sede do Sítio do Mandú” .....	84
Imagem 19 - Fotografia do “Seu Dito”, seu neto Anderson e sua esposa D. Nadir.....	86
Imagem 20 - Jornal Folha de São Paulo – sessão “Memória Paulistana” – 25/06/1986.....	104
Imagem 21 - Projeto elaborado pelo Escritório Guedes Pinto e Associados em que apresenta o Projeto da Escola da Força Sindical e dos Prédios Habitacionais .....	114
Imagem 22 – Esboço realizado pelo Técnico José Saia em que demonstra o impacto do empreendimento imobiliário e da escola da Força Sindical sobre o Sítio do Mandú .....	114
Imagem 23 - Atual paisagem do bairro do Caiapiá .....	118
Imagem 24 - Sítio do Mandú na época da queda dos galhos do abacateiro sobre o seu telhado .....	120
Imagem 25 - Logo do Circuito Turístico Taypa de Pilão .....	124
Imagem 26 (à esquerda) - Sr <sup>o</sup> Alcides Gonçalves Pedroso. Pai do Sr <sup>o</sup> Bento e do Sr <sup>o</sup> Mauro no plantio, década de 60 (Acervo pessoal do Sr <sup>o</sup> Bento.) .....	130
Imagem 27 (à direita) – Sr <sup>o</sup> Alcides Gonçalves Pedroso, caminhando no que é hoje a estrada do Caiapiá. – a mata que se encontra ao fundo, hoje é o condomínio Reserva Vale Verde. (Acervo pessoal do Sr <sup>o</sup> Bento) .....	130
Imagem 28 – Família do Gonçalves, chegada da Romaria ao Santuário de Bom Jesus de Pirapora, década de 50. Sr. Bento, menino em cima do Caminhão. (Acervo pessoal do Sr. Bento e Sr. Mauro Gonçalves.) .....	134
Imagem 29 – Aniversário da Dona Nair, no espaço do Sítio do Mandú. (Acervo pessoal, família Pires) .....	137

Imagem 30 – Dona Nair, “Seu” Dito e seu neto Anderson. (Acervo pessoal, família Pires) .....	139
Imagem 31 – Sítio do Mandú, em 2005 antes das obras de restauro. (Arquivo fotográfico 9º IPHAN) .....	142
Imagem 32 – Sr. Dito e sua neta Priscila. (Acervo pessoal, família Pires) .....	144

## **TABELAS**

Tabela 1 - Cidade de São Paulo e seus Arredores: População e Número de Fogos, segundo os bairros. 1765-1836 .....	56
Tabela 2 - Cidade de São Paulo e seus Arredores – População segundo o Número de Eleitores e dos Fogos das Povoações: 1870.....	57

## INTRODUÇÃO

O interesse pela relação entre a História e a memória do Sítio do Mandú surgiu inicialmente no ano de 2001 decorrente da prática pedagógica como professora de História em escolas públicas e particulares do município de Cotia. Com o objetivo de inserir os alunos e as localidades em que moram como partes integrantes e vivas da história do Brasil e do mundo, desenvolvemos o Projeto interdisciplinar “A História do Bairro” realizado com estudantes do 1º e 2º anos do Ensino Médio, o que resultou em um importante instrumento de preservação das memórias e das identidades locais.

Os alunos e alunas participaram da produção desse tipo de conhecimento e da forma de construí-lo. Ao realizar entrevistas com moradores antigos da região (em alguns casos com os seus próprios familiares), coletaram entre eles fotografias e outras fontes relativas ao passado local.

Realizamos ainda saídas de estudo de meio pelos bairros elencados pelos alunos, como o bairro do Morro Grande, o centro da cidade de Cotia e o bairro do Caiapiá. Foi por meio dessa prática que tomamos conhecimento de dois importantes locais históricos- as *Casas Bandeiristas*- o Sítio do Padre Inácio e o Sítio do Mandú e da memória dos moradores do seu entorno.

Nessas caminhadas os alunos observavam, a partir de fotos antigas e dos relatos de moradores, as modificações e permanências na paisagem destes bairros. Aos poucos, construíram suas próprias narrativas sobre alguns locais, se transformando, (ainda que em um curto período de tempo), como diria Certeau, em “praticantes ordinários”<sup>1</sup> desses bairros, ao vivenciarem esses espaços, até então só vistos de passagem pela janela dos seus carros<sup>2</sup>.

Concordamos com a concepção teórica de Certeau ao compreender a cidade como texto, onde são os passos do caminhante que a reescrevem. Ainda que os habitantes urbanos não tenham conhecimento disso, eles reconfiguram a cidade constantemente, atualizando, legitimando, transformando, desconsiderando e criando novos caminhos na ordem espacial

---

<sup>1</sup> CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

<sup>2</sup> Vale citar que ao longo dos 15 anos em que leciono na cidade de Cotia e da realização deste projeto assistimos à mudança do público escolar (uma grande parcela dos alunos não é mais oriunda da cidade). São recém-chegados a Cotia, eles próprios, em grande parte, eram moradores dos novos condomínios edificadas nestes bairros, (resultado da altíssima especulação imobiliária) e com pouca ou nenhuma identificação com a cidade. A prática do projeto se manteve, mas com algumas modificações, como o acervo de fotos e os locais a serem visitados, que agora eram elencados pela equipe pedagógica e não mais por eles próprios.

instituída. Como afirma Certeau: “Os passos tecem lugares, moldam espaços, esboçam discursos sobre a cidade”<sup>3</sup>.

Então, os seus passos estão como o enunciador, ou produtor de narrativas. O pedestre se apropria da topografia do lugar, assim como o locutor se apropria da língua, como Barros descreve:

os pedestres caminham por uma ordem espacial atualizando e reinventando esta língua e ao caminhar em um universo urbano onde muito outros caminham, o pedestre insere-se em uma rede de discursos – em um sistema polifônico de significados<sup>4</sup>.

Ao caminhar pela cidade, percebemos essa polifonia de significados, o que nos lançou a questão central deste trabalho: a de compreender por meio das narrativas de memória de alguns antigos moradores do Bairro do Caiapiá, os seus hábitos e costumes, os valores e significados, que são atribuídos ao Sítio do Mandú em diferentes temporalidades e em diferentes histórias. Ou seja, é por meio da memória do cotidiano destes sujeitos viventes que busco identificar as várias significações culturais, que se realizam e se realizaram em torno desse bem patrimonial.

É nesse contexto que tomamos a liberdade de associar a letra da canção “*A Casa*”<sup>4</sup>, de Vinícius de Moraes, para demonstrar a “polifonia de significados” que o Sítio do Mandú representa.

Embora estejamos utilizando um expediente poético, este nos parece oportuno, pois a Casa da canção de Vinícius articula sentidos plurais para compor múltiplos significados para “casa”, procedimento que observamos ao analisar as narrativas sobre o Casarão do Mandú. Assim, nos valem da poesia de Vinícius de Moraes como metáfora que nos auxilia na reflexão sobre a complexidade do processo de patrimonialização do Sítio do Mandú.

A origem da palavra patrimônio vem de *pater* que quer dizer “pai” em latim, logo associado à noção de herança – “aquilo que se herda do pai”, ou seja, a propriedade que se recebe dos seus ancestrais, mas também podemos considerar a memória que se recebe.

Segundo Françoise Choay:

Patrimônio histórico. A expressão designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas de belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos.<sup>5</sup>

<sup>3</sup> CERTEAU, M. Op. Cit p.202.

<sup>4</sup> BARROS, J. D. **Cidade e História**. Petrópolis: Vozes, 2007, p.45.

<sup>5</sup> CHOAY, F. **A Alegria do Patrimônio**. 4ªed. São Paulo, 2008, p. 11.

O conceito de patrimônio histórico passou a ser de uso corrente no século XX, mas, antes disso, usava-se o critério de Monumento para selecionar edificações que mereciam cuidados e admiração. A palavra monumento vem de um termo em latim derivado de recordar. Por isso, em um primeiro sentido, Monumento são os artefatos edificados por uma comunidade de indivíduos que pretende manter na memória acontecimentos, sacrifícios e rituais. Ele é uma forma de mediação com o passado que por ele é invocado, convocado.<sup>6</sup>

A música *A Casa*<sup>7</sup> tem uma melodia simples e uma letra quase inocente. Voltada ao público infantil, o poema de Vinícius de Moraes apresenta uma casa dividida entre o fantástico e o real. Como o passado da criança é minúsculo e se constrói paulatinamente, em sua memória, fantasia e realidade não possuem fronteiras nítidas. Existe uma casa, para o poeta e para a criança isso é uma realidade, mas sem as suas estruturas, então ela se torna imaginária.

Como o poeta inicia a sua descrição da casa, “Não tinha teto/Não tinha nada” e considera isso uma circunstância “Muito engraçada”. Mas onde está a graça, desta casa, se a função básica de uma casa, desde os tempos mais remotos, é o de abrigar – Observamos então que apenas diante da poesia podemos compreender uma casa sem teto, mas estes versos nos remetem mais uma vez ao Sítio do Mandú, pois nos faz pensar em seus usos.

Representante típico da arquitetura rural paulista, tombada e denominada como Patrimônio Histórico, foi projetada para ancorar um discurso de identidade, tornando-se uma espécie de porto-seguro onde o indivíduo procura abrigar-se. Mas o Sítio do Mandú não é um local tão seguro assim, pois apresenta uma tensão entre o lembrar e o esquecer. O que ocorre é que tanto a memória quanto o esquecimento se encontram presentes nesse mesmo espaço.

Ninguém podia entrar nela, não!  
Porque na casa não tinha chão.”

Podemos nos questionar: Como entrar nessa casa, se ela “não tinha chão”? O chão é à base de qualquer casa e logo abaixo dele estão as suas fundações, que é o seu alicerce, o que segura a casa no lugar.

Ao compreendermos patrimônio como conceito que envolve a memória como a história e, ao mesmo tempo, engloba a tradição na construção de identidades coletivas, assim

<sup>6</sup> CHOAY, F. Op.cit. 2008, p.17

<sup>7</sup> O poema *A casa* é um dos que Vinícius de Moraes escreveu para seus filhos e que compõem o conjunto de 32 poemas publicados no livro *A Arca de Noé*. No ano de 1980 foi produzido como álbum, direcionado ao público infantil, sonho antigo do poeta, mas concretizado somente após sua morte, graças a Toquinho, Fernando Faro e Rogério Duprat. Disponível em: [www.viniciusdemoraes.com.br/pt-br/poesia/livros/arca-de-noe](http://www.viniciusdemoraes.com.br/pt-br/poesia/livros/arca-de-noe). Acesso em: 10/10/2016.

como a utilização destes por parte dos Estados Modernos com o objetivo de legitimar a ideia de nação<sup>8</sup>. Então, consideramos essas questões como a base de sustentação - os alicerces do Sítio do Mandú.

Na França, Choay indica a dicionarização do termo “Patrimônio” na segunda metade do século XIX, e sua consagração quando, em 1830, Guizot foi nomeado Ministro do Interior e criou o posto de Inspetor dos Monumentos Históricos. Mas, antes disso, a ideia de preservação está presente nos intelectuais da Revolução Francesa, ao se perceberem “fazendo história.”<sup>9</sup>

É com o advento da Revolução Francesa que começa a se pensar na conservação dos monumentos históricos da França<sup>10</sup>. O patrimônio passa a representar um grupo social, uma cidade ou uma nação, passa a ser definidor de sua identidade e, enquanto tal, merecedor de proteção. A noção de patrimônio assumiu uma nova função a de consolidação dos Estados-nação moderna.<sup>11</sup>

No Brasil, o processo de constituição do chamado patrimônio nacional tem sua origem com a promulgação do Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que estabelecia a criação do SPHAN (Serviço de Preservação Histórico Artístico Nacional), que institui o instrumento do tombamento. Em plena ditadura Vargas, a criação do IPHAN é bastante representativa do processo de construção de uma *identidade nacional* e de seus mitos *fundacionais*.

A *identidade nacional* é uma construção cultural moderna que substituiu outras identidades mais tradicionais e geograficamente mais restritas, como as identidades locais ou regionais, que somente nas últimas décadas vêm sendo revalorizadas. Segundo Stuart Hall, “as culturas nacionais são uma forma distintivamente moderna”, “um discurso” no qual há uma “ênfase nas *origens*, na *continuidade*, na *tradição* e na *intemporalidade*”. As culturas nacionais “são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações” que produzem “sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar” e que “constroem identidades”. O discurso da *identidade nacional* não se fundamenta apenas no presente e em se projetar para o futuro, mas vai buscar no passado *mitos fundacionais* que lhe deem respaldo - mitos que não são mais que “tradições inventadas

---

<sup>8</sup> FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MINC-IPHAN, 2005, p. 52.

<sup>9</sup> CHOAY, F. Op.cit. 2008, p. 26.

<sup>10</sup> CHOAY, F. Op.cit. 2008, p. 95.

<sup>11</sup> FONSECA, M. C. L. Op.cit. 2005, p. 59.

[que] tornam as confusões e os desastres da história inteligíveis, transformando a desordem em ‘comunidade’.<sup>12</sup>

A atuação dos intelectuais do IPHAN nos demonstra a elaboração de um plano discursivo<sup>13</sup> que os influenciou no campo prático de suas intervenções. As formulações em torno do que deveria ser tombado e como deve ser preservado incidem sobre a ideia da existência ou não de uma cultura genuína, privilegiando o tombamento de bens da arte barroca e da arquitetura colonial do século XVI até o século XVIII, como símbolo da nossa identidade brasileira.

Os pioneiros do SPHAN tiveram sucesso nas “estratégias adotadas para assumir um lugar de fala e se fazer escutar, a ponto de institucionalizar um conjunto de práticas culturais voltadas para a preservação de um patrimônio.”<sup>14</sup> Para Mariza Veloso Motta Santos, o IPHAN pode então ser entendido como uma “academia”, a “institucionalização de um lugar da fala” e privilegiar as atas do Conselho Consultivo – criado em 1938 para deliberar sobre tombamentos – como fonte de pesquisa, tomando o tombamento como atividade central, um rito social “através do qual se supõe a transferência geracional dos valores históricos e estéticos, que o grupo selecionou como expressivos da nação.”<sup>15</sup>

Nas últimas décadas do século XX, assistimos ao crescente interesse pela memória, o que Peter Burke afirma como um verdadeiro “boom de memória”.<sup>16</sup> Tal fenômeno proporcionou uma preocupação maior com as questões ligadas ao patrimônio cultural. Por sua vez, Huyssen diz que estamos “seduzidos pela memória”: “um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas das sociedades ocidentais. Para ele, “[...] a memória se tornou uma obsessão cultural de proporções monumentais em todos os pontos do planeta”<sup>17</sup>

No Brasil, não foi diferente, a partir dos anos 80, movimentos sociais populares, liderados por novos atores sociais (negros, índios, mulheres, camponeses, etc.) veem na preservação de sua memória um instrumento de afirmação de sua identidade e de luta pelos direitos de cidadania.<sup>18</sup> O que, paulatinamente, norteou a passagem da noção do patrimônio

<sup>12</sup> HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 1ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006 p. 48-55.

<sup>13</sup> SANTOS, M. V. M. Nasce à academia Sphan. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, Iphan, n. 24. P.73-85, 1996.

<sup>14</sup> SANTOS, M. V. M. Ibidem, 1996, p.77.

<sup>15</sup> SANTOS, M. V. M. Ibidem, 1996, p.77.

<sup>16</sup> BURKE, P. Centenários e Milênios. In: BURKE, P. **O historiador como colonista**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2009.

<sup>17</sup> HUYSEN, A. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 9-16

histórico consagrado por uma historiografia “oficial” centrada em episódios para uma nova perspectiva, mais ampla, que inclui o “cultural” incorporado ao “histórico” e às dimensões testemunhais do cotidiano e aos feitos não tangíveis.<sup>19</sup>.

No ano de 1988, a Constituição Brasileira adota a denominação “patrimônio cultural” no lugar de “histórico, artístico, arquitetônico”, indicando uma abrangência maior de elementos que vão compor o patrimônio cultural. Desta forma, o artigo 216 seção II – DA CULTURA<sup>20</sup> demonstra esta ampliação dos bens culturais a serem preservados, apontando para a constituição do patrimônio cultural brasileiro como sendo os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto.

O supracitado artigo 216 da Constituição Brasileira, em seu parágrafo 1º ainda registra que o “poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.”.

A Constituição brasileira, ao inserir o papel da comunidade como colaboradora da preservação do patrimônio, demonstra a compreensão deste como prática social e cultural de diversos e múltiplos agentes.

Mas, da sua inscrição no Livro de Tombo no ano de 1961 ao seu restauro final no ano de 2005, a análise da atuação do IPHAN-SP/Prefeitura de Cotia sobre a preservação do Sítio Mandú nos indica que os moradores da região ficaram à margem de todas as decisões sobre a preservação e o restauro do bem.

Porém...

“... ninguém podia deitar na rede  
Por que na casa, não tinha parede”

Embora o ato de dormir na rede remeta a inúmeros elementos simbólicos da constituição da cultura brasileira em diferentes regiões para o poeta “dormir na rede” é mais um, entre outros impedimentos – que essa sua casa poética apresenta, visto que não há paredes, interessa-nos justamente explorar aqui os diferentes significados que as paredes apresentam no Sítio do Mandú, já que é impossível não notar as suas paredes largas construídas em taipa de pilão.

---

<sup>18</sup> FERNANDES, J. R. O. O direito à memória: análise dos princípios constitucionais da política de patrimônio cultural no Brasil (1988-2010). Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2011/11/Jos%C3%A9-Ricardo-Ori%C3%A1-Fernandes.pdf>. Acesso em: 21/01/2016.

<sup>19</sup> GUTIERREZ, R. História, Memória e Comunidade: o direito ao patrimônio construído, in: CUNHA, Maria C. P.(org). **O Direito à Memória – Patrimônio Histórico e Cidadania**. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo: DPH, 1992, p.121.

<sup>20</sup> BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Rideel, 2002, p. 98.

“Porém”, sendo uma das estruturas primordiais de qualquer casa, no caso do Sítio do Mandú, essas paredes, utilizando da liberdade poética, se caracterizam como suportes de memória de sua antiga comunidade não dizem que “as paredes falam” ou “nos contam segredos”? Desse modo, elas guardam então memórias e histórias e, por meio delas, seus antigos usuários nos revelam: “Dizem que havia potes de ouro enterrados dentro dessas paredes” ou “as correntes dos escravos ficavam dependuras nas paredes do quartinho do segundo alpendre”, “Cansei de comer o barro daquelas paredes”. Memórias guardadas nas paredes do Casarão. Misturadas ao barro, elas se solidificaram e se transformaram em estrutura basilar.

A memória dos moradores da região é fundamental para essa pesquisa. É essa memória que nos guia pelos caminhos das *culturas populares*, pois é a partir dela que podemos dar conta dos sentidos e significados dessa cultura para seus participantes. Aqui, a preocupação é com os processos culturais e com as experiências de seus participantes. Nesta pesquisa, os moradores, “*sujeitos-viventes*”, ao recontar suas estórias sobre os espaços e os tempos no bairro, me permitem escavar o passado recente para iluminar a relação da comunidade com o Sítio do Mandú, bem patrimonial tombado pelo IPHAN, em 1961.

Canclini, discorrendo sobre o conceito de culturas Híbridas, reconhece a complexidade e diversidade atribuída à cultura popular sugere que o termo “Culturas populares”, escrito no plural, é mais adequado do que seu uso no singular:

As culturas populares se constituem por um processo de apropriação desigual dos bens econômicos e culturais de uma nação ou etnia por parte dos seus setores subalternos e pela compreensão, reprodução e transformação, real e simbólica, das condições gerais específicas do trabalho e da vida.<sup>21</sup>

As práticas culturais populares se modificam juntamente com o contexto social em que estão inseridas, sem que isso implique necessariamente em sua extinção. Exemplo disso é a permanência de uma cultura rural, antes realizada nas terras do entorno do Sítio do Mandú e, atualmente, em fundos de quintais ou em jardineiras com algum plantio, inclusive de ervas medicinais ou flores. A permanência do costume da pesca no rio das Pombas (afluente do Rio das Pedras e do Rio Cotia), mesmo o Rio estando poluindo, mas, como o Sr. Bento<sup>22</sup> narra, “agora é só pra brincar”, a reza para Santa Maria, sempre às 18h00min, na casa de Dona Maria Tadaí<sup>23</sup> e os preparativos, todos os anos, para a Romaria ao Santuário de Pirapora também atestam esse fenômeno.

---

<sup>21</sup> CANCLINI, G. **As culturas populares no Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983. P.42.

<sup>22</sup> Entrevista com Sr. Bento realizada em 12/09/2015.

<sup>23</sup> Entrevista com Dona Maria Tadaí e com Sr. Pedro Tadaí realizada em 15/08/2015.

Para Canclini, a cultura popular é dinâmica, é reelaborada constantemente, por isso, não se reduz a conservar e resgatar tradições supostamente inalteradas. O autor alerta que a questão é perguntar como as tradições estão se transformando e como as culturas populares interagem com as forças da modernidade.

Canclini define as culturas populares levando em consideração o fato de que os setores subalternos da sociedade têm uma relação específica com o patrimônio cultural.

As culturas populares constituem um processo de apropriação desigual dos bens materiais e simbólicos de uma nação por parte de seus setores subalternos e com uma capacidade de gerir sentidos sobre a realidade por meio do trabalho e das práticas sociais.<sup>24</sup>

Esse conceito propõe uma nova forma de pensar o popular. É neste sentido que o autor enfatiza a definição das culturas populares dentro do quadro mais amplo das relações de poder na sociedade. Para García Canclini, “a questão decisiva consiste na compreensão das culturas populares através da sua conexão com os conflitos de classe e com as condições de exploração sob as quais estes setores produzem e consomem.”<sup>25</sup>

Ao analisarmos o processo de preservação e patrimonialização do Sítio do Mandú, constatamos a permanente ritualização de um passado heroico – personificado na figura do bandeirante - ou seja, a permanência de uma memória institucionalizada pelos órgãos responsáveis por sua preservação, que se sobrepõe à memória de seus antigos moradores. São as paredes da casa, hoje cobertas por uma estrutura de alvenaria, que se justapõem a sua estrutura original. Mas a taipa e a memória de sua comunidade, mesmo escondidas, continuam lá! A rede, por sua vez, se constitui na trama da vida dessas pessoas simples, na memória do seu dia a dia, dos seus afazeres, do trabalho árduo no plantio ou o de lavar as roupas no Rio das Pedras, o pescar e nadar, a caminhada de longas distâncias para se ir à escola, enfim os seus saberes e fazeres. Mas, no caso do Sítio do Mandú, o seu processo de tombamento e de preservação não garantiu a perpetuação dessa memória.

Mas era feita com muito esmero...  
Na rua dos bobos, número zero.

Porém, a casa tão precária no poema de Vinícius de Moraes “era feita com muito esmero”. O esmero, como em todas as atividades humanas, deveria ser uma premissa básica.

---

<sup>24</sup> CANCLINI, G. Op. cit. 1983, p.157.

<sup>25</sup> CANCLINI, G. Op. cit. 1983, p.46.

No caso do restauro arquitetônico realizado no Sítio do Mandú, percebemos a preocupação do órgão de preservação para a recomposição original do edifício, resultando em uma “limpeza” de ordem estética do bem patrimonial, com o objetivo de “purificação” do edifício. Realçando o aspecto de novo, eliminando os vestígios de antiguidade, envelhecimento e temporalidade, tal abordagem técnica colaborou para a “cristalização” da imagem arquitetônica do que entendemos, hoje, por “Casa Bandeirista”, ao mesmo tempo em que colabora com a rememoração dos primórdios da civilização paulista.

O poema termina revelando o endereço da casa: “Na rua dos bobos número zero”. Ao analisarmos a expressão “Bobo”, podemos compreendê-la não como sinônimo de “tolo”, mas sim como aqueles que sonham. Ao refletir sobre as experiências narradas por parte dos intelectuais envolvidos na preservação do Sítio do Mandú, identificamos os desafios e as tensões que circundam as políticas culturais no Brasil e, especificamente, na cidade de Cotia. Por sua vez, são esses intelectuais que realizaram uma política de preservação para o Sítio do Mandú, concebendo alguma utilização para o seu espaço, nem que seja por um curto espaço de tempo.

E se o número “zero”, metaforicamente, pode representar o absoluto, podemos comparar o poema de Vinícius com a compreensão da arquitetura rural, que não se trata apenas de monumentos que celebram uma visão cristalizada e excludente da sociedade brasileira, mas são suportes de memórias sociais e documentos históricos sobre a vida social e material dos antigos moradores do Bairro do Caiapiá.

Por fim, é importante mencionar que não é a intenção deste trabalho simplesmente tecer críticas à forma de agir dos órgãos responsáveis (IPHAN/Prefeitura de Cotia) pela patrimonialização do Sítio do Mandú. Entendemos que as ações de preservação são temporais – pertencem a um determinado momento, correspondem a um modo de entender o bem cultural e, por essas razões, são também históricas, o que nos permite a sua análise.

No ano de 2010 esta pesquisadora foi responsável pela coordenação do curso de formação para professores na área de educação ambiental e patrimonial a convite do Instituto de Pesquisas Socioambientais (IPESA) organização não governamental, em parceria com empresas da região e com a prefeitura do Município de Cotia, especialmente com a Diretoria de Educação e a Diretoria de Cultura e Turismo o que, por sua vez, possibilitou a minha participação como conselheira no Conselho Municipal De Turismo e no Conselho Municipal De Meio Ambiente.

Na época o COMTUR, sob a coordenação da diretora Cristina Oka, se sobressaía em relação aos demais conselhos e diretorias, no que se refere às ações relacionadas ao Sítio do Mandú. Vale citar que durante as negociações para a assinatura do Termo de Cooperação entre o IPHAN e a Prefeitura de Cotia, a Sra. Cristina Oka esteve à frente, como também do restauro e dos planos de uso para o bem patrimonial.

A participação no COMTUR possibilitou a compreensão sobre os meandros das políticas públicas do município, especialmente no que tange à preservação dos bens patrimoniais localizados no município, caso do Sítio do Mandú. Fato que nos levou ao segundo objetivo desta pesquisa, o de investigar de que modo o discurso e a prática dos órgãos públicos de preservação, tanto na esfera federal (IPHAN)<sup>26</sup> como na municipal (Departamento de Cultura e do Turismo) influem nas concepções de patrimônio, de preservação e de história, todas presentes e indissociáveis de suas intervenções.

No primeiro momento, a pesquisa visava refletir sobre a patrimonialização e a memória de ambas as Casas Bandeiristas - o Sítio do Padre Inácio e o Sítio do Mandú - bens patrimoniais tombados pelo IPHAN localizados no município de Cotia.

O contato com as fontes documentais e com as entrevistas realizadas com intelectuais responsáveis pela preservação destes bens patrimoniais resultou na percepção da necessidade de um recorte mais específico do objeto de estudo, levando-nos a escolher apenas uma das Casas Rurais Paulista – o Sítio do Mandú.

O difícil acesso para o Sítio do Padre Inácio e o fato de estar localizado próximo à Reserva do Morro Grande, concede a este uma preservação maior da paisagem de seu entorno. O mesmo não ocorre com o Sítio do Mandú, localizado no bairro do Caiapiá (núcleo fundador da cidade de Cotia), que até a década de 90 caracterizava-se por suas chácaras e sítios. Atualmente, no entanto, configura-se como bairro de galpões industriais, moradias populares, pequeno comércio e por condomínios de classe média.

---

<sup>26</sup> Adotamos a última denominação para o órgão “IPHAN”, vigente desde 1994. Contudo, registro aqui as mudanças ocorridas na denominação do órgão: SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 1937 a 1946), depois DPHAN (Diretoria do patrimônio Histórico Artístico Nacional de 1946 a 1970), IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de 1970 a 1990) e IBPC (Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural de 1990 a 1994). cf. PÊSSOA, J.L.C. (Org.): Documentos de Trabalho. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999, p.11. In: MAYUMI. L. **Taipa, canela preta e concreto: Um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo**. 2005. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

A origem do Sítio do Mandú é uma incógnita. Informações sobre o primeiro proprietário, o ano de sua construção e o seu uso, são dados até então desconhecidos para os órgãos responsáveis pela sua preservação (IPHAN/Prefeitura de Cotia). Em busca de tais informações, pesquisamos os inventários das famílias fundadoras do município, como: Fernão Dias Paes, Estevão Lopes de Camargo (o Tigre), Gáspar de Godói Moreira, Bartolomeu Quadros, Raposo Tavares, localizados no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

Carlos Bacellar em seu texto *Uso e mau uso dos Arquivos* descreve a importância das fontes documentais na pesquisa histórica e analisa as perspectivas de pesquisa nos “documentos sobre terras” acondicionados nos Arquivos públicos municipais e estaduais. Assim, os descreve:

Arquivos municipais contam com os registros de datas de terras que se referem a concessões de lotes no âmbito do rocio, de competências exclusiva da Câmara Municipal. Recuam ao período colonial, as datas são, em geral, lotes de pequenas dimensões, destinadas à construção de edifícios de moradia ou de comércio, ou para a instalação de chácaras em áreas periféricas. Já os Arquivos Públicos Estaduais ou no Arquivo Nacional podem ser encontrados os registros de cartas de sesmarias, concedidas pela Coroa desde o século XVI até o XIX. A obtenção de sesmarias ou de data era os únicos meios de possuir terras legalmente, processo esse que ficava registrado sob a forma de título concedido. Além disso, essas concessões poderiam ser repassadas para herdeiros, via sucessão, ou para terceiros, por venda, operações igualmente legais. **O grosso dos proprietários, contudo, possuía terras obtidas por posse pura e simples, sem quaisquer títulos oficiais, mas que mesmo assim costumavam ser livremente negociadas em tratos informais.**<sup>27</sup> (grifo nosso).

A análise destes inventários nos permitiu a compreensão de como o patrimônio familiar era transmitido de uma geração para outra, ao mesmo tempo em que apresenta a grande quantidade de declarações de dívidas e as formas de pagamento pelos empréstimos realizados, demonstrando, por sua vez, os mecanismos de funcionamento dos sistemas de relações comerciais internas entre os habitantes do vilarejo de São Paulo e de Cotia<sup>28</sup>.

O mesmo ocorreu na pesquisa realizada nos documentos avulsos elaborados pela Câmara Municipal de São Paulo dos anos de 1641 a 1916, que atualmente se encontram no Departamento do Patrimônio Histórico do Município de São Paulo (DPH). Ao pesquisar tais caixas do fundo CMSP, realizamos uma seleção referente aos seguintes temas: Sobre Gentios (Séries Pareceres – caixa 03 – 1728 a 1796); Concessão de datas de terras (caixa 10 – 1725-1878); Solicitação de datas de terra (caixa 33 – sem data).

---

<sup>27</sup> BACELLAR, C. Usos e mau usos dos arquivos. In: PINSKY, C.B. (Org.), **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. P. 33-4.

<sup>28</sup> Ibidem. P.34.

Tais documentos retratam desde pedidos da utilização de gentios dos aldeamentos de Barueri e de Carapicuíba para a lavoura nos vilarejos de Cotia, Quitaúna, Carapicuíba e mesmo na vila de Parnaíba, o que ocasionava constantes conflitos entre os habitantes desses vilarejos com tais aldeamentos jesuíticos, dinâmica analisada exemplarmente na obra de John Monteiro, *Negros da Terra*.<sup>29</sup> Os demais documentos retratam pedidos de concessões e datas de terras de diversos vilarejos, como Jundiá, Mogi das Cruzes, Santo Amaro, Conceição de Guarulhos, Santana de Parnaíba e Cotia.

Referente ao Vilarejo de Cotia encontramos a concessão de sesmarias na região de Caucaia, nas proximidades do Sítio do Padre Inácio, no Bairro São João (próximo ao Centro de Cotia) e nas proximidades do Rio Sorocamirim e Soracabussú (divisa ente Caucaia e o município de Vargem Grande Paulista).

Percorremos os cartórios dos seguintes municípios: Cotia, Carapicuíba, Osasco e Santana de Parnaíba, além do I Cartório de Registros de Imóveis do Estado de São Paulo, mas em nenhum deles obtivemos sucesso.

No Arquivo da Cúria Metropolitana encontramos somente um documento que narra à primeira Capela de Nossa Senhora de Monte Serrat, datada de 1684, na região conhecida como Caiapiá e, mais tarde, a mudança de tal capela, no ano de 1713, feita pelo Coronel Estevão Lopes Camargo para terras de sua fazenda, (atual região do centro de Cotia).

Descrevemos todo esse percurso da pesquisa, pois apesar de não encontrarmos a origem do Sítio Mandú, a análise desses documentos nos possibilitou a reflexão sobre o espaço territorial e social em que se situa o Sítio do Mandú, tendo como pano de fundo os dois primeiros séculos de ocupação e povoamento da freguesia de Cotia, momento em que o povoado se encontrava em um período de relativo desenvolvimento econômico e social, viabilizado inicialmente pela produção de trigo e, mais tarde, pelas contribuições do tropeirismo na economia rural.

---

<sup>29</sup> MONTEIRO, J. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Este percurso também permite, preliminarmente, configurar o Sítio do Mandú como uma casa senhorial rural e para analisá-la optamos por dividir o primeiro capítulo em dois itens. No primeiro *Koty, Acutia, Cutia, Cotia - Apresentando a Cidade*, realizaremos uma revisão historiográfica que contrapõe a imagem cristalizada de uma São Paulo colonial, e especificamente do povoado de Cotia como uma cidade de passagem, pouco habitada e pobre devido ao seu aspecto rural. O segundo item, “A casa” - *Sítio do Mandú, Casa Velha ou Casarão*, apresentamos o Sítio do Mandú e a sua localização estratégica para as funções e uso a que casa se prestava, sua técnica de construção e suas características arquitetônicas, conjuntamente com a análise da construção ideológica que transforma o Sítio do Mandú em Casa Bandeirista.

A produção historiográfica que analisa os dois primeiros séculos da colonização de São Paulo apresenta duas visões predominantes: a primeira edificada pela historiografia “paulística” vinculada ao Instituto Histórico Geográfico de São Paulo – IHGSP, produzida nas décadas de 1920 e 1930, que retrata São Paulo como uma sociedade independente e arrojada. A segunda, estabelecida nas décadas de 1950 e 1960, em que o povoado de São Paulo é retratado como uma vila extremamente pobre, isolada, voltada para a subsistência, que se expressa nas obras da CEPAL.

Autores como Sérgio Buarque de Holanda, John M. Monteiro e Ilana Blaj tornaram-se um referencial importantíssimo por romper com a glorificação do passado, tanto do paulista como da própria História de São Paulo.

Em oposição a essas visões cristalizadas, Sérgio Buarque de Holanda renovou os estudos sobre o passado paulista e se afastou da epopeia bandeirante<sup>30</sup> e da apologia que o símbolo representa. Em suas obras *Monções, Caminhos e Fronteiras*<sup>31</sup> e nos artigos *Expansão Paulista* e no *Movimento de População em São Paulo no Século XVII*,<sup>32</sup> o autor retrata a história de São Paulo de Piratininga, a partir dos aspectos da vida cotidiana do homem comum, volta-se para as suas necessidades diárias e como o paulista/mameluco se apropria do conhecimento indígena.

---

<sup>30</sup> A década de 1960 pode ser tomada como divisor de águas, no que se refere à literatura bandeirante, o que se verifica no processo de revisão do livro *Vida e morte do bandeirante*, de Alcântara Machado que pode ser definido como um dos pontos de partida. Na base desse processo, a mitologia bandeirante é definida como tal – uma mitologia – por Sérgio Buarque de Holanda, que busca dar a ela contornos reais: “A verdade, escondida por essa espécie de mitologia, é que eles foram constantemente impelidos, mesmo nas grandes entradas, por exigências de um triste viver cotidiano e caseiro: teimosamente pelearam contra a pobreza, e para repará-la não hesitaram em deslocar-se sobre espaços cada vez maiores, desafiando as insídias de um mundo ignorado e talvez inimigo”. (1986, p. 26) HOLANDA, Sérgio Buarque de. O extremo Oeste. São Paulo: Brasiliense/Secretaria de Estado da Cultura, 1986. IN: DE SOUZA, Ricardo Luiz. **A mitologia bandeirante: construção e sentidos**. História Social, n. 13, p. 151-171, 2007, p.152.

Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/215/207> acesso em: 21/11/2016

Ao retratar a expansão territorial, o autor se afasta da **tese algo nata** à população paulista, mas a vincula à busca de resoluções dos problemas cotidianos, como por exemplo, a procura por terras aráveis e de mão de obra indígena. Além disso, retrata também outros fatores, tais como, dentre outros, as fugas da justiça, da igreja, dos impostos e as brigas entre famílias.<sup>33</sup>

John Monteiro, em sua obra *Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*<sup>34</sup>, descarta totalmente a imagem de uma São Paulo colonial pobre e isolada. Demonstra como o desenvolvimento de uma agricultura comercial e da escravidão moldaram uma pequena elite detentora de bens e riquezas da região.

É com a conquista definitiva dos indígenas do planalto, a partir do século XVII, que ocorre o desenvolvimento de uma agricultura voltada para o mercado externo (a triticultura), nos vários bairros rurais, entre eles no vilarejo de Cotia. Surge também uma produção dirigida ao abastecimento das regiões das Minas, com a produção de gêneros alimentícios, gado e escravos.

Por sua vez, Ilana Blaj sua tese de doutorado *A Trama das tensões*<sup>35</sup>, como em seu artigo *Mentalidade e Sociedade: Revisitando a Historiografia sobre São Paulo Colonial*<sup>36</sup>, além de apresentar um debate historiográfico sobre passado paulista, desconstrói certas imagens estereotipadas de São Paulo, como a pobreza da agricultura de subsistência, as distâncias e o isolamento geográfico. Demonstra que a mercantilização do núcleo urbano de Piratininga vinha se processando desde as últimas décadas dos seiscentos e não somente a partir da articulação com as áreas mineradoras. Para a autora, “o desenvolvimento da vila de São Paulo e de seus arredores que explica a possibilidade do abastecimento do mercado mineiro, e não o contrário. As descobertas auríferas viriam sim intensificar o processo, mas não seriam responsáveis por eles”<sup>37</sup>.

<sup>31</sup> HOLLANDA, S. B. **Monções e Capítulos da Expansão Paulista**. In: MELLO E SOUZA, L.; CERQUEIRA, A. S. (Orgs.). 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. P. 16 e p.40.

<sup>32</sup> HOLLANDA, S.B. Movimentos da população em São Paulo no século XVIII. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 1, p. 55-111, 1966.

<sup>33</sup> DIAS, M. O. L. da S. (Org.) **Sérgio Buarque de Holanda - Historiador**. São Paulo: Ática, 1985. P.21. Livro da Coleção Grandes Cientistas Sociais, n.51.

<sup>34</sup> MONTEIRO, J. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

<sup>35</sup> BLAJ, I. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681- 1721)**. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2002.

<sup>36</sup> BLAJ, I. **Mentalidade e Sociedade: Revisitando a Historiografia sobre São Paulo Colonial**. **Revista de História**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000.

<sup>37</sup> BLAJ, I. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681- 1721)**. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2002, p. 290-291.

Na tese de doutorado de Maria Aparecida de Menezes Borrego<sup>38</sup>, a autora analisa a atuação dos comerciantes paulistas, demonstra os ramos de negociações a que se dedicavam, as mercadorias envolvidas nas negociações comerciais e os espaços por onde circulavam. Ao mesmo tempo, a autora avalia as complexas relações sociais e políticas que esses comerciantes realizaram para conquistarem status social e político.

Entre os diversos bairros e freguesias localizados em torno da Sé, no período analisado por Borrego, encontra-se a freguesia de Cotia, local em que autora analisa a atuação mercantil e política específica de duas famílias de comerciantes que eram proprietárias de terras na região.

Pesquisamos também o Arquivo Documental da 9ª Superintendência do IPHAN, em São Paulo, referente ao Sítio do Mandú. Com o objetivo de buscar informações sobre suas características arquitetônicas, o seu processo de tombamento e de sua patrimonialização, bem como da administração do próprio bem patrimonial.

Os documentos referentes ao Sítio do Mandú encontram-se organizados em pastas, subdivididas em três temas, que são os seguintes: Administração do bem; O entorno do bem patrimonial; Sobre o bem patrimonial, somando o seu conjunto no total de nove pastas.

Este acervo encontra-se organizado em pastas catalogadas por uma numeração que a classifica dentro dos temas que foram citados acima.

A documentação encontrada nestas pastas é a mais diversa, incluindo desde a carta do engenheiro Eduardo Knesse de Mello retratando o imóvel ao arquiteto Katinsky, a escritura e o termo de doação do Sítio do Mandú ao IPHAN, contas de água, luz, recibos de compra de madeira para restauro (canela preta em Joinville) e bilhetes internos, até boletins de informação mensal sobre os gastos de obras de restauro, ofícios entre o IPHAN e a Prefeitura do Município sobre a utilização do bem patrimonial e as obras realizadas, relatórios de vistoria, jornais locais retratando o imóvel ou os Termos de Cooperação entre o Município e o IPHAN.

---

<sup>38</sup> BORREGO, M. A. de M. **A Teia Mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)**. 2006. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Neste primeiro estágio, a documentação era fotografada e anotada, com o objetivo inicial de obter informações sobre o Sítio do Mandú. O segundo passo foi a análise da documentação destas pastas, que nos possibilitou a compreensão do funcionamento da estrutura do IPHAN, conjuntamente com o processo de doação, tombamento e restauro do Sítio do Mandú. E, paralelamente, analisamos a relação do IPHAN com os gestores do Município de Cotia, no que se refere à gestão do Sítio do Mandú e qual a memória e a história que o IPHAN realiza sobre o bem patrimonial de sua comunidade.<sup>39</sup>

Consideramos para esta pesquisa a concepção de que todo **documento é monumento**, conforme Le Goff descreve: “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”.<sup>40</sup> Assim, como no caso do Arquivo Documental da 9ª Superintendência do IPHAN-SP, o documento é produto desta instituição que o fabricou (consciente ou inconscientemente), segundo as relações de forças que nela detinham o poder. E resulta também do esforço da própria instituição para impor ao futuro determinada imagem de si própria.

Ao pesquisarmos o Arquivo Documental da 9ª Superintendência do IPHAN-SP, tivemos a oportunidade de também consultar o Acervo do Arquivo Fotográfico da mesma instituição que, no momento da pesquisa, estava sendo reestruturado.

Eduardo Augusto Costa ao analisar a importância do Arquivo Fotográfico do IPHAN, descreve que: “A fotografia desde a origem do IPHAN deteve um lugar de relevada importância e toma dimensões ainda mais claras através da sua singularidade como documento a ser incorporado nos processos de tombamento de uma dada obra”<sup>41</sup>. Por sua vez, o espaço em que se encontra atualmente o Arquivo Fotográfico da 9ª Superintendência do IPHAN-SP não representa a sua devida importância, uma vez que está acondicionado em uma pequena sala da edícula existente nos fundos da Casa da Baronesa de Itu (sede da 9ª Superintendência do IPHAN em São Paulo).

---

<sup>39</sup> Ao utilizarmos a palavra comunidade queremos nos referir a uma parcela dos antigos moradores do bairro do Caiapiá.

<sup>40</sup> LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1990, p.545.

<sup>41</sup> Ibidem. P.545.

As fotografias e os seus negativos estão guardados em pequenos envelopes de cartas, em algumas dessas cartas temos o nome do fotografo responsável, o ano da realização de tais fotos e o nome do bem patrimonial. Estes envelopes estão acondicionados em um arquivo de metal, em que cada gaveta consta o nome do bem patrimonial. O que nem sempre significa que as fotos acomodadas em tais ficheiros sejam as suas correspondentes. Como tivemos pouco tempo para pesquisar tal acervo, a pesquisa foi realizada somente na gaveta referente ao Sítio do Mandú, onde encontramos fotos de outros bens patrimoniais, o que sinaliza que poderia existir fotos correspondentes do Sítio do Mandú em outras gavetas.

A seleção das fotos do arquivo fotográfico do IPHAN para a realização dessa pesquisa ocorreu a partir de fotos que fossem inéditas, ou seja, diferentes das existentes no arquivo documental.

Vale citar que a referida seleção se deu pelas condições para pesquisar tal acervo e a delimitação de fotos para digitalização (seis fotos). Então, selecionamos fotografias que revelassem características específicas do Sítio do Mandú e outras que retratassem pessoas que frequentavam e viviam no próprio Sítio ou em seus arredores, estas simbolizaram um grande achado, pois até então as fotografias que tínhamos no acervo documental eram imagens que retratavam apenas o bem patrimonial.

Um aspecto em particular nos chama atenção: Por que as fotos que retratam os moradores e frequentadores do Sítio do Mandú, não se encontram no Arquivo Documental?

Tanto no Arquivo Documental, como no Arquivo Fotográfico do IPHAN-SP, ou ainda nas entrevistas com os intelectuais responsáveis, a memória dos antigos moradores dos arredores do Sítio do Mandú não é retratada. A diferença entre a constituição do acervo documental e o acervo fotográfico, no que se refere à escolha das fotos utilizadas para constituir cada um destes, “nos aponta um dos impasses da fotografia de arquitetura e clarifica uma série de problemas que ainda hoje podem ser constatados no fazer dos fotógrafos que servem ou serviram ao IPHAN”, como assinala Vasquez ao analisar a entrevista com a museóloga e funcionária aposentada pelo IPHAN Sr<sup>a</sup> Lygia Martins Costa.<sup>42</sup> E acrescenta:

---

<sup>42</sup> VASQUEZ, P.A. Construções mentais e imagens reais. Notas sobre o diálogo entre arquitetura e fotografia. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência. A fotografia na preservação do patrimônio cultural: uma abordagem preliminar/coordenação Francisca Helena Barbosa Lima, Mônica Muniz Melhem, Oscar Henrique Liberal de Brito e Cunha. - Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008. 106 p.; 21cm. - (Cadernos de pesquisa e

Havia uma distinção entre fotógrafos que atendiam melhor aos imperativos do IPHAN, ao oferecer imagens nítidas, precisas, diretas, capazes de subsidiar a perfeição do trabalho dos arquitetos e demais técnicos do IPHAN. Os segundos, negligenciando um pouco o enfoque puramente tecnicista para infundir a vida e função em suas imagens, nas quais a presença do Homem e da natureza se faz sentir de forma mais evidente.<sup>43</sup>

Contudo, ao analisarmos as fotografias que compõem ambos os Arquivos da 9ª Superintendência do IPHAN-SP, como fonte histórica, retornamos à reflexão de Jacques Le Goff, utilizada por Ana Maria Mauad que:

há que se considerar a fotografia, simultaneamente como imagem/documento e como imagem/monumento. No primeiro caso, considera-se a fotografia como índice, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado - condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Sem esquecer jamais que todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo. Tal perspectiva remete ao circuito social da fotografia nos diferentes períodos de sua história, incluindo-se, nesta categoria, todo o processo de produção, circulação e consumo das imagens fotográficas. Só assim será possível restabelecer as condições de emissão e recepção da mensagem fotográfica, bem como as tensões sociais que envolveram a sua elaboração. Desta maneira, texto e contexto estarão contemplados.<sup>44</sup>

É a partir de duas fotografias do Acervo do Arquivo Fotográfico do IPHAN-SP em conjunto com os álbuns fotográficos da família do “Seu Dito”<sup>45</sup> e de uma fotografia dos filhos de Dona Luzia<sup>46</sup>, que encontramos um Sítio do Mandú diferente do espaço vazio e asséptico representado pelas fotografias do Acervo do Arquivo Documental do IPHAN-SP.

São fotos que retratam a utilização deste espaço por antigos moradores, inclusive do Casarão, são bailes de adolescentes, festas de família, casamentos, passeios de bicicleta, brincadeiras de crianças, afazeres do dia a dia.

Analisamos tal conjunto documental a partir de suas lacunas, ou seja, aquilo que não se encontra explícito em uma primeira leitura ou como Walter Benjamin define a **contrapelo**<sup>47</sup> e duas questões se configuraram durante a pesquisa: a primeira diz respeito a qual a história e memória instituída para o Sítio do Mandú ao longo dos anos pelo IPHAN. E a segunda questão é como ocorre à relação entre as instituições responsáveis

documentação do IPHAN) Disponível em:

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadPesDoc\\_4\\_FotografiaPreservacao\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadPesDoc_4_FotografiaPreservacao_m.pdf). Acesso em: 21/09/2016.

<sup>43</sup> Ibidem

<sup>44</sup> MAUAD, A. M. Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 73-98. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg2-4.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf). Acesso em: 21/09/2015.

<sup>45</sup> “Seu Dito” é o Senhor Benedito Pires, que foi zelador do Sítio do Mandú por 40 Anos;

<sup>46</sup> “Dona Luzia” foi moradora do Sítio do Mandú durante a sua adolescência, quando a edificação era pertencente à “Fazenda Clotilde” do Sr. Horácio Knesse de Mello.

<sup>47</sup> BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 2012, p.244.

(IPHAN/Prefeitura de Cotia), a partir da década de 80, no que se refere à preservação e patrimonialização do Sítio do Mandú.

O segundo item do primeiro capítulo do presente trabalho, “*A Casa*” - *Sítio do Mandú, Casa Velha ou Casarão*, tem como objetivo apresentar o Sítio do Mandú e ao mesmo tempo realizar uma reflexão de como o bem patrimonial é representado pelos órgãos oficiais responsáveis por sua preservação (IPHAN/Prefeitura) e percebido por seus antigos moradores dos arredores do Sítio do Mandú. Nesta fase do trabalho, as teses de doutorado da arquiteta Lya Mayumi e do arqueólogo Eduardo Zannetini foram de extrema relevância para a compreensão dos escritos de arquitetura realizados Luis Saia, Carlos Lemos e Katinsky sobre o Sítio do Mandú.

A arquiteta Lia Mayumi<sup>48</sup> realiza um estudo sobre o restauro de Casas Bandeiristas, sobre as técnicas utilizadas e, paralelamente, analisa a manutenção ou não de um paradigma arquitetônico no processo de tombamento e patrimonialização de cinco Casas Bandeiristas pertencente à Prefeitura de São Paulo.

Por sua vez, o arqueólogo Eduardo Zanettini,<sup>49</sup> propõe uma análise histórica e arqueológica sobre a ocupação e o povoamento do vilarejo de São Paulo de Piratininga, e especificamente sobre as funções e o uso dessas Casas Rurais Paulistas, além de uma leitura atenta da bibliografia referente à história de São Paulo e sobre a arquitetura e patrimonialização dessas Casas Bandeiristas.

Em ambas as teses a Comemoração do IV Centenário da Cidade de São Paulo é referida como marco para a história do patrimônio da Cidade de São Paulo.

As comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo representaram a oportunidade oficial para a elite e a intelectualidade paulista afirmarem a superioridade política e econômica de São Paulo sobre o restante do Brasil. Para isso, as figuras das bandeiras e do Bandeirante foram transformadas em entidades míticas, nobres e dignas de pertencerem à ancestralidade paulista.

A palavra “bandeirante” foi constantemente utilizada em diversas épocas e por diferentes grupos sociais, por isso realizamos uma reflexão sobre os seus diferentes sentidos.

Em decorrência das Comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, uma casa típica da arquitetura rural paulista do século XVI, no bairro do Butantã, é transformada

<sup>48</sup> MAYUMI, L. **Taipa, canela preta e concreto: Um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo**. 2005. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

<sup>49</sup> ZANETTINI, P. E. **Maloqueiros e seus Palácios de Barro: O cotidiano Doméstico na Casa Bandeirista**. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.54.

na morada do **destemido, do bravo e heroico povo bandeirante** e passa a ser caracterizada como **Casa Bandeirista**.

No ano de 1942, o Sítio do Mandú é “redescoberto” ao acaso pelo engenheiro-arquiteto Eduardo Kneese de Mello na área da fazenda comprada por seu pai, no Bairro do Caiapiá. Ao perceber que a edificação tinha as características das típicas “Casas Bandeiristas” convida Luís Saia, VillaNova Artigas e Mario de Andrade para conferirem a edificação.

Em 1961, o arquiteto Eduardo Knesse Mello doa o Sítio do Mandú e uma área de proteção ambiental de 2000m<sup>2</sup> ao IPHAN. No mesmo ano, o Sítio do Mandú é tombado sob a proteção do IPHAN, conforme o processo nº 433T, inscrição nº332 de 12 de janeiro de 1961, folhas 55 do Livro do Tombo Histórico.

A preservação destas sedes de fazenda deve-se aos estudos realizados por Luís Saia, Carlos Lemos e Júlio Katinsky, arquitetos preocupados com a preservação do patrimônio histórico, porém também foram responsáveis pela representação que evocava mais uma vez a figura bandeirante como símbolo paulista. O que não foi diferente no caso do Sítio do Mandú.

Ao examinarmos as representações idealizadas por esses intelectuais para o Sítio do Mandú, como Casa Bandeirista, seguimos a análise de Roger Chartier no que se refere à História Cultural:

a História Cultural tem como principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída e pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões, delimitações que organizam a apreensão do mundo social. Variáveis consoantes às classes sociais ou os meios intelectuais são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro se torna inteligível e o espaço ser decifrado<sup>50</sup>

Acompanhando as concepções de Chartier, a historiadora Sandra Jatahy Pesavento analisa o conceito de representação como categoria central da História Cultural e o descreve:

As representações apresentam múltiplas configurações, e pode-se dizer que o mundo é construído de forma contraditória e variada, pelos diferentes grupos do social. Aqueles que tem o poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo tem o controle da vida social e expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças. Implica que esse grupo vai impor a sua maneira de dar a ver o mundo, de estabelecer classificações e divisões, de propor valores e normas, que orientam o gosto e a percepção, que definem limites e autorizam os comportamentos e os papéis sociais.<sup>51</sup>

<sup>50</sup> CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p.17.

<sup>51</sup> PESAVENTO, S. J. **História e história cultural**. São Paulo: Autêntica, 2008.

Para a autora, a História Cultural tem como proposta “decifrar a realidade do passado por meio das suas representações tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo.”<sup>52</sup>

Desse modo, esse segundo item do primeiro capítulo visa analisar por meio de fontes diversas (documentais, fotográficas e orais) as representações realizadas no tombamento e no restauro que transformaram o Sítio do Mandú em um espaço asséptico e vazio. Portanto, ao analisar tais fontes as compreendemos como representações do passado, pois as fontes não falam por si somente, elas exigem a análise cuidadosa com a finalidade de apreender tanto as falas quanto os silenciamentos presentes.

Ao utilizarmos como fonte desse trabalho a memória dos moradores dos arredores do Sítio do Mandú e dos intelectuais responsáveis pela preservação do bem patrimonial (IPHAN/Prefeitura), se faz necessário retornar ao debate sobre a relação entre memória e história.

A dualidade entre a história e a memória já era conhecida pelos gregos com sua linguagem mítica de apresentar o mundo, como assinala Sandra Jatahy Pesavento.

os gregos nos falaram da deusa Mnemósine, a memória, mãe das musas, entre as quais se encontrava Clio, a história”. Mnemósine e Clio deviam ter, contudo, afinidades especiais, pois ambas tinham a seu encargo a construção de narrativas sobre uma temporalidade já transcorrida. A presentificação de uma ausência, tarefa comum voltada para a representação mnemônica do passado, devia fazer de Clio a filha dileta de Mnemósine, a deusa que presidia e tutelava este rememorar das coisas acontecidas.

Mas o estilete da escrita e a trombeta da fama, atributos de Clio, reverteriam esta situação, fazendo caber à história o registro autorizado sobre o passado, atividade marcada pelo atributo de permanência do texto sobre a oralidade.<sup>53</sup>

Pesavento utiliza da explicação mitológica dos gregos para nos demonstrar a subordinação da memória pela história esta, por sua vez, se utilizando da memória como objeto e campo de ação, presidindo a tutela da rememoração, na retomada de tudo aquilo que possa resgatar as marcas do passado. A história faz da memória uma de suas marcas de historicidade, mesmo que a evocação se baseie em um relato muito particular apoiado em um vago “eu creio que me lembro” ou em um ainda mais expressivo “**ouvi dizer que**”.<sup>54</sup>

O olhar sobre a relação entre História e Memória se modifica ao longo do tempo.

Primeiramente, a memória deixa de ser vista simplesmente como um processo parcial e limitado de lembrar fatos passados, de importância secundária para as ciências humanas.

<sup>52</sup> PESAVENTO, S. J. **História e história cultural**. São Paulo: Autêntica, 2008.

<sup>53</sup> PESAVENTO, S. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Cadernos do LEPAARQ**, v. 2, n. 4, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/893>. Acesso em: 21/09/2016

<sup>54</sup> PESAVENTO, S. *Ibidem*. 2005.

Começa a ser considerada como a construção de referenciais sobre o passado e o presente de diferentes grupos sociais, embasados nas tradições e intimamente ligados a mudanças culturais. Por sua vez, a História deixa de ter a pretensão de estabelecer os fatos como realmente aconteceram. Atualmente, ainda persistem uma série de diferenças no que se refere a como considerar a memória para a construção de uma interpretação histórica.

Com o objetivo de pensar o conceito de memória, tornou-se fundamental o retorno ao conceito central da obra de Maurice Halbwachs<sup>55</sup> de “memória coletiva” e de trabalhos importantes que se encontram em diálogo com a obra desse pensador e que, paralelamente, realizam a reflexão sobre a aceleração da História e a obstinada patrimonialização da sociedade atual. São os casos de *Entre memória e história: a problemática dos lugares*<sup>56</sup> texto de 1984 do historiador Pierre Nora, de Joel Candau em sua obra *Memória e Identidade*<sup>57</sup> e de François Hartog em seu artigo *Tempo e Patrimônio*<sup>58</sup>. Por sua vez, a utilização do conceito de enquadramento da memória apresentado nos ensaios *Memória, Esquecimento, Silêncio*<sup>59</sup> e em *Memória e Identidade Social*<sup>60</sup> do historiador Michael Pollak (publicados respectivamente em 1989 e 1992), é utilizado para debater a memória dos intelectuais responsáveis pela preservação do Sítio do Mandú.

O segundo capítulo, “*Bicho carpinteiro nunca para!*” *A memória dos intelectuais responsáveis pela preservação do Sítio do Mandú*, visa analisar a memória dos intelectuais do IPHAN e da Prefeitura de Cotia responsáveis pela salvaguarda e preservação do Sítio do Mandú. Ao realizarmos as entrevistas com esses intelectuais, os relatos de suas memórias nos apresentaram uma perspectiva totalmente diferente da que, até então, tínhamos por meio da análise da bibliografia e da documentação sobre as instituições responsáveis pelo patrimônio, no caso o IPHAN-SP e a Prefeitura de Cotia.

Buscamos entender as memórias da atuação desses intelectuais considerando suas múltiplas dinâmicas e não como mera lembrança de fatos passados que têm relevância no processo de construção da escrita da História. “Realmente, o importante é não ser a memória

<sup>55</sup> HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

<sup>56</sup> NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Trad. de Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo: CEDUC, n. 10, dez/1993, p.7-28.

<sup>57</sup> CANDAU, J. **Memória e identidade**. Trad.: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011, p.23.

<sup>58</sup> HARTOG, F. Tempo e Patrimônio. **Varia Historia**, Belo Horizonte: v.22, n.36, p.261-273. Jul/Dez 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf> Acesso em: 21/09/2016.

<sup>59</sup> POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 26 Set. 2016.

<sup>60</sup> POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>. Acesso em: 26 Set. 2016.

apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações.”<sup>61</sup>

A escolha dos entrevistados ocorreu por serem figuras de atuação destacada em relação ao tema, julgadas mais representativas e cujos depoimentos pareciam essenciais para a realização deste trabalho. Os selecionados para entrevista foram o Sr. José Saia Neto<sup>62</sup>, arquiteto e ex-técnico do IPHAN-SP – período de 1967 a 2010. Sua entrevista foi fundamental para o entendimento do funcionamento estrutural e metodológico do órgão e a Sra. Cristina Oka Jornalista é Turismóloga e ex-Diretora de Turismo e Cultura da Prefeitura de Cotia- período 2001 a 2011, em parceria com o IPHAN coordenou pelo Município de Cotia o “Circuito Turístico Taypa de Pilão”. Ambos estavam no exercício dos seus cargos durante a realização da obra de restauro do Sítio do Mandú.

As entrevistas tiveram a duração de aproximadamente 120 minutos e ocorreram nos respectivos locais de trabalho destes profissionais. No caso do Sr José Saia Neto, a entrevista foi realizada no espaço do Arquivo Documental da 9ª IPHAN-SP e da Sra. Cristina Oka, no escritório do restaurante do seu esposo no bairro do Bixiga.

Inicialmente, as entrevistas foram realizadas de forma semiestruturadas com esses intelectuais e partiram de algumas questões centrais como, por exemplo, a própria relação entre o IPHAN e a Prefeitura de Cotia, no que se refere à preservação do Sítio do Mandú, a relação com a comunidade, a constante ameaça da especulação imobiliária sobre a área em que se encontra o bem patrimonial e o plano de uso para o Sítio do Mandú. Mas, conforme a entrevista foi se desenvolvendo, outras temáticas surgiram, como o desafio diário do que é trabalhar com o patrimônio, suas alegrias e suas constantes angústias e, principalmente, o sentimento de “solidão” por parte destes profissionais, muitas vezes por não se sentirem representados por suas respectivas instituições.

A ideia inicial era pesquisar as fontes, a partir da década de 70, devido às diversas transformações que representaram o início da descentralização administrativa do IPHAN, constituindo em uma atuação compartilhada entre Estados e Municípios conjuntamente com a ampliação do conceito de patrimônio cultural brasileiro, mas ao investigar as fontes

---

<sup>61</sup> PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP.** (Projeto História: Cultura e Representação) São Paulo, n. 14, fev.1997, p.33.

<sup>62</sup> José Saia Neto filho mais velho de Luís Saia (arquiteto e Chefe da Superintendência do IPHAN, durante o período de 1945 a 1975) Carlos G. F. Cerqueira e José Saia Neto reconstituíram a história relativa à administração da capela confiada aos descendentes de Fernão Paes de Barros, desde sua constituição em 1681 até o período posterior à extinção do sistema de *morgadio*, vigente no Brasil até o ano de 1835. CERQUEIRA, Carlos G. F., SAIA NETO, José. Sítio e Capela de Santo Antônio: roteiro de visitas. São Paulo, 9ª Coordenadoria Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1997.

documentais da 9ª Superintendência do IPHAN, percebemos que registros das “tentativas” de parceria entre o IPHAN e o Município de Cotia sobre a administração do Sítio do Mandú aparecem somente a partir na década de 80.

Por isso, e com o objetivo de situar o leitor, dividimos o capítulo em subtítulos, no primeiro, 2.1 “Novos Ventos”- as transformações na Política Patrimonial e na estrutura do IPHAN, realizamos uma reflexão sobre as reformulações da política pública de preservação do patrimônio e de como essa deixa de ser responsabilidade exclusiva da União e passa a ser compartilhada entre Estados e Municípios, realizamos uma síntese histórica das transformações institucionais a partir das décadas de 50 até os anos 80.

O segundo subtítulo 2.2- “A relação IPHAN – Prefeitura – e a especulação imobiliária no entorno do Sítio do Mandú”, analisamos as primeiras tentativas de diálogo e de ações conjuntas entre IPHAN e a Prefeitura de Cotia sobre a preservação do Sítio do Mandú em meados dos anos 80, conjuntamente com o processo de especulação imobiliária que o Município e a área envoltória do bem patrimonial passam a serem alvos e finalizamos no ano de 2010 com a tentativa de construção de mais um empreendimento imobiliário na área envoltória do Sítio do Mandú, obra que atualmente se encontra embargada pelo Ministério Público Federal.

O terceiro subtítulo 2.3 - A casa restaurada e a questão do seu uso, é uma análise sobre as ações desenvolvidas sob a coordenação da Diretoria de Turismo e Cultura do Município em parceria com o IPHAN e com outras instituições, a partir da finalização das obras de restauro do Sítio do Mandú no ano de 2006. Entre as ações realizadas duas são objetos de análise o *Programa de Educação Patrimonial* e o *Circuito Turístico Taypa de Pilão*.

Para a compreensão da trajetória da constituição das ideias de patrimônio no Brasil e consecutivamente sobre as transformações internas pelas quais o IPHAN passou ao longo dos anos, obras como de Sérgio Miceli - *Estado e Cultura no Brasil*, e de Maria Cecília Londres Fonseca - *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*, de Maria Amélia Jundirian Corá - *Do material ao imaterial: Patrimônios Culturais do Brasil*; foram de extrema relevância para a compreensão da trajetória da constituição das ideias de patrimônio no Brasil.

Na coletânea *Estado e Cultura*<sup>63</sup>, o sociólogo Sérgio Miceli apresenta uma visão panorâmica da atividade cultural na década de 70. Ele apresenta uma perspectiva de conjunto sobre as relações entre os principais grupos de interesses atuantes no campo da produção

---

<sup>63</sup> MICELI, S. (Org). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984.

cultural ao longo da atribulada década da “abertura” política no Brasil e, por fim, demonstra a relevância das mudanças ocorridas nos setores governamentais especializados na administração da cultura para os avanços democráticos logrados no plano político.

A obra *O Patrimônio em Processo*, de Maria Cecília Londres Fonseca<sup>64</sup>, debate as diferentes concepções e formas de atuação em dois períodos importantes: o momento fundador, nos anos 30 e 40, liderado inicialmente por Rodrigo Melo Franco de Andrade, em que prevaleceu a visão modernista e a preservação do patrimônio edificado e o momento renovador, nos anos 70 e 80, liderado por Aloísio Magalhães, em que a noção de patrimônio histórico foi ampliada com a ideia de “bem cultural”. Já a obra de Maria Amélia Jundirian Corá - *Do material ao imaterial: Patrimônios Culturais do Brasil*<sup>65</sup> analisa o processo de implantação do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI), criado por decreto nº 3.551/2000 e executado pelo IPHAN desde 2000. Apesar do recorte da obra ser focado nos patrimônios imateriais, a autora realiza um histórico da política cultural brasileira de 1934 a 2010, analisando a atuação do Estado nas questões culturais.

As ações dos intelectuais do IPHAN/Prefeitura ao identificar, catalogar, restaurar, conservar, preservar, fiscalizar e difundir, são ações realizadas a partir de escolhas, como advertiu Jacques Le Goff: “o que sobrevive enquanto memória coletiva de tempos passados não é o conjunto dos monumentos e documentos que existiram, mas o efeito de uma escolha realizada pelos historiadores e pelas forças que atuaram em cada época histórica”.<sup>66</sup>

De acordo com Fonseca: “Em geral, as políticas de preservação são conduzidas por intelectuais de perfil tradicional (historiadores, artistas, arquitetos, escritores etc.) que se propõem a atuar no Estado em nome do interesse público, na defesa da cultura, identificada com os valores das camadas cultas.”<sup>67</sup>

E, no caso específico do Sítio do Mandú, se atualmente sua edificação se encontra preservada é graças ao esforço pessoal de alguns desses intelectuais, especificamente Sr. José Saia Neto e Sra. Cristina Oka.

Portanto, ao tentarmos compreender a atuação destes intelectuais nos aproximamos do trabalho de Maria Cecília Londres Fonseca em *O Patrimônio em Processo*. Porém, como objeto de estudo focaremos as práticas institucionais desses intelectuais sobre a patrimonialização do Sítio do Mandú, que podem ser mais ou menos democráticas.

<sup>64</sup> FONSECA, M.C.L. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MINC – Iphan, 2005.

<sup>65</sup> CORÁ, M. A. J. **Do material ao imaterial: Patrimônios Culturais no Brasil**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2014.

<sup>66</sup>

LE GOFF, J. Op. Cit. p.535.

<sup>67</sup> FONSECA, M. C. L. Op. cit., p.23.

O patrimônio sendo determinado por uma memória oficial desconhece a pluralidade cultural e as identidades particulares em favor das identidades nacional ou regional. Instituído pelo Estado como representação do “passado de todos”, com o qual poucos se identificam, a pergunta que fica é: A quem atende o Patrimônio?

No caso do Sítio do Mandú, qual a memória existente dos moradores do seu entorno, a **memória oficial** ou a **memória social**? Como está memória é representada pela população? Qual a relação existente entre o bem tombado - o Sítio do Mandú - e a sua comunidade?

O terceiro capítulo – *Pode entrar, a Casa é sua!* - tem como principal objetivo analisar as narrativas de memórias de moradores antigos e novos vizinhos do Sítio do Mandú e dos responsáveis pela gestão do bem patrimonial. Neste capítulo, pretendemos destacar também “aqueles gêneros ou situações nas quais a história se constrói como memória” ou inversamente as fronteiras nas quais “a memória que se torna História.”<sup>68</sup>

Por meio da história oral, aspectos das experiências vividas, em diferentes circunstâncias, adquirem sentido social. Sendo assim, as narrativas do cotidiano das pessoas comuns se configuram como história e memória, se traduzem em lembranças que recriam o sentido das lembranças e refaz os sentidos da experiência através da linguagem. Em sua trajetória pessoal e social, cada sujeito concebe os fatos e os acontecimentos vividos como uma experiência de saberes comunicáveis pela linguagem. Esses saberes particulares, que circulam nas práticas cotidianas, são um saber-memória que se expressa nas histórias que contamos e que nos foram contadas.<sup>69</sup>

Em suma, de acordo com Paul Thompson, a história oral é uma história construída em torno das pessoas. “[...] Ela lança vida dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo...”<sup>70</sup> Portanto, a coleta de dados orais com os antigos moradores do Caiapiá é fundamental para o estudo de memória e das significações e representações que se tem sobre o passado do bairro do Caiapiá e do Sítio do Mandú.

As entrevistas com os antigos moradores do Bairro do Caiapiá, em conjunto com as entrevistas dos intelectuais responsáveis pela preservação do Sítio do Mandú, evidenciam a existência de disputas simbólicas mediadas por discursos e narrativas entre aqueles que são responsáveis pela organização racional e funcionalista do espaço (IPHAN e Prefeitura) e os moradores vizinhos ao Casarão do Mandú que se reapropriaram do espaço como lugar

---

<sup>68</sup> BARROS, J.D. História e Memória - uma relação na confluência entre tempo e espaço. *Mouseion*, v.3, n.5, jan-jul/2009.

<sup>69</sup> CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

<sup>70</sup> THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. São Paulo: Paz e Terra, p.44, 1992.

praticado que, por sua vez, carrega uma narrativa própria, numa espécie de bricolagem em que fragmentos diversos de memórias são unidos, sobrepostos com intuito de produzir sentido a determinado local.

Realizamos entrevistas com antigos moradores do bairro do Caiapiá, com dona Luzia Tibúrcio de Lima (75 anos) moradora do Sítio do Mandú (durante a sua adolescência ainda quando o Sítio do Mandú era fazenda com criação de gado e propriedade do Sr. Horácio Knesse de Melo) e com a família do Seu “Dito” (Sr. Benedito Pires 1931 - 2010), zelador do Sítio do IPHAN por 40 anos. As entrevistas foram realizadas com a sua esposa D. Nair Francisco Machado Pires (79 anos), com as filhas Nadir Francisco Pires Martins (55 anos) e Helena Francisco Pires Pereira (50 anos) e os netos – Priscila Pires Martins Rudnick (39 anos) e Gustavo Pires Pereira (30 anos) - que também viveram no sítio até a vida adulta. Com moradores dos arredores do Sítio do Mandú, mas ainda dentro dos limites do Bairro do Caiapiá, Sr. Pedro Tadaí (82 anos) e Dona Maria Aparecida de Oliveira Tadei (77 anos), caseiros da chácara vizinha ao Sítio pertencente ao antigo Supermercado Bazar 13, Sr. Mauro Santos e Silva (68 anos), dono de uma vendinha no bairro do Caiapiá, que era pertencente ao seu pai, trabalha e mora no bairro há mais de 40 anos e o seu irmão Seu Bento Gonçalves (70 anos) atualmente funcionário da Secretária de Saúde de Cotia.

As entrevistas tiveram a duração entre 60 minutos e 120 minutos. A maioria dos entrevistados é composta por “velhos” moradores entre os 60 e 80 anos de idade, com exceção dos netos do “Seu Dito” – Gustavo e Priscila. Primeiramente, as entrevistas foram realizadas com os moradores mais velhos do Bairro do Caiapiá, utilizamos a designação “memória de velhos”, parafraseando a obra de Ecléa Bosi <sup>71</sup> na qual a autora elimina eufemismos como “terceira idade”, “melhor idade” ou “idosos” que são normalmente utilizados, mas que têm o propósito de encobrir um debate mais importante, que é o da função social da velhice na sociedade, como agentes de socialização e aculturação, papéis que, gradativamente, foram se perdendo nas sociedades ocidentais.

Ao escolhermos os moradores idosos <sup>72</sup> e suas memórias, levamos em conta serem os velhos “a fonte de onde jorra a essência da cultura, ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara”<sup>73</sup>.

---

<sup>71</sup> BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: TA. Queroz, p.15, 1994.

<sup>72</sup> no caso da Dona Nair, Seu Pedro e Dona Maria Tadaí, Seu Bento, Sr. Mauro Gonçalves e Dona Luzia Tibúrcio

<sup>73</sup> CHAUI, M. S. Os trabalhos de memória. Apresentação. IN: BOSI, E. **Memória e Sociedade**: Lembranças de Velhos, São Paulo. Companhia das Letras, p.18, 1994.

Ao buscarmos os moradores mais antigos no Bairro do Caiapiá, priorizamos aqueles que vivenciaram as transformações pelas quais passaram o bairro do Caiapiá e o Sítio do Mandú. A narrativa de suas memórias nos apresentam os significados e representações atribuídos por esses antigos moradores às transformações da paisagem, o trabalho com a terra e com os animais, as formas de sociabilidade dentro do grupo familiar e entre vizinhos, as estórias de assombrações, a morte e a sua relação com o *Casão* - o Sítio do Mandú.

Com exceção da Família Pedroso – Seu Bento e o seu irmão Mário que são nascidos em Cotia, as demais famílias são originárias de outras cidades do interior paulista e vieram para Cotia, na década 50, à procura de melhores condições de vida e de trabalho. Essas famílias, anterior à sua fixação na cidade de Cotia, já possuíam a experiência no trabalho no campo. São os casos das famílias Tibúrcio, Tadaí e Pires.

As entrevistas com esses antigos moradores foram feitas em suas respectivas casas. Cada entrevista realizada proporcionava um novo contato, configurando-se assim uma “rede de colaboradores”, que nos possibilitou olhares diferentes sobre o viver no Bairro do Caiapiá e a relação destas famílias com o Sítio do Mandú.

As entrevistas foram iniciadas com as explicações de seus objetivos e a solicitação para que a pessoa entrevistada nos contasse como era a vida no Bairro do Caiapiá e o que o Sítio do Mandú representa em suas memórias. Houve a preocupação de registrar claramente quando e onde se deram os acontecimentos e, durante a ocorrência das entrevistas, realizamos a anotação de palavras-chaves, o que nos possibilitou a identificação de temas comuns a todas as entrevistas: a situação do trabalhador, a precariedade das condições de vida, a solidariedade entre vizinhos, as transformações ambientais, festas, romarias e brincadeiras. A transcrição foi realizada retirando as perguntas e palavras repetidas, em favor de um texto mais claro e fluente. Alguns erros de linguagem foram mantidos por representarem as características da fala do próprio entrevistado, como a palavra “fia” (filha) de Dona Nair e o “cês” (vocês) de Dona Nadir, filha do Seu Dito e da Dona Nair.

A memória narrada por esses antigos moradores não se ateve a uma cronologia específica dos acontecimentos, mas nos ofereceu pontos de referência espaciais, como o Rio das Pedras, a casa lá de baixo, o casão (Sítio Mandú), o bar, a escola. São os pontos de referência que estruturam nossa memória e a inserem na memória da coletividade a que

pertencemos, como disse Maurice Halbwachs<sup>74</sup>, ou, dito de outra maneira, "A memória pendura-se em lugares, como a história em acontecimentos".<sup>75</sup>

As memórias narradas por esses antigos moradores do Bairro do Caiapiá, em sua totalidade, versavam sobre essa vida no passado. Do presente, só falavam através da negação, do que já havia sido destruído, das ausências, daquilo que hoje não há mais.

Para os fins do que se pretende abordar como construção e transmissão da memória nos arredores desta "Casa Bandeirista", utilizarei a ideia de "metamemória", proposta por Jöel Candau, pensada como o elo possível entre a memória individual e a coletiva.

Conforme, Candau:

A metamemória é uma parte da representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que ele tem, e de outra parte o que ele diz". É uma memória reivindicada, ostensiva... A metamemória é uma dimensão essencial da construção da identidade individual ou coletiva. Em sua forma coletiva, é a reivindicação compartilhada de uma memória que se supõe ser compartilhada. Ela é, a esse nível, a substância mesma do discurso patrimonial que é, sempre, um discurso sobre a memória. Ela alimenta os imaginários dos membros do grupo os ajudando a se pensar como uma comunidade e contribui para modelar um mundo onde o compartilhar patrimonial se ontologiza.<sup>76</sup>

Debatida como a representação que cada sujeito faz de sua própria memória, a metamemória se vincula àquilo que Candau denominou como "sócio-transmissores" tais como a família, a religião, a narrativa. Portanto, quando se passa do indivíduo ao grupo, essa metamemória é uma dimensão essencial da crença em uma memória compartilhada e reivindicada, ressaltando aqui a ideia de "acreditar ser", o que se diferencia do "efetivamente" ser.

Quando falamos em história oral, estamos falando de pesquisa histórica que utiliza uma fonte de caráter memorial, produzida, normalmente, pelo pesquisador em diálogo e interação com os entrevistados, uma fonte que, como outras selecionadas na pesquisa, deve ser submetida a um tratamento analítico.<sup>77</sup>

Por consideramos a utilização dos depoimentos desses antigos moradores entorno da "Casa Bandeirista" e dos representantes dos órgãos de preservação na esfera federal e municipal como uma das fontes de pesquisa, a intenção não é a de simplesmente contrapor os fatos a memória, mas o de utilizar o material dos depoimentos segundo a perspectiva de que "o material bruto da história oral não consiste apenas em declarações factuais, mas é a

<sup>74</sup> HALBWACHS, M. **Memória Coletiva**, São Paulo: Centauro, 2004.

<sup>75</sup> NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo: n. 10. p. 7-28, 1993.

<sup>76</sup> CANDAU, J. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas: v.1, n.1, dez-mar. 2009, p.51. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/site/revista/edição-01>. Acesso em: 15/08/2012.

<sup>77</sup> ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.23.

expressão e representação de cultura, e, portanto inclui não só narrativas literais, mas também as dimensões da memória, ideologia e desejos inconscientes.”<sup>78</sup>

E “a primeira coisa que torna a história Oral diferente, portanto, é que ela nos conta menos sobre eventos e muito mais sobre significados.”<sup>79</sup>

Portanto, não pretendemos neste trabalho realizar uma reconstituição histórica referente ao Sítio do Mandú (da sua fundação a sua patrimonialização), mas sim o de refletir sobre a própria história; o que é e quais as condições de produção da história e, ainda, sobre as diversas histórias produzidas de acordo com o lugar específico ocupado por cada ator envolvido.

---

<sup>78</sup> PORTELLI, A. As peculiaridades da História Oral. **Oficina de História**, n.12, 1981. P. 99.

<sup>79</sup> PORTELLI, A. *Ibidem*, p. 99.

## CAPÍTULO I – A CIDADE E A CASA

### 1.1 Koty, Acutia, Cutia, Cotia - Apresentando a Cidade

*“As cidades, como os sonhos, são construídos por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que suas alegrias sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas e que todas as coisas escondam outra coisa.”<sup>80</sup>*

A Rodovia Raposo Tavares é o grande pórtico de entrada para o município de Cotia. A linearidade de sua estrutura cruza a cidade rumo ao Oeste Paulista. O percurso existente da Rodovia se sobrepôs, em sua grande parte ao mesmo caminho que era utilizado pelos indígenas anteriormente à colonização.

Denominada pelos indígenas de *Peabiru*<sup>81</sup> e, posteriormente, de caminho de São Tomé pelos jesuítas, essa trilha nativa levava ao sul do país. O seu trajeto foi utilizado nas incursões sertanistas saídas de São Paulo de Piratininga para o apresamento de indígenas e na busca de metais preciosos e, conjuntamente, para o escoamento da produção agrícola de cereais e comercialização de gêneros de subsistência. Mais tarde, por ela passaram tropeiros que saíam da vila de Sorocaba em direção a São Paulo, para vender mulas e mercadorias vindas do Sul do país.

Sérgio Buarque de Holanda assinala a importância desses caminhos: “Para o sertanista branco e mameluco, o incipiente sistema de viação que aqui encontrou foi um auxiliar tão prestimoso e necessário quanto o fora para o indígena.”<sup>82</sup>

Por sua vez, o conhecimento indígena para a realização destas caminhadas foi assimilado pelos colonos paulistas, como a identificação dos menores vestígios da passagem de animais ou pela prática de sinalizar e marcar pontos de orientação – como, “por exemplo, o uso de dobrar os galhos, ou de golpear os troncos de árvore ainda frequentes entre a gente do interior.”<sup>83</sup> Sérgio Buarque retrata a qualidade de certas trilhas indígenas, como o do *Peabiru*, “eram mais do que picadas intratáveis” e analisa que “além disso, ao longo de algumas vias, certas paragens servissem para a instalação de pouso de reuniões, que por sua vez eram pontos de partida para povoações mais estáveis.”<sup>84</sup>

<sup>80</sup> CALVINO. Í. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.116.

<sup>81</sup> Peabiru, Piaburu ou Piabiyu, que significa “caminho” em guarani (pia, bia, pe, bia; ybabia: caminho que leva ao céu), conforme assinala o Pe. Paulo Restivo em suas obras clássicas (vocábulo de la lengua guarani, p. 151/152, e *linguae Guarani Gramatica*, p.296). Cf. ACQUAVIVA M. C. **Lendas e tradições das Américas – Arqueologia, etnologia e folclore dos povos latino-americanos**. São Paulo: Ed. Hernus, s/d.

<sup>82</sup> HOLANDA, S. B. **Caminhos e Fronteiras**. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 15.

<sup>83</sup> *Ibidem*. p. 17.

<sup>84</sup> HOLANDA. S.B. **Capítulos de Expansão Paulista**. 4ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p.40.



Imagem 01 – Mapa elaborado por Francisco Tosi Colombina. O Caminho Velho para Goiás. Detalhe de: Mappa da Capitania de S. Paulo e seu sertão, em que se vem os descobertos, que lhe foram tomados das Minas Geraes, como também o Caminho de Goyazes, com todos os seus pouzos, e passagens (entre eles Cotia), delineado por Francisco Tosi Colombiana. Séc. XVIII. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.<sup>85</sup>

A instauração do povoado de Cotia ocorre ao longo desse caminho indígena que ligava o Planalto de Piratininga a Guairá e ao atual Paraguai, passou por estágios de fundação primeiro de capela a freguesia, antes de ser elevada à categoria de vila. Serviu de defesa natural para o vilarejo de São Paulo de Piratininga e como portão de entrada para a exploração do sertão. Com o passar do tempo, colonos paulistas se “afazendaram” na região.

Esse mesmo caminho indígena utilizado tanto por bandeirantes como por tropeiros se constitui na base do que atualmente denominamos Rodovia Raposo Tavares.

De antigo caminho de burros à rodovia. A relação da estrada e da cidade configura-se desde a origem de ambas, para Savioli, “a estrada induziu todo esse processo de transformação e essa relação é clara desde a origem de ambas, no momento em que o rio deixou de ser a referência e a estrada passou a estruturar a formação do novo núcleo de Cotia.”<sup>86</sup> E conclui:

A estrada construiu a cidade, num primeiro momento como um núcleo e depois linearmente, por meio da antiga estrada São Paulo- Sorocaba, quando sobrepôs à sua função técnica de tráfego, a função de estruturar a ocupação do Município. Mesmo

<sup>85</sup> BUENO, B.P.S. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). *An. Mus. Paul.* 2009, v. 17, n.2, p.251-294. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142009000200013> Acesso em: 21/09/2016.

<sup>86</sup> SAVIOLI, M. L. *A cidade e a estrada: as transformações urbanas do município de Cotia ao longo da Rodovia Raposo Tavares*. São Paulo: EDICON, 2007, p.116.

antes dos constantes investimentos iniciados a partir de 1922, quando da primeira intervenção no seu traçado como obra pública, o espaço das suas margens foi se produzindo ou reproduzindo, reafirmando ou destinando novas finalidades às formas espaciais existentes ou determinando outras.<sup>87</sup>

Em 1922, o então presidente da província, Washington Luís, inaugurou as obras da Estrada São Paulo-Cotia-São Roque, parte do tronco denominado São Paulo-Paraná no Plano Geral de Viação de Rodagem do Estado de São Paulo. De 1949 a 1951, com seu traçado corrigido e pavimentado, atingiu Sorocaba, e em 1953, como uma das ações das comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, a estrada foi rebatizada com o nome de **Rodovia Raposo Tavares**.



Imagens 02 e 03 – Matérias jornalísticas sobre a construção da Rodovia Raposo Tavares<sup>87</sup>

<sup>87</sup>SAVIOLI, M. L. Op cit., p.115.

<sup>88</sup> As imagens apresentadas foram retiradas do site do jornal Cotia Agora, de uma matéria escrita pelo jornalista Senhor Roberto Kodiak (divulgada em 15 de maio de 2015), na coluna semanal “Cotia Retrô” intitulada “Raposo Tavares nos anos 20 e 50”, são reproduções de uma antiga matéria da TV Globo que o Sr. Beto guardou em seus arquivos. As imagens não possuem a datação exata, são referentes à abertura e obras da Raposo Tavares nos

Ao longo dos anos, a cidade de Cotia, como qualquer outra cidade, se modernizou, o que originou significativas alterações em sua paisagem. Como expressão deste processo de modernização designamos a duplicação da Raposo Tavares nos anos 70, consecutivamente ao aumento da especulação do mercado imobiliário e, por último, a construção do Trecho Oeste do Rodoanel, que por meio de um TAC (Termo de Ajuste de Conduta) possibilitou o restauro do Sítio do Mandú em 2005.

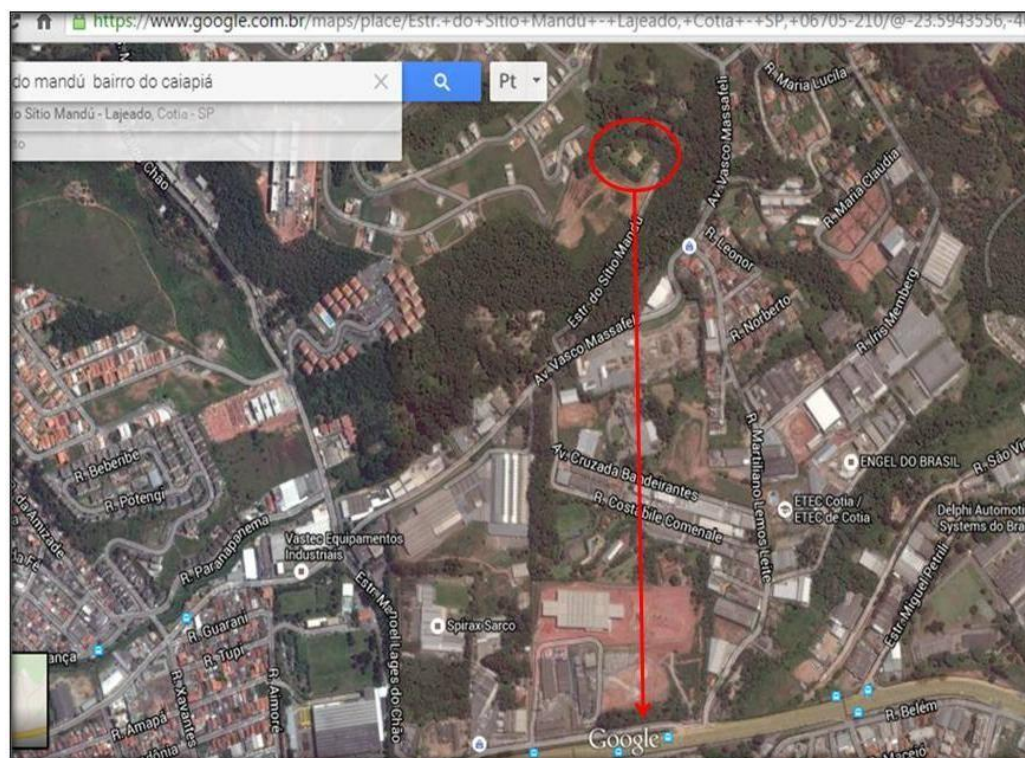


Imagem 04 – Vista aérea do Bairro do Caiapiá e a localização Sítio do Mandú em relação à Rodovia Raposo Tavares<sup>89</sup>

Com a duplicação da rodovia Raposo Tavares, o bairro do Caiapiá<sup>90</sup> passou a ser tangenciado pela Rodovia. Área que até a década de 70 foi ocupada por sítios e chácaras.

A linearidade da rodovia gerou a segregação da cidade de Cotia em núcleos distintos e desligados entre si, tanto no que se refere à situação política, quanto econômica e social. No caso específico que contempla este estudo foi exatamente o que aconteceu com o bairro do Caiapiá I, núcleo de povoamento onde se encontra localizado o Sítio do Mandú.

anos 50, o que se verifica pela primeira foto relatando a inauguração da Rodovia S. Paulo – Paraná pelo então presidente do estado de São Paulo Ademar de Barros. Acervo fotográfico Beto Kodiak, divulgado no site do jornal Cotia Agora <http://www.jornalcotiaagora.com.br/cotia-retro-e-a-raposo-tavares-nos-anos-20-e-50/> Acesso em: 11/05/2016.

<sup>89</sup> No alto da imagem avistamos o Sítio do Mandú e o seu entorno com sua conturbada urbanização

Imagem retirada do Google Earth. Acesso em: 08/05/2016.

<sup>90</sup> Antiga Campina do Caiapiá – possível local do I povoamento da cidade, onde se encontra o Sítio do Mandú.

Em nome do progresso e da modernização a Cidade cresce sobre as suas próprias ruínas, sobre a sua própria História. O que nos remete à análise de Benjamin sobre o progresso que aterroriza a figura do Angelus Novus de Paul Klee.

Há um quadro de Klee que se chama Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.<sup>91</sup>

Atualmente o bairro do Caiapiá é uma região ocupada por uma mescla de loteamentos populares, galpões industriais, um pequeno comércio local e mais recentemente por condomínios voltados para a classe média.

A historiografia oficial construiu uma memória linear e homogênea sobre Cotia e sobre o Sítio do Mandú, mas em contraponto a essa história oficial do Sítio do Mandú, interessa-nos pensar os lugares como resultado das pessoas e do uso que fazem do espaço.

Seguimos os passos de Walter Benjamin, como um autor apaixonado pela cidade e escritor da Modernidade, que já diagnosticava com precisão a pobreza de experiência do mundo contemporâneo e nos demonstra o quanto é necessário resgatar do esquecimento aquilo que poderia fazer de nossa história outra história. É necessário que retomemos a memória e tudo aquilo que foi esquecido como armas na luta para tirar do silêncio um passado que a “história oficial” enterrou e que celebra apenas os triunfos, os grandes homens, os grandes feitos, ou seja, é a vitória do vencedor sobre a tradição dos vencidos. Fazer a História a **contrapelo**.<sup>92</sup>

A intenção deste capítulo não é analisar a produção historiográfica local, mas vale relatar o alcance significativo de algumas destas obras sobre a história do município de Cotia. Os autores destes trabalhos, alguns são historiadores profissionais outros diletantes, curiosamente são pessoas que ocuparam cargos públicos no município de Cotia e suas produções são facilmente encontradas nas bibliotecas das escolas e são utilizadas como um “manual” sobre a História da região, transformando-se em espaço de memória coletiva e identidade.

<sup>91</sup> BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 226.

<sup>92</sup> BENJAMIN, W. Ibidem p.244.

“A produção historiográfica local, ora ressalta os ‘heroicos bandeirantes’ como os fundadores do povoado de Cotia, inclusive como representantes de uma ‘odisseia povoadora’ e religiosa”<sup>93</sup>, como cita Barcellos, realizadas por famílias poderosas, como dos Paes, Camargos, Godois, Pires e os Quadros, ou como uma pequena povoação de estrada empobrecida, que surgiu devido às viagens entre São Paulo e Sorocaba e, mais tarde, como pouso para os tropeiros.

A história do Sítio do Mandú está atrelada à história da origem e do povoamento da cidade de Cotia, que por sua vez remonta à história do povoamento de São Paulo de Piratininga, por isso retornamos brevemente aos campos de São Paulo de Piratininga.

O Sítio do Mandú serviu como descanso para os viajantes, que usavam o local como parada estratégica para recompor suas energias e retomar a viagem. Eles passavam pela região acessando antigas trilhas indígenas, em direção ao sul do país e interior, em sua busca de índios e riquezas tais como reservas minerais de ouro, prata e diamantes.

O povoado de Cotia ao mesmo tempo que se constituía como um dos núcleos povoadores responsáveis por ampliar as condições de defesa da vila de Piratininga, se caracterizava como unidade de abastecimento e produção agrícola diversificada responsável por abastecer as zonas de mineração em Minas Gerais e o restante da colônia. Transformou-se com o passar do tempo num ponto de convergência de tropas e tropeiros, conectando-se com o restante da colônia através de uma nova rede de caminhos terrestres, dando espaço ao “cinturão caipira”.<sup>94</sup>

No ano de 1554, os padres Manoel da Nóbrega e José Anchieta fundaram São Paulo de Piratininga, um dos primeiros núcleos de povoamento e catequização do interior brasileiro. Separados da costa pela barreira natural da Serra do Mar, os primeiros missionários e os colonizadores se voltaram cada vez mais para o “sertão”, percorrendo caminhos com a ajuda dos índios e utilizando-se da rede fluvial formada pelo Tietê, o Paraíba do Sul e outros rios.

É fato que a posição geográfica de São Paulo favorecia a ocupação em direção ao interior. Como analisou Pasquale Petrone, o planalto cumpria “a função de cabeça de ponte para a penetração em direção ao interior.”<sup>95</sup>

Esse deslocamento só foi possível devido à existência de um vasto sistema de caminhos terrestres denominado pelos indígenas de *Peabiru* ou Caminho de São Tomé

---

<sup>93</sup> BARCELLOS, J. **Cotia: da odisseia brasileira de São Paulo nas referências do povo carijó**. São Paulo: Cotia Cultural, 1993. P. 32.

<sup>94</sup> LANGENBUCH, J.R. **A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia, Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1971.p.13-35.

<sup>95</sup> PETRONE, P. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p.10.

(conforme a denominação dos jesuítas). Sérgio Buarque de Holanda o descreve como “largo de oito palmos, por onde nascia uma erva miúda que, dos dois lados, crescia até quase meia vara, e ainda quando queimassem os campos nascia sempre aquela erva e do mesmo modo.”<sup>96</sup>

No caso específico dos paulistas, esse constante deslocamento significava o “remédio para a pobreza”<sup>97</sup>. O fato é que esta situação, para os paulistas ao longo do Século XVI até as primeiras décadas do século XVIII, foi a justificativa para as expedições itinerantes para desbravar o sertão, ora estimuladas pela Metrópole, ora por iniciativa particular, tendo em vista o apresamento de índios para vendê-los como mão de obra escrava.

Como afirma John Monteiro:

apesar dos pretextos e resultados variados que marcaram a trajetória das expedições, a penetração dos sertões sempre girou em torno do mesmo motivo básico: a necessidade crônica da mão de obra indígena para tocar os empreendimentos agrícolas dos paulistas e para o transporte de mercadorias.<sup>98</sup>

A crescente necessidade da mão de obra indígena seja para a produção e o transporte de excedentes agrícolas, seja para outros afazeres, ocasionou o surgimento de novos aldeamentos, e ampliou o número de expedições para o sertão (1628-1641). O que, por sua vez, ocasionou inúmeros ataques indígenas sobre o vilarejo de São Paulo de Piratininga.

A partir de 1590, com a revolta dos índios da aldeia de Pinheiros, e até 1595 são levadas a cabo expedições punitivas que aniquilaram ou escravizaram todos os índios num raio de 60 quilômetros a partir da vila de São Paulo.<sup>99</sup>

O arqueólogo Paulo Eduardo Zanettini em sua tese de doutorado afirma, que “essa série de massacres obedece a uma lógica de dominação territorial que passa de um padrão radiocêntrico para outro polinucleado, abrindo-se caminhos para novos estabelecimentos que reproduziriam a matriz.”<sup>100</sup>

Novas vilas resultaram das expedições em busca de índios. A partir de Santana de Parnaíba, as expedições a oeste chegaram a criar as vilas de Cotia, Sorocaba e Itu.

Para Zanettini, a formação de novas vilas tem como objetivo “estabelecer postos avançados para o sertão, e ao mesmo tempo criar unidades produtivas participes do nexo mercantilista da empresa colonial, diz respeito aos chamados ‘**bairros rurais**’”.<sup>101</sup>

<sup>96</sup> HOLLANDA, S. B. Op. cit., p.40.

<sup>97</sup> HOLLANDA, S.B. **Visão do Paraíso**. São Paulo: Brasiliense, 1996, p.53.

<sup>98</sup> MONTEIRO, J. Op. cit., p.57.

<sup>99</sup> MONTEIRO, J. Op. cit. p.55.

<sup>100</sup> ZANETTINI, P. E. Op. cit. p.54.

<sup>101</sup> ZANETTINI P. E., Op. cit. p.56.

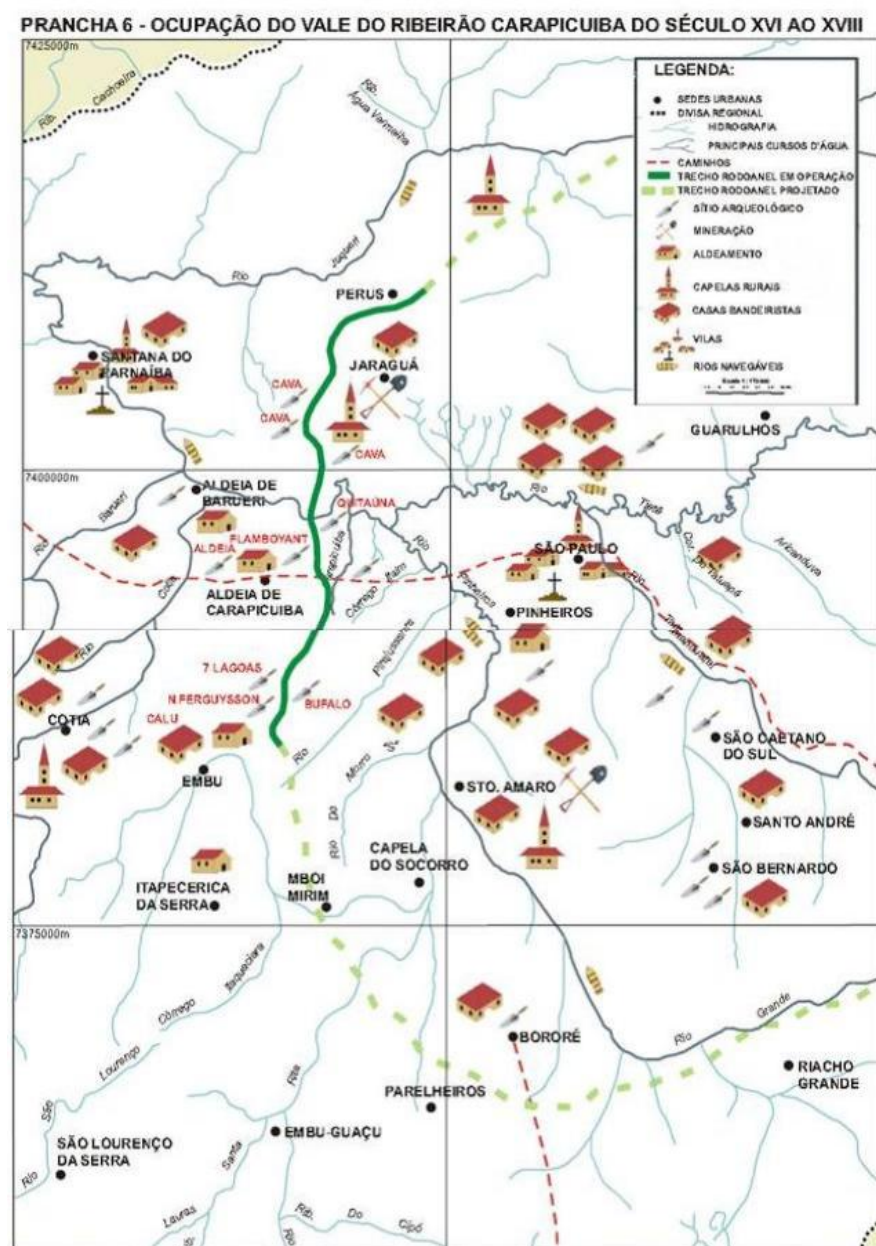


Imagem 05 – Ocupação do vale do Ribeirão Carapicuíba do Século XVI ao XVII.<sup>102</sup>

Questão pouco relatada pela historiografia local é que anteriormente à elevação do povoado de Cotia à condição de freguesia, em 1723, o povoado já era especializado na produção de trigo, conjuntamente com Santana de Parnaíba.

Verifica-se no segundo decênio do século e ainda mais por volta de 1620 o rápido alastrar-se das lavouras do cereal sobre áreas novas, mormente para as partes de Cotia e Parnaíba, onde parecem encontrar seu terreno de eleição, mudando assim, acentuadamente, a paisagem econômica local.<sup>103</sup>

Ou como John Monteiro, coloca:

A produção especializada do trigo começou a generalizar-se na década de 1620, logo assumindo uma concentração geográfica. Três áreas tornaram-se centros de triticultura: os bairros rurais de Santana de Parnaíba, a oeste de São Paulo; o bairro

<sup>102</sup> ZANETTINI, P. E., Op. cit. p.58.

<sup>103</sup> HOLLANDA, S. B. Op. cit. 1990, p.212.

de Cotia, ao sul de Parnaíba; e a região denominada Juqueri, banhada pelo mesmo nome, ao norte de São Paulo e de Parnaíba.<sup>104</sup>

É sabido que a produção de trigo tinha valor expressamente comercial, uma vez que não era produzido para sustentar a população local.

A produção para consumo local concentrava-se, sem dúvida, na cultura de mandioca, do feijão e, sobretudo do milho [...]. Já o trigo destinava-se à população europeia das vilas e cidades do litoral e às frotas portuguesas, sendo produto requisitado pelo governo colonial em diversas ocasiões ao longo do século.<sup>105</sup>

Com a descoberta de ouro e diamante em Minas Gerais em 1680 e em Goiás e Mato Grosso em 1718, a freguesia de Cotia (sua elevação ocorre em 1723) passa a abastecer as regiões mineradoras com gêneros alimentícios e gado.

Portanto, a povoação de Cotia (ou como nos primórdios era chamada “Acutia”), antes mesmo de sua designação como vila, já se configurava como uma ampla região rural, localizada entre os povoados de Santana de Parnaíba, Barueri, o aldeamento de Carapicuíba, o aldeamento de MBoy (Embu), o povoado de Itapevi, São Roque e Una (atual Ibiúna).

Conforme Azevedo Marques, segundo o livro do Tombo da paróquia de Monte Serrat,

tem-se que a fundação da primeira capela e da respectiva povoação é atribuída a Fernão Dias Paes e Gaspar de Godói Moreira, os quais pagaram à sua custa o sacerdote que administrava o pasto espiritual e isto teve lugar de 1640 a 1670”. Este primeiro povoado foi transferido no ano de 1713, para a comodidade dos fregueses, que foi mudada de lugar deserto que estava à margem do rio Cotia, para a atual capela da Senhora de Monte Serrat de Cutia, (atual centro da Cidade) sendo seu fundador o coronel Estevão Lopes de Camargo e que neste tempo foi canonicamente curada pelo bispo do Rio de Janeiro, D. Francisco de São Jerônimo, sendo nomeado primitivamente capelão o Padre Mateus de Lara de Leão. Não há no referido livro do tomo os motivos por que houve a mudança, sequer o nome do lugar de onde foi mudada, mas por tradição constante sabe-se que a primitiva existiu uma légua ou 5,5 quilômetros mais ou menos distante daquela, justamente onde hoje é o sítio do cidadão Antônio Manuel Vieira. ”<sup>106</sup>

Em 1723, o povoado de “Acutia” foi elevado à categoria de Freguesia de São Paulo e, para lá, se dirigiam muitos índios fugidos das aldeias de Pinheiros, Barueri e Carapicuíba.<sup>107</sup>

---

<sup>104</sup> MONTEIRO, J. Op. cit. p. 114.

<sup>105</sup> Ibidem. P.114.

<sup>106</sup> MARQUES, M.E. de A. **Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo Seguidos da Cronologia dos Acontecimentos Mais Notáveis Desde a Fundação da Capitania de São Vicente Até o Ano de 1876**. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, p.210, 1980.

<sup>107</sup> SILVA, E. **História Revista e Documentação (1560-1994)**. Barueri. São Paulo: ABC (Agência Barueri de Comunicação), p.114, 1995.

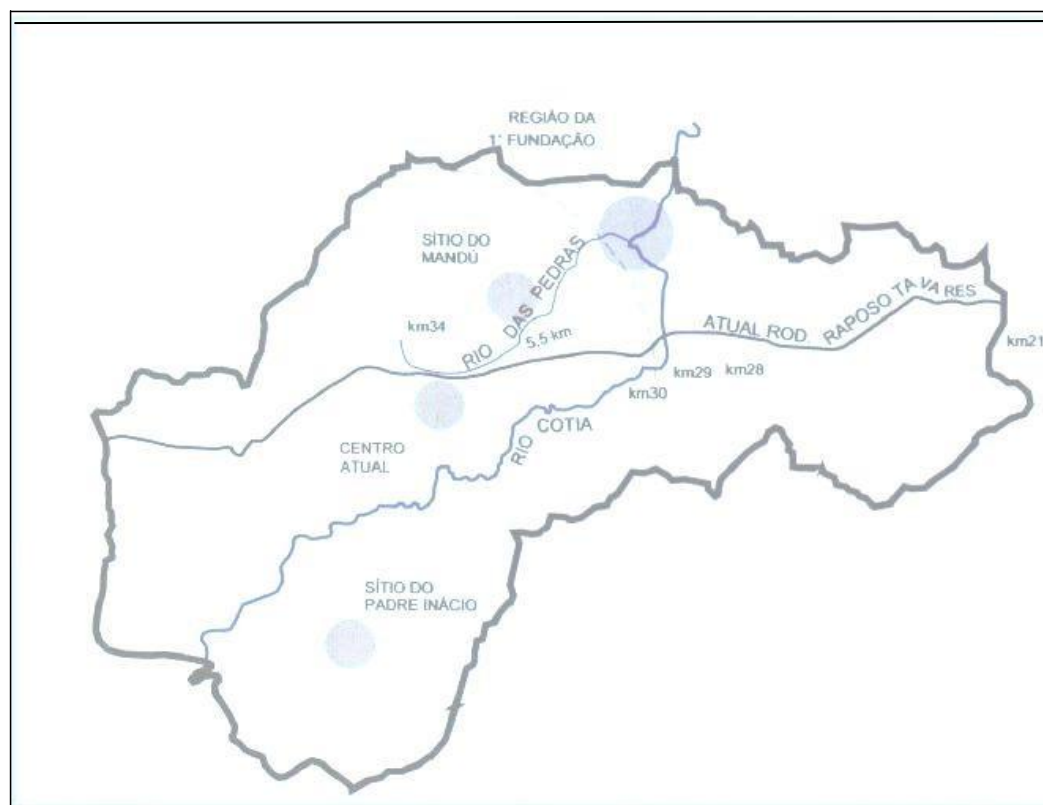


Imagem 06 – Município de Cotia, Hidrografia, Região da Primeira Capela<sup>108</sup>

Enfim, a fundação do povoado de Cotia, como o de muitos outros povoados no Brasil e na América Latina, teve a sua origem ligada à ocupação da terra e colaborou para a consolidação de uma oligarquia baseada na posse fundiária que levou as cidades a se tornarem “apêndices do campo”<sup>109</sup>

Como Holanda analisa em *Raízes do Brasil* “toda a estrutura da nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos”.<sup>110</sup> E ainda “É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação europeia: as cidades são virtualmente, se não de fato, simples dependências delas.”<sup>111</sup> Pois:

[...] No Brasil colonial, entretanto, as terras dedicadas à lavoura eram morada habitual dos grandes. Só afluíam eles aos centros urbanos a fim de assistirem aos festejos e solenidades. Nas cidades apenas residiam alguns funcionários da administração, oficiais mecânicos e mercadores em geral.<sup>112</sup>

<sup>108</sup> SAVIOLLI, M. A *cidade e as Estradas; as transformações urbanas do município de Cotia ao longo da Rodovia Raposo Tavares*. São Paulo: EDICON, 2007, p.28.

<sup>109</sup> MORSE, R. M. *Formação Histórica de São Paulo (De Comunidade à Metrópole)*. São Paulo: DIFEL, p.11, 1970.

<sup>110</sup> HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. P.73.

<sup>111</sup> *Ibidem*. P.73.

<sup>112</sup> *Ibidem*. P.90.

Por fim, Emília Viotti afirma que no século XVIII “ocorre a onda povoadora que penetrou mais aqueles sertões, tendo sido numerosa as sesmarias concedidas no limiar dessa centúria.”<sup>113</sup>

A articulação de São Paulo com as áreas mineradoras propicia a acumulação de verdadeiras fortunas nas mãos dos comerciantes que abasteciam as minas com gêneros alimentícios, gado e escravos. Grande parte destes comerciantes eram paulistas, filhos da tradicional elite local que, ao receberem sesmarias nas principais rotas que levavam às vilas mineiras, acabavam por integrar a produção de gêneros agrícolas, a criação de gado e muares - atividades que suas famílias já realizavam em São Paulo e Curitiba - com o comércio para o abastecimento das minas.<sup>114</sup>

Ilana Blaj retrata uma São Paulo colonial que se constituía como um polo comercial importante e descreve que:

a propriedade, a escravidão, os símbolos de prestígio e honraria, constituem os fundamentos da sociedade colonial brasileira, com peculiaridades específicas em todas as regiões, quer exportadoras, quer voltadas ao abastecimento interno como foi o caso de São Paulo. Aqui estrutura-se uma sociedade extremamente hierarquizada, portanto desigual, na qual a elite paulista, a partir destes fundamentos, detém o poder local.<sup>115</sup>

Em 1757, foi registrado no livro do Tombo que ali vivia “um aumentado e luzido povo”. Tudo parece indicar que, sob muitos aspectos, deve-se a sobrevivência do povoado à sua função de **posou de tropeiros**. Em 1766, a população da freguesia seria de 1735 habitantes.<sup>116</sup>

A cidade transforma-se em ponto comercial devido à obrigatoriedade do posou das tropas providas de Sorocaba e do Sul do país. Para hospedagem de homens e animais foram criados ranchos de tropeiros e casas de posous.<sup>117</sup>

Todas estas atividades mercantis promovem o investimento de parte ponderável deste capital acumulado na região paulista estimulando ainda mais o próprio comércio e, a médio prazo, propiciando o final do percurso para a tradicional elite paulistana: de sertanistas

<sup>113</sup> COSTA, E.V. Cotia e Itapeverica da Serra, subúrbios agrícolas. In: AZEVEDO, A. **A cidade de São Paulo. Estudos de geografia Urbana**. v. IV. São Paulo: Cia Editora Nacional. 1958, p. 133.

<sup>114</sup> BLAJ, I. Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana. **Revista brasileira de História**. v.18, n.36, 1998, p. 281-296. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881998000200012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200012). Acesso em: 21/09/2016.

<sup>115</sup> BLAJ, I. Mentalidade e Sociedade: revisitando a Historiografia sobre São Paulo colonial. **Revista de História**. n.142-143, 2000, p.242-243. Disponível em: [www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18901](http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18901) Acesso em: 21/09/2016.

<sup>116</sup> COSTA, E. V. Op. cit. p.141.

<sup>117</sup> LEMOS, A. **Cotia e a sua participação no conjunto da faixa periférica da metrópole paulistana**. Dissertação de Mestrado em Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972, p.38. IN: MORAES, Fernanda. **A Precariedade das Condições de Trabalho dos Professores Públicos no Oitocentos (Vila de Cotia, Província de São Paulo)**. Anais do VII Simpósio Nacional de História Cultural - Escrita, circulação, leituras e recepções, ISBN: 978-85-67476-12-4, São Paulo, 2015, p.03. Disponível em: <http://gthistoriacultural.com.br/VIIsimposio/Anais/Fernanda%20Moraes%20dos%20Santos.pdf> Acesso em 21/09/2016.

aventureiros e de agricultores e criadores de gado voltados ao mercado interno, tornam-se também comerciantes audazes e, destes, já na segunda metade do XVIII, transformam-se em fazendeiros bem situados, voltados não apenas à produção para o abastecimento interno, mas, igualmente, de gêneros agrícolas para a exportação.<sup>118</sup>

No século XIX é que Cotia passou a ter um papel central no abastecimento da Capital paulista, destacando-se como uma zona agrícola e hortifrutigranjeira, com sua produção voltada para o mercado consumidor da capital e vilarejos vizinhos.

A cidade passa a ter certa importância política na Província, o que fica demonstrado em 1842, quando o povoado passou a ser um local de acampamento das forças liberais, que foram chefiadas pelo Padre Diogo Feijó e pelo brigadeiro Tobias Aguiar e passaram a pressionar a Assembleia da Província de São Paulo para exigir, em 08 de fevereiro, uma tomada de posição ante as reformas propostas pelo Governo Imperial. A revolução eclodiu em 12 de maio, quando sorocabanos e ituanos acamparam em frente à ponte do Rio dos Pinheiros. Uniram-se os rebeldes de vilas próximas a São Paulo.<sup>119</sup>

Em seu livro *A cidade e a Estrada*, Saviolli analisa que, segundo as estáticas de população e este episódio demonstram, Cotia era uma próspera freguesia, em considerável posição política na hierarquia da região. Demonstra que “provavelmente seu crescimento passa a ser mais intenso nas proximidades de 1856, quando a Freguesia foi transformada em Município”. E analisa que “é importante que se frise que o histórico das emancipações é feito pela mobilização das classes dominantes, pelo que representa essa classe no quadro político da região e pelo relativo suporte econômico que a localidade a ser emancipada encontra no seu território.”<sup>120</sup>

---

<sup>118</sup> Sérgio Buarque de Holanda chama a atenção em *Movimentos da população em São Paulo no século XVIII*. **Revista do I.E.B.** n.1, São Paulo, 1966.

<sup>119</sup> LIMA, M. A. *A cidade e a Província de São Paulo às vésperas da Revolução Liberal de 1842*. Relatório de Iniciação Científica FAPESP, Museu Paulista/USP São Paulo 2002. Disponível em: [http://www.Klepsidra.net/klepsidra15/rev1842htm#\\_ftn11](http://www.Klepsidra.net/klepsidra15/rev1842htm#_ftn11). Acesso em: 20/03/16.

<sup>120</sup> SAVIOLLI, M.L. *A cidade e a estrada: as transformações urbanas do município de Cotia ao longo da Rodovia Raposo Tavares*. São Paulo: EDICON, 2007, p.31.

## CENSOS ESTATÍSTICOS POPULACIONAIS

**Tabela 1**

**Cidade de São Paulo e seus Arredores**  
**População e Número de Fogos, segundo os Bairros:**  
**1765 – 1836**

Zonas	1765		1836			Total
	Fogos	Habitantes	Fogos	Habitantes		
		Livres		Livres	Escravos	
<b>Núcleo Central</b>	<b>392</b>	<b>1.516</b>	<b>1.176</b>	<b>3.593</b>	<b>1.975</b>	<b>5.568</b>
Bairros Limitrofes:						
Santa Iligênia	200	889	479	2.238	826	3.064
Brás	14	73	122	538	131	669
Penha	100	450	209	946	260	1.206
Nossa Senhora do Ó	88	408	260	1.235	544	1.779
São Bernardo	105	502	231	1.001	406	1.407
<b>Sub-Total</b>	<b>507</b>	<b>2.322</b>	<b>1.301</b>	<b>5.958</b>	<b>2.167</b>	<b>8.125</b>
Bairros Periféricos:						
Juqueri	281	959	445	1.908	273	2.181
Guarulhos	349	1.374	406	1.704	561	2.265
Cotia	349	1.735	740	3.185	609	3.794
Santo Amaro	377	1.770	vila	-	-	-
Atibaia	439	2.425	vila	-	-	-
Nazaré	303	1.393	vila	-	-	-
Jaguari	280	1.266	vila	-	-	-
<b>Sub - Total</b>	<b>2.378</b>	<b>10.922</b>	<b>1.591</b>	<b>6.797</b>	<b>1.443</b>	<b>8.240</b>
<b>Total</b>	<b>3.277</b>	<b>14.760</b>	<b>4.068</b>	<b>16.348</b>	<b>5.585</b>	<b>21.933</b>

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Marcilio, Maria Luiza – A Estrutura da População, in "A Cidade de São Paulo Povoamento e População 1850 – 1850", Ed. Pioneira, 1974 – pág. 102/103.  
 Elaboração: Emplasa 2001.

Tabela 1 - Cidade de São Paulo e seus Arredores: População e Número de Fogos, segundo os bairros. 1765-1836.<sup>121</sup>

<sup>121</sup> EMLASA. *Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001. p.33.

**Tabela 2**

**Cidade de São Paulo e seus Arredores**  
**População segundo o Número de Eleitores e dos Fogos das Povoações:**  
**1870<sup>(1)</sup>**

Povoações	População	
	Números Absolutos	%
São Paulo	25.000	26,2
Santo Amaro	5.600	5,9
Penha de França	3.000	3,2
Conseição dos Guarulhos	5.000	5,3
São Bernardo	4.500	4,7
Nossa Senhora do Ó	2.500	2,6
Juqueri	4.000	4,2
Itapeçerica	5.000	5,3
Parnaíba	4.000	4,2
Cotia	6.000	6,3
Santa Isabel	7.000	7,4
Mogi das Cruzes	15.000	15,7
Itaquaquecetuba	3.000	3,2
Escada	2.000	2,1
Arujá	3.500	3,7
<b>Total</b>	<b>95.100</b>	<b>100,0</b>

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: A Província de São Paulo – Joaquim Floriano de Godoy – “Coleção Paulística”, vol. XII – Governo do Estado de São Paulo – 1978.  
 Elaboração: Emplasa 2001.  
 (1) Apuração efetuada por Manuel Eufrásio de Azevedo Marques em 1870.

Tabela 2 - Cidade de São Paulo e seus Arredores – População segundo o Número de Eleitores e dos Fogos das Povoações: 1870.<sup>122</sup>

Maria Aparecida de Menezes Borrego, em sua dissertação de doutorado<sup>123</sup>, esmiúça o universo dos agentes mercantis atuantes na cidade de São Paulo e participantes dos órgãos locais de poder e prestígio social, entre 1711 e 1765 tais como a Câmara Municipal, a Santa Casa de Misericórdia, a Ordem Terceira da Penitência de São Francisco, a Irmandade do Santíssimo Sacramento, o Juizado de Órfãos e a Companhia de Ordenanças. Também é parte dessa análise a busca por status social desses agentes mercantis no âmbito do Império, ao se candidatarem ao Santo Ofício e a cavaleiros da Ordem de Cristo.

Conforme a autora “Para além de terras e escravos era imprescindível assumir comportamentos condizentes com um código de honras e valores e pertencer aos espaços de atuação e controle da elite senhorial.”<sup>124</sup>

Analisando a Tabela 01 verificamos que o número de habitantes livres do povoado de Cotia no ano de 1765 se encontra atrás somente dos municípios de Atibaia e de Santo Amaro.

<sup>122</sup> EMLASA. **Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001. P.33.

<sup>123</sup> BORREGO, M. A. M. **A teia Mercantil: negócios e Poderes em São Paulo Comercial (1711-1765)**. 2001 Tese (Doutorado em História). FFLCH-USP, São Paulo.

<sup>124</sup> *Ibidem*, p. 09.

Por sua vez, os dados que se referem ao número de habitantes livres comparados com a bibliografia estudada não registram a população indígena que era utilizada como mão de obra para os mais diversos serviços. Como Monteiro afirma: “A concentração da população indígena chegou a níveis alarmantes, alcançando, em certas regiões, a proporção de oito índios escravos para apenas um branco.”<sup>125</sup>

Além da representatividade política, entre os anos de 1860 e 1870, Cotia passa a ostentar também ampla representação religiosa – e conseqüentemente social –, pois angariava populações vizinhas para as missas de domingo ou festas religiosas.<sup>126</sup>

Com a construção da Estrada de Ferro Sorocabana em 1875, o município regrediu. A localização da estação (atual município de Itapevi) distante da Vila de Cotia, não gerou desenvolvimento comercial ao seu redor.<sup>127</sup>

Emília Viotti, ao analisar os fatores responsáveis pelo declínio da Vila de Cotia, destaca “a diminuição do tráfego de tropas de burros que trouxe a decadência ao povoado setecentista, a partir da segunda metade do século XIX.”<sup>128</sup>

A cidade de Cotia só sai de sua estagnação, a partir da década de 1920 com a formação da Cooperativa Agrícola de Cotia (1927), e mais tarde com a pavimentação e duplicação da Rodovia Raposo Tavares, em 1953.

Mesmo assim, no ano da publicação do livro *A cidade de São Paulo*, em 1958, Emília Viotti da Costa nos descreve que na cidade de Cotia “muito pequena foram as alterações ali registradas. Sua população urbana orça por um milhar de habitantes e modesta foi a sua expansão, por que o Sítio urbano não a favorece. O progresso passa por Cotia, mas não deixa marcas.”<sup>129</sup>

Mas não é de todo verdade a constatação da professora Emília Viotti da Costa, o estabelecimento da Cooperativa Agrícola de Cotia trouxe algumas mudanças significativas para o município.

No ano das comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, o governo japonês, representado pelo Ministro das Relações Exteriores Katsuo Okazaki, presenteia a cidade com o Pavilhão Japonês. O IV Centenário da Cidade de São Paulo foi uma janela de oportunidade para os japoneses unificarem a colônia e melhorar sua imagem perante os

<sup>125</sup> MONTEIRO, J. Op. cit. p. 307.

<sup>126</sup> MORAES, Fernanda. A Precariedade das Condições de Trabalho dos Professores Públicos no Oitocentos (Vila de Cotia, Província de São Paulo). In Anais do VII Simpósio Nacional de História Cultural - Escrita, circulação, leituras e recepções, ISBN: 978-85-67476-12-4, 2015, São Paulo. Disponível em <http://gthistoriacultural.com.br/VIIsimposio/Anais/Fernanda%20Moraes%20dos%20Santos.pdf>. Visualizado em 21/09/2016.

<sup>127</sup> Ibidem. P. 3-4.

<sup>128</sup> COSTA, E. V. da. Op. cit. p.141.

<sup>129</sup> Ibidem. p. 144.

brasileiros após os acontecimentos ocorridos no pós-guerra.<sup>130</sup> Kumaki Nakao, um dos fundadores da Cooperativa Agrícola de Cotia-SP, foram o vice-presidente da Comissão Japonesa Pró IV Centenário. O interessante é que já no ano de 1955, empresas japonesas começam a expandir negócios no Brasil. Em setembro do mesmo ano, chega o primeiro grupo de jovens imigrantes (109) para a cidade de Cotia. Eles trouxeram para a região novas técnicas agrícolas, como a jardinagem e a correção do solo, além da rotação e diversificação de culturas. Inicialmente, o foco da CAC era na plantação de batatas, mas em pouco tempo outros itens faziam parte do rol de produtos, como o tomate, cebola, mandioca, além de hortaliças, aves e flores.

A CAC provocou uma ruptura da dependência do minifúndio em relação ao latifúndio. Gradativamente, a Cooperativa estabeleceu e difundiu a viabilidade da pequena propriedade explorada intensivamente, através da rotação e diversificação de culturas. Com isso, trouxe uma nova realidade para a agricultura brasileira. Mostrou que a pequena área agrícola poderia ser rentável quando explorada de forma racional e sistemática, não estava vinculada somente à agricultura de subsistência e muito menos estava subordinada à grande propriedade.<sup>131</sup>

Para os agricultores do Bairro do Caiapiá, a CAC foi importante por resolver a questão da logística e o problema de intermediação entre o mercado consumidor e o produtor, o que é fato presente nas narrativas de memórias de Seu Bento e de Seu Pedro Tadai e de Priscila Pires- neta do Seu Dito e de Dona Nair.

---

<sup>130</sup> Na questão da imagem, segundo dito na entrevista com Nakashima, foi promovida uma propaganda americana na guerra de que os japoneses eram atrasados. As lideranças dos esclarecidos viram como uma oportunidade de apresentar a cultura japonesa como uma “cultura de nível”, sobretudo permanentemente com a criação da Sociedade Paulista de Cultura Japonesa. IN: MORAES, B. P. **Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social (BUNKYO)**: sua importância e relação com a comunidade nipo-brasileira. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

<sup>131</sup> HIRATA, N. O Processo de Inovação Tecnológica: o Caso da Cooperativa Agrícola de Cotia. *ENANPAD 22º. CD-ROM* (1998). P.06. Disponível no endereço eletrônico:

[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad\\_1998/ACT/1998\\_ACT7.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_1998/ACT/1998_ACT7.pdf). Acesso em: 03/10/2016



Imagem 7. Panorama da Cooperativa Agrícola de Cotia. Disponível em: [www.ndl.go.jp](http://www.ndl.go.jp)  
Acesso em: 15/11/2016

Por fim, a partir da década de 70, a cidade sofre uma profunda alteração na sua estrutura econômica, ambiental e social, à medida que o setor industrial e imobiliário se afirma e se expande, a cidade deixa de ser exclusivamente agrícola e conseqüentemente a sua população rural decresce.<sup>132</sup>

## 1.2 Sítio do Mandú, Casa Velha ou Casarão

A origem da palavra “mandú” deriva do tupi-guarani. Existem algumas versões para seu significado, como carga ambulante, peixe amarelo e também designando uma espécie de fantasma que aparecia nas aldeias envolvido em palhas secas.<sup>133</sup>

Os moradores antigos a conhecem por “Casa Velha” ou por “Casarão”.

Sua localização é estratégica, pois está no alto da campina do Caiapiá, onde o seu antigo dono<sup>134</sup> poderia ter uma ampla visão de quem se aproximava. Está há 100 metros da margem esquerda do rego do Moinho, que supria as necessidades dos moradores. Do moinho, só sobrou o nome do Córrego.

Sua técnica de construção é a taipa de pilão, basicamente elaborada a partir de barro compactado em formas de madeira. As portas e janelas são largas e altas para um

<sup>132</sup> Em 1960, 38% do total da população eram rurais; em 1970, este número cai para 4%, e, em 1980 para 2%. Algumas culturas tradicionais como a batata e a mandioca quase desaparecem.

<sup>133</sup> SAMPAIO, T. **O Tupi na Geographia Nacional**. Bahia: s.n., 1928.

<sup>134</sup> Nos referimos ao antigo dono do Sítio do Mandú relacionado ao período da gênese da casa.

aproveitamento máximo da luz do dia. Nos quartos, pode-se notar a existência de assoalhos, em conjunto com dois alpendres, características exclusivas do Mandú frente outras casas da região.

Luís Saia em sua obra *A Casa Bandeirista - Uma Interpretação*, descreve a arquitetura dessas casas rurais paulistas da seguinte maneira:

A residência do potentado paulista instala-se num retângulo, com paredes de taipa de pilão, telhado de quatro águas e cobertura com de telhas. Prefere sempre uma plataforma natural ou artificial, a meia encosta, nas proximidades de um riacho. A planta se desenvolve segundo um esquema bem preciso: uma faixa social, fronteira, contém a capela e o quarto de hóspedes e, no meio, o alpendre; atrás dessa faixa e em correspondência com as divisões dela, em torno de uma sala central, os quartos se dispõem lateralmente. Às vezes, no fundo, comparece um agenciamento de serviço, dando acesso ao pavimento superior. Nos exemplares mais tardios, este compartimento se transforma em alpendre.

Enquanto a faixa fronteira se aquinha sempre com todo o pé-direito, como se quisesse com isto valorizar a sua destinação social, o restante da habitação comporta um segundo pavimento destinado ao depósito. Este último dispositivo, que aproveita o espaço ganho à custa da declividade do telhado, é uma solução característica, da residência medieval e o seu funcionamento ultramarino se realiza inclusive como câmara térmica. Este último detalhe, juntamente com a técnica de construir com a taipa de pilão e o tipo de planta, que compareceu em outras regiões americanas de colonização ibérica, denunciam a sua importação já elaborada.<sup>135</sup>

A escolha da técnica da “taipa” *de Pilão* (grafia utilizada no século XVI e XVII), não foi aleatória, pois isso ocorreu “devido à ausência de pedras próprias para a fabricação do cal no sítio urbano de São Paulo, ou nas suas proximidades, daí a impossibilidade de alvenarias em geral.”<sup>136</sup>

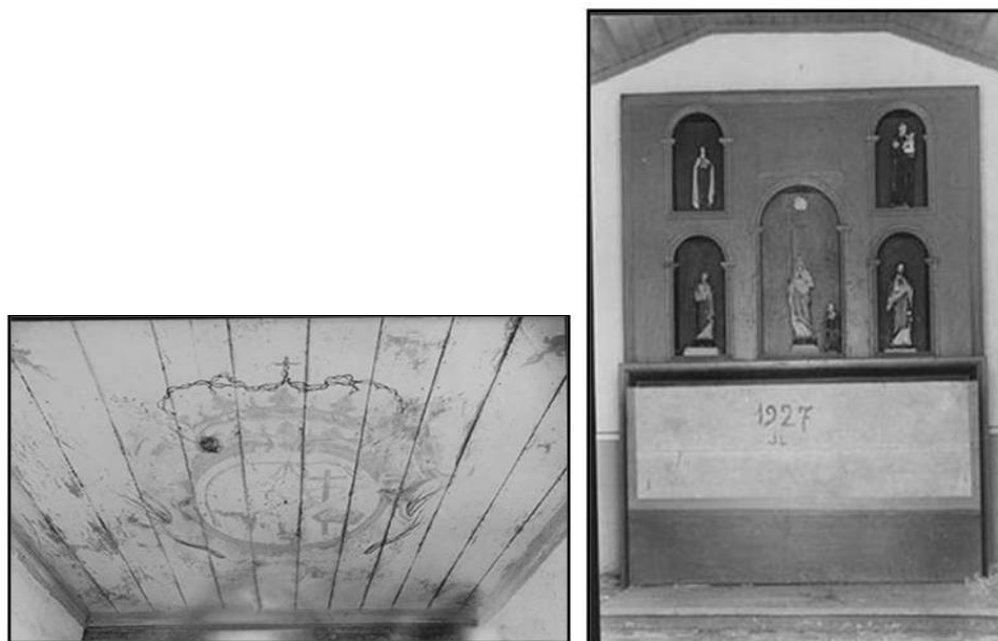
Uma especificidade do Sítio do Mandú é a existência de dois alpendres (*varandas*), um na parte da frente da casa, responsável por separar a capela do quarto de hóspedes e o outro alpendre aos fundos da casa (provavelmente utilizado para serviços).

Possui também uma capela, onde o forro e altar eram decorados, mas esta decoração atualmente encontra-se à espera de restauro.

---

<sup>135</sup> SAIA, L. *A Casa Bandeirista (Uma Interpretação)*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1955.

<sup>136</sup> LEMOS, C. A. C. *Casa Paulista: histórias das moradas anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. P.23.



Imagens 8 e 9 - Fotografia do Forro Decorado e do Altar da Capela – Fotografia realizada por Hermano Graesser “o Germano” (1942/44) – Arquivo Fotográfico do IPHAN - SP

Uma das fotografias retrata a existência de uma “Cruz” em frente ao Casarão.



Imagem 10 - Fotografia do Sítio do Mandú realizadas por Herman Hugo Graeser<sup>137</sup> em 1942 – Arquivo Fotográfico do IPHAN-SP

Outra característica específica do Sítio do Mandú é que quando foi encontrada, possuía vestígios de piso assoalhado.

<sup>137</sup> Herman Hugo Graeser (conhecido por Germano) foi contratado como funcionário público federal do IPHAN em 1945. Antes de sua efetivação como fotógrafo pelo IPHAN, já trabalhava na instituição como “*o faz tudo*” (pedreiro, fotógrafo, responsável pelas funções administrativas da delegacia, como elaboração de planilhas e orçamentos de obras a pagamento de contas e administração de contratação de serviços). A contratação de Hermann é extremamente significativa, já que ele foi um dos poucos contratados especificamente para essa atividade. Cf. COSTA, E. A. **O arquivo fotográfico do Iphan: Um saber visual da cultura brasileira.** Disponível no endereço eletrônico: [http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/-1403897479\\_ARQUIVO\\_OArquivoFotograficodoIPHAN.pdf](http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/-1403897479_ARQUIVO_OArquivoFotograficodoIPHAN.pdf) Acesso em: 21/09/2016.

Embora pranchas de madeira sem fixação possam ter sido utilizadas nos quartos de dormir para conforto dos moradores, especialmente na época das chuvas, piso assoalhado ou assoalho de tábuas é coisa muito incomum nessas moradias, podendo ser entendido como sinal de ocupação posterior à sua.<sup>138</sup>

Contrariando, a hipótese de a colocação do assoalho ser posterior, apesar de não citar a existência do “assoalho”, acreditamos que Alcântara Machado, por meio da sua análise dos 450 inventários referentes aos dois séculos iniciais da colonização, o qualifica e descreve a supremacia da arquitetura rural sobre a arquitetura urbana da Vila de São Paulo de Piratininga. Machado comenta: “Nos inventários perluz esse estado de espírito. O mobiliário e as alfaías da casa da roça ou do Sítio são superiores em qualidade e cópia aos da casa da vila.”<sup>139</sup> E descreve:

Aquela, de construção melhor, se compõe de três ou cinco lanços terreiros ou de sobrado, **forrada e cerrada** e fechada com suas janelas e portas, tendo estas suas dobradiças chaves mouriscas. Contém, às vezes um oratório também forrado e muitas benfeitorias de carpintaria. Mostra de uma e de outra parte corredores à roda ou camarinhas ao longo. Ostenta sua varanda e loja ou seu alpendre. Ao lado, a casa da gente, ou dos negros e as de serviço. Pertinho, o monjolo para pilar o milho. Representa em suma a habitação permanente, o centro da atividade social, o solar da família. A outra, a da vila [urbana – a vila de São Paulo de Piratininga], de proporções modestas é apenas um teto destinado a abrigar o dono durante alguns dias ou semanas, e que, tirante essas ocasiões, permanece deserta e silenciosa, a entristecer o povoado.<sup>140</sup>

Na planta baixa da casa não é possível identificar a cozinha nem banheiros, pois naquela época não era costume construir banheiros e cozinha no interior da casa, provavelmente a alimentação era preparada no lado de fora da casa, em uma espécie de jirau. Carlos Lemos, ao se referir às atividades culinárias na Casa Bandeirista, analisa os fatores que condicionaram a cozinha à área externa da casa bandeirista e sua herança indígena. Ele descreve:

Não temos notícia em nossos três primeiros séculos de chaminés nas casas paulistas. Aqui em Piratininga retornaram os portugueses aos velhos hábitos – primitivos, podemos dizer – que recorriam a expedientes mais livres na organização de suas cozinhas. Expedientes mais próprios às nossas condições de nova terra, que levaram ao esquecimento as soluções mais requintadas ou eruditas, como aquela das chaminés afrancesadas. Expediente simplista que o uso e a experiência converteram em formas definitivas opostas às europeias. Enquanto o fogão reinol era fixo [...] o novo fogão nestas paragens esparramou-se na horizontalidade dos jiraus, melhor simbolizando, dessa maneira, a aliança em que ao elemento servil – o índio e o negro – coube improvisar, adaptar ou usar a seu modo, os equipamentos pertinentes à zona de serviços, especialmente à cozinha.<sup>141</sup>

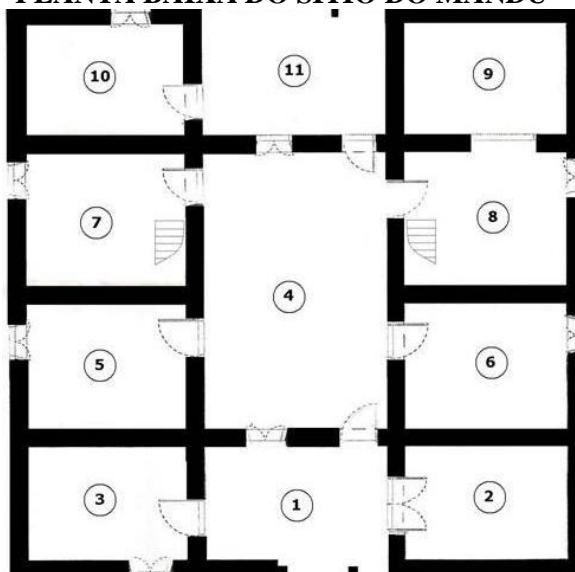
<sup>138</sup> Texto de autoria de Dalton Sala sobre o Sítio do Mandú que compõem a plataforma educacional do site “Casas bandeiristas”, disponível em: <http://www.casasbandeiristas.com.br/casa-mandu/>, acesso em: 05/03/2016.

<sup>139</sup> MACHADO, A. O Sítio da roça. In: MACHADO, A. O. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, p. 60.

<sup>140</sup> Ibidem, p. 60.

<sup>141</sup> LEMOS, C. A. C. **Cozinhas, etc: um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1976, p.33.

**PLANTA BAIXA DO SÍTIO DO MANDÚ<sup>142</sup>**



**1** – Alpendre frontal: espaço social da casa, onde os homens faziam o escambo (troca de mercadoria), e se relacionavam com viajantes;

**2**- Capela: característica das casas bandeiristas, sempre está localizada ao lado direito da casa e não dá acesso ao interior da casa, para os viajantes poderem utilizá-la sem ter contato com os moradores;

**3** – Quarto de hóspede: o quarto também não tem acesso ao interior da casa, pelo mesmo motivo da capela;

**4** – Salão central: espaço comum da família, provavelmente onde faziam as refeições;

**5/6** – Quartos da família;

**7** – Quarto com acesso ao jirau: jirau era o local que servia como a despensa da casa onde eram colocados os alimentos, pólvoras, sal etc.;

**8/9** – Quarto com anexo: este quarto possivelmente era o do casal, mas existem versões que falam que o anexo era uma camarinha, onde colocavam as mulheres para ficarem resguardadas; outra versão, já que o local era utilizado para familiares que ficassem enfermos, pois naquela época se acreditava que a cura tinha que ser em locais escuros, fechados e sem ventilação;

**10** – Cômodo externo: não se sabe sua real utilidade, se era um quarto a mais de hóspedes ou uma despensa que era utilizada para guardar coisas menos valiosas e utensílios grandes;

**11** – Alpendre posterior: também não se sabe sua real utilidade, já que as casas bandeiristas costumam ter somente o alpendre frontal.

<sup>142</sup> Material publicado pela Diretoria de Turismo e Cultura de Cotia.

A preservação destas sedes de fazenda deve-se aos estudos realizados por Luís Saia, Carlos Lemos e Júlio Katinsky, arquitetos preocupados com a proteção do patrimônio histórico, porém eles também foram responsáveis pela construção ideológica que evocava, mais uma vez, a figura bandeirante como símbolo paulista.

Estes “arquitetos-historiadores” respaldados pela produção historiográfica dos escritores do IHGB ou do IHGSP, em decorrência das comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, propagaram a imagem de uma sociedade colonial paulista vigorosa, autossuficiente, democrática e de um paulista destemido, representado na figura do Bandeirante como o Herói, o promotor da expansão territorial. Inversamente, as obras realizadas por volta da metade do século XX, fortemente marcadas pelos debates da CEPAL, a vila de São Paulo de Piratininga, aparecia como uma área extremamente pobre, isolada, praticamente sem dinamismo e voltada para a subsistência.<sup>143</sup>

Kátia Maria Abud identifica, além do século XVIII, mais duas ocasiões em que as figuras da bandeira e do bandeirante foram recuperadas do passado para servir a construções ideológicas do presente: primeiramente, nos estudos históricos do final do século XIX e início do século XX; posteriormente, no Estado Novo e no IV Centenário.<sup>144</sup>

Para a autora, as homenagens aos bandeirantes começaram ainda no século XVIII, “quando cronistas como Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques de Almeida Paes Leme enalteciam a figura do bandeirante e suas conquistas heroicas.”<sup>145</sup>

São Paulo já era o centro econômico da nação na Proclamação da República (1889), mas os paulistas ainda não ocupavam os postos políticos do governo federal que tanto almejavam, o que provocava inúmeras queixas. É nesse contexto que os cafeicultores paulistas passam acentuar o seu passado, mesmo que no imaginário.<sup>146</sup>

Então, eis que ressurgiu a mitologia bandeirista, como Abud comenta:

A figura do bandeirante foi resgatada como símbolo, pois ao mesmo tempo em que denunciava as qualidades de arrojo, progresso e riqueza que São Paulo possuía, representava o novo processo de integração territorial que dera sentido à vida nacional.<sup>147</sup>

<sup>143</sup> BLAJ, I. Mentalidade e Sociedade: Revisitando a Historiografia sobre São Paulo Colonial. **Revista de História**. São Paulo, n.142/143, 2000.p.239-259. Disponível:

[www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18901](http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18901). Visualizado:05/10/2015

<sup>144</sup> ABUD, K.M. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições (A construção de um símbolo paulista: O Bandeirante)**. 1985. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo.

<sup>145</sup> Ibidem, p.04.

<sup>146</sup> OLIVEIRA, L .L. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciência, Saúde-Manguinhos**, v.V, Suplemento. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1998, p.209.

<sup>147</sup> ABUD, K.M. Op. cit. p.139.

E é dentro desse contexto que tanto o IHGB como o IHGSP o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro de São Paulo, [...] “se autoincumbiram da tarefa de produzir e difundir o conhecimento histórico e científico, concebendo o bandeirante e o movimento bandeirantista, como uma marcha linear ao progresso [...], segundo os princípios de alargamento da civilização branca nos trópicos.”<sup>148</sup>

Autores como Afonso Taunay, Alfredo Ellis Jr. e Alcântara Machado dedicaram-se a realçar diferentes aspectos das Bandeiras. Taunay deu ênfase à conquista territorial, às descobertas; Ellis Jr. apontou o surgimento de um povo superior (a raça Planaltina) e Alcântara Machado estudou as condições econômicas e sociais do século XVI.

Ao abordar a atuação de Afonso Taunay à frente da criação do Museu Paulista, Ana Cláudia Brefe coloca-o como uma das figuras centrais na escrita da história bandeirante, responsável por elaborar trabalhos que são fundamentais para a “apropriação da imagem dos bandeirantes como sinônimo de grandeza e de singularidade paulista”.<sup>149</sup>

No artigo publicado pela Revista da USP, nº13, 1992, Maria Izaura Pereira de Queiroz realiza uma análise sobre os principais trabalhos publicados sobre a história de São Paulo, com o sentido de mapear a construção da identidade paulista. Por meio da análise desses trabalhos, a autora estabelece a relação entre o ser paulista, enquanto pertencente a uma geografia determinada e a relação com o adjetivo bandeirante. Segundo Maria Izaura: “pode-se razoavelmente supor que o termo ‘bandeirante’ substantivo designando simplesmente quem participa de uma bandeira, teria aparecido em fins do século XIX, sendo que o adjetivo seria mais recente, datando do início do século XX (...) pleno de um sentido simbólico”.<sup>150</sup>

A utilização desse personagem heroico serviu aos interesses das elites dirigentes paulistas em seu processo de legitimação de poder e na constituição de valores simbólicos que deveriam diferenciar e qualificar as pretensões políticas desse grupo. Ainda segundo Maria Izaura: “A importância dos símbolos não parece residir tanto em seu poder de coesão, e sim, ao contrário, em seu poder de delimitação de grupos, de coletividades, de sociedades, de elemento discriminador que o símbolo define seus predicados e constitui algo de vigoroso.”<sup>151</sup>

<sup>148</sup> FERREIRA, A. C. **A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p.108.

<sup>149</sup> BREFE, A. C. F. **Um lugar de memória para a nação – O Museu Paulista reinventado por Affonso d’Escragnole Taunay (1917-1945)**. 1999. P. 172. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, São Paulo.

<sup>150</sup> QUEIROZ, M. I. P. **Ufanismo Paulistas: vicissitudes de um imaginário**. *Revista da USP*, São Paulo, vol. 13, p. 78-87, 1992. P. 80

<sup>151</sup> *Ibidem*, p.86.

Para Paulo César Garcez Marins, o mito bandeirante foi “a mais eficiente e duradoura construção simbólica operada no estado durante a primeira metade do século XX [...]”<sup>152</sup> Expressões como “raça privilegiada dos paulistas” nos demonstram a construção de uma representação simbólica de caráter ufanista que caracterizava a elite aristocrática paulista, os “quatrocentões” e que a separava dos demais paulistas, como imigrantes e filhos destes que vieram para São Paulo no final do século XIX.

Com a eclosão da Revolução de 32, faz-se necessário alterar essa diferença identitária, visto que havia a necessidade de “fazer face ao governo federal e às suas forças, tornando indispensável à união de todos os componentes da coletividade paulista, de alto a baixo da escola social, com todas as etnias e nacionalidades”<sup>153</sup>. Com isso parte considerável da elite paulista desenvolveu uma campanha para difundir o símbolo do bandeirante como agregador de toda sociedade. “A noção de “raça privilegiada dos paulistas” cobria agora todos os integrantes da coletividade; então bandeirante passou a ser sinônimo de paulista, unindo ao significado histórico o significado geográfico. “[...] O espírito bandeirante era constantemente invocado para reforçar o entusiasmo da população, lembrando que a iniciativa, a eficiência, a bravura que toda coletividade estava demonstrando eram a prova da filiação ilustre aos antigos sertanistas.”<sup>154</sup>

Embora para as comemorações do IV Centenário, segundo Lofego “ainda permaneceram os resquícios desse ressentimento das famílias tradicionais”<sup>155</sup>, para o autor, ainda prevalece o sentido de adjetivo para a palavra bandeirante, entretanto, naquele momento, o interesse da elite paulista era o de vinculá-lo à sua memória de empreendedores bem-sucedidos e de livre iniciativa, mais que a uma memória de herança constituída apenas pelos laços de sangue. Como Lofego observa: “Ao espírito bandeirante, devia-se muito mais o símbolo do paulista empreendedor, do que o da hierarquização nobiliárquica.”<sup>156</sup>

As comemorações do IV Centenário aconteceram em uma cidade cuja sua paisagem se encontrava totalmente transformada em relação àquela do período colonial. A cidade foi objeto de inúmeros projetos urbanísticos do século XIX para o século XX. Os vestígios da São Paulo colonial, com suas construções de taipa de pilão, foram apagados para dar lugar às

<sup>152</sup> MARINS, P. C. G. “O Parque Ibirapuera e a construção da identidade paulista” **Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material**, São Paulo, v: 6-7, p. 9-36, 1998-1999. P.10.

<sup>153</sup> QUEIROZ, M. I. P. Op. cit. p. 85.

<sup>154</sup> QUEIROZ, M. I. P. Op. cit. p.86.

<sup>155</sup> o que se verifica pelos atritos entre a Comissão do IV Centenário, sob o comando do imigrante italiano Francisco Matarazzo Sobrinho, e o presidente da Academia Paulista de Letras, Aristéio Seixas.

<sup>156</sup> LOFEGO, Silvio Luiz. **IV Centenário da Cidade de São Paulo. A construção do Passado e do Futuro nas comemorações de 1954**. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 169.

aspirações de modernidade da elite paulistana, criando um novo cenário para cidade, com seus prédios, bondes, avenidas e fábricas.

Em 1954, São Paulo já abrigava o maior parque industrial do país – tornou-se também a maior urbe brasileira, superando finalmente a capital nacional, o Rio de Janeiro. Era a oportunidade oficial para os paulistas afirmarem a superioridade política e econômica de São Paulo sobre o restante do Brasil. Novamente, as bandeiras e bandeirante seriam utilizados, mas agora como símbolo de um passado rico e altivo e predestinado ao crescimento e o progresso.

Os preparativos para os festejos do IV Centenário tiveram início no final dos anos 40, mas é somente com a criação da entidade autárquica “Comissão de Festejos Comemorativos do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo”, em 29 de dezembro de 1951, que a programação da comemoração começa a ser efetivamente definida.

O presidente da Comissão do IV Centenário de dezembro de 1951 a março de 1954, foi Francisco Matarazzo Sobrinho, integrante da mais importante família de industriais paulistas, mecenas cultural e filho de imigrantes italianos. A sua administração se caracterizou por frisar mais o progresso industrial e material da cidade que celebrar seus resíduos coloniais.<sup>157</sup>

O que se demonstra pelos trabalhos da Comissão, que já em 1952, se concentravam na construção do Parque do Ibirapuera, projeto idealizado por Oscar Niemayer, que contava com a participação de arquitetos de São Paulo como Eduardo Knesse de Mello, Zenon Lotufo e Carlos A. Lemos. A estrutura deste parque serviu de abrigo às diversas manifestações do aniversário da cidade, entre essas, a Exposição do IV Centenário, mostra destinada principalmente à indústria.

A construção do Parque do Ibirapuera foi concebida para representar a grandeza e a modernidade de São Paulo. O próprio símbolo do evento – a espiral – foi reproduzido em um monumento erguido na entrada do Parque (de existência abreviada por problemas tecnológicos), para “simbolizar o progresso crescente de São Paulo”<sup>158</sup> e amplamente utilizada pela propaganda da época.

---

<sup>157</sup> Fatos que demonstra essa característica da gestão de Ciccilo Matarazzo à frente da Comissão do IV Centenário são a pouca importância à publicação de trabalhos de genealogia dedicados às velhas famílias paulistas, vetando pedidos do Instituto Genealógico para financiamento de livros sobre o tema. (Marins, 2003, p.30)

<sup>158</sup> MARINS, P. C. G. O Parque Ibirapuera e a construção da identidade paulista. **Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material**, São Paulo: v. 6-7, p.9-36, 1998-1999. P.30.

Em março de 1954, o poeta modernista, Guilherme de Almeida assume a presidência da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo.<sup>159</sup> É a partir da sua administração, que a ideia de recuperar a imagem bandeirista retorna. Assim, pretendendo dar cunho “mais regional” às comemorações que se desenrolavam, “assinalando-as com algo histórico de Piratininga”, obtém junto à municipalidade a cessão de uma velha fazenda, localizada no Butantã, para restaurá-la e “guarnecê-la com móveis e alfaías peculiares às residências rurais de época”, conforme havia sugerido Paulo C. Florençano, que mais tarde iria assumir a direção dos trabalhos de restauração do imóvel, logo batizado de “Casa do Bandeirante.”<sup>160</sup>

No dia 01 de julho de 1954, o jornal *Folha da Noite* publicava uma longa matéria sob o título “Descoberta no Butantã uma velha casa construída no tempo dos bandeirantes [...] Uma entrevista do Srº Guilherme de Almeida sobre a preciosa relíquia [...]”. Em que Guilherme de Almeida destacou que o grande personagem da história de São Paulo não poderia deixar de ser o bandeirante e que a descoberta da casa por Paulo Florençano veio ao encontro de sua ideia de dar um cunho “realmente histórico aos festejos da grande efeméride paulista”.

Logo que assumi a presidência da Comissão do IV Centenário, dada a minha feição de escritor, um pouco historiador, e de homem de São Paulo cem por cento eu não podia deixar de dar um cunho realmente histórico aos festejos da grande efeméride paulistana. E o grande personagem da história de São Paulo é, sem dúvida alguma, o bandeirante. Um fato veio ao encontro da minha ideia. O sr. Paulo Florençano denunciara a existência dentro do perímetro urbano de São Paulo de uma casa do tempo das bandeiras, do século XVII, que ainda não tinha sido “tombada”.<sup>161</sup>

Tanto a gestão de Francisco Matarazzo Sobrinho quanto à de Guilherme de Almeida à frente da Comissão das Comemorações do IV Centenário, apesar de suas especificidades, marcaram os festejos através de monumentos arquitetônicos como o Parque do Ibirapuera e a Casa do Bandeirante, as quais enalteciam as realizações do presente e cultuavam a grandiosidade do passado. Tal representação se mostra nos símbolos escolhidos pela Comissão do IV Centenário, como o logotipo da Casa do Bandeirante, na qual a ideia de progresso que se queria para São Paulo se encontrava representada na “Espiral” e sua aspiração pelo futuro que se imbricava com a representação do bandeirante por meio de sua residência.

<sup>159</sup> Ciccillo Matarazzo renúncia ao cargo depois de atritos com o prefeito Jânio Quadros devido ao Carnaval de 1954.

<sup>160</sup> SODRÉ, J. C. A. **A Casa Bandeirista de Luiz Saia no IV Centenário de São Paulo: Restauração e Preservação da Identidade Paulista. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo** – Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%205%20pdfs/070r.pdf>, Acesso em: 02/11/2015.

<sup>161</sup> Pasta “Casa Bandeirante”. Acervo da Biblioteca do DPH, São Paulo.



Imagem 11 - Logotipo utilizado na capa do catálogo de apresentação da Casa do Bandeirante, confeccionado pela Comissão do IV Centenário, em 1955. (PMSP/SMC/DPH/DIM)



Imagem 12 - Obras de restauração. Vista da fachada principal, com destaque para a reconstrução do telhado (PMSP/SMC/DPH/DIM)  
(Acervo da Seção Arquivo de Negativos)

Quando a prefeitura municipal de São Paulo toma posse da arruinada casa do sítio no bairro do Butantã, é que essas “Velhas Casas de Fazenda” saem do esquecimento, especificamente a partir do restauro realizado por Luís Saia, arquiteto do IPHAN, de uma velha fazenda localizada no Butantã, para as comemorações do IV Centenário de Fundação da Cidade de São Paulo.

Luís Saia figurava entre os arquitetos como o mais entendido no assunto<sup>162</sup>, tendo publicado suas primeiras impressões sobre os exemplares da arquitetura rural paulista, em 1944, num artigo para o oitavo número da Revista do SPHAN<sup>163</sup>. Ao final dos trabalhos de restauro da Casa do Butantã, para as Comemorações do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, Luís Saia foi convidado a escrever um pequeno ensaio de apresentação da obra restaurada intitulado: *A “Casa Bandeirista”: uma interpretação*.<sup>164</sup>

O ensaio apresentado por Saia, em 1955, reafirma a valorização positiva da sociedade bandeirante e suas bases étnicas e sociais mamelucas, que eram reflexo de uma preocupação ideológica encontrada em outros estudos históricos do século XVIII, XIX e XX.

Lya Mauymi descreve o texto de Saia, *A Casa Bandeirista: Uma interpretação*, encomendado pela Comissão do IV Centenário, como “de maior importância para a compreensão de alguns aspectos ideológicos envolvidos nas restaurações das Casas Bandeiristas”<sup>165</sup>, inclusive para o objeto desta pesquisa, no caso o restauro do Sítio do Mandú.

Em primeiro lugar, Luís Saia dando destaque ao fenômeno da mestiçagem cultural – a valorização do papel do “mameluco”, responsável pela formação e efetivação da estratégia de povoamento e de guerra.

[...] inventam uma solução: o mameluco. O mesmo mameluco que foi guia da bandeira, o fornecedor de informações e, especialmente, o fornecedor daquela sensibilidade indispensável para intimidar o bandeirante com seu campo de batalha [...] O mesmo mameluco que foi a mais importante e legítima invenção do fenômeno paulista [...] O próprio paulista, seguro e orgulhoso, proclama e documenta a importância de sua presença forte na vida colonial.<sup>166</sup>

Situa a construção destas Casas Bandeiristas num cenário social feudal, no qual os potentados administravam suas propriedades e seus privilégios políticos com a ajuda de exércitos militares formados por mamelucos, elementos que viabilizavam a criação de “máquinas de guerra”- as Bandeiras. Saia enfoca o Século XVII como o período de apogeu da atividade Bandeirista e reafirma a sua ideia apresentada dez anos antes em sua obra *Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século (1944)* de que a evolução das residências acompanharam o próprio ciclo das Bandeiras, o que para Saia significava distinguir

<sup>162</sup> Foi responsável pelas obras de restauro da Igreja Nossa Senhora do Rosário do Embú (1939), da Igreja de São Miguel Paulista (1939), do Sítio Santo Antônio (1940), da Casa do Padre Inácio (1947) e da Igreja de Nossa Senhora de Escada (1954).

<sup>163</sup> SAIA, L. **Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século (1944)**.

<sup>164</sup> Carlos A. C. Lemos comenta em **Casas paulistas** que é nessa obra que Luís Saia, utiliza o termo “*Casa Bandeirista*”, pela primeira vez, para designar a propriedade rural paulista do século XVII e XVIII. IN: LEMOS, Carlos A.C. **Casa paulista. História das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café**. São Paulo: Edusp, 1999.

<sup>165</sup> MAYUMI, L. Op. cit. p. 35.

<sup>166</sup> SAIA, L. **A Casa Bandeirista: Uma Interpretação**. São Paulo: Comissão IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1955. P. 6-7.

os exemplares entre “clássicos” e “decadentes”. Indicando que quanto mais as edificações se distanciam do século XVII, mais elas se afastam do padrão arquitetônico legítimo da fase heroica das Bandeiras paulistas.

O feudalismo paulista dissolvêra-se pelo território nacional e o seu resíduo, em São Paulo, tornava-se vulnerável, quer na sua estrutura político-econômica, quer na sua mais legítima expressão arquitetônica [...]

Basta a injunção de um costume estranho para que a residência da classe dominante abandone aquele sentido de solução purista que manteve nos exemplares do século XVII, e passe a aceitar acréscimos que desnaturam o partido que tão bem respondera ao programa paulista. Na planta, *que perde a simplicidade e limpeza presentes nos exemplares mais antigos*; [grifo meu] no esquema construtivo, que passa a acusar soluções arranjadas e desconformes [...] aceita soluções de vida e de arquitetura frágeis e incertas, negadas sempre pelos exemplares mais legítimos da arquitetura e da gente da fase heroica do bandeirismo paulista.<sup>167</sup>

Portanto, a Casa do Butantã, a Casa do Caxingui e o Sítio do Mandú se distanciavam do padrão formal estabelecido dez anos antes, a partir dos estudos realizados nos Sítios Santo Antônio (São Roque) e Padre Inácio (Cotia), estes sim, representantes legítimos da “fase heroica” do Bandeirismo.

A classificação estabelecida por Saia sobre a “pureza” ou “decadência” do estilo arquitetônico das casas rurais paulistas será questionada, principalmente a partir da análise dos inventários e testamentos realizados Carlos Lemos e Ernani Silva Bruno, que observam a inexistência e a diferença tipológica, citada por Luís Saia, para edificações da primeira e segunda metade do século XVII.<sup>168</sup>

O Sítio do Mandú foi redescoberto ao acaso em 1942, pelo arquiteto Eduardo Kneese de Mello nas áreas compradas por seu pai. Ao perceber que a edificação tinha as características das típicas “Casas Bandeiristas” convida Luís Saia, VillaNova Artigas e Mario de Andrade para conferirem a edificação, que verificam se tratar de uma antiga residência com as características arquitetônicas das casas rurais paulistas do século XVII.

<sup>167</sup> SAIA, L. **A Casa Bandeirista: Uma Interpretação**. São Paulo: Comissão IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1955. P. 13.

<sup>168</sup> BRUNO, E. S. **O equipamento da Casa Bandeirista Segundo os Antigos Inventários e Testamentos**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1977, p.59.

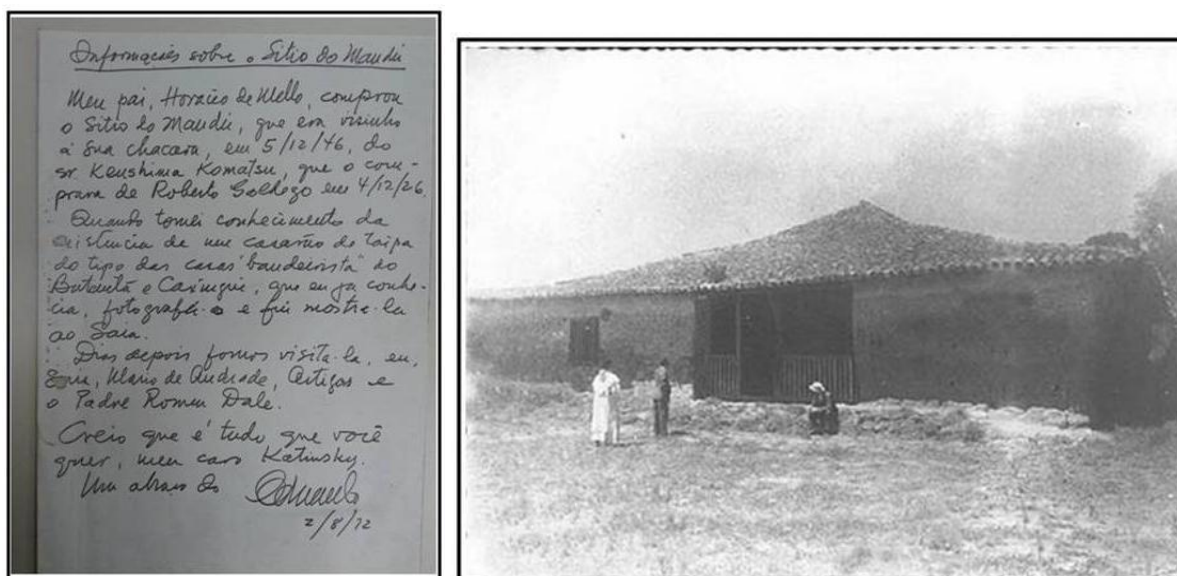


Imagem 13 - Carta de Eduardo Kneese de Mello para o arquiteto Katinsky e a foto tirada em 1944 por Hermann Graesser (o "Germano"), quando ocorreu à visita de Mario de Andrade ao Sítio do Mandú (o arquiteto Eduardo Kneese de Mello, Wilma Quintanilha de Mello e Mário de Andrade que se encontra sentado de chapéu)-Acervo fotográfico IPHAN-SP.

Em 1961, o arquiteto Eduardo Knesse Mello doa o Sítio do Mandú e uma área de proteção ambiental de 2000m<sup>2</sup> ao IPHAN.

No mesmo ano, o Sítio do Mandú é tombado sob a proteção do IPHAN, conforme o processo nº 433T, inscrição nº332 de 12 de janeiro de 1961, folhas 55 do Livro do Tombo Histórico.

Ainda no mesmo ano, Luís Saia escreve uma carta para o arquiteto Eduardo Knesse de Mello.

São Paulo, 25 de março de 1961.

Senhor arquiteto Eduardo Knesse de Mello.

Meu caro colega.

Conforme o resultado de nossos entendimentos verbais, posteriormente traduzidos em documento que está no arquivo do 4º Distrito, introduziu no esquema de obras para este ano de 1961, a restauração da residência do Sítio do Mandú; tendo conseguido a aprovação do esquema pelas autoridades superiores desta repartição. Como é de conhecimento do colega, assumi mesmo a responsabilidade pessoal do esquema e do ônus. Já estamos em março e ainda não pude obter do caro colega a confirmação prática e operante das medidas indispensáveis para o início das obras.

Nestas circunstâncias peço encarecidamente ao colega que faça as gestões cabíveis junto a quem de direito no sentido de conseguirmos rematar os termos de nosso entendimento, afim de que a repartição possa iniciar as obras o mais breve possível. Conto com seu empenho pessoal.

Com atenção do colega e amigo

Luiz Saia <sup>169</sup>

<sup>169</sup> Arquivo Documental da 9ª Superintendência do IPHAN Documento Pasta PT 00087- 0433 T- 50 2/9.

As medidas práticas a que o arquiteto Luís Saia se refere na carta para o Sr. Eduardo Knesse de Mello são referentes ao recebimento da notificação de tombamento do imóvel, como conseguimos comprovar por meio da documentação.

Luís Saia fica responsável pelo restauro do Sítio do Mandú, o que é justificado pelo próprio IPHAN, em ofício encaminhado por Rodrigo M.F. Andrade ao Sr. Ministro da Educação e Cultura.

Mayumi chama a atenção que “nas restaurações, a tese do tipo arquitetônico ‘puro’, elaborada por Saia, legitimou aquelas intervenções orientadas para a recuperação da imagem ‘pura’ autorizando a destruição de elementos arquitetônicos desconformes com o padrão.” Essa recuperação também foi orientada pelo desejo modernista de exaltar as raízes da cultura paulista e de remover dos exemplares, sempre que possível, os traços da “decadência” social, cultural e estilística.<sup>170</sup>

O que não foi diferente no processo de restauração do Sítio do Mandú.

Nas *Indicações para as obras de restauração e conservação da Casa Sede do Sítio do Mandú*, datado em maio de 1983, a documentação anexa ao Ofício N°260/83 escrito pelo Representante Regional Antônio Luiz Dias Andrade para o Dr. Henrique Oswaldo de Andrade, relata todas as obras realizadas no Sítio do Mandú até aquele momento:

Ainda no mês de novembro de 1961, são iniciadas as obras de restauração da Casa Sede do Sítio do Mandú, com a limpeza da área; abertura do poço; adaptação de uma **capelinha vizinha** [grifo nosso] para o abrigo dos operários; execução de um sistema estrutural de reforço, constituindo por uma série de brocas, colunas vigas e placas de concreto armado, que estabilizou o conjunto de muros de taipa de pilão, além de preencher algumas de suas porções erodidas. Foram ainda realizadas complementações de trechos comprometidos ou faltantes com alvenaria de tijolos de barro; bem como o repasse provisório da cobertura, execução de quase todo o revestimento e remoção do emparedamento de um vão interno; estas obras se prolongaram até dezembro de 1962, quando foram paralisadas por falta de recursos.”<sup>171</sup>

Reproduzimos esse trecho do documento por ser o único que faz referência à existência de uma tal “capelinha vizinha” na área que compreende o Sítio do Mandú.

Nas fotografias apresentadas nas pastas do Arquivo Documental da 9ª Superintendência do IPHAN não encontramos imagens ou outros relatos sobre tal capela. As fotografias que compõem este acervo retratam somente as características arquitetônicas do Sítio do Mandú e as obras de conservação e restauro realizadas.

A partir deste documento, surgiram questões referentes à existência da tal capelinha: quem a construiu, qual era a sua devoção e quem a frequentava?

<sup>170</sup>MAYUMI, L. Op. cit. p.36.

<sup>171</sup> Arquivo Documental da 9ª Superintendência do IPHAN Documento Pasta PT00087- 0433-T-50 2/9.

Ao considerarmos que todo documento é uma representação do passado que chega até nós como indícios que se colocam no lugar do acontecido, que se substituem a ele, compreendemos que as fontes não falam por si, por isso exigem uma análise cuidadosa, com a finalidade de apreender tanto as falas quanto os silenciamentos presentes nelas, conforme as palavras de Pesavento:

As representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão.<sup>172</sup>

Com a intenção de decifrar as representações do passado elaboradas pelos intelectuais responsáveis pela preservação do Sítio do Mandú, nos chamou a atenção uma das fotografias que compõem o Arquivo Documental IPHAN-SP, a da cruz à frente do **Casarão**, que por sua vez, se torna a imagem escolhida para ilustrar a capa dos relatórios das *Indicações para as obras de restauração e conservação da Casa Sede do Sítio do Mandú* e, mais tarde, nas *Propostas de Restauração e Uso do Sítio do Mandú*, serve de base para a ilustração realizada por Antônio Luís Dias Andrade (representante regional da 9ª Superintendência do IPHAN-SP).



Imagem 14 – Foto do Sítio do Mandú e a Cruz realizada por Hermann Graesser (o “Germano”), em agosto de 1942.

---

<sup>172</sup> PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. P.41.

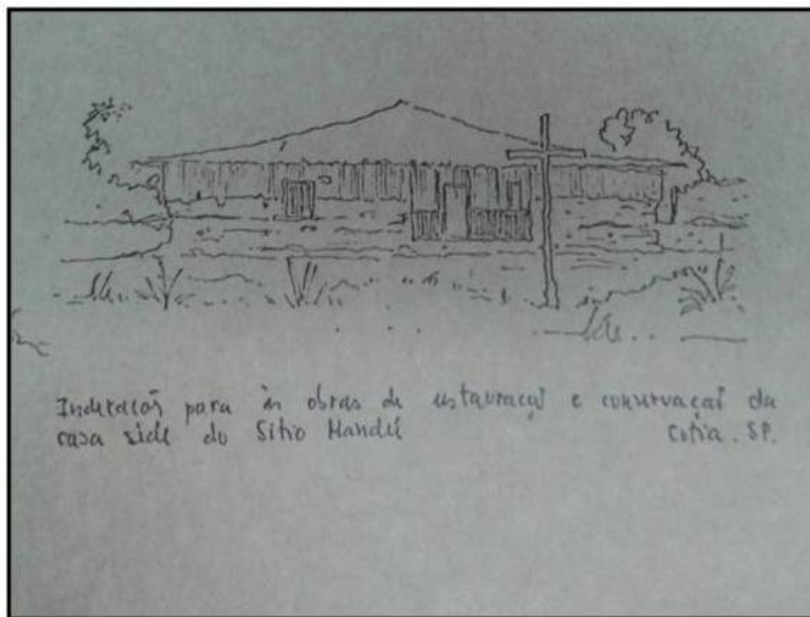


Imagem 15 – Desenho elaborado por Antônio Luís Dias Andrade (Diretor da 9ª IPHAN- SP), para a capa do relatório “Indicações para as obras de restauração e conservação da casa sede do Sítio do Mandú. Cotia–SP, 1983. Pasta PT 00087- 0433 T- 50 2/9.

Consideramos ambos os documentos como uma representação simbólica do bem patrimonial e, como representação, essa “consiste na tradução visual e/ou mental de uma realidade exterior percebida, é a re-apresentação de algo que se encontra ausente no tempo e/ou no espaço.”<sup>173</sup>

Essa “re-apresentação de algo que se encontra ausente”, no caso é “a capelinha que serviu de quarto de obras para restauro do Sítio do Mandú”, mas que não encontramos em nenhuma das fotografias ou outros documentos que relatam a sua existência no Arquivo Documental da 9ª Superintendência do IPHAN.

Cabe aqui uma observação: temos um compromisso com a verdade, mas temos pleno conhecimento que ao relatar o que aconteceu em algum dia, esse mesmo fato pode ter múltiplas versões. No campo da História Cultural, como analisa Pesavento, “a verdade deve comparecer no trabalho da escrita da História como um horizonte a alcançar, mesmo sabendo que ele não será jamais constituído por uma verdade única e absoluta. O mais certo seria afirmar que a História estabelece regimes de verdade e não certezas absolutas.”<sup>174</sup>

Para Le Goff, representação é a tradução mental de uma realidade exterior percebida e liga-se ao processo de abstração. O imaginário faz parte de um campo de representação e, como expressão do pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma

<sup>173</sup> PESAVENTO, S. J. O desfazer da Ordem Fetichizada: Walter Benjamin e o Imaginário Social. **Cultura Vozes**, v.89, n.5. set-out, 1985, p.35.

<sup>174</sup> PESAVENTO, Op. cit. 2005, p. 51.

definição da realidade. Mas as imagens e discursos sobre o real não são exatamente o real ou, em outras palavras, não são expressões literais da realidade, como um fiel espelho. E nem mesmo se expressam da mesma maneira.<sup>175</sup>

Analisando o período da fundação e do povoamento do vilarejo de Cotia, de acordo com John Monteiro, Ilana Blaj, Maria Aparecida Menezes Borrego, sabemos que muitos paulistas enriquecidos receberam licença para erguer ermidas. Conforme John Monteiro, entre 1600 e 1700, foram construídas 45 capelas e oratórios rurais em São Paulo.<sup>176</sup> A multiplicação das capelas acompanhou a formação das fazendas, o aumento das propriedades rurais, o incremento da produção agrícola e a fundação de novas vilas. Como, infelizmente, não conseguimos encontrar a origem do Sítio do Mandú (os seus primeiros proprietários), não podemos enveredar por tal caminho.

Foi por meio das entrevistas com os intelectuais responsáveis pela preservação do Sítio do Mandú e com os moradores antigos do bairro do Caiapiá, que a “capelinha que serviu de quarto de obras para restauro do Sítio do Mandú” foi criando novas nuances.

A escolha da história oral como procedimento metodológico possibilitou compreender experiências pessoais, impressões particulares, ou seja, a “recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu.”<sup>177</sup>

Como Portelli, analisa:

as fontes orais revelam as intenções dos feitos, suas crenças, mentalidades, imaginário e pensamentos referentes às experiências vividas. A fonte oral pode não ser um dado preciso, mas possui dados que, às vezes, um documento escrito não possui. Ela se impõe como primordial para compreensão e estudo do tempo presente, pois só através dela podemos conhecer os sonhos, anseios, crenças e lembranças do passado de pessoas anônimas, simples, sem nenhum status político ou econômico, mas que viveram os acontecimentos de sua época.<sup>178</sup>

Para Halbwachs, a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior do grupo. É no contexto destas relações que construímos as nossas lembranças. A rememoração está impregnada da memória dos que nos cercam.

Um homem para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referências que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mas ainda o funcionamento da

---

<sup>175</sup> PESAVENTO, S. J. Representações. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/ Contexto, v.15, n.29, 1995.

<sup>176</sup> MONTEIRO, J. M. **São Paulo in the Seventeenth Century: economy and society**. Illinois: University of Chicago, 1985. 2 v. p.431-36.

<sup>177</sup> ALBERTI, V. **Ouvir e contar: textos em História oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. P.42.

<sup>178</sup> PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luta e senso comum. In: FERREIRA, M.M.; AMADO, J. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou e que emprestou do seu meio<sup>179</sup>

Em relação ao contexto físico, Halbwachs destaca que ele é uma realidade que dura, assim, não há um grupo ou um gênero de atividade coletiva que não tenha nenhuma relação com o lugar, com o espaço. No que se refere à temporalidade, ele enfatiza que “não há um tempo universal e único, mas a sociedade se decompõe em uma multiplicidade de grupos, cada um com sua própria duração”,<sup>180</sup> uma vez que, os tempos são diferentes e não há Nenhum que se imponha a todos os grupos.<sup>181</sup>

Em outras palavras, “**cada grupo localmente definido tem sua própria memória coletiva e uma representação só dele de seu tempo**”<sup>182</sup> e, o grupo é quem define o tempo de acordo com as suas necessidades e suas tradições.<sup>183</sup> Em resumo, toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço e há tantas maneiras de representar o espaço quantos grupos existirem.

Jöel Candau aperfeiçoa o conceito de “memória coletiva” de Halbwachs, ao reduzir a possibilidade de confusão entre memórias individuais e coletivas. Ele propõe uma reclassificação das memórias a partir de suas características. A primeira seria a “protomemória” que é a memória social incorporada, tal como se expressa, por exemplo, nos gestos, nas práticas e na linguagem, cujo exercício é realizado quase automaticamente, “quase sem tomada de consciência.”<sup>184</sup> O segundo tipo de memória descrito por Joël Candau é a memória propriamente dita. Trata-se da recordação voluntária, das lembranças individuais e pessoais de cada ser humano. E a terceira memória, chamada de metamemória, diz respeito à construção identitária. É a representação que fazemos das nossas lembranças.

Joël Candau propõe que as duas primeiras memórias, a protomemória e a memória propriamente dita, constituem faculdades individuais, logo, não podem ser compartilhadas. Para ele, só a terceira memória, a metamemória, aquela que se refere à memória coletiva, pode ser compartilhada, pois é um conjunto de representações da memória.<sup>185</sup>

Para Candau, os conceitos de memória e identidade são indissociáveis de temas como o patrimônio, que para ele poderíamos “reduzir a dois, se considerarmos que o patrimônio é

<sup>179</sup> HALBWACHS, M. **Memória Coletiva**, São Paulo: Centauro, 2004. P. 53.

<sup>180</sup> Ibidem. P. 170.

<sup>181</sup> Ibidem. P. 153.

<sup>182</sup> Ibidem. P. 137.

<sup>183</sup> Ibidem. P. 140.

<sup>184</sup> CANDAU, J. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011, p.23.

<sup>185</sup> Ibidem. P.10.

uma dimensão da memória”, aliás, ele afirma que “o patrimônio é menos um conteúdo que uma prática da memória obedecendo a um projeto de afirmação de si mesma.”<sup>186</sup>

Para este trabalho, consideramos o Sítio do Mandú e a sua pequena capela como “lugares de memória”<sup>187</sup>, e por sua vez, essa memória, como descreve Pierre Nora, “é de natureza múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada”<sup>188</sup>. E, por fim, “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto.”<sup>189</sup>

Nora defende a ideia de que só existe o “lugar de memória” porque não existe mais memória. Para o autor, estamos vivenciando uma época de “aceleração da história”, ou seja, um embate entre a memória verdadeira (aquela interligada às sociedades ditas primitivas ou arcaicas) e a história (a forma pela qual as sociedades modernas, pressionadas por mudanças rápidas, organizam seu passado). Em seu raciocínio, sustenta que “se o que eles [a sociedade que produz história] defendem não estivesse ameaçado, não haveria necessidade de construí-los”. Por isso a necessidade de se criar lugares para a preservação de memórias coletivas.<sup>190</sup>

Mas existe o que podemos chamar de “lugares por trás dos lugares”<sup>191</sup>, aqueles nos quais iremos encontrar não a produção ou elaboração da memória coletiva, mas os seus criadores maiores, as forças que impõem a memória coletiva de modos diversos, gerando os lugares de memória mais específicos. São esses “lugares por trás dos lugares” “os Estados, os meios sociais e políticos, as comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória.”<sup>192</sup>

Para Hartog, o conceito “lugar de memória” não poderia ser lido apenas de forma literal. “O lugar não é simplesmente dado”. Como ele cita, “é construído e reconstruído sem cessar, podendo ser interpretado como encruzilhada onde se encontram ou deságuam diferentes caminhos de memória.”<sup>193</sup>

Estes “edifícios-monumentos”<sup>194</sup> podem adquirir um valor orientador dentro da sociedade porque funcionam como negociadores entre o passado e o presente, “é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação”. Mas o monumento tem como

<sup>186</sup> CANDAU, J. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011, p. 163.

<sup>187</sup> NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 10, dez.1993. P.13.

<sup>188</sup> Ibidem. P.09.

<sup>189</sup> Ibidem. P. 09.

<sup>190</sup> CASTRO, A. L.S. **O Museu do sagrado ao segredo**. Rio de Janeiro: Revan, 2009. P.94-5.

<sup>191</sup> BARROS, J. D. História e Memória - uma relação na confluência entre Tempo e Espaço. **Mouseion**. v.3, n..jan/jul.2009. p.65.

<sup>192</sup> LE GOFF, J. Op. cit., 2003. p.473.

<sup>193</sup> HARTOG, F. Tempo e Patrimônio. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.22, n.36, p.261-273. Jul/Dez 2006.

<sup>194</sup> Como sintetizou J. Le Goff sobre a relação existente entre o conceito de monumento, um sinal do passado que se preocupa com uma das principais funções do espírito (mens), a memória (memini). Cf. LE GOFF, J. Op. cit. 1996.

característica ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou não das sociedades. Nesse sentido, o que define sua característica de monumento não é o algo em si da coisa, mas sua utilização pelo poder.

Foi a partir das entrevistas realizadas com os antigos moradores do Sítio do Mandú, que compreendemos a origem, sua utilização e sua eliminação.

A primeira entrevista que realizamos foi com a Dona Nair (79 anos) esposa do “Seu Dito” (Sr. Benedito Pires 1931 - 2010), zelador do Sítio do Mandú por 40 anos. Ao explicar que a pesquisa é sobre o Sítio do Mandú, Dona Nair nos interrompe e narra imediatamente: “Fia, primeiro eu morava numa casa velha, feia, triste foi onde a Priscila nasceu (neta), depois eles fizeram uma casa bonita, aí nós mudamos para lá”<sup>195</sup>

Ao questionarmos em que ano ela morou nessa casa, “Dona” Nair nos relata que foi em 1961, ela e o “Seu” Dito e as três filhas, depois os netos Priscila e Gustavo. E logo foi mostrando diversas fotografias, mas em nenhuma dessas aparecia a imagem da tal “casa velha, feia e triste” ou da “capela”.

A nossa segunda entrevista foi com a D. Luzia Tibúrcio de Lima (75 anos)<sup>196</sup>. Ela viveu na fazenda, que na época se chamava “Fazenda Clotilde”, nome da esposa do Sr. Horácio, aproximadamente por três anos (dos doze aos quinze anos).

Ela comenta que mais tarde toda a família se transferiu para a região do Centro da cidade de Cotia. E que com o passar dos anos ela se casou e os seus filhos frequentemente iam ao Sítio do Mandú passear de bicicleta. Ao realizar esse comentário, ela se levanta e diz: “Será que eu ainda tenho, eu tinha uma foto dos meninos lá... Será que ainda tenho?”. E se levanta, vai até o quarto e retorna com uma pequena caixa de sapatos e uma foto na mão e diz: “Aqui está!”.

Foi quando “Dona” Luzia nos entregou a fotografia que apresentamos abaixo:

---

<sup>195</sup> Entrevista concedida no dia 01/09/2015 pelo Sra. Nair esposa do “Seu Dito” (zelador do Sítio do Mandú) morou no Sítio do Mandú por 44 anos (duração 01:12).

<sup>196</sup> Entrevista concedida no dia 25/09/2015 pela Sra. Luzia Tibúrcio moradora da fazenda do Sr. Horácio Kneese de Melo, bairro do Caiapiá, onde seu pai trabalhava com a criação de gado da fazenda (duração 01:36: 13).



Imagem 16 - Fotografia dos Filhos da Sr<sup>a</sup> Luzia Tibúrcio – Marcelo e Paulo. (ano 1961) – Arquivo pessoal

E qual foi a surpresa dessa pesquisadora, ao olhar a fotografia e avistar ao fundo desta imagem uma pequena casinha/capelinha com um anexo na sua lateral.



Imagem 17 - Fotografia editada com o objetivo de visualizar como seria a estrutura original da capela.

Retomamos Sontag, que ao refletir a fotografia em nosso cotidiano, descreve que “fotos fornecem um testemunho. Algo de que ouvimos falar, mas de que duvidamos parece

comprovado quando nos mostram uma foto. E continua: “A foto equivale a uma prova incontestável de que determinada coisa aconteceu. A foto pode distorcer; mas sempre existe o pressuposto de que algo existe, ou existiu, e era semelhante ao que está na imagem.”<sup>197</sup>

Ao questionarmos “Dona” Luzia sobre quem morava naquela casinha ao fundo da fotografia, ela nos comenta:

“Essa casinha na época em que eu morava na fazenda, era uma capelinha para as famílias (trabalhadores) que moravam na fazenda, porque aquele tempo era difícil, muito sofrido, não tinha asfalto, não tinha nada! Para a Igreja a gente ia com o caminhão da fazenda, que pegava todo mundo e levava na época de festa...”

Questionamos “Dona” Luzia sobre a estrutura da casinha, que não aparentava ser uma capelinha. Foi quando ela colocou o dedo tampando parte da imagem da casinha e nos relata:

“...Não tinha essa puxadinho da janela, depois é que foi morar uma família lá, eu não me lembro quem eram e fizeram esse puxadinho, mas é até pecado, né... transformar uma capela em casa pra gente morar!”

Retornamos à casa da “Dona” Nair para entrevistar a sua filha Helena e o seu neto Gustavo que também moraram no Sítio do Mandú. Ao mostrar a fotografia dos filhos de “Dona” Luzia no Sítio do Mandú, a “Dona” Nadir, emocionada, diz: “Pri, a minha casa, aí que eu morei, foi onde você nasceu!!!”

Então, é quando a neta mais velha, Priscila, explicou:

os meus avôs vieram de Lins e primeiro foram trabalhar para o Saia (Luís) no Sítio do Santo Antônio, o ano era 1958 e em 1960 foram para o Mandú, primeiro moraram na capela dentro do próprio Casarão (Sítio do Mandú), depois o Saia permitiu que o meu avô construíssem um puxadinho nessa capelinha da foto e morar lá até a construção da casa do zelador, que foi mais tarde (1978).<sup>198</sup>

Sobre a possível devoção praticada nesta Capela, encontramos o artigo *Capelas da freguesia de Cotia*<sup>199</sup>, de autoria do Padre Daniel Batzan que foi vigário em Cotia (de 1964 a 1980), publicado pelo historiador Marcos Roberto Bueno Martínéz<sup>200</sup> no portal *Viva Cotia*. Batzan demonstra em seu texto que “de 50 (cinquenta) capelas, 12 (doze) eram dedicadas à Santa Cruz”.

O mesmo artigo apresenta um levantamento das capelas da Freguesia de Cotia, a partir de 1684, pesquisa realizada mediante a leitura dos livros de tombo, batizados, casamentos e óbitos da Paróquia de Nossa Senhora de Monte Serrat, elaborados a partir dos livros de Tombo: Anos 1878-1912, em que coloca a capela do Caiapiá como dedicada à Santa Cruz.<sup>201</sup>

<sup>197</sup> SONTAG, S. **Sobre Fotografia**. Companhia das Letras: São Paulo. 2004, p.16.

<sup>198</sup> Entrevista concedida no dia 01/09/2015 pela Sra. Priscila, neta do “Seu Dito”. Ela morou no Sítio do Mandú 22 anos (duração 2:12:03).

<sup>199</sup> BATZAN, D. Capelas da Freguesia de Cotia. In: MARTINÉZ, M. **Descobrendo Cotia**. Disponível em: [www.portalviva.com.br](http://www.portalviva.com.br). Acesso em: 28/02/2016.

<sup>200</sup> Marcos Roberto Bueno Martínéz – Historiador. Conhecido no município como Professor Marcão, ex-secretário da Educação do município de Cotia na gestão do Prefeito Quinzinho.

<sup>201</sup> Cf. Livro de Tombo de Cotia: 1878-1912, p. 152.

Reproduzimos abaixo um trecho da matéria que narra um pouco da devoção e a causa de sua quase extinção pelos missionários.

A devoção à Santa Cruz já existia na freguesia de Nossa Senhora de Monte Serrat. Consistia praticamente da reza do terço, da ladainha e outras orações puxadas pelo capelão. Certamente, a chegada dos missionários por ocasião das Santas Missões contribuiu muito para a proliferação desta devoção e, conseqüentemente, para o surgimento de tantas capelas dedicadas à Santa Cruz. O canto da Santa Cruz era o seguinte:

Chegai pecador contrito,  
beijar a Santa Cruz;  
Pedindo misericórdia  
ao nosso Bom Jesus.  
Se não fosse Deus  
e a Virgem Maria,  
Ela é mãe dos pecadores,  
triste de nós o que seria!

Após a recitação do canto, o povo beijava a Cruz e dava uma esmola. Havia também uma dança, chamada de “Sarapaté”. O capelão, após a reza, pedia licença à Santa Cruz para fazer a dança. A dança era feita fora da igreja. As mulheres formavam uma roda e os homens também. As mulheres no lado de dentro e os homens no lado de fora. Estes, de botina e esporas, batiam no chão. A festa durava duas noites!

No livro de Tombo de Cotia (1978-1912), encontramos a seguinte observação feita pelo Pe. Aurélio Fraissat:

Esta devoção (à Santa Cruz) às vezes degenera-se em devoção mundana e até pecaminosa, porque depois do terço, da ladainha, ou outra devoção que costumam fazer organiza-se um bate-pés depois da reza, acompanhado e esquentado pela pinga, que causa àquela reunião um aspecto mau, como anunciando as péssimas conseqüências que dali irão nascer. Também este mal já está mais ou menos extinto pelos missionários. Hoje já sabem que não é boa coisa dançar em frente da Cruz ou Capela e não fazem mais aquela prática condenada pelos missionários”. Os missionários julgavam que era falta de respeito dançar na frente do Santo. Depois que o missionário falava as pessoas ficavam receosas de dançar!

Na entrevista realizada com o Sr. José Saia Neto<sup>202</sup>, técnico do IPHAN-SP no período de 1967 a 2010, ao questionarmos sobre a existência de tal capela, o Sr. José Saia nos descreve que essa capela provavelmente foi construída, na década de 20, pelo pai do Arquiteto Eduardo Knesse de Mello, o Sr. Horácio Knesse de Mello. Trata-se de uma capela de alvenaria posterior ao Sítio do Mandú.

O que se comprova por meio da leitura da certidão emitida na data de 18 de outubro de 1999, pelo 7º Tabelião de Notas da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, que verificou constar nos livros de escritura de divisão de terras do cartório nº955 à folha 22, datado em 26 de abril de 1961. Nesse documento podemos ler a seguinte descrição: “do canto mais próximo da Casa Grande, antiga, do tempo dos jesuítas, no prolongamento da parede mais extensa, do

---

<sup>202</sup> Entrevista concedida com o Sr. José Saia Neto técnico do IPHAN 10/07/2015.

lado em que se situa a **capela nova**, independente da casa, e cuja parede está voltada para o quadrante Noroeste.”<sup>203</sup>

Devido aos critérios estéticos que fundamentaram o restauro do Sítio do Mandú, a capela de trabalhadores, do culto à “Santa Cruz”, que virou casa para a família do zelador e depois quartinho de obras para os operários, não teve a mínima chance de ser preservada. Construções rústicas que faziam parte do cotidiano rural paulista foram substituídas em função de uma construção de imagem – a Casa Bandeirista - arquitetura da casa exaltada como algo isolado – modificações que podemos considerar como “operações de limpeza” que eliminava do ambientes elementos “espúrias”.

Retornamos ao desenho elaborado pelo Representante Regional Antônio Luiz Dias Andrade que servirá de representação ilustrativa do Sítio do Mandú em todos os relatórios elaborados pelo IPHAN para a restauração do bem patrimonial.

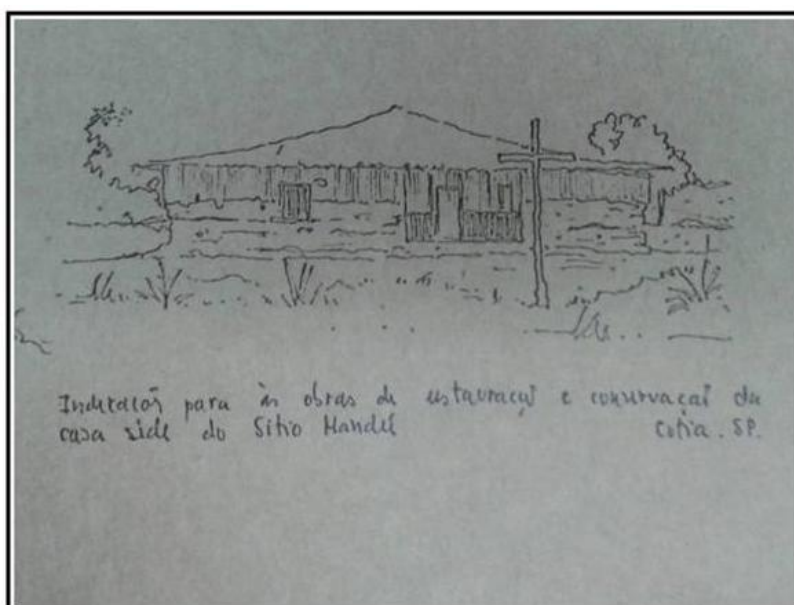


Imagem 18 – Desenho elaborado por Antônio Luís Dias Andrade (Diretor da 9ª IPHAN- SP), para a capa do relatório “Indicações para as obras de restauração e conservação da casa sede do Sítio Mandú. Cotia-SP,1983. Pasta PT 00087- 0433 T- 50 2/9.

As primeiras obras de restauro do Sítio do Mandú se iniciam em 1962 e vão até 1965, momento em que o imóvel estava muito abalado em decorrência da ação de vândalos à

<sup>203</sup> Documentação que compõem o relatório elaborado pelo Studio Sarasá para pesquisa fundiária e cartorial e elaboração de planta com a delimitação de propriedade de Bem Imóvel da União – Casa do Sítio do Mandú”. Vale comentar que o STUDIO SARASÁ foi contratado pelo IPHAN-SP, para a realização de tal trabalho, devido à ameaça de construção de um condomínio na área que compõem a paisagem do Sítio do Mandú.

procura de baldes de ouro nas paredes de taipa do Casarão, o que afetou a sua estrutura. Foram obras emergenciais de estabilização e consolidação.

No ano de 1983 (18 anos após as primeiras obras), o restauro foi reiniciado, com a aquisição de telhas e de madeira necessárias e execução da rede elétrica e hidro-sanitária. No entanto, os trabalhos foram paralisados novamente e o material adquirido foi redistribuído entre outras obras da Regional.

Como já citado na introdução, a finalização do restauro do Sítio do Mandú ocorre somente no ano de 2005. De 1983 até 2005, ocorrem inúmeras tentativas de financiamento da obra, porém sem êxito. Durante esse período, a situação do Casarão voltou a ser muito precária: infiltrações provocaram sérias lesões nas paredes, ataques de xilófagos intensificaram-se, comprometendo peças da estrutura da cobertura. Além da constante ameaça da especulação imobiliária em torno do próprio bem patrimonial.

Conforme argumenta Candau, sociedades que experimentam uma mutação acelerada, preocupadas com a possível perda de seus valores e o conseqüente risco de esquecimento, incontestavelmente a sensibilidade patrimonial é exacerbada – o que ele denomina como “mnemotropismo”.<sup>204</sup>

Para Ricoeur, “A associação entre memória e patrimonialização coloca-se como um dos suportes desses tempos mnemotrópicos de afirmações identitárias e buscas pelo reconhecimento.”<sup>205</sup> Sendo assim, não é apenas o discurso de um passado apenas como um sentimento nostálgico e sim como se deu a utilização deste passado na construção de um futuro no discurso/prática realizado por parte dos órgãos preservação e dos moradores entorno do Sítio do Mandú.

Portanto, ao indicarmos para a reflexão o desenho da representação do Sítio do Mandú, desenho este, de um passado que não existe mais, percebemos o sistema proposto por Kosseleck, sendo a “experiência do passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados.” No campo da experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, que não precisam estar mais presentes no conhecimento, como o Culto a “Santa Cruz” ou a “capelinha”. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é preservada uma experiência alheia. Já os “horizontes de expectativa” “visam o futuro correspondem a todo um universo de sensações e antecipações que se referem

---

<sup>204</sup> CANDAU, J. Op. cit. p.130.

<sup>205</sup> RICOUER. P. **O percurso do reconhecimento**. São Paulo: Loyola, 2006, p.17.

ao que virá” (a tentativa de parcerias para o financiamento do restauro e nos projetos de utilização da casa).

O “campo de experiência” – passado/futuro, e o “horizonte de expectativas” – futuro/presente, são categorias não se opõem uma à outra, estão sempre prontas a repercutir uma na outra.<sup>206</sup>

Simultaneamente, percebemos a ausência, tanto nos documentos como nas fotografias que compõem o Arquivo Documental da 9ª Superintendência do IPHAN, de descrições sobre as pessoas que viviam e moravam no Sítio do Mandú ou nos seus arredores. Exceção feita à famosa fotografia que apresenta o engenheiro Eduardo Knesse de Mello e sua esposa Wilma Quintanilha e o escritor Mário de Andrade.

A breve pesquisa ao Arquivo Fotográfico da 9ª Superintendência do IPHAN, ao contrário das fotografias apresentadas nos relatórios do Arquivo Documental do IPHAN, apresentava imagens de moradores da região (mais tarde tomamos conhecimento que as pessoas que apareciam naquelas imagens eram membros da família do “Seu Dito” – zelador do Sítio do Mandú por 40 anos).



Imagem 19 - Da direita para a esquerda, encontra-se sentado “Seu Dito”, seu neto Anderson e sua esposa D. Nadir (atrás do “Seu Dito” vemos a imagem do poço, o que nos leva a crer que a foto seja de 1965)

Desde sua criação, o IPHAN teve como objeto de preocupação latente os seus documentos. Ainda no Anteprojeto de Mário de Andrade com relação à documentação

<sup>206</sup> KOSSELLECK, R. Espaço de experiência e horizonte de expectativas. In: **Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de janeiro: Contraponto, 2006, p. 267-303.

fotográfica, aparece com destaque a necessidade de incorporar “fotografias ou várias fotografias” na proposta a ser elaborada para o tombamento de toda e qualquer obra.”<sup>207</sup>

Remonta à suas origens uma preocupação em organizar um arquivo de acordo com um discurso cultural. “Nesse sentido, pode-se compreender que, o arquivo é uma estrutura fundamental e reveladora de uma política cultural de Estado visto que é pela sua definição que se organiza um conhecimento e, finalmente aquilo que pode ou não ser dito.”<sup>208</sup>

No que se refere ao Arquivo Documental, composto em parte por algumas fotografias do Arquivo Fotográfico, podemos considerá-lo como um espaço de esquecimento. Para as fotos que não correspondessem ao discurso cultural do estado e dos intelectuais do IPHAN, avaliar a condição de ambos os arquivos, tanto no que se refere a sua produção, circulação e apropriação indica um projeto de passado elaborado, que visa a ser tomado como uma verdade irreduzível em tempo presente. O arquivo guarda, portanto, uma intenção elaborada por aqueles que o realizaram e, por isso, o controlam com um claro objetivo de ser apreendido, em tempo futuro, de acordo com uma determinada narrativa estável e condizente com uma memória oficial.

E, por sua vez, como Chartier analisa:

As representações do mundo social são sempre determinadas pelo interesse de grupos que as forjam. As percepções sociais não são de forma alguma discursos neutros; produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.<sup>209</sup>

Paralela a essa “memória oficial” instituída pelos órgãos responsáveis pela preservação do Sítio do Mandú surge uma “outra” leitura por parte dos moradores antigos do bairro do Caiapiá.

Entrevistamos alguns moradores do entorno do Sítio do Mandú, referente ao que foi ou que era esse bem tombado antigamente. Para a nossa surpresa, a maioria dos entrevistados narram o antigo “Casarão” como Senzala. Inclusive com a existência de um quarto de castigo, onde se encontrava instrumentos de tortura, como o “Tronco” e “Algemas” presas ao chão. E que devido ao sofrimento dos escravos, o “Casarão” seria, inclusive, um lugar “mal-

<sup>207</sup> COSTA, E.A. **O arquivo fotográfico do IPHAN: Um saber visual da cultura brasileira**. Anais do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP. 2014 Disponível em: [http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1403897479\\_ARQUIVO\\_OArquivoFotograficodoIPHAN.pdf](http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1403897479_ARQUIVO_OArquivoFotograficodoIPHAN.pdf). Visualizado em 26/09/2016

<sup>208</sup> COSTA, E. A. **Cultura Visual e Ciência: Arquivo Fotográfico e as práticas de preservação do IPHAN**. In: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva São Paulo, 2014. Disponível em: [docplayer.com.br/5360174-Cultura-visual-e-ciencia-arquivo-fotografico-e-as-praticas](http://docplayer.com.br/5360174-Cultura-visual-e-ciencia-arquivo-fotografico-e-as-praticas).

<sup>209</sup> CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p.17.

assombrado”, com histórias de barulhos de correntes e vultos que aparecem e desaparecem do nada.

Tanto na bibliografia pesquisada como na documentação dos arquivos do IPHAN referente ao Sítio do Mandú, e mesmo nas entrevistas com os gestores responsáveis pelo bem patrimonial, não há citação sobre a existência de senzalas ou “quartos de castigo” ou de tais instrumentos de tortura.

Mas, como Chatier analisa, todo receptor é, na verdade, um produtor de sentido e toda leitura é um ato de apropriação. “As significações produzidas pelas diferentes leituras podem, inclusive estar bem distantes da intenção ou do autor da obra.”<sup>210</sup> - ou, no caso do Sítio do Mandú, das significações e valores que os órgãos oficiais lhe atribuíram enquanto patrimônio.

Consideramos que levar em conta a apropriação simbólica deste bem é imprescindível para a formulação de uma política pública de preservação, como Fonseca coloca:

“qualquer proposta de democratização da política de preservação que não leve em conta as condições de recepção desse universo simbólico pelos diferentes setores da sociedade nacional corre o risco de cair no vazio, na medida em que os valores culturais que se quer preservar – fundados, nas noções de arte e de história – só fazem sentido para um pequeno grupo.”<sup>211</sup>

Infelizmente, é o que acontece atualmente com o Sítio do Mandú.

Atualmente, para chegarmos ao “Casarão” obrigatoriamente passamos ao lado do Rio das Pedras, com suas águas totalmente poluídas e subimos a “estradinha” que nos leva ao alto da plataforma em que se encontra o bem patrimonial. Mas antes de o encontrarmos, se avista do lado esquerdo o corte no morro para a construção de mais um empreendimento imobiliário, projeto de condomínio cuja obra recentemente foi embargada pelo Ministério Público/IPHAN. Porém, continuemos na nossa caminhada, do lado direito avistamos um contêiner, da construtora responsável por tal obra e junto um pequeno parquinho alguns brinquedos para crianças colocado pela Prefeitura.

Ao olharmos para frente, avistamos a fachada do Sítio do Mandú com sua estrutura retangular, suas paredes brancas, com seu telhado em cor de terracota e seus cachorros, seu alpendre frontal e suas portas e janelas em canela preta. Vamos adentrar e conhecê-lo, mas a continuidade da nossa caminhada será impossibilitada, devido ao portão e à grade de ferro que o contorna em toda a sua extensão, conjuntamente com os dois vigias que se alternam para protegê-lo dos possíveis vândalos e do próprio público.

<sup>210</sup> Ibidem. P. 21.

<sup>211</sup> FONSECA, M.C.L. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro. Editora UFRJ/MINC-Iphan, 2005. P. 43.

Em 2005, com a finalização das obras de restauro do Sítio do Mandú e a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre IPHAN e a Prefeitura do Município de Cotia, foram realizados alguns **projetos**<sup>212</sup> com o intuito de viabilizar o uso e a valorização do Sítio, mas com a aposentadoria do técnico do IPHAN, Sr. José Saia Neto (2010) e a saída da diretora de Turismo, Sra. Cristina Oka (2011), tais projetos não tiveram continuidade e, atualmente, o Sítio do Mandú se encontra fechado, inclusive para visitação.

A coordenação das atividades foi realizada pelo Departamento de Turismo de Cotia em parceria com o IPHAN o que, por sua vez, impossibilita o livre acesso de sua comunidade. A visitação só era possível por meio do agendamento prévio com o Departamento de Turismo de Cotia ou diretamente com o 9º Superintendência do IPHAN.

O “Seu Dito”, zelador do Sítio do Mandú responsável pela manutenção do imóvel e pela recepção do público por mais de 40 anos, foi obrigado a entregar as chaves do Casarão e dispensado de recepcionar os visitantes na época, a mesma proibição ocorre sobre a utilização da área externa do *Casarão* para as comemorações familiares.

A contratação de dois vigias particulares para “guardar/preservarem” o bem patrimonial e manter a ordem, impossibilita a utilização do espaço para a realização de piqueniques, reuniões de jovens ou encontros de casais de namorados, como ocorria antes.

Portanto, a justificativa da preservação e sua “reutilização”, por meio das ações promovidas pela parceria do IPHAN e da Prefeitura, levam a disciplinarização do espaço.

Para Michel Foucault, a disciplina é considerada uma técnica, um dispositivo e um instrumento de poder. Foucault destaca que na sociedade moderna as tecnologias de disciplinarização dos corpos representam o desejo de padronização dos comportamentos com vistas a uma racionalização do espaço.<sup>213</sup> As estratégias de organização do espaço urbano, lançadas por sujeitos que se situam em um lugar de poder e saber, neste caso o quadro técnico do IPHAN e o Diretoria de Turismo do Município de Cotia, difundem um conjunto de ações e

---

<sup>212</sup> Entre os projetos realizados pela Prefeitura de Cotia em parceria com o IPHAN, durante o período de 2005 a 2011, estão elencados:

- Oficina de Educação Patrimonial (para a formação de multiplicadores – monitores);
- Exposição Itinerante de Fotografias (*Banners*) referente a Cidade de Cotia e os seus bens patrimoniais o Sítio do Mandú, Sítio do Padre Inácio e a Igreja Matriz;
- I Semana de Turismo Ambiental (realizado no Sítio do Mandú);
- Programa de visitação monitorada para as escolas da região;
- A elaboração de uma pesquisa prévia com o corpo técnico dos demais Departamentos do Município (Saúde, esporte, Educação e cultura) e com empresários da região sobre os possíveis usos para o Sítio do Mandú, que resultou sobre a possibilidade da utilização do espaço como “Centro Cultural”, mas o projeto não segue adiante
- E a elaboração - *Circuito Turístico Taypa de Pilão* – em conjunto com outros municípios da redondeza (Barueri, Carapicuíba, Embu, Santana de Parnaíba, São Roque).

<sup>213</sup> FOUCAULT, M. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

discursos no intuito de ordenar o espaço do Sítio do Mandú de acordo com os padrões de civilidade exigidos pela sociedade capitalista.

Por fim, o conjunto de novas regras e o distanciamento da comunidade do Sítio do Mandú é a vitória das **estratégias** sobre as **táticas** de Michel de Certeau.

Essas “regras” de uso são importantes para mostrar quanto o poder público articula várias estratégias para construir um espaço. “As estratégias são, portanto, ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes)”<sup>214</sup>

Assim, o poder público produziu, definiu e impôs formas de práticas a serem realizadas neste espaço, ao finalizar o restauro e ao estabelecer um programa de uso para o Sítio do Mandú, transformou em um espaço lúcido e asséptico, homogêneo e linear em sua história e, por fim distante, de sua comunidade.

---

<sup>214</sup> CERTEAU. M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998, p.102.

## **CAPÍTULO II - “BICHO CARPINTEIRO NUNCA PARA!” A MEMÓRIA DOS INTELLECTUAIS REPONSÁVEIS PELA PRESERVAÇÃO DO SÍTIO DO MANDÚ**

*O patrimônio se situa entre a  
memória e a história.*<sup>215</sup>

Iniciamos este capítulo com a notícia divulgada no site do IPHAN sobre a entrega formal do Sítio do Mandú ao município de Cotia, após a finalização das obras de restauro e da assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre IPHAN e a Prefeitura de Cotia no ano de 2006.

Presidente do Iphan entrega Sítio do Mandú ao município de Cotia (SP) publicada em 29 de março de 2006, às 11h38.

O presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Luiz Fernando de Almeida, fará amanhã, dia 29 de março, a entrega formal do Sítio do Mandú para a Prefeitura de Cotia (SP). O Termo de Cooperação Técnica, assinado em dezembro de 2005, pelo superintendente regional do Iphan, Victor Hugo Mori, e pelo prefeito José Horácio Pedroso Neto, prevê que o Município assumirá a manutenção do prédio e terrenos do sítio e desenvolva uma programação de visitação, atividades e divulgação, com o apoio do Instituto.

O Iphan investiu no local R\$ 50 mil em obras de recuperação da cobertura, execução de sanitários, instalações elétricas e na pintura e na recuperação do revestimento. Depois do encontro, o presidente, o superintendente regional do Iphan, vão visitar o Sítio.<sup>216</sup>

A assinatura do Termo de Cooperação Técnica representou a consolidação da parceria entre o IPHAN e da Prefeitura de Cotia sobre a gestão do Sítio do Mandú, depois de diversas tentativas, mas que durou apenas de 2006 a 2011.<sup>217</sup>

Este capítulo visa analisar a memória dos intelectuais realizada pelo quadro técnico do IPHAN e da Prefeitura de Cotia referente à preservação do Sítio do Mandú, a partir da década de 70. Tal dinâmica ocorreu em meio às diversas transformações que representaram o início da descentralização administrativa do IPHAN, constituindo-se em uma atuação compartilhada entre Estados e Municípios, conjuntamente com a ampliação do conceito de patrimônio cultural brasileiro e finalizando-se no ano de 2010, com a aposentadoria do técnico Sr. José Saia Neto do IPHAN e, um ano depois, com a saída da Diretora de Turismo da Prefeitura de Cotia, Sra. Cristina Oka.

<sup>215</sup> LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

<sup>216</sup> Disponível em [portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/58/](http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/58/).

<sup>217</sup> Do processo de tombamento do Sítio do Mandú, em 1961, à finalização do seu restauro, em 2005 e sua entrega e abertura para visitação, em 2006, passaram-se 45 anos. Atualmente, dez (10) anos se passaram após o restauro e assinatura do Primeiro Termo de Cooperação Técnica\* entre o IPHAN e a Prefeitura de Cotia e o Sítio do Mandú continua fechado para a sua população.

O recorte inicia-se, portanto, com a criação do Programa Cidades Históricas (PCH), em 1973, e do Centro Nacional de Referência Cultural, em 1975, resultando na fusão SPHAN/Pró-Memória, em 1980, na criação do Ministério da Cultura (MinC), em 1985 e, a promulgação da Constituição de 1988 e a ampliação da participação da sociedade civil nas questões referentes à preservação do patrimônio cultural, a extinção do Ministério da Cultura pela Lei nº 8028 de 1990, a transformação da fundação Pro- Memória e o Sphan em Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), a recriação do Ministério da Cultura, juntamente com Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico nacional (IPHAN), por meio da Lei nº 8490, de 19 de novembro de 1992, e o fortalecimento da parceria entre mercado e cultura consolidada pelo Ministro da Cultura Francisco Weffort durante os dois mandatos do presidente Fernando Henrique de 1995 – 2003 e, a atuação do artista Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura de 2003 a 2008, mas nos estendemos até o ano de 2011, devido à atuação Diretoria de Turismo e Cultura do Município de Cotia frente à preservação do Sítio do Mandú.

Esse quadro de transformações institucionais na SPHAN/Pró-memória é contextualizado e influenciado pelo processo de abertura política e transição democrática que teve lugar no país a partir do final dos anos 1970.

A escolha por restaurar a memória dos responsáveis pela preservação do bem patrimonial, conjuntamente com a análise da documentação existente no acervo da 9ª Superintendência do IPHAN-SP, vem do interesse em compreender a prática (o dia a dia), as tentativas, ações, desafios enfrentados por ambas as instituições (IPHAN/Prefeitura), por meio das pessoas (agentes sociais promotores e gestores) que participaram direta ou indiretamente da política pública de proteção do patrimônio histórico, no caso o Sítio do Mandú. O conhecimento do *metier* desses técnicos nos possibilitou a compressão das estruturas dessas instituições e, ao mesmo tempo, a reflexão sobre as consequências das transformações internas tanto no IPHAN quanto na Prefeitura sobre a prática da preservação e das diferentes representações realizadas por estas instituições ao longo do tempo sobre o Sítio do Mandú para a sua comunidade.

As representações, para Chartier, inserem-se “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” – em outras palavras, são produzidas aqui verdadeiras “lutas de representações.”<sup>218</sup> Acreditamos que estas

---

<sup>218</sup> CHARTIER, R. **A História Cultural – entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990, p.17.

lutas geram inúmeras “apropriações” possíveis das representações, de acordo com os interesses sociais, com as imposições e resistências políticas.

Por mais ampla que seja a bibliografia a criticar os conteúdos doutrinários cristalizados dos intelectuais do IPHAN, concordamos com Miceli que “ao longo dos seus 80 anos o IPHAN é o responsável pela política cultural mais bem-sucedida na área pública deste país, no que se refere à experiência de preservação do assim chamado ‘patrimônio histórico e artístico nacional’”.<sup>219</sup>

Somente na chamada “fase heroica” sob a liderança, inicialmente, de Mário de Andrade (1937-1945) e, posteriormente, de Luís Saia (1939-1975) foram mais 803 bens tombados, sendo 368 de arquitetura religiosa, 289 de arquitetura civil, 43 de arquitetura militar, 46 conjuntos, 36 bem imóveis, seis bens arqueológicos e quinze bens naturais.<sup>220</sup>

Na entrevista com o técnico do IPHAN Sr. José Saia Neto ele avalia “Não é o número de obras o mais importante e sim o fato de não ter experiência anterior!”<sup>221</sup>

Aqui vale uma pequena ressalva quando o Sr. José Saia Neto se refere à **ausência de experiência** no sentido de que os “velhos” como ele chama carinhosamente (o seu próprio pai Luís Saia, Mario de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Hermann Graesser o “Germano”), e os demais técnicos participantes da fase heroica do IPHAN como os pioneiros no Brasil na experiência de preservação e restauro do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Veloso, ao analisar sobre a vanguarda desses intelectuais do núcleo fundador<sup>222</sup> do IPHAN, demonstra que “a sua prática discursiva em torno de formulações da questão do que deve ser tombado e como deve ser preservado, incidem sobre concepções de cultura, de história, de passado-futuro, de tradição, de original-antigo, de arte, etc.”<sup>223</sup> E continua: “A

<sup>219</sup> MICELI, S. Op. cit., p. 359.

<sup>220</sup> FONSECA, M. C. L. Op. cit., p.113.

<sup>221</sup> Entrevista do Sr. José Saia Neto (técnico do IPHAN) concedida dia 13/07/2015.

<sup>222</sup> Como intelectuais do núcleo fundador do IPHAN, relacionamos: Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Lúcio Costa e Luís Saia (que trabalhou no IPHAN desde sua criação e em 1939, substituiu Mário de Andrade no cargo de Assistente Técnico da Direção- Geral em São Paulo. E em 1946 assume a chefia do então 4º Distrito do IPHAN (atualmente 9º Superintendência do IPHAN-SP), mas que na época abrangia os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. IN: ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de (Coord.). Luís Saia: **Memória e política**, Brasília-DF, IPHAN, 2014

<sup>223</sup> SANTOS, M. V. M. Nasce a Academia SPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, p. 77-95, 1996.

arte colonial brasileira tornou-se um *locus* simbólico para o debate sobre a existência ou não de uma brasilidade e da especificidade de seu fundamento.”<sup>224</sup>

Ao descrever como Eduardo Knesse de Melo encontra o Sítio do Mandú, o Sr. Saia descreve a doação do bem patrimonial e as dificuldades no seu restauro e sua frustração de como se encontra a casa atualmente fechada para o público:

O Mandú é uma coisa incrível... O Eduardo Knesse de Melo... o Eduardo era um cara sensível, tem até uma fotografia dele, do Artigas com o meu pai. Ele descobriu a casa, foi andando pela fazenda do pai e descobriu a casa, a Casa Bandeirista. Ele era muito amigo do meu pai, e ele fala assim:  
Vou doar isso!  
Então, na partilha da fazenda, ele ficou com uma área minúscula, mas que tinha a casa. Ele doou para o IPHAN restaurar, pra quê? Pra abrir!! Porque aquilo, lá, nem ele conhecia, tava lá no grotão da fazenda... Você vê havia até a parte final da restauração em 2007, tinha lá um resto de motor. Você não tinha eletricidade, então a primeira etapa da restauração, lá pelos anos de 1960, ela foi feita com aquele motorzinho... ligava o motor, ela tinha a polia, movimentava uma serrinha. Era uma dificuldade maluca!  
Bom depois que a gente conseguiu tudo, conseguiu restaurar, o mais difícil nós conseguimos, mas não conseguimos o mais importante, que era o uso!

Ao analisarmos a memória desses intelectuais sobre a suas práticas profissionais dentro das instituições responsáveis pela patrimonialização do Sítio do Mandú dispomos, como pano de fundo teórico, as noções de memória individual e coletiva de Halbwachs, nas quais a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo.<sup>225</sup>

Mas, para Pollak, a memória coletiva constituída como nacional evidencia uma intenção, por parte do Estado, em manter uma coesão, um sentimento de pertencimento de um grupo dominante em relação aos demais membros da sociedade. Conforme Pollak, o termo enquadramento da memória ou o trabalho de enquadramento da memória seria mais adequado que “memória coletiva”. E esse enquadramento da memória, segundo o autor, se alimenta do material fornecido pela História, e nesse sentido, o papel do historiador é bastante significativo, especialmente quando se trata da produção de uma História oficial ou nacional.<sup>226</sup>

Como apresentamos no capítulo anterior, o IPHAN foi responsável pela patrimonialização e monumentalização do Sítio do Mandú, idealizado como memória nacional para a sociedade sem, no entanto, contar com a participação desta.

Portanto, concordamos com Pollak no que se refere à existência de um quadro de violência simbólica por aqueles que manipulam a memória, (IPHAN/PREFEITURA),

<sup>224</sup> Ibidem.

<sup>225</sup> HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

<sup>226</sup> POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992. E POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.

mantendo-a como um instrumento de poder. É o que ocorre ao se desconsiderar ou até mesmo esquecer a memória dos antigos moradores dos arredores do Sítio do Mandú.

Neste caso, a memória coletiva desses intelectuais é construída a partir das referências e lembranças próprias do grupo, (ou seja, as instituições IPHAN/Prefeitura de Cotia), refere-se, portanto, ao enquadramento de memória sobre a atuação dessas instituições, gerando um sentimento de pertencimento de um grupo dominante em relação aos demais membros da sociedade.

Como analisamos no capítulo anterior, vimos que as comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo criaram as condições necessárias para o tombamento do Sítio do Mandú, em 1962.

As primeiras ações dos intelectuais da chamada *fase heroica* do IPHAN selecionaram a arquitetura colonial e as artes barrocas como símbolos da identidade cultural brasileira. Para eles, a arquitetura colonial era símbolo das nossas raízes socioculturais, o nosso lastro de identidade nacional.<sup>227</sup>

Existe uma bibliografia variada a respeito do caráter elitista destes intelectuais sobre a escolha do que deveria ser tombado e patrimonializado pelo IPHAN, como comenta Miceli:

A política do patrimônio ostenta essa marca classista em tudo o que diz respeito. Basta consultar a lista publicada dos imóveis e monumentos tombados pelo SPHAN para nos darmos conta de que se encontram ali (sobre) representados os espécimes característicos de todas as frações da classe dirigente brasileira, em seus ramos público e privado, leigo e eclesiástico, rural e urbano, afluente e decadente.<sup>228</sup>

As ações dos intelectuais do IPHAN/Prefeitura ao identificar, catalogar, restaurar, conservar, preservar, fiscalizar e difundir, são escolhas, como advertiu Jacques Le Goff “o que sobrevive enquanto memória coletiva de tempos passados não é o conjunto dos monumentos e documentos que existiram, mas o efeito de uma escolha realizada pelos historiadores e pelas forças que atuaram em cada época histórica.”<sup>229</sup>

No caso do IPHAN essa orientação associa-se ao fato de terem sido os arquitetos os principais mentores na fixação de prioridade da política preservacionista.

---

<sup>227</sup> FONSECA, M.C.L. Op. cit. 2005, p. 53.

<sup>228</sup> MICELI, S. (Org.). **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1984.

<sup>229</sup> LE GOFF, J. Op. cit. 1996. p. 535.

## 2.1 “Novos Ventos” - As transformações na Política Patrimonial e na Estrutura do IPHAN

As décadas de 50 e 60 representaram um período de grandes mudanças no modelo de desenvolvimento brasileiro, o que acarretou uma sequência de transformações nas políticas de preservação realizadas pelo IPHAN.

Marcada pelo lema “avançar cinquenta em anos em cinco”, o governo de Juscelino Kubitschek e sua ideologia desenvolvimentista atrelaram o nacionalismo aos valores de modernização.<sup>230</sup> A intensificação da industrialização e do processo de urbanização e crescimento das cidades levou o IPHAN a recorrer a novas alternativas de atuação, devido às críticas incisivas de uma sociedade que passara a associar o progresso nacional com modernização.

Sob a orientação da UNESCO, no ano de 1965, por meio de intercâmbio entre os técnicos, o IPHAN reformulou e reforçou a sua atuação, visando a compatibilizar os interesses da preservação ao modelo de desenvolvimento então vigente no Brasil.

Portanto, as reformulações da política pública de preservação do patrimônio passam a considerar os bens culturais enquanto mercadorias de potencial turístico, articulando valor cultural e econômico.

As transformações na estrutura do IPHAN são decorrentes de uma ampliação no modo de enxergar e avaliar o monumento histórico, o que se demonstra nas modificações ocorridas nos diversos documentos – as *Cartas Patrimoniais* elaboradas por especialistas e organismos que trabalham com patrimônios culturais, que contêm desde conceitos a medidas para ações administrativas com diretrizes de documentação, promoção da preservação de bens, planos de conservação, manutenção e restauro de um patrimônio, seja histórico, artístico e/ou cultural.

É no início ainda da década de 30 que se passa a incluir as regiões envoltórias ou do entorno de bens patrimoniais, de acordo com o que foi estabelecido ainda na Carta de Atenas de 1933, que considera:

A conferência recomenda respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais.<sup>231</sup>

Contudo, o marco de inovação referente à política de preservação é a Carta de Veneza, de 1964, com a consolidação da valorização de sítios urbanos e rurais. Obras modestas, mas

<sup>230</sup> FONSECA, M.C.L. Op. cit. 2005, p. 141.

<sup>231</sup> Cartas Patrimoniais. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Visualizado em julho/2016.

de importância cultural, igualaram-se, em valor cultural, aos monumentos. A vizinhança desses sítios tornou-se objeto de preservação. Infere-se da análise dessa Carta uma concepção mais abrangente de monumento, que escapa do sentido restritivo atribuído pela História dos grandes eventos como, por exemplo, o “Grito do Ipiranga no Brasil” ou, no caso específico deste trabalho, “A saga do bravo bandeirante paulista”. Nela encontramos:

Artigo 1º – A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.<sup>232</sup>

A Carta de Veneza é publicada na mesma época que a indústria cultural e o turismo de massa tornaram-se o foco principal das políticas de preservação, nas quais tanto os bens isolados como os sítios históricos passam a ser vistos como bens de consumo visando esse mercado.

As *Normas de Quito*, de 1967, conjuntamente com o relatório de Michel Parent<sup>233</sup> quando realiza a sua visita ao Brasil em 1968, estabeleciam que o foco dos investimentos fossem direcionados para infraestrutura com fins turísticos. Nas *Normas de Quito* declara-se:

“Se os bens do patrimônio cultural desempenham papel tão importante na promoção do turismo, é lógico que os investimentos que se requerem para sua devida restauração e habilitação específica devem se fazer simultaneamente aos que reclamam o equipamento turístico e, mais propriamente, integrar-se num só plano econômico de desenvolvimento regional.”<sup>234</sup>

O *Manifesto de Amsterdã*, do Conselho da Europa de 1975, declara a necessidade da Conservação Integrada através de um relacionamento com o Planejamento Urbano e Regional, o denominado Patrimônio Integral. O *Manifesto de Amsterdã*, estabelece:

<sup>232</sup> Cartas Patrimoniais. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Visualizado em julho/2016.

<sup>233</sup> Michel Parent, técnico do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França, que esteve no Brasil em missão financiada pela UNESCO nos anos de 1966 e 1967. Redigiu o relatório *Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico* (2008), o qual teve grande importância tanto no âmbito da preservação do patrimônio cultural brasileiro quanto entre os demais consultores da UNESCO que o seguiram em visitas ao Brasil e na elaboração de propostas para a então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), atual IPHAN, no que diz respeito à proteção das cidades brasileiras. Seu texto contribui para se entender, a relação estabelecida por meio da noção de “turismo cultural” entre o órgão brasileiro responsável pela proteção do patrimônio cultural, o IPHAN, e a UNESCO, relação esta que foi concretizada, entre outras formas, com a visita de vários peritos a cidades brasileiras a partir dos anos 1960. In: LEAL, C. B. L. (Org.). *As missões da UNESCO no Brasil: Michel Parent*. Rio de Janeiro: IPHAN; Copedoc, 2008.

<sup>234</sup> Cartas Patrimoniais: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> - Visualizado em julho/2016.

“A reabilitação dos bairros antigos deve ser concebida e realizada, tanto quanto possível, sem modificações importantes da composição social dos habitantes, e de uma maneira tal que todas as camadas da sociedade se beneficiem de uma operação financiada por fundos públicos.”<sup>235</sup>

“Mas a conservação do patrimônio arquitetônico não deve ser tarefa de especialistas. O apoio da opinião pública é essencial. A população deve, baseada em informações objetivas e completas, participar realmente, desde a elaboração dos inventários até a tomada de decisões”.<sup>236</sup>

Assim, o *Manifesto de Amsterdã* estabelecia a função social do patrimônio, o que segundo Meneses “causava repulsa nos círculos, mas conservadores responsáveis pelas políticas de preservação”,<sup>237</sup> mesmo assim ainda na década de 70 se verifica algumas tentativas inovadoras, como o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC).

Já no início da década de 70, o Governo Federal por meio do Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, que ao reconhecer a incapacidade de proteger eficientemente todo o patrimônio nacional, passou a compartilhar a responsabilidade da preservação dos bens patrimoniais entre Estados e Municípios, que poderiam inclusive, se beneficiar dessa atividade.<sup>238</sup>

Organizando o Compromisso de Brasília (1970)<sup>239</sup> e o Compromisso de Salvador (1971)<sup>240</sup>, levaram à criação, junto à Secretária de Planejamento (SEPLAN) do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) em 1973. A segunda alternativa foi explorada pelo Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), criado em 1975.

No ano de 1973, o PCH tinha como objetivo criar linhas de crédito para a restauração de imóveis destinados ao aproveitamento turístico e formação de mão de obra especializada

<sup>235</sup> Ibidem.

<sup>236</sup> Cartas Patrimoniais: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> - acesso em julho/2016.

<sup>237</sup> MENESES, U. T. B. A Cidade Como Bem Cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano em Patrimônio: Atualizando o debate, IPHAN, 2015, 2<sup>o</sup> edição.

<sup>238</sup> FONSECA, M.C.L. Op. cit. 2005, p.142.

<sup>239</sup> O Compromisso de Brasília é o documento resultante do Primeiro Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais no ano de 1970. Esse corpo de medidas institucionais determinou que Estados e Municípios deveriam ter ação complementar na proteção de bens culturais, além de constatar a necessidade de curso para suprir a carência de mão de obra especializada em restauro.

<sup>240</sup> O Compromisso de Salvador foi firmado no II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, e subsidiado pelo Ministério da Educação e Cultura e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Esse Compromisso ratifica o Compromisso de Brasília, ressaltando a necessidade de verbas especificamente direcionadas às atividades de manutenção física do patrimônio nacional, especialmente protegidos por lei. Além disso, ressalta a importância da criação do Ministério da Cultura e de Secretarias ou Fundações de Cultura nacionais e estaduais. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cartas patrimoniais**. Disponível em <http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/cartaspatrimoniais.htm>.

em restauro, no Nordeste, sendo expandido para Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, em 1975.

O Dicionário do Patrimônio Cultural descreve os principais objetivos do Programa Cidades Históricas (PCH):

“[...] O principal objetivo do Programa era preservar os monumentos tombados, tornando-os economicamente viáveis por meio de seu uso e, com isso, gerar renda advinda da atividade turística. A ideia era criar um círculo virtuoso de autossustentação econômica, ou seja, após os investimentos iniciais do Programa, a economia do turismo local financiaria a conservação dos monumentos. Seus objetivos específicos eram:

[...] restauração de [...] monumentos históricos, artísticos e expressões culturais do Nordeste; participação [...] de organismos governamentais, a níveis federal, estadual e municipal, direta ou indiretamente relacionados ao Programa; utilização prioritária desses monumentos por parte de organizações privadas [...] [do] setor turístico ou [...] repartições públicas, empresas paraestatais, autarquias ou bancos oficiais; formação de recursos humanos para a restauração e preservação [...] a nível universitário, a nível intermediário e operário; formação de pessoal especializado na criação artística e artesanal; complementação da infraestrutura física de acesso, serviços públicos e hospedagem na região; estímulo e recomendação aos Estados e Municípios para que concedam favores fiscais capazes de otimizar a restauração e manutenção de monumentos históricos e artísticos de suas comunidades; promoção e divulgação de nossos monumentos de valor histórico e artístico, junto à comunidade municipal [...]; promoção e divulgação dos mesmos monumentos a nível nacional e internacional [...]”<sup>241</sup>,

O que se verifica, por meio da análise dos documentos da 9ª IPHAN – SP e da entrevista com o Sr. José Saia é que o Programa se restringiu a compra de material para a recuperação do bem patrimonial, não chegando nem mesmo a concluir tão obra.

Atuando de forma independente até o final da década de 70, o PCH foi incorporado ao IPHAN quando da criação da Fundação nacional Pró-Memória em 1980.

A fundação do CNRC, em 1975, organizado e tendo como seu diretor Aloísio Magalhães, tinha como perspectiva rever as políticas de preservação do patrimônio, inclusive se aproximando das questões propostas por Mário de Andrade no anteprojeto de criação do IPHAN, em 1936, em que chamava a atenção para o valor histórico e artístico das manifestações populares, inclusive dos fazeres e dos saberes da população brasileira.

Aloísio Magalhães e os seus pesquisadores criticavam a então política de “pedra e cal” instituída por seus antecessores – Rodrigo de Mello e Franco e, posteriormente, Renato Soeiro, no IPHAN. Fonseca descreve que para esse grupo “a imagem de cultura brasileira

<sup>241</sup> CORRÊA, S. R. M. O Programa de Cidades Históricas (PCH). In: REZENDE, M. B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs) **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionario-PatrimonioCultural/detalhes/33/programa-de-cidades-historicas-pch>. Visualizado em: 28/11/2016.

produzida pelas instituições oficiais era, além de restrita, morta, e tratada como mero testemunho de épocas pretéritas ou como expressões artísticas individuais.”<sup>242</sup>

Na década de 70, mais especificamente em 1975, o regime militar estava desacreditado internacionalmente devido às denúncias de torturas e assassinatos, o “milagre econômico” entrou em crise, as bases civis que apoiaram o regime anteriormente estavam descontentes, era esse o cenário político que o General Ernesto Geisel encontrou ao assumir a presidência da República.

A política cultural dos primeiros anos do regime militar não deu conta das demandas sociais, da expansão demográfica, do crescimento da indústria e do turismo cultural, das novas tecnologias e novas perspectivas em torno do popular. Com isso, o esgotamento do discurso elitista e conservador eram inevitáveis e tinha que ser substituído por outro, e outros. Essa mudança acompanharia o estilo dos militares, ou seja, também seria gradual. A questão do **desenvolvimento nacional** já não podia ser conjugada com a da **segurança**; as novas demandas abriram espaço para um novo ator - a **pluralidade nacional**.<sup>243</sup>

Por sua vez, o CNRC visava “revitalizar a cultura brasileira, inserindo-a no discurso governamental do “desenvolvimento”, ou seja, o de que essas manifestações populares eram capazes de gerar valor econômico e de apresentar alternativas apropriadas ao desenvolvimento brasileiro”<sup>244</sup>

O Centro Nacional de Referência Cultural foi criado e implementado fora da estrutura do MEC, por meio de um convênio firmado entre os Ministérios da Indústria e do Comércio, da Educação e da Cultura, do Interior e das relações Exteriores, além do Banco do Brasil e do CNPQ. Por sua vez, o seu formato para-institucional proporcionou uma maior flexibilidade, o que permitiu um ganho em agilidade e autonomia na definição de programas, na gerência de recursos e na contratação de pessoal. Porém, com a finalização do Convênio ocorreu à unificação do IPHAN-PCH e o CNRC/Pró-Memória.

## 2.2. A Relação IPHAN – Prefeitura – Sítio Do Mandú

Na narrativa de suas memórias sobre a gestão e a elaboração de uma proposta de uso para o Sítio do Mandú, o Técnico do IPHAN pontua que antes mesmo da promulgação da Constituição em 1988, ocorreu uma ampla discussão sobre a diversidade, o papel e o uso

<sup>242</sup> FONSECA, M.C.L. Op.cit., 2005, p. 151.

<sup>243</sup> PEREGRINO, M. C. SPHAN/Pró-Memória: abertura política e novos rumos para a preservação do patrimônio nacional. **Revista Confluências Culturais**. 2012, p.90.

<sup>244</sup> FONSECA, M.C.L. Op. cit. 2005, p.151.

desses bens patrimoniais, ainda na década de 70. Mas, por fim “Embora tenha havido a PRÓ-MEMÓRIA com o Aloísio com uma visão mais aberta, uma tentativa de oxigenar tudo. Na verdade, o grupo que sucedeu ao pessoal mais antigo não conseguiu ousar!”<sup>245</sup>

De acordo com a entrevista do Sr. José Saia Neto, Maria Cecília Fonseca comenta que foi no espaço do CNRC (Centro Nacional de Referência Cultural) que se elaborou parte dos conceitos que fundamentaram a política da Secretária da Cultura do MEC e que foram incorporados à Constituição de 1988, mas em parte a autonomia do CNRC levou a um descompromisso, dispersão dos trabalhos, que na maior parte foram interrompidos ou ficaram inconclusos.

A morte prematura de Aloísio Magalhães, em 1982, levou a uma dramática interrupção a toda mudança conceitual estabelecida pelo CNRC.

Somente a partir de 1985, com o processo de redemocratização do país e com a criação do MINC – Ministério da Cultura, que incorporou o IPHAN- Pró-Memória e por meio da promulgação da Constituição de 1988, assistimos na área da política cultural à retomada dos conceitos e propostas de Mário de Andrade.

Ao mesmo tempo, ocorre a entrada em cena de novos atores sociais de diversas naturezas, que clamam por serem ouvidos nas questões culturais e é dentro desse contexto que, por meio da análise do Arquivo Documental da 9ª Superintendência do IPHAN, encontramos alguns documentos que retratam as tentativas de compatibilização da gestão do Sítio do Mandú, por parte dos órgãos públicos municipais (Prefeitura de Cotia) com o IPHAN.

Os primeiros documentos que demonstram uma preocupação por parte da gestão pública do município de Cotia referente à preservação dos bens patrimoniais localizados na cidade são datados dos meados dos anos 80.

A análise desses documentos nos demonstra que, apesar das transformações nas diretrizes sobre a conceitualização do patrimônio que influenciaram inclusive na reestruturação do IPHAN, por meio da criação do CNRC, o que permanece durante esse período é a inexistência de diálogo e de ações conjuntas entre as duas instituições o (IPHAN e a Prefeitura de Cotia) sobre a preservação do Sítio do Mandú.

O que se apresenta, por meio dos ofícios encaminhados pela Prefeitura de Cotia ao Gabinete do Secretário de Imprensa e divulgação da Presidência da República, “solicitando que se interceda, junto ao Patrimônio Histórico Nacional, em S. Paulo ou em Brasília, para

---

<sup>245</sup> Entrevista com o técnico do IPHAN – Sr. José Saia Neto realizada 10/07/2015.

que dê solução à solicitação desta Prefeitura [...], uma vez que se trata de assunto de interesses e relacionado com o Patrimônio Cultural Brasileiro.”<sup>246</sup>

A resposta do IPHAN para a Prefeitura de Cotia é redigida pelo diretor da 9ª IPHAN-SP, Antônio Luiz Dias de Andrade, no ofício nº 119/84, na data de 01/03/84. No qual informa que a “Diretoria Regional da SPHAN adquiriu boa parte do material a ser empregado em sua restauração.” Além do que, era “o desejo da SPHAN que tanto as obras previstas quanto a utilização e aproveitamento daquela **antiga residência bandeirista sejam efetivadas em estreita colaboração com o Município**”.<sup>247</sup> (*Grifo nosso*)

Não encontramos nenhum documento que faça referência a ações conjuntas entre o IPHAN e a Prefeitura de Cotia e muito menos com os antigos moradores sobre a preservação do Sítio do Mandú, nos anos seguintes. A parceria com o Município só se estabelece efetivamente com a entrada na Diretoria da Cultura e do Turismo Srª Cristina Oka, na gestão do Prefeito Quinzinho Pedroso no ano de 2001.

Vale comentar que nesse período o IPHAN já tinha passado pela reestruturação, organizada por Aloísio Magalhães, em que criava uma nova estrutura: uma normativa, a Secretária do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e outra executiva, A Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM) em 1979. Mas mesmo com ampliação do conceito de patrimônio e com a reestruturação do IPHAN, o Sítio do Mandú continua pela escrita do Diretor da 9ª IPHAN- SP na resposta a Prefeitura de Cotia a ser denominada como a “**antiga residência bandeirista**”, em que se verifica a perpetuação da simbologia bandeirante.

O objetivo da reestruturação do IPHAN era reunir os recursos e o know-how gerencial do PCH, o prestígio e a competência técnica do IPHAN e a visão moderna e renovadora do CNRC.

Sobre a coordenação de Aloísio Magalhães de 1979 a 1982, esse período, na época chamada *fase moderna*, marca uma mudança não apenas institucional, mas também em relação à orientação conceitual: ao incorporar outras representações culturais, (basicamente bens das etnias afro-brasileiras), que até então não haviam sido consideradas legítimas nas políticas culturais de preservação e a participação da sociedade na construção e gestão desse patrimônio. Como comenta FONSECA: “Na gestão de Aloísio Magalhães no IPHAN, uma primeira expressão dessa participação foi a introdução da prática de consultar as populações

<sup>246</sup> Ofício n. 96/84 datado 01/02/1984, redigido pelo Gabinete da Prefeitura de Cotia ao Sr. Dr. Carlos Átila Alves da Silva, Secretário de Imprensa e divulgação a Presidência da República. In: Arquivo Documental da 9ª IPHAN- SP, Pasta PT 00087 0433- T- 50 – 2/9.

<sup>247</sup> Ofício n. 119/84 datado em 01/03/84, redigido pelo diretor da 9ª IPHAN-SP Antônio Luiz Dias de Andrade IN: Arquivo Documental da 9ª IPHAN- SP Pasta PT 00087 0433- T- 50 – 2/9.

dos centros históricos, o que ocorreu nos seminários de Ouro Preto, Diamantina, Cachoeira, São Luís, etc.”<sup>248</sup>

Com a morte de Aloísio Magalhães em junho de 1982, seu sucessor Marcos Vinicius Vilaça, mantém à orientação realizada por Aloísio Magalhães na condução do IPHAN.

As mudanças no panorama da política nacional, a eleição indireta de Tancredo Neves, sua morte e a ascensão de José Sarney como presidente, trouxe transformações também para política cultural do Brasil com a substituição da Secretaria de Cultura pelo Ministério da Cultura (MinC) no ano de 1985.

O MinC, continuou a democratização da política cultural, o que já havia sendo realizado pela Secretária da Cultura do MEC (SEC) por meio do desenvolvimento de trabalhos voltados para os interesses de grupos até então não atendidos pelas políticas culturais, com a criação de assessorias especiais – do negro, do indígena, da mulher, dos deficientes físicos, da terceira idade, ao mesmo tempo a realização de seminários com artistas e intelectuais, visando à elaboração de uma proposta de política cultural, e também por meio da implantação da Lei Sarney, de incentivos fiscais.<sup>249</sup>

Mas se orientação federal da política cultural do país e do IPHAN começa a se transformar, na prática a relação da 9ª IPHAN- SP com o Município de Cotia, era ainda na década de 80 pontual se restringia apenas as obras emergenciais do Sítio do Mandú.

Sobre a direção de Antônio Luiz Dias de Andrade no ano de 1983 a 9ª IPHAN- SP realiza a solicitação do valor de Cr\$ 3.021.280,00 (três milhões, vinte e um mil e duzentos e oitenta cruzeiros) para a compra de 18m<sup>3</sup> de madeira necessária para a recomposição do telhado, dos forros e do girau e 3,5 mil telhas para reconstrução do telhado.

O repasse da verba é devidamente autorizado pelo Senhor Henrique Oswaldo de Andrade Coordenador do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH).<sup>250</sup>

Passados três anos das compras de madeira para o restauro do Sítio do Mandú, esse não se realizou. No ano de 1986 a Prefeitura de Cotia redige novo ofício nº GP/665/86<sup>251</sup> ao

<sup>248</sup> FONSECA, M. C. L. 2005, p. 157.

<sup>249</sup> Ibidem, p. 159.

<sup>250</sup> São realizado o convite pela 9ª IPHAN – SP, para três empresas participarem do processo de licitação organizado por uma Comissão Organizadora para a aquisição das madeiras necessárias para o restauro do Sítio do Mandú. As empresas convidadas eram: a Companhia de Madeiras Paulistas LTDA (que não apresentou proposta), a Serraria Mohr Ltda, que apresenta a sua proposta no valor Cr\$11.427.840,00 e a Marcenaria Esquadro LTDA, que apresenta a sua proposta no valor de Cr\$3.097.200,00, sendo está última a vencedora do processo de licitação, a entrega das bitolas de madeiras em Ypê é realizada 03 de novembro de 1983. IN: Arquivo Documental da 9ª IPHAN- SP Pasta PT 00087 0433- T- 50 – 2\9.

<sup>251</sup> Documento encontrado no Arquivo Documental da 9ª IPHAN- SP Pasta PT 00087 0433- T-50 – 7\9.

Diretor Regional da Secretária do Patrimônio Histórico e Artístico – SPHAN, Sr. Antônio Luiz Dias de Andrade devido às publicações nas edições dos dias 25 e 26 de julho de 1986 na seção “Memórias Paulistas” do Jornal “Folha de São Paulo” de notas descrevendo o precário estado de conservação do Sítio do Mandú e do Sítio do Padre Inácio, solicita “**as providências necessárias, no sentido de se proceder às restaurações que os bens exigem**” e a “**relação completa dos imóveis situados neste município e tombados por esse conselho**”(grifo nosso).

Novamente não encontramos na documentação analisada no Arquivo Documental da 9ª IPHAN – SP, a resposta da instituição para as solicitações realizadas pela Prefeitura de Cotia referente ao ofício nº GP/665/86.

O recorte do jornal “Folha de São Paulo”, datado em 25/06/86, foi publicado no Caderno Cidades–Gestão, na página 11 e no dia seguinte em 26/06/1986 no Caderno Cidades – Educação e Ciência, na página 27.

Apresentamos a seguir o recorte do jornal “Folha de São Paulo.”<sup>252</sup>



Imagem 20 - Jornal Folha de São Paulo – sessão “Memória Paulistana” – 25/06/1986

A seção “Memória paulistana” tem por objetivo mostrar os imóveis históricos de São Paulo – tombados ou em processo de tombamento ou protegidos pelo município através da Lei de Zoneamento – e o seu estado de conservação.

#### ESPERANDO RESTAURAÇÃO

Tombado em 1961 pela Secretária do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e em 1984 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (Condephaat), a casa do Sítio do Mandú é um dos poucos exemplares remanescentes da arquitetura civil rural em São Paulo. Está localizada no município de Cotia (na região oeste da Grande São Paulo) na estrada do Caiapiá 800 (km 30,5 da Rodovia Raposo Tavares). Nos anos 60, a casa passou por restaurações das paredes e do telhado, que estavam em adiantado processo de deterioração. Hoje seu salão central e seus oito quartos estão ocupados por vigas e tábuas de madeira que, segundo Benedito Pires, 55 zelador da casa há cerca de vinte anos, serão empregadas em novas restaurações que deverão ser iniciadas dentro de dois meses por técnicos do SPHAN. Há muito serviço a fazer: a talpa está bastante deteriorada nos vãos de portas e janelas; as paredes internas e externas precisam de acabamento no revestimento e de pintura; o chão original de terra batida está esburacado, e a cobertura tem telhas quebradas e goteiras.

Ao utilizarmos o artigo da Seção “Memória Paulistana” do jornal Folha de São Paulo, como documento é necessário lembrar que todo documento é suporte da prática social,

<sup>252</sup> Documento encontrado no Arquivo Documental da 9ª IPHAN- SP Pasta PT 00087 0433- T-50 – 7/9.

e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/ na intencionalidade histórico que o constituiu.<sup>253</sup>

Compreendemos a imprensa como conjuntura que não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos.

O jornal Folha de São Paulo<sup>254</sup> apoiou até a década de 70 o regime civil militar, apoio que se consolidou pelo constante combate a “radicalização” comunista em suas páginas.

Com a política de distensão proposta pelo governo de Geisel e temendo perder espaço no seu mercado, passa a relatar com mais clareza os fatos de subversão ao regime.

Nos meados dos anos 80, o jornal consolida uma nova postura editorial. Chegando até mesmo ficar reconhecida como o “Jornal das Diretas”, adotou uma postura que convencionou a se auto denominar como “apartidária, independente e crítica”.

Se auto representando como uma espécie de porta-voz das necessidades da sociedade civil no período de redemocratização.

As matérias do caderno Cidade na data 25/06/86 do Jornal Folha de São Paulo, onde se encontra a seção “Memória Paulistana”, são as mais diversificadas desde denúncias do estado de abandono dos antigos postes de iluminação que ainda restam no centro de São Paulo, ou a proibição por parte da prefeitura (Jânio Quadros) da utilização do Parque da Aclimação como estacionamento, e a manifestação de moradores contra a construção do Parque Tietê, como a construção das primeiras casa do Projeto Modelar realizado pela Cia Metropolitana de Habitação de São Paulo.

A seção “Memória Paulistana” do Jornal Folha de São Paulo na sua própria apresentação coloca que o seu objetivo é “mostrar” o estado de preservação dos bens patrimoniais no Estado de São Paulo, o que por sua vez compreendermos como uma indicação sobre o que deve ser preservado do passado e que se transforma por parte da Prefeitura de Cotia no ofício nº GP/665/86 em um instrumento de pressão para solicitar *as providências necessárias, no sentido de se proceder às restaurações que os bens exigem*.

Faz referência também as restaurações que foram realizadas no Sítio do Mandú, na década de 60, que como já foi citado no capítulo anterior as primeiras obras de restauro,

<sup>253</sup> CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, n. 35, 255-72, 2007.

<sup>254</sup> O jornal Folha de S. Paulo viria a se constituir apenas em 1960 quando se “fundiram” os três jornais do grupo: Folha da Noite (fundado em 1921), Folha da Manhã (1925) e Folha da Tarde (1949). In: MOTA, C. G.; CAPELATO, M. H. **História da Folha de S. Paulo (1921-1981)**. São Paulo: Impres, 1981.

foram obras emergenciais de estabilização e consolidação da estrutura do bem patrimonial. Para essas obras o IPHAN-SP comprou 12 m<sup>3</sup> de madeira Canela Preta vinda de Joinville-SC.

E como relatamos no ano de 1983 o IPHAN compra mais 18m<sup>3</sup> de madeira para obras de restauro do Sítio do Mandú.

Encontramos junto aos demais documentos analisados do Arquivo Documental da 9ª IPHAN- SP, o relatório redigido por José Saia Neto para Cecília Rodrigues dos Santos, com o objetivo de prestar informações ao MINC (Ministério da Cultura), no ano de 1997, no qual o técnico descreve, além da “crônica falta de recursos que impuseram a paralisação dos trabalhos por longos 20 anos (1963 – 1983)” a paralisação das obras após a sua transferência para a Paraíba no ano de 1984, depois da compra dos 18m<sup>3</sup> de madeira necessário para o restauro do bem patrimonial.

[...] Em meados do ano de 1983, nos coube reiniciar a obra, com aquisição de 11.000 telhas e 18m<sup>3</sup> de madeira, bem como a montagem do canteiro de obras e reparação das redes elétricas e hidro-sanitárias. Imediatamente a intervenção teria sequência, com a conclusão prevista para maio de 1984; com a minha transferência para o Escritório Técnico da Paraíba, um colega assumiria a responsabilidade pela continuidade dos serviços, os quais não apresentavam qualquer dificuldade técnica ou dúvidas relativas ao projeto de restauro;

Quando retornei a esta regional tangido pelas pressões e pelos tristes acontecimentos que envolveram esta instituição nos anos 1989/90, tomamos conhecimento de que os serviços haviam sido paralisados logo após minha partida.<sup>255</sup>

Apresentamos esse fragmento do relatório redigido por José Saia Neto por nos demonstrar a dependência da instituição do protagonismo de uma pessoa, no caso o Srº José Saia, para a conclusão do restauro do Sítio do Mandú, assunto que retorna com frequência nas narrativas das memórias desses intelectuais, especialmente ao analisarmos sua solidão na atuação sobre a preservação e o restauro do Sítio do Mandú.

O Srº José Saia Neto retoma ao tema das obras de restauração do Sítio do Mandú na sua entrevista

[...] Houve uma intervenção em 67 e acabou, aquilo parou, tinha toda a madeira lá. Em 83, eu comprei telha e madeira para restaurar... Aí eu fui assumir a Paraíba, e quando voltei, não tinha mais madeira, não tinha mais telha, não tinha mais nada! "Ah, precisa telha ali." "Ah, então pega do Mandú." E outra parte desapareceu mesmo!!<sup>256</sup>

Vale uma observação sobre o relatório elaborado por Saia e este trecho que acabamos de citar: Nas pastas pesquisadas do Arquivo Documental da 9ªIPHAN-SP, que

<sup>255</sup> Documento encontrado no Arquivo Documental da 9ª IPHAN- SP Pasta PT 00087 0433- T-50 – 7/9.

<sup>256</sup> Entrevista com o Sr. José Saia Neto realizada em 10/07/2015.

contêm os documentos referentes ao Sítio do Mandú, não encontramos registro sobre a transferência do material para outras obras.

Outro aspecto importante citado pelo artigo *Esperando Restauro* é o tombamento do Sítio do Mandú pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado (Condephaat), no ano de 1984.

A proteção do Estado de São Paulo ao Patrimônio Histórico se dá a partir de 1968, com a criação do Condephaat. Conforme Marly Rodrigues, sua origem “só foi possível quando frações conservadoras e tradicionalistas da burguesia paulista buscaram reafirmar a identidade bandeirante nos limites do quadro autoritário estabelecido em 1964.”<sup>257</sup>

Em um período de ascensão do conservadorismo, a criação do Condephaat segue a mesma diretriz do IPHAN ao tombar, nos seus primeiros anos, os remanescentes da colonização, testemunhos da história nacional e regional, como as Casas Bandeiristas.

Ao Condephaat caberia prestar assistência e supervisão técnica às prefeituras e tombar *ex-officios* bens já tombados pelo Patrimônio Nacional. Suas intenções se concentrariam nos bens de interesse estadual “relacionados à história sócio – econômica e a arte da terra paulista.”<sup>258</sup>.

É perante esse quadro que o tombamento do Sítio do Mandú é realizado durante a gestão de Aureliano Leite pelo Condephaat, em 24/07/1974, processo 00337/73, inscrição no Livro Tombo n° 82, p.9.

Na mesma época do tombamento do Sítio do Mandú, o Condephaat passou por uma reestruturação interna. Aconteceriam tombamentos pioneiros de áreas naturais como a da Reserva do Morro Grande, em Caucaia, subdistrito do município de Cotia e o da Serra do Mar.

Se nos primeiros anos os pedidos de estudos para tombamento eram, em sua maioria, provenientes de conselheiros, técnicos da unidade e de órgãos da administração pública, a partir da década de 80, foram liderados por prefeituras, embora seja significativo o crescimento do número de solicitações de cidadãos, individualmente ou organizadas em entidades civis. Contudo, Marly Rodrigues comenta que embora tenham crescido as solicitações para o tombamento por diversas entidades civis, a decisão final sobre o que seria ou não tombado se manteve ainda no controle do conselho técnico do Condephaat.

É dentro desse quadro interno de transformações do Condephaat que compreendemos o documento datado de 17 de maio de 1989 e redigido pela prefeitura de Cotia, na gestão do

---

<sup>257</sup> RODRIGUES, M. **Alegorias do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1994.

<sup>258</sup> *Ibidem*. P. 56

Prefeito Mario Ribeiro, no qual a municipalidade solicita ao Conselho do Condephaat “providências urgentes e necessárias, no sentido de proceder as restaurações que o bem imóvel epigrafado exige, pois as paredes e o telhado estão em adiantado processo de deterioração.”<sup>259</sup>

Mas, conforme Marly Rodrigues, o Condephaat, no período dos anos 70 e 80, será duramente criticada pela imprensa e pela sociedade pela morosidade de suas decisões.<sup>260</sup>

Para José Saia, na narrativa de suas memórias, depois da década de 70 nenhum dos três órgãos (nem a prefeitura, nem o Condephaat, nem o IPHAN) desenvolveu uma estratégia para a valorização desses bens tombados e/ou restaurados.

Então o que acontece? A separação de Educação e da Cultura<sup>261</sup> na minha opinião, não fecha o ciclo.... Você não reincorpora esse bem tombado, preservado, como símbolo do patrimônio nacional, ao convívio da sociedade com esse valor agregado... Nenhum deles, nenhum, entende? Então é o problema do Mandú, e o problema do Padre Inácio, é o problema do Santo Antônio, é o problema de Carapicuíba, é o problema do Embu.

Nenhum dos três órgãos (nem a prefeitura, nem o Condephaat, nem o IPHAN) desenvolveu uma estratégia para valorização desses bens tombados e, às vezes, tombados e restaurados. Quando o Condephaat foi criado, em 68, o quê que aconteceu? Houve uma explosão de museus históricos e pedagógicos, que era uma forma ingênua de achar que você pegava tudo o que você tinha, jogava dentro do museu, fazia aquele museu do priqueabaque, né? E, às vezes, as crianças eram obrigadas a ir lá e tal. Era uma visão ingênua desse embricamento entre cultura e educação. [...] Então, nesses casos, eu acho que seria obrigação do governo federal, assim como do governo do estado, criar, vamos dizer assim, investimentos, você montava uma estrutura, mostrava que essa estrutura era eficiente, que ela tinha sentido, que ela tinha apelo, ela podia se relacionar com a vizinhança e com a população do município e até com gente de fora...”

O ofício do Sr. Prefeito Mario Ribeiro é encaminhado pelo Condephaat à 9ª IPHAN – SP. O diretor regional Antônio Dias Andrade o responde pelo ofício nº161/89, onde argumenta que:

[...] Tivemos oportunidade de discutir o assunto pessoalmente com o senhor diretor do departamento de Cultura desse município, Prof. Antônio Pio S. Netto, informando-lhe que esta DR incluiu em sua proposta orçamentária para o presente exercício recursos necessários à execução de conservação e restauração há muito reclamadas pelo bem cultural;

[...] Estamos aguardando a deliberação final do Senhor Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória quanto à inclusão daquela dotação no orçamento desta unidade;

<sup>259</sup> Documento encontrado no Arquivo Documental da 9ª IPHAN- SP Pasta PT 00087 0433- T-50 – 2\9.

<sup>260</sup> RODRIGUES, M. Op. Cit. p.72, 1994.

<sup>261</sup> É a partir da criação do Ministério da Cultura (MinC), pelo Decreto nº91.144 de 15 de março de 1985 que se efetiva a separação da cultura do antigo Ministério da Educação e da Cultura (MEC), que manteve a mesma sigla.

Não foi dessa vez que os recursos financeiros necessários para o restauro do Sítio do Mandú foram deliberados.

O exame dos documentos do Arquivo da 9ª IPHAN-SP nos possibilitou compreender como ocorreu a relação entre ambos os órgãos (federal- 9ª IPHAN- SP/municipal- prefeitura de Cotia), responsáveis pela preservação do Sítio do Mandú.

Mesmo com as transformações que ocorreram no IPHAN após a entrada de Aloísio Magalhães, percebemos que o reflexo, na prática, pelo menos no que se refere ao Sítio do Mandú, não foi significativo durante a década de 80. A mudança teórica não foi suficiente para alterar o entendimento (ou a falta de) entre o IPHAN e a prefeitura ou o IPHAN e a comunidade do Sítio do Mandú. Como Maria Cristina Rocha Simão, descreve:

Apesar da ampliação do espectro de ideias e concepções sobre preservação de patrimônio cultural, o que se configura mais tarde, inclusive no artigo 216 da Constituição de 88 ao inserir “as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver”, e até mesmo a efetivação de algumas ações nos núcleos urbanos, o que pode ser percebido após a mudança estrutural do instituto preservacionista foi uma grande ampliação do quadro técnico, seguida de uma fase de fortes questionamentos sobre a política anterior. Talvez, até hoje não tenha se configurado, dentro do IPHAN, uma nova forma de atuar efetivamente nos núcleos urbanos, nem tampouco de conceituá-los. Com a reforma administrativa ocorrida em 1990, no Governo Fernando Collor, a Fundação Pró-Memória é extinta e todos os encargos operacionais são retomados à administração direta.<sup>262</sup>

Maria Cecília Rodrigues Fonseca, ao refletir sobre a atuação do governo Collor no ano de 1989, observa:

A eleição de Collor, em 1989, no primeiro pleito à Presidência da República desde 1960, deu-lhe força política para, entre outros atos, realizar o “desmantelamento da área da cultura”, que interrompeu toda a atuação que o Estado vinha desenvolvendo, através de suas instituições e sem solução de continuidade, desde o Ministério Capanema.<sup>263</sup>

Em sua entrevista, o Sr. José Saia Neto narra que o afastamento de Celso Furtado e a morte de Aloísio simbolizam o declínio da autonomia que a FNPM tinha para executar os seus projetos e que, por fim, com a entrada de Fernando Collor na Presidência da República ocorre a extinção de todo o sistema da FNPM e a criação do Instituto Brasileiro de Patrimônio e Cultura. O que, por sua vez, é descrito por Saia como um enorme retrocesso, pois os principais cargos responsáveis pela política pública de preservação nem sequer foram ocupados por intelectuais capacitados na área. Como Saia descreve:

<sup>262</sup> SIMÃO, M. C. R. Preservação do patrimônio cultural em cidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 43.

<sup>263</sup> FONSECA, M. C. L. Op. Cit. 2005, p. 139.

[...] Mas aí, só pra você ter uma ideia, a menina que veio ser a chefe aqui era da área de cinema, reprodução de cinema, não entendia nada de patrimônio, nada, nada! E o chefe da divisão técnica era um cara ligado ao cinema também, e a gente não sabia qual era a experiência dele...

O fim da autonomia do órgão preservacionista, em conjunto a total ausência de interesse da nova equipe técnica do IBPC, resultou no descontentamento da antiga equipe técnica da FNPM, inclusive com a realização de moções de repúdio devido ao desmantelamento da cultura, uma das características do Governo Collor, levando à paralisação de diversas ações preservacionistas.

[...] Aí foi aquele par de coisa caindo, coisa escorada! Aí teve uma série de reuniões no Rio de Janeiro (nessa época eu tava no Rio de Janeiro) e a gente foi falar com Houaiss e com o Betinho<sup>264</sup>. E aí eles entraram com uma ação contra o Collor no Supremo por destruição do patrimônio pela paralisação do IPHAN e quando a coisa começou a explodir, o quê é que aconteceu, nós fomos ao superintendente, ele falou “Tem uma forma de fazer isso sem caracterizar como projeto de longo custo: um plano emergencial de obras.” Então cada regional indica as obras que estão correndo risco de desabamento e a gente investe nesse material. E foi feito. Se hoje a gente tivesse um terço daquele dinheiro, a gente se daria por muito satisfeito!

É dentro desse quadro que, no ano de 1992, são realizadas algumas obras emergências no Sítio do Mandú. Como descreve o relatório realizado por Saia para a superintendente Cecília Rodrigues:

executamos serviços de novas redes elétrica e hidro-sanitárias que haviam sido furtadas, a vedação de portas e janelas externas e o repasse da cobertura do monumento, para o que contamos com o apoio operacional da Prefeitura de Cotia, a quem havíamos proposto uma cooperação mais estreita tanto para a recuperação e manutenção da edificação como para a implantação de atividades de interesse comum, mas as eleições muito próximas impediram a formalização de qualquer compromisso.<sup>265</sup>

Por sua vez, verificamos que a atuação da Prefeitura de Cotia tanto na gestão do Sr. Ivo Mário Isaac Pires como na do Sr. Mario Ribeiro são exemplificadas por ações como: a procura por outros órgãos (federais e estaduais) responsáveis pela política cultural, para finalizar o restauro do Sítio do Mandú ou até mesmo a utilização da imprensa como forma de pressionar o IPHAN para a conclusão do restauro. São ações mínimas e dependentes de

<sup>264</sup> Antônio Houaiss e Herbert de Souza moveram uma ação popular em defesa do interesse público representado na obrigação constitucional de o Estado proteger o patrimônio histórico e artístico nacional, e vários artigos de intelectuais de renome veiculados pela imprensa mostraram que havia algum consenso quanto à importância dessa prática social, independente de eventuais divergências quanto à maneira como era conduzida pelo governo federal. IN: FONSECA, M. C. L. Op. Cit 2005, p.139

<sup>265</sup> Documento encontrado no Arquivo Documental da 9ª IPHAN- SP, Pasta PT 00087 0433- T-50 – 7\9.

instituições externas o que, por sua vez, demonstra a inexistência de uma política pública municipal voltada à preservação dos seus bens patrimoniais.

Divorciado do planejamento das cidades, visto apenas sob o enfoque do desenvolvimento econômico ou simplesmente ignorado. O patrimônio foi sendo tratado pela Prefeitura de Cotia como questão de responsabilidade do Estado ou da União.

Maria Cristina S. Rocha, ao analisar a atuação dos municípios sobre a questão da preservação e uso destes bens, descreve:

O poder Público Municipal, que deveria agir conforme e conjuntamente à União, reage muitas vezes com atitudes que criam situações de conflitos, movido por questões políticas ou outros interesses predominantes circunstancialmente. É comum que as prefeituras permitam ou, às vezes, promovam obras em flagrante desrespeito àquilo determinado pelo IPHAN ou, constantemente, em desacordo à proteção do patrimônio – ambiental ou cultural.<sup>266</sup>

Conjuntamente com as obras emergenciais realizadas no Sítio do Mandú, na década de 90, a área envoltória do bem patrimonial passa a ser alvo da especulação imobiliária. Até então ocupado por chácaras, o bairro do Caiapiá se transforma em uma mescla de indústrias, um pequeno comércio varejista e loteamentos e condomínios voltados para a população de baixa renda e, recentemente, houve a implantação de bolsões residenciais e condomínios voltados para a classe média e alta.<sup>267</sup>

Ainda no ano de 1987, o Sr. Yanko Guimarães solicita diretrizes para o parcelamento e ocupação dos terrenos situados nas imediações da casa sede do Sítio do Mandú, com vistas à implantação de uma indústria.<sup>268</sup> O que era permitido pela Prefeitura de Cotia por ser em Zona de Transcrição (ZT), condicionado o licenciamento à análise prévia da Comissão de Zoneamento Municipal.

Mas essa iniciativa não é consolidada. Tal fato se deve ao parecer elaborado pelo arquiteto do IPHAN, Antônio Neves Gameiro que, seguindo o artigo 18 da Legislação Federal<sup>269</sup> que regulamenta a matéria, propôs que “a orientação fornecida foi que se realizasse

<sup>266</sup> SIMÃO. Maria Cristina Rocha. **Preservação do Patrimônio cultural em cidades**. 2ª ed. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2013, p. 47

<sup>267</sup> Para identificação das classes sociais utilizamos os dados produzidos pela extinta Secretária de Assuntos Estratégicos no ano de 2012, encontrados em matéria apresentada pelo jornal *Valor Econômico*. O SAE identificava que classe média brasileira era composta por famílias com renda per capita entre R\$ 291 e R\$ 1.019.

dividia a nova classe média, entre a baixa classe média, com renda per capita entre \$300,00 a R\$440,00; a classe média, com ganho entre R\$440,00 a R\$640,00 e a classe média alta, com rendimento entre R\$640,00 a R\$1.020,00. Reajustados esses valores pela inflação oficial de junho de 2016, a classe média estaria, hoje, com rendimento per capita entre R\$ 394 a R\$ 1.380. No ano de 2012, quando os dados são apresentados pela SAE, essas famílias correspondiam a 54% da população do país. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2682174/nova-definicao-da-classe-media-abrange-54-da-populacao-brasileira>. Acesso em: 05/12/2016.

<sup>268</sup> Documento encontrado no Arquivo Documental da 9ª IPHAN- SP, Pasta PT 00087 0433- T-50 – 6\9.

<sup>269</sup> Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. doc de 06/12/1937, p. 24056.

o parcelamento da gleba em lotes de dimensões razoáveis, com pequena taxa de ocupação, de maneira que o perfil da paisagem não fosse significativamente alterado por cortes ou aterros, sugeria-se na época, a criação de chácaras de recreio”.

O processo de planejamento urbano e a legislação que orientou o crescimento da cidade de Cotia tiveram início a partir de 1970, com o PMDI – Plano Metropolitano de Desenvolvimento integrado. Essa ação foi conduzida pela Secretaria de Economia e Planejamento através do Grupo Executivo da Grande São Paulo – GEGRAN. Cotia foi considerada área prioritária de atuação, em 1972. Em 1973, é criada a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Em 1978, a EMPLASA preparou a lei de Ordenamento de Uso e Ocupação do Solo e, em 1991, foi aprovado o Plano Diretor e de Uso e Ocupação do Solo do Município de Cotia, que vigorou até dezembro de 2007, quando um novo Plano Diretor foi aprovado e passou a vigor em 01/01/01/08.

Para Carlos, os anos da década de 70 marcam um processo de instalação industrial bastante acelerado no município. “É um crescimento que se faz sem planejamento global, contribuindo para a concentração da atividade em locais privilegiados à margem da Rodovia Raposo Tavares, e o uso predatório do meio físico, como ocorre, por exemplo, na região do Rio Cotia (com a poluição do ar e da água).”<sup>270</sup> É importante registrar que o poder público municipal auxiliou amplamente o desenvolvimento industrial na região, por meio leis de zoneamento, isenção de impostos, instalação de infraestrutura etc.<sup>271</sup>

A instalação do setor industrial na cidade e a duplicação da Rodovia Raposo Tavares promoveram uma nova configuração espacial a cidade. A paisagem se modificou. Até os inícios dos anos 70 havia espaços ocupados pela natureza e uma mata ciliar entre a rodovia e as plantações, com mesinhas de quiosques à beira da estrada como área de descanso. Estes lugares foram transformados em pátios de indústrias ou de comércio.

A partir das décadas de 80 e 90, a indústria, em conjunto a criação dos loteamentos residenciais, foi ocupando o lugar da atividade hortifrutigranjeira<sup>272</sup>. É o caso do bairro do

---

Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De10025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De10025.htm)

<sup>270</sup> CARLOS, A. F. A. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 112.

<sup>271</sup> O prefeito de Cotia, o Sr. Kenji Kira o mesmo que promoveu o Plano Diretor da Cidade (1971) concedeu de 10 a 20 anos de isenção de impostos para as indústrias que se instalassem na região. In: CARLOS, A. F. A. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 112.

<sup>272</sup> Em 1960, 38% do total da população era rural, em 1970, este número cai para 4%, e em 1980 para 2%. Algumas culturas tradicionais como batata e mandioca quase desaparecem. In: CARLOS, A. F. A. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 106.

Caiapiá, que no lugar das vastas áreas de plantio e das chácaras de finais de semana, deu lugar a indústrias e a loteamentos residenciais de classe média. Porém, os sinais da falta de sustentabilidade deste modelo urbano já são visíveis na forte poluição do rio Cotia e seus afluentes, além dos extensos congestionamentos na Rodovia Raposo Tavares.<sup>273</sup>

No Ano de 1992, o Sr. Pedro Segawa solicita a análise do projeto para a construção de um Centro de Treinamento da Força Sindical. Segundo relatório do Sr. José Saia Neto, “no decorrer dos estudos, o Escritório Guedes Pinto e Associados apresenta um projeto complementar ao primeiro, referente à construção de um conjunto habitacional em outra área do terreno remanescente do bem patrimonial”.

No relatório, Saia avalia o Projeto apresentado e seu impacto sobre a ambiência do bem tombado.

“Trata-se de um loteamento de baixíssima qualidade, predominantemente parcelado em lotes ínfimos, de pouco mais de 90 m<sup>2</sup>, que apresenta uma grande concentração de edificações contínuas, praticamente sem recuos, com áreas livres mínimas, implantado em três grandes patamares que alteram radicalmente a topografia do entorno do bem protegido. Mas o que permite esse grau de especulação? Como desconsiderar a este ponto toda a legislação pertinente? Ora, não se trata de loteamento ou parcelamento e ocupação do normal do solo, trata-se de condomínios. Tudo se baseia nesse artifício. Nem é possível alegar o interesse social do empreendimento, uma vez que nem mesmo os mais polêmicos projetos desta natureza nunca deixam de prever áreas destinadas aos serviços públicos básicos ou ao lazer, comércio e serviços. A alegação de que o sistema construtivo será baseado na técnica do solo-cimento, além de nada significar do ponto de vista da preservação, do patrimônio cultural, é, pelo contrário, considerado o padrão do loteamento, garantia de sucateamento num curto prazo de tempo.”<sup>274</sup>

Somente com o objetivo de ilustrar a situação que o relatório descreve, optamos por inserir o croqui do projeto da Força Sindical e os desenhos de Zé Saia demonstrando a Intervenção do empreendimento na paisagem no entorno do bem cultural.

---

<sup>273</sup> BRUNA, G. C. RIGHI, R.; SGUIZZARDI, E. H. A. Urbanização periférica e meio rural, interesses imobiliários e sustentabilidade: os casos de Cotia e Itapeverica da Serra na região metropolitana de São Paulo. P. 3113. Disponível em: <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2032/219A.pdf>. Acesso em: 10/11/2016

<sup>274</sup> Documento encontrado no Arquivo Documental da 9ª IPHAN- SP, Pasta PT 00087 0433- T-50 – 6\9.

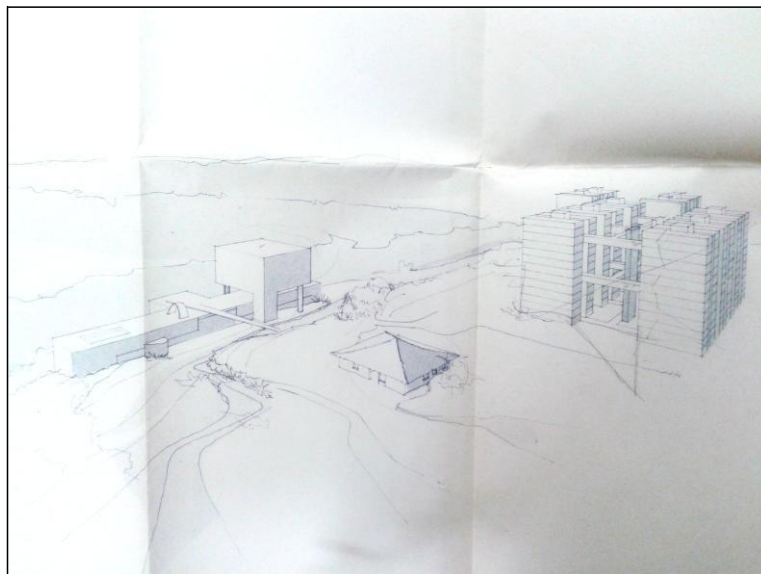


Imagem 21- Projeto elaborado pelo Escritório Guedes Pinto e Associados em que apresenta o Projeto da Escola da Força Sindical e dos Prédios Habitacionais

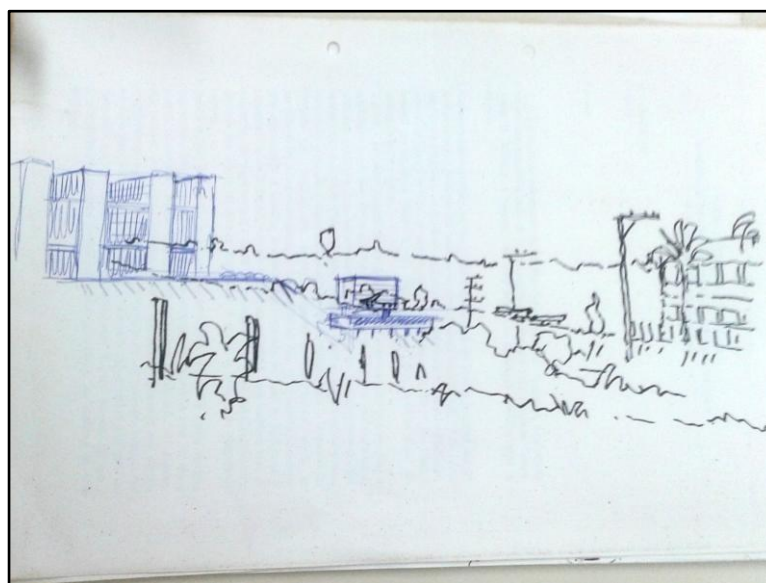


Imagem 22 - Esboço realizado pelo Técnico José Saia em que demonstra o impacto do empreendimento imobiliário e da escola da Força Sindical sobre o Sítio do Mandú.

No ano de 2010, inicia-se a construção de um novo empreendimento imobiliário na área do entorno do bem patrimonial. Vale lembrar que o Sítio do Mandú se encontrava, neste momento, restaurado e com o Programa de Projetos de Uso do Espaço do Bem Patrimonial sendo implantado pela Diretoria de Turismo, em parceria com o 9ª IPHAN- SP. A entrevista concedida pela Sra. Cristina Oka (Ex-diretora de Turismo e Cultura da Prefeitura de Cotia), nos demonstra a relação entre os empreendedores, a Prefeitura e o IPHAN- SP. Ela inicia a

sua entrevista comentando sobre a atuação cuidadosa do Sr. José Saia sobre a questão da implantação do Condomínio: “ele procurou estabelecer contrapartidas que tragam benefícios ao bem patrimonial, já que não tem jeito, pois a área entorno é uma propriedade particular!”<sup>275</sup> e acrescenta: “Fizemos uma série de restrições, como a distância necessária para não interferir na paisagem do bem, qual seria a contrapartida do empreendimento em se tratando de uma Área de Proteção Permanente (APP), devido à mata ciliar e o Rio das Pedras.”<sup>276</sup>

No Brasil, o relacionamento entre o empresariado nacional – empreiteiros - e o Estado - possui raízes profundas na nossa formação histórica.

O que é demonstrado por Rolnick, ao lembrar as palavras de Raimundo Faoro “A íntima associação entre Estado e capital privado, através de um jogo interno de troca de vantagens sustentada fundamentalmente por meio de uma rede patriarcal.”<sup>277</sup> Em que pese o fato de as palavras de Faoro não se referirem apenas à relação entre empreiteiras e o Estado, mas a um modo específico de funcionamento do capitalismo no país, o “patrimonialismo”.<sup>278</sup>

Faoro atribui essa característica à especificidade de nossa formação histórica, em especial ao passado colonial: na ausência de um sistema impessoal e normatizado, atribui-se ao privado e à sua capacidade de estabelecimento de laços diretos com o poder discricionário da Coroa a possibilidade de viabilizar sua ação econômica.<sup>279</sup>

Nos tempos atuais, as grandes empreiteiras converteram-se nos maiores financiadores de campanhas políticas, principalmente para cargos do Executivo (presidente, governador, prefeito), esfera com maior poder de definir e controlar os contratos de obras.<sup>280</sup>

Carlos, no ano da publicação de sua obra, em 1994, já alertava para tal prática no Município, “Todavia ainda hoje não existe nenhuma legislação eficiente para evitar os abusos dos loteadores. Alguns entrevistados afirmam que os loteadores estão fortemente representados na Câmara Municipal e não sentem qualquer temor. É a impunidade daqueles que tem ‘força’”<sup>281</sup>

Na edição nº171, de março de 2010, a revista mensal *Circuito*<sup>282</sup>, na sua seção Cartas do Leitor, publica a carta do Sr. André Dias, morador de Cotia, em que questionava a construção do condomínio na área envoltória do Sítio do Mandú. Publicamos a sua carta, em

<sup>275</sup> Entrevista com a Sra. Cristina Oka, realizada em 07/04/2015

<sup>276</sup> Ibidem.

<sup>277</sup> ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 342.

<sup>278</sup> Ibidem. P.342

<sup>279</sup> Ibidem. P.342

<sup>280</sup> CAMPOS, P. H. P. A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964 – 1985. Tese (Doutorado em História Social), ICHF-UFF, Niterói, 2012. In: ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 342.

<sup>281</sup> CARLOS, A. F. A. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSC, 1994, p. 155.

<sup>282</sup> Edição n. 171 no mês de março de 2010.

que podemos verificar a sua indignação com o desrespeito com o patrimônio ambiental, no caso a Reserva do Morro Grande e com o patrimônio histórico e cultural da cidade, no caso o subdistrito de Cotia, Caucaia do Alto, e o Sítio do Mandú. Em contraponto, a resposta específica da Prefeitura sobre o caso.

### Sítio do Mandú

Venho expressar minha indignação diante dos maus-tratos com a cidade de Cotia. Sou nascido aqui e hoje, com 35 anos, vejo que as coisas só estão piorando. Cotia está deixando de ser parte do cinturão verde para se juntar ao para se juntar ao cinturão cinza (Carapicuíba, Osasco, Taboão da Serra, Itapevi e São Paulo). Só ouvimos falar de desmatamento em áreas de proteção ou de mananciais e nada é feito. Como podem autorizar a construção de um condomínio em pleno Sítio do Mandú? Quem conhece o local já não pode circular por lá. Na estrada de Caucaia do Alto, Morro Grande e Caiapiá, nem se fala; o que tem de áreas desmatadas não é brincadeira, e os órgãos responsáveis dizem ser obras legais. É difícil de ver e acreditar. O cidadão cotiano já se cansou e demonstra não ter mais o mesmo amor pela cidade. É uma pena ver a cidade se resumir a condomínios de casas e galpões. Parabéns aos governantes que, de 20 anos para cá, conseguiram acabar com a paz e a tranquilidade de nossa cidade.

Parabéns, Cotia!

André Dias, Cotia – SP

Resposta: A Secretária de Desenvolvimento Urbano informa que a liberação foi feita pelo Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional (IPHAN) e pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB)

A carta do Sr. André Dias nos apresenta um importante fato. Além da indignação com os governantes da cidade, o de questionar a legitimidade de tais obras realizadas em áreas de proteção e mananciais.

Aos questionarmos o Sr. Zé Saia sobre a especulação imobiliária na área envoltória do Sítio do Mandú, ele alerta para o fato de que a responsabilidade em manter o entorno preservado é do IPHAN.

É o único caso que o IPHAN se sobrepõe à legislação municipal e estadual, você tem um ato discricionário porque como ele é um bem nacional, um monumento nacional... você tem que aprovar aqui!<sup>283</sup>

Na sua entrevista, a ex. Diretora da Secretária do Turismo, Sra. Cristina Oka, relata a dificuldade que foi na época para embargar a construção do empreendimento imobiliário, a conivência de alguns membros do executivo municipal da cidade com os interesses dos loteadores e a apatia, após a aposentadoria do Sr. José Saia Neto, do órgão responsável pela preservação, o IPHAN.

Quando o Saia saiu, mudou muito! A gente chegou a ir, mandar e-mail, denunciar várias vezes que eles estavam começando a mexer lá, depois que o Saia saiu;

<sup>283</sup> Entrevista com o Sr. José Saia Neto realizada em 10/07/2015

Quando fui verificar a autorização do IPHAN já estava vencida. E não existia nenhum processo da CETESB, quando liguei não sabiam de nada!<sup>284</sup>

Atualmente, a obra deste condomínio se encontra embargada pelo Ministério Público, devido a uma denúncia anônima.

Nesse meio tempo, nesse projeto que esses caras apresentaram inclusive, desse loteamento, eles tinham feito um acordo com o Município de fechar aquela estrada...- Fazer uma ponte para o Caiapiá e fazer a entrada para o Sítio do Mandú direto por essa ponte. Aí eu falei: “- Se pela parte de Habitação essas coisas não estão rolando, vai ser pela parte ambiental que a gente vai conseguir segurar, porque não vai conseguir fazer uma ponte aqui; vai o que, derrubar esse APP [Área de Preservação Permanente]? Toda essa mata ciliar de uma APP pra fazer uma ponte! Vai aprovar quando isso? Com que contrapartida? Pode até aprovar, mas com que contrapartida?” E, aí eles iam começar a derrubar a área e a gente pegava e ligava direto, porque a gente acionava a Secretaria de Meio Ambiente... “Mas não deu pra ir hoje e tal, não sei o quê.” Aí teve um dia que foi tudo: foi polícia florestal, foi a nossa, fiscalização, aí o Ministério Público embargou!<sup>285</sup>

O fato de a obra do condomínio encontrar-se embargada não significa que a paisagem da região envoltória do Sítio do Mandú não tenha se deteriorado ainda mais. Com a retirada de terra para a construção das fundações das edificações, desmatou toda uma área que existia em torno do Sítio, além de diminuir a possibilidade de uma prospecção arqueológica, o que ampliaria o conhecimento sobre a origem e o uso do Sítio do Mandú em tempos pretéritos.

---

<sup>284</sup> Entrevista com a Sra. Cristina Oka realizada em 07/04/2015

<sup>285</sup> Entrevista com a Sra. Cristina Oka realizada em 07/04/2015.



Imagem 23 - Atual paisagem do bairro do Caiapiá.

### 2.3 A casa restaurada e a questão do seu uso

No ano de 2002, devido à construção do trecho Oeste do Rodoanel, foi firmado, com o acompanhamento do Ministério Público, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), entre a DERSA (Desenvolvimento Rodoviário S/A) e a 9ªIPHAN-SP<sup>286</sup>. Fato que viabilizou as obras de restauro do Sítio do Mandú.

O Sr. José Saia Neto, ao narrar as suas memórias sobre a obra de restauro do Sítio do Mandú, comenta a respeito das dificuldades para sua concretização e a não realização de um projeto museológico para o bem patrimonial.

Então, eu comecei a brigar pelo dinheiro do Rodoanel. Era uma briga desgraçada... Mal o dinheiro deu!<sup>287</sup> Porque a licitação da obra foi feita pela DERSA, não foi feita

<sup>286</sup> O governo do Estado de São Paulo idealizou o projeto do Rodoanel para circundar toda a Grande São Paulo. O empreendimento foi dividido em quatro trechos (Norte, Sul, Leste e Oeste). Após a comprovação da prioridade e importância do setor Oeste, optou-se por iniciar a construção deste trecho. As obras do empreendimento rodoviário se iniciaram sem um estudo que contemplasse os sítios e monumentos arqueológicos a serem impactados no local.

<sup>287</sup> Os recursos provenientes do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o IPHAN e a DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S.A., relacionado à implantação do trecho Oeste do Rodoanel, resultaram em investimentos de R\$ 300 mil na restauração do local. Uma nova obra tem início em 2006, para a qual foram

pela gente. E a Dersa licitou a obra muito mais caro por uma empresa que não servia, então eu trabalhei lá com o mestre de obra, como técnico especializado e tudo mais, quando eles deviam ter um profissional... Porque aí não deu para nada, a ideia era essa. Normalmente, quando a gente faz, eu pelo menos tentava fazer exposição, deixar pelo menos um registro, né!? O que a gente conseguiu, foram aqueles dois ou três painéis só...

Antes mesmo do término do restauro a diretora de turismo começa a realizar algumas ações no Sítio do Mandú, como a Sra. Cristina Oka descreve:

É, então e lá no começo, nessa época logo depois do restauro; vamos falar de uma parte gostosa, né? Dessa “sem noção” que falou “Ah, vamos fazer as coisas” e foi fazendo, né? Com esses parceiros, faculdade, tal. Antes de abrir a casa pra visitaçã, quando tava ainda terminando a obra de restauro, o Saia falou “Olha, você já podia começar reunindo as pessoas no entorno pra ver o que acha, o que não acha, o que pensa e tal.” Então eu montei uma estratégia e comecei a fazer alguns encontros setoriais lá, então levei primeiro o meu Conselho de Turismo, todo mundo “Nossa, que legal!” Nem tava acabado, depois a gente marcou com alguns segmentos culturais da cidade, né? Então foi o Barcelos, foi um monte de gente, um levava o outro...

Uma característica da Diretoria de Turismo e Cultura durante a gestão da Sra. Cristina OKA foi a de realizar parcerias com instituições públicas e privadas por meio do Conselho de Turismo do Município (COMTUR). Devido até mesmo à ausência de apoio por parte da Prefeitura ou de outras secretarias, alguns desses parceiros auxiliaram na própria preservação do bem patrimonial anterior ao restauro<sup>288</sup> e na elaboração do Programa de Visitaçã ao Sítio do Mandú.

Caiu um pedaço do telhado, não tinha ainda começado o restauro do Rodoanel; E tinha um abacateiro no Sítio do Mandú, e caiu um pedaço enorme do galho e quebrou o telhado, o sítio já tava naquele estado lamentável de abandono e com a água ainda infiltrando pela taipa, eu liguei: “Saia, tal” e ele “Cris, a gente precisava buscar uma parceria local pra tentar pelo menos botar um plástico preto até eu conseguir liberar um recurso, e tal não sei o quê. Aí, a European, a faculdade, estava terminando de construir. E o professor Peralta<sup>289</sup> foi um desses parceiros que de cara eu falei “eu não vou ter nada dentro da administração, vou buscar fora” e caí nas graças do professor Peralta e ele me ajudou a fazer muitos projetos no início, e um deles foi assim: “Professor, está chovendo, lá tal”, “Amanhã, eu mando lá!” e mandava um mestre de obras com quatro pedreiros, mandava comprar o plástico preto, porque a Secretaria da Educação<sup>290</sup> não me dava como eu te falei, nem um copo d’água, entendeu? E nessas foi que eu brincava assim que, com meu pessoal do turismo,” Que tem parceiro não precisa de dinheiro!”, mas lógico que precisa, mas

---

destinados outros R\$ 50 mil do IPHAN para a viabilizar a instalaçã de um programa experimental de uso do sítio. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/58/> visualizado 08/10/2016.

<sup>288</sup> Referente à preservação anterior ao TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) que proporcionou o restauro, o Sítio do Mandú foi destelhado devido a fortes chuvas que fizeram o abacateiro do pé da casa cair sobre o telhado. Na época, a compra e a colocaçã da lona para evitar que as chuvas devastassem as paredes de taipa, foram de responsabilidade de uma Universidade particular da cidade a pedido da Diretora de Turismo e Cultura, Sra. Cristina Oka.

<sup>289</sup> Prof. Dr. J. Jorge Peralta, professor e coordenador da Universidade EUROPAN.

<sup>290</sup> A Diretoria de Turismo e Cultura durante a gestão da Sra. Cristina Oka era atrelada à Secretaria da Educaçã do Município de Cotia, uma constante na sua fala e na do Sr. José Saia é a apatia desta Secretaria e da própria prefeitura nos assuntos referentes à preservação do Sítio do Mandú.

nesse inicial do que foi esses parceiros locais foram super importantes nesse processo; a partir dessas questões de “Bom, aqui a torneirinha não vai abrir mesmo pra mim porque tem outras prioridades”.



Imagem 24 - Sítio do Mandú na época da queda dos galhos do abacateiro sobre o seu telhado. (Foto Luís Saia – Arquivo Documental 9º IPHAN-SP)

Outra parceria que a Diretoria de Turismo e Cultura estabelece, a partir de uma observação sobre o espaço físico do sítio e que auxilia na criação do Programa de Visitação do Sítio Do Mandú é com a equipe de pesquisadores do Programa BIOTA/FAPESP<sup>291</sup>, responsável pelo Projeto de Conservação da Biodiversidade em Paisagens Fragmentadas no Planalto Atlântico de São Paulo, coordenado por Jean Paul Metzger e que realizou o estudo sobre a Reserva Florestal do Morro Grande.<sup>292</sup>

[...] E aí a gente montou um programa de visitação lá, né? O pessoal da USP estava realizando o levantamento na Reserva, e o Catarino<sup>293</sup> me ajudou, e realizamos o levantamento também da flora daquela estradinha até o sítio. E montamos um programa de visitação na casa; eu com os estagiários de Turismo, que nessa época,

<sup>291</sup> Disponível em: [www.biota.org.br](http://www.biota.org.br). Acesso em: 29/10/2016

<sup>292</sup> Com 110 quilômetros quadrados de área, a reserva ocupa cerca de 33% do território da cidade de Cotia. Em 1994, foi declarada pela ONU, a Organização das Nações Unidas, como área núcleo da Reserva da Biosfera – título concedido mundialmente a conjuntos de áreas preservadas em torno de grandes metrópoles. Antes, a Reserva Florestal do Morro Grande havia sido tombado pela UNESCO e considerado Patrimônio da Humanidade.

<sup>293</sup> Referência ao pesquisador Eduardo Luís Martins Catarino, que fez parte do Programa BIOTA/FAPESP como coordenador do levantamento florestal na Reserva do Morro Grande.

através da galera da USP eu tinha mão de obra especializada, então através do Jean na época, em função do Morro Grande, de outras coisas, eu consegui um monte de estagiários da FAPESP do projeto do Morro Grande pra atuarem comigo no turismo e dois desses então eu direcionei pra um programa de treinamento em visitação no Sítio do Mandú, foi quando a gente começou a receber as escolas; começava no rio, falando a história do rio, da questão l  da vegeta o, um pouquinho, com esse levantamento que o Catarino tinha feito e depois a gente fazia um trabalho dentro da casa. L  a gente chegou a fazer um monte de cursos, n ? E oficinas dentro, tanto para os professores quanto pra esse grupo regional que a gente tinha, que depois a gente estabeleceu até aquele circuito turístico da Taypa de Pilão...

Com o restauro do Sítio do Mandú e a assinatura do Termo de Coopera o Técnica<sup>294</sup>, o município passa a ter uma atua o mais efetiva sobre a preserva o e o uso do bem patrimonial, por meio da coordena o da Diretoria de Turismo e Cultura.

Entre as atividades realizadas, duas, em nosso entendimento, devem ser analisadas mais profundamente: a realiza o do Programa de Educa o Patrimonial para Multiplicadores de Monitoria Cultural e Histórica e o Circuito Taypa de Pilão.

O Programa de Educa o Patrimonial para Multiplicadores de Monitoria Cultural e Histórica, foi uma iniciativa que contou com a orienta o da técnica do IPHAN Simone Schiffoni, responsável pela Educa o Patrimonial e do técnico do IPHAN, Sr. José Saia Neto.

A primeira atividade realizada dentro do Programa de Educa o Patrimonial citado foi II Semana do Turismo Sustentável, na Câmara dos Vereadores, que teve como objetivo “...fomentar a responsabilidade social, através das informa es repassadas, criar uma rela o consciente para com a História do Município e com o meio ambiente, além de informar e educar para a possibilidade de um Turismo Sustentável.”<sup>295</sup>

O evento contou com a participa o de importantes especialistas, entre eles a jornalista Isabel Cristina do Nascimento, que se apresentou sobre “Os 90 anos do Sistema de Abastecimento do Alto- Cotia e a Reserva do Morro Grande”. O Sr. José Saia Neto também participou do evento com a apresenta o “Aspectos Históricos do Sítio do Mandú – O resgate de uma História”. Também com a participa o do Professor da Unicamp, Dr. John Manoel Monteiro, que discorreu sobre o tema “Cotia em 1680, Perfil de um Bairro Rural”, e o arqueólogo Paulo Zanettini, com a temática “Arqueologia na Região Metropolitana de São

<sup>294</sup> O Termo coloca   disposi o da Prefeitura terrenos e edifica es dos monumentos, com a finalidade de promover a es de estímulo   visita o e programas de uso público, além de apoiar a elabora o e a manuten o de exposi es permanentes sobre as origens e importância dos conjuntos tombados. Com isso, será possível desenvolver atividades, programas ou a es destinadas a fomentar, valorizar e divulgar a memória das tradi es, da história e do patrimônio cultural da região, nas suas diversas áreas de competência. O documento ainda autoriza a promo o e o controle da visita o pública, bem como da realiza o de eventos, estabelecendo estratégias e normas de comuns de acordo com o Iphan. IN: Presidente do Iphan entrega Sítio do Mandú ao município de Cotia (SP) publicada em 29 de março de 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/58/>. Visualizado: 20/10/2016.

<sup>295</sup> In: Jornal Cotidiano - O Jornal de Cotia - 1  quinzena de maio – ano XVI – n  417.

Paulo: descobertas e perspectivas”. Os três dias contaram com a participação de estudantes universitários, líderes comunitários, professores das EMEFs (Escolas Municipais do Ensino Fundamental) da região e moradores.

Na segunda quinzena de maio de 2007, o *Jornal Cotidiano* publica matéria sobre as oficinas de Educação Patrimonial, que contaram com a participação de 66 pessoas, entre membros de ONGs, universidades e faculdades, pedagogos das secretarias de educação da região, funcionários municipais dos setores de turismo de Cotia, Embu das Artes, Carapicuíba, São Roque, Piedade, Ibiúna, Mairinque e Santana de Parnaíba.<sup>296</sup>

Foram elaborados painéis contando sobre o povoamento e fundação da Vila de Cotia, a história do Sítio do Mandú e sobre a Cooperativa de Cotia. Com o objetivo de agregar valor ao Sítio, a apresentação se transformou em uma exposição permanente.

Além das realizações das palestras e oficinas e da elaboração dos banners, foram realizadas visitas com alunos e professores das escolas municipais de Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries primárias) e com algumas escolas particulares da região. Neste momento, estudantes formados pelas oficinas de Educação Patrimonial<sup>297</sup> eram os responsáveis por apresentar o Sítio do Mandú. A Sra. Cristina Oka ao relatar esse momento, nos conta:

[...] Foi quando a gente conseguiu emplacar um ponto de cultura no Sítio do Mandú com essa ONG, com a Selva, e aí a gente fez um curso de formação de monitores, porque, se o município não disponibilizava funcionários nem grana pra fazer isso, então tinha que fomentar alguém que fizesse, né? Então comecei a trabalhar com as entidades de fora, escrever projeto para que elas fizessem isso; e foi quando a gente conseguiu fazer lá o curso de formação de monitores culturais...

[...] Porque, nessa época, eu já tinha perdido os estagiários da FAPESP, que eram de um nível muito mais legal, então tinha que formar monitores locais, pra poder continuar recebendo visitação. A gente chegou a receber ali, assim, em dias bons, algo entorno de 300 crianças por dia, sabe assim, tipo chegava turma com 50, 60, 100 no máximo, que era o que a gente recebia...

Consideramos a Educação Patrimonial uma área estratégica para a manutenção dos bens, pois mais do que transmitir conhecimentos, propõe-se ao real envolvimento para transformação das atitudes da comunidade junto ao patrimônio histórico, pois ao compreendê-la como

um instrumento de “alfabetização cultural” possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da

<sup>296</sup> In: *Jornal Cotidiano* – O Jornal de Cotia - maio de 2007 - Ano XVI, n. 418.

<sup>297</sup> Eram estudantes do Ensino Médio das Escolas Estaduais da cidade de Cotia, que ao final das Oficinas de Educação Patrimonial recebiam o certificado de participação do curso e de horas de estágio voluntário.

autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural.<sup>298</sup>

Porém, o que verificamos por meio da análise dos documentos do Acervo documental da 9º IPHAN-SP e das entrevistas com o Sr. José Saia e com a Sra. Cristina Oka, é que os resultados obtidos das ações do Programa de Educação Patrimonial foram pontuais. Em primeiro lugar, devido ao tempo de duração do Programa, que foi apenas de três anos, sendo a Diretoria de Turismo e Cultura responsável pelo agendamento e pela coordenação das visitas, além da realização de outras ações que envolviam o bem patrimonial, como o *Circuito Turístico Taypa de Pilão*, o que resultou em uma sobrecarga de funções desse departamento.

O que nos leva a outro fator que é a não participação de outros órgãos públicos da Prefeitura do Município de Cotia como, por exemplo, a Secretaria de Educação, em nenhuma das ações do Programa e, por fim, a falta de recursos para a continuidade e ampliação das oficinas com outros setores da comunidade e para o pagamento dos próprios monitores.<sup>299</sup>

Em conjunto às ações realizadas na área da Educação Patrimonial, no ano de 2009, foi implementado o *Circuito Turístico Taypa de Pilão*.

O *Circuito Turístico Taypa de Pilão* foi uma tentativa juntamente com outros municípios como Barueri, Carapicuíba, Cotia, Embu, Santana de Paranaíba e São Roque de valorizar o conjunto de bens patrimoniais existentes na Região Oeste da Grande São Paulo, mas ainda com a mesma visão “cristalizada” da década de 50: a de uma sociedade isolada, pobre, voltada apenas para a subsistência e que teria no bandeirante, predador de indígenas e responsáveis pela expansão territorial, a sua grande expressão. Ponto de vista que atualmente é contestado pela História.

---

<sup>298</sup> HORTA, M., GRUNBERG, E., MONTEIRO, A. **Guia básico de educação patrimonial**: Brasília: IPHAN, 1999.

<sup>299</sup> Vale dizer que os monitores da Oficina de Educação Patrimonial eram estagiários voluntários. Ao final do primeiro ano, todos os estudantes do Ensino Médio que participaram das Oficinas tinham desistido do Programa. As monitorias sobre o Sítio do Mandú passaram a ser realizadas pelos próprios funcionários da Diretoria de Turismo e Cultura, inclusive pela Sra. Cristina Oka.



Imagem 25 - Logo do Circuito Turístico Taypa de Pilão

O *Circuito Taypa de Pilão* objetivava, por meio das Secretarias de Turismo dos municípios integrantes do programa, oferecer propostas de visitas monitoradas aos bens tombados pelo IPHAN. A página do site da *Coleção Taypa de Pilão* apresenta o circuito com a seguinte frase:

[...] O *Circuito Paulista Taypa de Pilão* convida turistas para desbravar o interior e descobrir a verdadeira história da força, fé e coragem dos bandeirantes. Eles utilizavam as construções de taipa para o descanso nas caminhadas ao interior, com o fim de ocupar espaço e expandir o seu domínio.<sup>300</sup>

Nesse sentido, a narrativa utilizada pela página do site da *Coleção Taypa de Pilão* atribui às edificações que compõem o Circuito Turístico um valor histórico e as associa às figuras bandeirantes responsáveis por fundar e expandir o território. Portanto, a patrimonialização aparece como um esforço para legitimar simbolicamente, no patrimônio cultural preservado, as vivências históricas dos fundadores das cidades participantes do *Circuito Turístico Taypa de Pilão*.

Como Néstor García Canclini estabelece, trata-se da teatralização do poder: “celebra-se o patrimônio histórico constituído pelos acontecimentos fundadores, os heróis que os protagonizaram e os objetos fetichizados que os evocam.”<sup>301</sup>

As últimas décadas do Século XX se mostraram muito propícias para o surgimento de um novo segmento turístico, o chamado “Turismo Cultural”, uma vez que como resultado da aceleração do tempo existe uma preocupação crescente com a perda de sentido do passado e

<sup>300</sup> Disponível em: <http://colecaotaipadepilao.yolasite.com/circuito-taypa-de-pilo.php>. Acesso em: 20/10/2016.

<sup>301</sup> CANCLINI, Néstor García. O Patrimônio Cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília: Iphan; n° 23, p. 94- 115, 1994. P.113

com os processos de esquecimento, o que tem resultado em uma onda de patrimonialização e de busca pela “sua” história com uma necessidade de identidade. François Hartog exemplifica isso ao apontar que “até mesmo nas cidades-dormitórios e nas periferias se produzem lugares de patrimônio para construir uma identidade; escolhendo uma história inventada, reinventada e exumada.”<sup>302</sup>

O interesse em consumir o passado se tornou um desejo recorrente da sociedade pós-moderna. Para Huyssen, vivenciamos a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais. Esta preocupação pode ser observada no movimento de restaurar os velhos centros urbanos, na proliferação de museus, nos empreendimentos patrimoniais e nas heranças nacionais, além de uma explosão da moda retrô, biografias etc.<sup>303</sup>

Se o futuro se transformou no tempo da desilusão e das incertezas, como resultado das promessas utópicas do progresso, “somos conduzidos a desacelerar e buscar apoio na memória e no passado.”<sup>304</sup> Patrimonializa-se o passado recente na medida que ele garanta a segurança e o conforto de um tempo que se torna refém do presente.

Dessa constatação emergem as críticas ao processo de patrimonialização que tornou a memória uma obsessão cultural de proporções monumentais em todos os pontos do planeta.<sup>305</sup>

“Muitas das memórias comercializadas em massa que consumimos são ‘memórias imaginadas’ e, portanto, muito mais facilmente esquecíveis do que as memórias vividas.”<sup>306</sup>

Se por um lado o Turismo Cultural pode trazer benefícios para a comunidade envolvida gerando emprego, renda e a possibilidade de preservação e divulgação do patrimônio, por outro pode ser responsável por sua mercantilização e o afastamento da sua população local, que se verifica no caso do Sítio do Mandú.

O problema é que ao mesmo tempo em que o turismo cultural vem se catalisando como gerador de economia e desenvolvimento, ele tem “seguido percursos similares aos de qualquer outra forma ou setor de desenvolvimento econômico ou tecnológico tem deixado à margem parcelas significativas da sociedade e, assim, não tem contribuído com a melhoria da qualidade de vida das populações”<sup>307</sup>

<sup>302</sup> HARTOG, F. Tempo e Patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, Jul/Dez 2006.

<sup>303</sup> HUYSSSEN, A. Passados presentes: mídia, política, amnésia. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, 2000, p. 14.

<sup>304</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>305</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>306</sup> *Ibidem*, p.18.

<sup>307</sup> MENESES, J. N. C. **História e Turismo Cultural**. Belo Horizonte: autêntica, 2006, p. 49.

Ao mesmo tempo que o *Circuito Turístico Taypa de Pilão* proporcionou a abertura do Sítio do Mandú para a visitação de escolas<sup>308</sup> e para outros públicos, distanciou a sua comunidade local ao inviabilizar seus antigos usos. Nesse sentido Hall explica que:

Uma abordagem comunitária no planejamento turístico é, portanto, uma forma de planejamento ‘às avessas’, que enfatiza o desenvolvimento na comunidade e não da comunidade. Verifica-se, portanto, que é necessário que se tenha uma reformulação do processo de planejamento, para que os resultados sejam condizentes com as necessidades de todos os envolvidos, evitando os impactos negativos e as desigualdades sociais.<sup>309</sup>

Por fim, no ano de 2011, com o desligamento da Sra. Cristina Oka da Diretora de Turismo e Cultura, o Sítio do Mandú passou a ficar fechado para visitação.

---

<sup>308</sup> Visitação de escolas segundo a narrativa de memórias da família do Seu Dito e das outras famílias entrevistadas sempre ocorreu, até mesmo antes do restauro do Sítio do Mandú.

<sup>309</sup> HALL, C. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 55.

### III CAPÍTULO – “PODE ENTRAR A CASA É SUA!” – A MEMÓRIA DOS ANTIGOS MORADORES DO BAIRRO DO CAIAPIÁ

*“Felizes as pessoas que têm algo a contar, pois elas, não se deixaram brutalizar pelo consumismo, pela futilidade, pela pobreza de experiência. Pobreza esta que põe em risco a existência e a perpetuação das narrativas”<sup>310</sup>*

Walter Benjamin

#### 3.1 “Trabalhadores (as) do Caiapiá, sociabilidades e memória”

“Entra... Ela está lá dentro... Vai... Pode entrar a casa é sua!”

Eu só tive tempo de dizer o meu nome e falar que gostaria de conversar com a Dona Nair sobre o Sítio do Mandú.<sup>311</sup> E foi assim que fui recepcionada por sua filha - Nadir (só tomei conhecimento desse fato mais tarde) e confesso que a minha reação foi um misto de “confusão e surpresa”, pois há muito tempo não vejo as pessoas abrirem as portas de suas casas para “estranhos” com tamanha tranquilidade.

O Sítio do Mandú ou o Casão, como é conhecido pelos moradores do Bairro do Caiapiá, se reflete na memória desses sujeitos e representa à questão fundamental deste trabalho, o que faz a História Oral ter uma grande importância, desde o contato prévio com os entrevistados, a realização das entrevistas, sua transcrição e a problematização e interpretação para sua utilização como método de trabalho. Portelli considera que as fontes orais nos contam:

Não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e agora pensa que fez. Fontes orais podem não adicionar muito ao que sabemos, por exemplo, o custo material de uma greve para os trabalhadores envolvidos, mas consta-nos bastante sobre seu custo psicológico [...]. Elas se tornam únicas e necessárias por causa do seu enredo – o caminho no qual os materiais da história são organizados pelos narradores de forma a contá-la. A construção da narrativa revela um grande empenho na relação do relator com a história.<sup>312</sup>

As entrevistas com os antigos moradores se transformaram em um dos momentos mais gratificantes da pesquisa. Foram conversas sempre acompanhadas por um pedaço de

<sup>310</sup> BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

<sup>311</sup> O primeiro contato com a família do “Seu Dito” ocorreu desta maneira, sem agendamento prévio. Tinha somente o endereço da família concedido gentilmente pelo Sr. Alex Ferreira da Silva (39 anos) que trabalha como auxiliar administrativo da Diretoria de Turismo e Cultura da Prefeitura de Cotia. O Sr. Alex é primo do Sr. Mauro e do Sr. Bento Gonçalves.

<sup>312</sup> PORTELLI, A. O que faz a História Oral diferente. **Revista do programa de estudos pós-graduados em História**, PUC-SP, n. 14, fev. 97, p. 31.

bolo (família do “Seu” Dito), um ótimo cafezinho (família Tadei) ou as jabuticabas recém-tiradas do pé (família Gonçalves Pedroso). A maior parte das entrevistas foi realizada nas casas dos antigos moradores do Sítio do Mandú, o que proporcionou uma atmosfera mais acolhedora e afetiva com essas famílias, favorecendo um depoimento mais espontâneo e interativo.

Priorizamos inicialmente as entrevistas com os membros mais velhos dessas famílias, que viveram no bairro do Caiapiá, a partir dos anos 50. Em um segundo momento, entrevistamos os membros da segunda geração, nascidos na década de 60 e 70. Somente no caso da família da Pires é que entrevistamos os netos do “Seu” Dito e Dona Nair - Priscila com 39 anos e Gustavo com 33 anos, por terem vivido com os avós no Sítio do Mandú até os 26 e 20 anos de idade.

Memória de “Velhos”<sup>313</sup> moradores do bairro do Caiapiá, que em suas narrativas colocam o trabalho como a própria substância da vida. Nesse sentido, para além do Sítio do Mandú, na vida social dessas pessoas ganha relevo o papel desempenhado pela Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) empresa para a qual convergia a quase totalidade dos produtos agrícola cultivados pelos (as) trabalhadores (as) do Caiapiá.

Ainda hoje o município de Cotia é reconhecido como parte do assim denominado Cinturão Verde da Região Metropolitana de São Paulo<sup>314</sup>, sendo que cerca de 30% do seu território atualmente é ocupado pela Reserva Florestal do Morro Grande. Ainda nos idos do último quarto do século XIX, Cotia já figurava como fonte de abastecimento de água para São Paulo, conforme registro Ernani Silva Bruno, ao relatar as soluções para falta de água em seu *Histórias e Tradições de São Paulo*, publicação patrocinada pela comissão organizadora das comemorações do IV Centenário de São Paulo. De acordo com ele:

O problema do abastecimento, que se agravava com o crescimento da cidade, entrou logo em seguida em fase nova. Em 1878, no então Alto da Consolação, começaram a ser feitas obras da primeira caixa de abastecimento para o serviço a cargo Companhia Cantareira. A esse reservatório – cujo portão principal ainda existe -, na Consolação, em frente da rua Piauí – três anos depois chegavam as águas da Serra da Cantareira, Cabuçu, rio Cotia.<sup>315</sup>

A inserção de Cotia neste Cinturão, porém, deita raízes não apenas nos aspectos ambientais, abundância de mananciais, Mata Atlântica e outros elementos. A origem desse título é uma referência direta à significativa participação de Cotia no abastecimento agrícola

<sup>313</sup> Fizemos a opção por não utilizar os termos idosos e sim “Velhos”, como Bosi nos ensina, na esperança de diminuir eufemismos que foram naturalizados e servem para somente reforçar preconceitos. BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1994.

<sup>314</sup> Cinturão verde é uma área verde que pode ser composta por parques, chácaras, reservas ambientais, jardins ou pomares localizados ao redor de uma cidade (na área periférica).

<sup>315</sup> BRUNO, E. S. **Histórias e tradições da cidade de São Paulo**. São Paulo: José Olympio, v. 3, 1954, p. 1122.

da Grande São Paulo. Calcula-se que, até década de 1960, essa participação chegou a 40% do total distribuído nos mercados de São Paulo. Ainda de acordo com Ernani da Silva Bruno, a partir da década de 1920, criou-se em torno de São Paulo uma área dedicada à produção agrícola:

Essa zona hortense – através de áreas mais ou menos especializadas em determinados produtos e cultivadas por elementos de certas nacionalidades – ampliou-se constantemente, respondendo a necessidade de produção de gêneros para a população paulistana. Em direção a Cotia, campos cultivados por japoneses. Na direção da Serra da Cantareira, Guarulhos e Mogi, portugueses e espanhóis.<sup>316</sup>

De fato, a produção agrícola de Cotia foi, desde a década de 1920, incrementada pela chegada de imigrantes japoneses. Todavia, entrevistas com os ex-moradores do Caiapiá permitem rediscutir a afirmação de Ernani da Silva Bruno, de modo que um complexo maior de trabalhadores seja inserido na cadeia produtiva que abastecia São Paulo com hortaliças, legumes e outros gêneros rurais.

A maior parte da produção agrícola da região do Caiapiá era repassada para a Cooperativa Agrícola de Cotia, que se estabeleceu no município no ano de 1923. Por sua vez, a Cooperativa teve um papel importante para a produção agrícola da cidade e para os agricultores da região, pois possuía maior poder de negociar o preço da produção e de baratear o preço dos insumos agrícolas, além da concessão de créditos aos produtores. A relação dos agricultores do bairro do Caiapiá com a Cooperativa é relatada por Seu Bento, pelos membros da família Tadai e da família Pires.

O Sr. Bento narra à época em que seu pai e toda a família trabalhavam no plantio de tomate, cebola, milho e descreve a relação com a Cooperativa.

O meu pai plantava muito, plantava milho, plantava muito milho, cebola, feijão, tomate, meu pai ganhou medalha pelos tomates que ele plantava. E ele vendia tudo para a Cooperativa, tinha um japonês o “Seu Uemura” ele era antigo, já é falecido, já morreu todo mundo, né? Ele era associado na Cooperativa e o meu pai passava pra ele.

[...] e quantas vezes meu pai, eu e os meus irmãos levava bem cedinho a produção de mandioca no carrinho de mão, eram 04 carrinhos de mandioca até a beirada da Raposo esperando o Caminhão da Cooperativa passar porque o caminhão não conseguia entrar aqui na rua na época de chuva...

Meu pai trabalhou por muito tempo, com a Cooperativa, depois ele foi cansando, né? Ele parou quando foi trabalhar com obra, ele não sabia nem ler e nem escrever, mas levantava uma casa. Mas ele foi cansando e depois a Cooperativa já não andava bem das pernas.<sup>317</sup>

<sup>316</sup> BRUNO, E. S. **Histórias e tradições da cidade de São Paulo**. São Paulo: José Olympio, v. 3, 1954, p. 1352.

<sup>317</sup> Entrevista concedida pelo Sr. Bento Gonçalves realizada 12/09/2015.

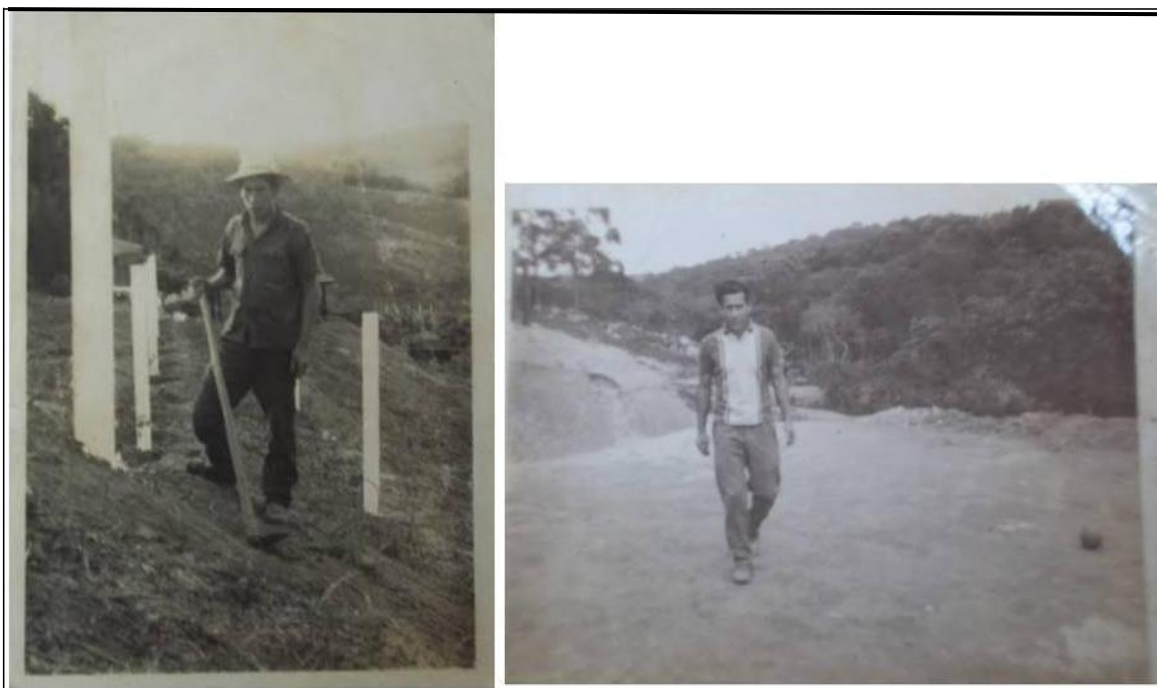


Imagem 26 (à esquerda) – Sr. Alcides Gonçalves Pedroso (pai do Sr. Bento e do Sr. Mauro) trabalhando no preparo da terra, década de 60 (Acervo pessoal do Sr. Bento.)

Imagem 27 (à direita) – Sr. Alcides Gonçalves Pedroso, caminhando no que é hoje a estrada do Caiapiá. – do lado esquerdo é os fundos do Sítio do Mandú, a mata que se encontra ao fundo, hoje é o condomínio Reserva Vale Verde. (Acervo pessoal do Sr. Bento).

Dona Maria e o seu esposo Sr. Pedro Tadaí<sup>318</sup> se mudaram do interior de São Paulo, no final na década de 60 (1968), vindos da cidade de Nova Palestina, com os quatro filhos adolescentes para trabalhar como caseiros, na chácara dos donos do antigo Supermercado Bazar 13, que fica no terreno de fundos com o Sítio do Mandú. “Seu” Pedro realizava serviços gerais junto com o irmão “Seu” João e depois, com os filhos mais velhos, cuidava das estufas de Flores que eram revendidas para o Supermercado Bazar 13, para a Cooperativa e, mais tarde, para o CEASA.

[...] Aqui era tudo plantação, não tinha nada, era plantação e chácaras, não tinha fábricas, depois veio o Frigorífico, mas isso foi muito depois...Na chácara, era lindo, o Pedro cuidava das estufas de flores e dos Jardins, mas era tanta flor bonita, orquídea, branquinha, rosa...” (Sr<sup>a</sup> Maria Tadaí)

[...]Uma parte das flores eram levadas para vender no Supermercado mesmo, outra parte, antes era para Cooperativa e depois também para o CEASA... (Sr<sup>a</sup>.Maria Tadaí)

<sup>318</sup> Entrevista concedida pela Sr<sup>a</sup>. Maria e o Sr<sup>o</sup> Pedro Tadaí realizada em 15/08/2015

Ao comentar sobre a relação com o seus avós, a neta do “Seu” Dito, Priscila Pires<sup>319</sup>, relata as suas memórias sobre o plantio que era realizado na área do entorno do Sítio do Mandú.

Eu sempre morei com os meus avós, né? Meu vô e minha vô. E mesmo minha mãe tendo saído durante um período, eu continuei morando com a minha vô e com meu vô lá. Então, na época, nesse primeiro momento, meu avô plantou muito... tinha a horta e o pomar em volta do terreno, porque o que é tombado mesmo pelo patrimônio histórico é a casa e o gramado; aquele terreno em volta era do Doutor Yanko, só que ele não conseguia vender. Então assim, meu avô plantava lá e num primeiro momento vendia pra CAC e mais tarde para o Ceasa, plantava mandioca, plantava limão, plantava laranja, né? Só que como era muito aberto as pessoas entravam lá, não tinha segurança nenhuma e acabavam roubando. E com o tempo ele foi cansando e deixou de plantar. E com o tempo, ele começou a transferir – meava a terra para outras pessoas plantarem lá. Então tudo que eles plantavam, essas outras pessoas, eles dividiam com meu avô, davam um percentual em mercadoria...  
... Então, mandioca, milho, abóbora, essas coisas nunca faltaram pra gente lá no sítio, né? A dificuldade que a gente teve lá foi, por exemplo, é que não tinha energia e nem telefone, tudo era muito difícil... (Priscila Pires, neta do “Seu” Dito)

No início dos anos 80, a Cooperativa Agrícola de Cotia começa a dar sinais de dificuldade financeira<sup>320</sup>. É preciso referenciar que, antes da falência da CAC, nas décadas de 70 e 80, o município de Cotia passa a ser alvo da especulação imobiliária, com o apoio inclusive da gestão pública. No bairro do Caiapiá, esse processo se configura na transformação de sua paisagem, passando de rural para urbanizada, o que se verifica por meio da instalação de indústrias e condomínios no bairro.

A memória dessas famílias nos possibilitou compreender como os modos de vida foram alterados, resultado do processo de modernização e urbanização da cidade. Ao contrário do que disse Emília Viotti, em 1954, “que o progresso passa por Cotia, e não deixa sua marcas”<sup>321</sup>, podemos afirmar que o “progresso” chegou e deixou muitas marcas. A cidade do “progresso” modificou sua paisagem, acaba com o meio ambiente e isola as pessoas.

Aqui era tudo mato não tinha nada, você podia largar uma carteira e voltar no dia seguinte, que tava lá!! Agora, você não pode largar uma vassoura!! Tomava banho de rio, dava semana santa, vinha todo mundo passar “tarrafa” pra pegar peixe, ninguém comprava peixe, aqui dava cascado, lambari, dava tudo!! (Sr. Bento Gonçalves).

O Rio das Pedras era limpinho, a gente matava aula, pra tomar banho no rio, a turma toda fazia isso (Sr. Mauro Gonçalves).<sup>322</sup>

<sup>319</sup> Entrevista concedida por Priscila Pires realizada em 01/09/2015.

<sup>320</sup> A CAC – Cooperativa Agrícola de Cotia decreta falência no ano de 1994.

<sup>321</sup> COSTA, E.V. Cotia e Itapeperica da Serra, subúrbios agrícolas. In: AZEVEDO, A. **A cidade de São Paulo. Estudos de geografia Urbana**. v. IV. São Paulo: Cia Editora Nacional. 1958, p. 133.

<sup>322</sup> Entrevista concedida pelo Sr. Mauro Gonçalves realizada em 09/09/2015.

Se pescar aqui ainda tem peixe, mas hoje não dá mais pra comer, o esgoto dos condomínios e todo jogado no Rio (Sr. Pedro Tadaí).

A gente montava arapuca pra pegar passarinho, quando pegava inhambu, que era tipo um franguinho, nem existe mais, acho que está em extinção! Mas era uma alegria! (Sr. Bento Gonçalves).

Todo mundo se conhecia, não tinha nada aqui era só plantação, uma casa era distante da outra, mas todo mundo se conhecia, era difícil, mas era bom, né? Diferente de agora tem gente que entra aqui (no bar) e nem te dá bom dia!” (Sr. Mauro Gonçalves).

O Ribeirão das Pedras, vulgarmente conhecido como Rio das Pedras, é um afluente do Rio Cotia que deságua no Rio Tietê. Na década de 20, o Ribeirão das Pedras era responsável pelo abastecimento da região central de Cotia. Até a década de 60 suas águas eram límpidas e os moradores do Caiapiá a utilizavam para abastecer as suas casas, lavar suas roupas e para o seu lazer.

Segundo os relatos dos moradores, é a partir do final da década de 60 que suas águas ficam poluídas devido aos resíduos produzidos pelo abate do gado realizado pelo Frigorífico de Cotia S/A e, mais tarde, devido aos resíduos das indústrias e dos condomínios que se instalaram na região.<sup>323</sup>

O que se constata nas narrativas de memória dos nossos entrevistados é uma nostalgia, saudade de um tempo em que as condições de vida eram precárias, mas que a cidade era mais humana, onde os moradores do bairro do Caiapiá se conheciam, se cumprimentavam na rua, vizinhos que auxiliavam uns aos outros, formando uma rede de solidariedade, seja para o plantio ou para a colheita, para limpeza do terreno, ou para ajudar alguma família que estivesse passando por dificuldades. Esses moradores tinham o hábito de organizar e frequentar às festas tradicionais (como a organização da Romaria para Pirapora), de nadar, lavar roupas e pescar no Rio das Pedras, de brincar na mata, montar arapuca pra pegar passarinho.

As referências às formas de sociabilidade, geradas pelo apoio entre vizinhos e parentes na organização do trabalho, das necessidades do dia a dia, do lazer e para a realização dos rituais religiosos, são comumente relatadas em todas as famílias.

[...] Meu pai plantava muito milho, a gente não tinha máquina elétrica, essas coisas, era tudo na mão mesmo! Então fazia aquele mutirão, meu pai matava porco, era torresmo com farinha, vinho meu pai tomava um garrafão de vinho e trabalhava. A gente fazia mutirão, vinha os tios, as tias, primos, amigos, tudo! Colhia o milho na mão, e depois cada um levava um pouco... (Sr. Bento Gonçalves)

<sup>323</sup> Atualmente o Ribeirão das Pedras é um dos rios que compõem o sistema de abastecimento de água Baixo – Cotia.

[...] pra pamonha também, só que aí era com milho verde! Todo mundo ajudava... (Sr. Bento Gonçalves)

[...] Naquela época, não tinha fiscalização para abrir um Bar, então meu pai e meu irmão mais velho (Natalino-falecido), melhor, foi meu irmão foi trocando coelhinho da índia, por que ele criava e trocava por cachaça – “meota”- a cachaça vinha em garrafinha assim, de coca-cola tampada por uma rolha, aí meu pai construiu o bar, do lado da nossa casa, mas não tinha copo, não! A gente cortava latinha de leite condensado, molho de tomate e fazia umas canequinhas. E naquela época, a turma não tinha dinheiro para tomar pinga, né? O pessoal no final do dia vinha, quando parava de trabalhar na roça, passava no bar, para tomar um trago ou mesmo só para jogar conversar fora, então todo mundo se conhecia... (Sr<sup>o</sup> Mauro Gonçalves).

[...] O seu Martins tinha um cabril<sup>324</sup>. Quando eu tive o Gustavo ele mamou uma semana e depois o leite sumiu. Aí, eu voltei no médico e o médico falou: “Se não fosse tão caro, eu ia indicar pra você leite de cabra pra ele! Aí, eu na hora: imagina a gente tem um cabril do lado!” Aí, meu pai (“Seu” Dito) foi lá com meu marido... e o Seu Martins na hora fica tranquilo: “Eu vou dar de presente pro seu neto dois litros por dia! Olha o tamanho do moço, tomou só leite de cabra!” (Helena<sup>325</sup> filha do “Seu” Dito, Mãe do Gustavo).

[...] Quando alguém morria a gente fazia o caixão, ia alguém comprava aquele tecido vagabundo e o meu pai fazia o caixão, não tinha isso de comprar caixão, né? Todo mundo se ajudava, um ia fazer o caixão, outro fazia o café, outro estourava a pipoca e assim ficava passava a noite tomando café, comendo pipoca e de manhã alguém colocava o caixão na carroça ou no trator, ou caminhando e saía todo mundo acompanhando para enterrar lá no cemitério do centro. Imagina, hoje, saindo com um caixão pelas ruas, nem dá, né? (Sr. Bento Gonçalves)

[...] Ah! baile sempre tinha! Era no sítio de um ou de outro, não tinha luz, né? Então, era sanfoneiro, violeiro! Não era que nem agora, você dava a festa, então, você fazia tudo! Da outra vez, era a minha família que fazia a festa, então era a nossa vez!! (Sr.<sup>a</sup> Luzia Tibúrcio)

[...] Até hoje a gente vai, mas antes todos se organizavam, tinha que arrumar o que íamos comer, então cada família ajudava, com o que podia. Uma turma ia a pé, outra à cavalo e tinha também quem ia de caminhão, então levava todo mundo do Sítio, a gente saía à noite, era a madrugada toda, só chegava de manhãzinha em Pirapora. (Sr. Bento Gonçalves)

---

<sup>324</sup> O cabril do Seu Martins é atualmente a Clínica de Recuperação- Recanto Maria Teresa no km 30 da Rodovia Raposo Tavares.

<sup>325</sup> Entrevista concedida pela Sr.<sup>a</sup> Helena Pires realizada em 06/06/2015.



Imagem 28 – Família do Gonçalves, chegada da Romaria ao Santuário de Bom Jesus de Pirapora, década de 50. Sr. Bento, menino em cima do Caminhão. (Acervo pessoal do Sr. Bento e Sr. Mauro Gonçalves.)

A vida coletiva, estruturada a partir das relações sociais mediadas pelo trabalho, organizou até mesmo as percepções sobre a infância de alguns de nossos entrevistados.

Como o Sr. Mauro (68 anos) fala com todo orgulho: “Trabalho aqui... atrás do balcão deste bar desde os meus 14 anos”<sup>326</sup> e, ao mesmo tempo, as memórias da infância se confundem com a memória do trabalho. Questionado como era o tempo de infância, o Sr. Bento responde prontamente,

Infância era trabalhar, né! Ia para escola, daqui para escola a pé, voltava almoçava ia ajudar o meu pai a plantar, colher, porque meu pai plantava arroz, feijão, mandioca, milho, cebola, tomate, ele ganhou até medalha com o plantio de tomate. A gente trabalhava desde pequeno, não tinha final de semana, não!

O trabalho transforma-se nesse elemento da vida social como algo natural e inerente ao ser humano, uma necessidade. Deste modo “A memória do trabalho é o sentido, é a justificação de toda uma biografia.”

Ao mesmo tempo em que essas narrativas subvertem a ordem vigente, como o relato de D. Luzia<sup>327</sup> que ao ser questionada sobre as brincadeiras da época. Ela nos narra:

Eu era a mais velha não tinha tempo pra isso não... era roçar, arrumar a casa, cuidar dos caçulas, preparar a comida, porque meu pai e os meus irmãos vinham almoçar em casa e lavar a roupa e era muita roupa... mas é engraçado que as mulheres da família continuam tudo viva, já os homens...

<sup>326</sup> Entrevista concedida pelo Sr. Mauro Gonçalves realizada em 09/09/2015.

<sup>327</sup> Entrevista concedida pela Sr<sup>a</sup>. Luzia Tibúrcio realizada em 25/09/2015

A narrativa de D. Luzia nos revela, além da ausência das brincadeiras da infância, o duro dia a dia das mulheres de sua família, relegadas ao trabalho no campo e doméstico, ao cuidar da casa, lavar a roupa, cuidar dos irmãos caçulas. Mas a sua narrativa apresenta outra face: a de subversão ao “caçoar” da representação dos “homens como seres mais fortes”, estereótipo típico de sociedades patriarcais e porque não dizer, machistas, nas quais as mulheres são caracterizadas como “seres frágeis”, porém, o que é engraçado, como narra D. Luzia, é que são elas que “continuam tudo viva”.

Em um primeiro momento, as entrevistas com esses “velhos” moradores do bairro do Caiapiá nos pareciam ingênuas, mas nas entrelinhas apontavam mais do que pareciam ser. Então, ouvir a partir do narrado e interpretar esta voz que soa é também compreender um pouco da experiência de vida de quem nos conta algo. Como Benjamin descreve ao falar sobre o narrador e nos demonstra que este tem um papel fundamental para o grupo do qual faz parte e nos ensina:

o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes.<sup>328</sup>

Para Benjamin, portanto, a memória e a narração são conceitos inseparáveis. Tanto os modos de lembrar como os de esquecer e também as formas de narrar são meios fundamentais para a construção da identidade que, por sua vez, remetem à questão narrativa. Portanto, para Benjamin, Memória/História/Identidade não são conceitos imutáveis, são transformações.

As narrativas de memória desses antigos moradores do Bairro do Caiapiá são memórias plenas de conhecimentos e de sensibilidades, são memórias marcadas pelo trabalho no campo e por lembranças de geadas, secas, colheitas, plantio. Ao descrever a diferença do trabalho agrícola sobre outras formas de trabalho, Brandão afirma que:

...esse trabalho acontece na convivência cotidiana com o meio ambiente imediato que precisa ser apropriado, socializado e transformado em produto econômico do trabalho que garanta a reprodução tanto da família como do próprio sistema produtivo.<sup>329</sup>

Sr. Bento Gonçalves e a Sr<sup>a</sup>. Nadir Pires, ao nos descrever as dificuldades do plantio, nos revela a subordinação da prática agrícola aos ditames da natureza e do valor de venda no mercado

---

<sup>328</sup> BENJAMIN, W. **O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1994, p.201.

<sup>329</sup> BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O afeto da terra.** Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

[...] Na época de geada é que o meu pai ganhava dinheiro! Nos pegávamos a palha do feijão e queimava pra fazer fumaça, para o tomate não queimar, ninguém fazia isso na época! E teve uma vez que meu pai plantou tomate, tava frio escureceu e meu pai vamos embora que não vai chover, não colocamos fogo na palha, fomos para casa e dormimos. Deu uma geada, nos perdemos tudo, era esses tomates grandes bonitos. Meu pai perdeu tudo, quase ficou doente! (Sr. Bento Gonçalves)

[...] O meu pai era uma pessoa que o coração dele era muito grande; pessoa muito boa mesmo! E aí ele inventava as coisas, sabe? Ele dizia, assim: Quer saber? Mandioca, banana, não tá dando nada! “Oh, vamo plantar branquinhas, rosas, porque diz que no Ceasa tá comprando.” Por isso ele fazia, ele plantava. Aí chamava os amigos pra plantar, pra colher. Vinha caminhão de madrugada leva isso pro Ceasa. (Nadir Pires filha do “Seu” Dito)

O conhecimento que deriva e permeia sobre as práticas de produção, como plantar, o que plantar e em que época plantar, como apresentado nas narrativas de memória do Seu Bento Gonçalves e da Sr.<sup>a</sup> Nadir Pires se encontra entre os membros de uma comunidade fica guardada na memória coletiva e individual acabando por se tornar um elemento caracterizador daquele grupo.

### 3.2. “Os sentidos do Sítio do Mandú”

O espaço em que se encontra o Sítio do Mandú, é relatado nas narrativas de memória desses antigos moradores como lugar de brincadeiras, paqueras e namoros, de lazer e até de casamentos.

[...] Teve uma época que sempre vinha aqueles homens com aquelas máquinas que achavam ouro [detector de metais], vira e mexe, a gente já sabia, então, eu, a Doraci, o Anderson saíamos enterrando coisas de metal no gramado. Quando eles vinham a gente só ficava espreitando, né? Quando a máquina apitava era uma gargalhada só, né! Aí meu pai ouvia que tinha algo, ele já vinha, aí dava neguinho a correr.... (Nadir Pires)

[...] Ah! Imagina as filhas do “Seu” Dito eram bonitas, né? Todos os meninos iam se exhibir lá, sabe né?! Andar a cavalo, a gente inventava motivos, ia pegar goiaba, cada hora era uma coisa para ir lá... mas “Seu” Dito quando percebia já tratava de dar uma carreira na gente, sai daqui seus moleques...(risadas) (Sr. Mauro Gonçalves)

[...] eu lembro de sair da casa dos meus avós, quero dizer na casa nova lá embaixo, assim depois do almoço de domingo, pra dar uma volta no casão e aquele espaço externo da casa, está cheio de gente, as pessoas iam, faziam pic-nic, as crianças brincavam de esconde-esconde, pega-pega, ou até mesmo casais de namorados que iam lá tirar fotos, porque é bonito aquele espaço, ou seja, a população do bairro e da cidade perdeu muito. Aqui em Cotia, não se tem áreas públicas, assim com verde, sossegado. O que tem é o CEMUCAN, mas aí você tem que pegar o carro e é longe, né?(PriscilaPires)

[...] O meu casamento foi dentro do Casarão, começou a chover, então eu vestida de noiva, e tudo! (Helena Pires)

Esses simples afazeres do dia a dia dos moradores do entorno do Sítio Mandú, como lavar roupas no Rio das Pedras, pescar no ribeirão, cuidar da plantação, as brincadeiras das crianças, os bailes realizados pelos moradores, casamentos, as dificuldades devido às longas distâncias que caracterizavam o lugar, estas práticas cotidianas, que são as “maneiras de fazer”: a vitória do “fraco” sobre o mais “forte”, caracterizado por pequenos sucessos, astúcias de “caçadores”, é conforme denomina Certeau, “as táticas”, práticas cotidianas que subvertem os usos determinados pelos espaços que resultam das estratégias impostas pelos órgãos responsáveis pela patrimonialização do Sítio do Mandú.<sup>330</sup>



Imagem 29 – Aniversário da Dona Nair, no espaço do Sítio do Mandú. (Acervo pessoal, família Pires)

Ao mesmo tempo, é por meio da vivência e das relações de subjetividade que tecem com outros moradores, que o indivíduo constrói sua identidade e cultura e faz parte da elaboração da história desse local. O espaço habitado por esse grupo é, assim, lugar de construção de uma cultura e identidade singulares, formadas pelas diversas experiências individuais dos sujeitos.

Por sua vez, a identidade desses antigos moradores se encontra fragmentada, resultante do processo de modernização da cidade. Em um mundo focado no processo de globalização, as culturas locais são cada vez mais postas em xeque e forçadas a se inserirem em influências externas. Diante da modernidade tardia ou pós-modernidade e da globalização, como nos sugere Stuart Hall “ [...] está ocorrendo uma ‘crise de identidade’, que faz parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das

<sup>330</sup>CERTEAU. M. Op. cit. p.47.

sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.”<sup>331</sup>

Hall diz que a ligação do sujeito com o passado se dá pela manutenção do patrimônio cultural. Sobretudo nas últimas décadas, ao mesmo tempo em que se busca o desenvolvimento, a sociedade procura também a preservação do Passado, através da manutenção da memória social. É o que verificamos nas diferentes narrativas dos antigos moradores do bairro do Caiapiá.

Quando conhecemos a família Pires, a esposa do “Seu” Dito, “Dona” Nair, e sua neta, Priscila, foram as primeiras a serem entrevistadas. Ao entrar na casa e me apresentar de imediato “Dona” Nair nos disse:

Fia, primeiro morei numa casinha velha, triste, aí a Priscila acabou de nascer e eu mudei de casa, para uma casa nova, bonita. Nós viemos de Lins, você conhece Lins? Chegamos aqui em São Paulo eu e as meninas pequenas, aí moramos nos três casões, coisa linda de se ver, fia!!!<sup>332</sup>

As narrativas de memória da família de Pires sobre o período que viveram no Sítio do Mandú são relatadas pela Dona Nair e suas filhas, Nadir e Helena, e por seus netos, Priscila Pires (35 anos) e Gustavo Pires (33 anos). Foram os netos os responsáveis por organizar a agenda da família para a realização das entrevistas. Como em diversos momentos, as narrativas das memórias da família sobre o viver no Sítio do Mandú referiam-se às condições rústicas de vida, ao trabalho, às festas e ao uso do Sítio pela comunidade.

Na presença de “Dona” Nair, Priscila retorna à explicação sobre a biografia dos seus avós<sup>333</sup>, relata que eles vieram de Lins (interior de São Paulo), com suas três filhas pequenas, “Seu” Dito conseguiu emprego em um haras em Cotia e depois foi contratado por Luiz Saia para cuidar do Sítio Santo Antônio, em São Roque, mas ficaram por pouco tempo,

Então quando eles saíram de Lins, que minha vó e meu vô são de Lins, eles vieram pra São Paulo e aí meu avô veio trabalhar numa casa, é... um haras aqui em Cotia e aí procurando trabalho ele foi, encontrou esse sítio lá em São Roque, trabalhou durante um período e o Saia arrumou pra ele vir trabalhar em Cotia, porque era muito longe; as minhas tias, a minha mãe inclusive tinha que andar quase 10 quilômetros pra ir pro colégio, né? E aí eles conseguiram sair de lá e vir aqui pra Cotia, mas lá era muito bom porque tinha aquele lago maravilhoso que hoje tá secando, né?

Tinha muita uva, a minha vó e meu vô, eles eram assim muito humildes, então quando chegaram lá tinha peixe, tinha uva, todos aqueles agricultores ali da região fizeram muita festa quando eles chegaram e aí meu avô, é... quando eles estavam no sítio, meu avô é transferido primeiro para o Sítio do Padre Inácio e depois para essa

<sup>331</sup> HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9a ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 07.

<sup>332</sup> Entrevista concedida pela Sr<sup>a</sup>. Nadir Pires realizada 06/06/2015.

<sup>333</sup> Dona Nair, em 2012, sofreu um AVC. Como sequela do derrame, ela repete algumas frases de suas narrativas, mas a sua memória é intacta. Em diversos momentos das entrevistas com suas filhas e com seus netos ela fez correções ou complementou suas falas.

casinha no Sítio do Mandú. E aí ficaram no Sítio do Mandú durante 40 e poucos anos, né? Só nessa casinha ficaram 10 anos.<sup>334</sup>



Imagem 30 – Dona Nair, “Seu” Dito e seu neto Anderson. (Acervo pessoal, família Pires)

A memória individual da neta do “Seu” Dito e de “Dona” Nair, Priscila, é construída a partir das referências e lembranças próprias da família, uma vez que ela não vivenciou esse período da vida dos seus avós, portanto, a sua memória se refere a “um ponto de vista sobre a memória coletiva”.

Para além da formação da memória, Halbwachs aponta que as lembranças podem, a partir desta vivência em grupo, ser reconstruídas ou simuladas. Podemos criar representações do passado assentadas na percepção de outras pessoas, no que imaginamos ter acontecido ou pela internalização de representações de uma memória histórica. A lembrança, de acordo com Halbwachs, “é uma imagem engajada em outras imagens”<sup>335</sup>

É o que verificamos nesse fragmento da entrevista da Priscila, quando ela narra a recepção das avós por outros agricultores e refere-se à situação do lago do Sítio Santo Antônio. O lago do Sítio Santo Antônio, na cidade de São Roque, foi ampliado e transformado em espelho d’água, solução pioneira de estabelecimento do conceito de ambientação das residências bandeiristas, realizada por Luís Saia (1939). Por sua vez, na época da realização da entrevista com a família Pires, o estado de São Paulo estava passando

<sup>334</sup> Entrevista concedida pela Sr<sup>a</sup>. Priscila Pires realizada 01/09/2015.

<sup>335</sup> HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004. p. 76-78.

por uma séria crise hídrica, o que permeia a sua fala quando se refere ao “Lago que está secando”.

Como Halbwachs afirma, “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada”<sup>336</sup>

Por sua vez, o antropólogo Joel Candau, a partir da noção de marcos sociais da memória formulada por Halbwachs, explicita que não existe memória estritamente coletiva ou individual, os marcos sociais fazem parte da memória individual. Com isso, o autor reconhece que “*Halbwachs, sin embargo, tuvo el mérito de insistir en esa imposibilidad del hombre de usar la memoria fuera de la sociedad.*”<sup>337</sup> Sendo assim, Candau compreende a memória humana como uma faculdade individual influenciada ou moldada por marcos sociais, porém isso não torna a memória coletiva: “*Estos marcos no son solamente un envoltorio para la memoria, sino que ellos mismos integran antiguos recuerdos que orientan la construcción de los nuevos*”<sup>338</sup>

Seguindo essa ideia de memória individual e marcos sociais, Candau propõe que a metamemória que é a “representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela, e de outro lado, o que diz dela, dimensões que remetem ao modo de afiliação de um indivíduo ao seu passado”<sup>339</sup> é uma representação relativa à faculdade da memória, como uma “construção explícita da identidade”.<sup>340</sup> É nessa representação que os marcos sociais atuam, situando o indivíduo em relação à sociedade.

A memória, então, traz para o momento presente as experiências passadas, gerando a sensação ilusória de que é possível reavivar o que passou, tornando o passado uma presença acessível. Essa é a impressão transmitida pela lembrança e, a partir disso, a memória atua como fonte de referentes identitários, pois “pela retrospectão o homem aprende a suportar a duração: juntando os pedaços do que foi uma nova imagem que poderá talvez ajudá-lo a encarar a vida presente”<sup>341</sup>

A narrativa de memória de Gustavo (neto do “Seu” Dito e “Dona” Nadir) ao relatar os mutirões que se realizavam com o auxílio dos familiares para cuidar do próprio bem

<sup>336</sup> HALBWACHS, M. A. Op. Cit. 2004: p. 75-6.

<sup>337</sup> CANDAU, J. **Antropología de La memoria**. MAHLER, P. (Trad.:) Buenos Aires: Nueva Visión, 2006, p. 67.

<sup>338</sup> Ibidem, p. 65-6.

<sup>339</sup> CANDAU, H. J. **Memória e identidade**. FERREIRA, M. L. (Trad.) São Paulo: Contexto, 2011, p. 23.

<sup>340</sup> Ibidem, p. 23.

<sup>341</sup> CANDAU, H. J. Op. Cit. 2011, p. 15.

patrimonial, descreve a dificuldade na obtenção de ações e recursos do IPHAN e da Prefeitura para os cuidados com o Sítio do Mandú, ao mesmo tempo, a sua narrativa é interessante porque o significado do Sítio do Mandú - o *Casão*, ultrapassa o valor histórico do próprio bem patrimonial, ao ser considerado como seu lar.

Então, pegava o meu avô, meu pai, todos os homens, a gente pegava, fazia o mutirão da família e cortava a grama, deixava bonitinho. ... Lá era nossa casa (Sítio do Mandú) então a gente cuidava da nossa casa.

Pintava as árvores, colocava pedrinha, deixava bem detalhado; que era uma coisa bonita. A gente tinha orgulho de falar que ali era a nossa casa, principalmente pra quem ia conhecer o Casão. (Gustavo, neto do “Seu” Dito).

[...] Ah, Eu tenho orgulho de falar pra todo mundo que eu nasci ali! Então, eu estudava no Rio das Pedras, e tinha as excursões, que meu vô abria o portão, era... até então não tinha portão, aí eles fizeram uma porteira, que era bem pra baixo, era no meio da estrada, agora ficou em cima, né? O IPHAN não cuidava de nada disso, o IPHAN não fornecia ferramenta pra gente, não fornecia máquina de cortar grama nem nada; era tudo da família! Aí a gente fez uma porteira e colocou lá embaixo; ficava no meio da estrada. Aí meu vô abria oito horas da manhã, e fechava seis horas da tarde. E os professores do Rio das Pedras<sup>342</sup>, eles vinham perguntar pra mim “Que dia que seu vô tá lá?” E eu respondia “Tá lá todo dia!” Eu fui da primeira à oitava série, lá. E eu morava com eles. Sempre algum professor falava: “Ah, queremos ir lá conversar com seu vô pra fazer uma excursão!” Então, saíam os ônibus do Rio das Pedras ou dos outros colégios que iam lá visitar, e meu vô que acompanhava e contava toda a história do sítio. Eu lembro que várias vezes a minha sala foi fazer excursão pra lá, e como eu morava com meus avós, eu nem ia para a escola nesse dia!

No final do relato de Gustavo, a sua mãe (Sr<sup>a</sup>. Helena Pires) o interrompe e realiza a seguinte afirmação: “- Também, ia pra escola, pra quê? A excursão era na nossa casa!”

No caso da família Pires, os relatos de memória sobre o período em que viveram no Sítio do Mandú se confundem com a memória do trabalho do “Seu” Dito, o patriarca da família.

Durante a semana, o meu avô, ele controlava bastante. Ele não deixava tanto; teve dia que não importa quem fosse, ele não deixava. Às vezes ele fechava o portão; ficava no pé, porque ia tanta molecada atrás do abacate, goiaba, ia casal pra namorar, ia gente pra usar droga, então meu vô, ele cortava tudo isso daí. Então dependia quem era. Aí no final de semana ele deixava aberto realmente pro público. (Priscila Pires neta do “Seu” Dito)

Todo dia, fia, à vida inteira, tomava café, ia abrir a porteira, aí ficava por ali, mexendo numa coisa e outra e no final da tarde fechava! Aí, quando chegava alguém que queria estudar, e conhecer sobre o casarão, ele se trocava, passava perfume e colocava o crachá<sup>343</sup>, ele era muito vaidoso! (“Dona” Nair, esposa do “Seu” Dito)

Sabe, aquela coisa de gente velha, o meu pai tinha orgulho de ser funcionário Federal, ele tinha orgulho do que fazia (Helena, filha do “Seu” Dito).

<sup>342</sup> E.E Deputada Maria Conceição Tavares, popularmente conhecida como Escola Rio Das Pedras.

<sup>343</sup> O crachá que D. Nair se refere era a referencial do IPHAN.

O meu avô é que cuidava da manutenção; a prefeitura não cuidava do casarão, né? Então, quantas vezes teve enchente lá de levar ponte o cano d'água e ficávamos sem água e tinha que contornar o Sítio pelos fundos era um caminho muito maior e andando, né? Era o mato que tomava conta, então, esse trabalho de ir na Prefeitura, e falar “Olha precisa passar uma máquina, lá, para tirar o mato!”. Era sempre o meu avô, quantas vezes datilografei ofício e ele mandava os ofícios pra Prefeitura ou ligava pra alguém, porque não dava pra depender do governo, né? Esperar pelo IPHAN fazer. É”... não tinha nem verba, o Zé tinha trilhões de coisas ao mesmo tempo pra fazer, então o meu avô tinha que acabar se virando.” (Priscila neta do “Seu” Dito).



Imagem 31 – Sítio do Mandú, em 2005 antes das obras de restauro. (Arquivo fotográfico 9º IPHAN)

Os relatos da família Pires refazem as memórias da vida cotidiana atreladas à experiência de viver no Sítio do Mandú. Os relatos do passado expressos nas narrativas da família Pires são elaborados com base na vivência do presente, portanto, selecionados e avaliados pelos valores de quem os vivenciou, e em conjunto com as demais narrativas de memória dos antigos moradores do Bairro do Caiapiá, formam uma pluralidade de identidades possíveis.

Para Hall, a identidade está profundamente envolvida no processo de representação. “Assim, a moldagem e a remoldagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas”.<sup>344</sup> Ele comenta que todas as identidades estão localizadas no espaço e nos tempos simbólicos:

Todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólico. Elas têm aquilo que Edward Said chama de suas “geografias imaginárias”: suas “paisagens” características, seu senso de “lugar”, de “casa/lar”, ou *heimat*, bem como suas localizações no tempo — nas tradições inventadas que ligam passado e presente, em mitos de origem que projetam o presente de volta ao passado, em narrativas de

<sup>344</sup> HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 1ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006, p. 71.

nação que conectam o indivíduo a eventos históricos nacionais mais amplos, mais importantes.<sup>345</sup>

Ao questionarmos sobre o que representava o Sítio do Mandú – ou o *Casão* como é denominado por esses antigos moradores do Bairro do Caiapiá, as respostas foram as mais diversas.

[...] Eu morei nas três casas, eu sabia que era casa de senhor, de gente que caçava índio, tanto que tinha gente que acreditava que tinha ouro nas paredes e esburacava as paredes à procura de ouro! Era gente que tinha escravos, tanto que diziam que tinha espíritos de escravos, eu nunca vi, mas a Nadir minha filha viu! (“Dona” Nair).

[...] A gente morava assim, mas pra baixo, quando meu pai trabalhava pro Sr. Horácio, na época tudo aquilo era pertencente à fazenda do Seu Horácio que se chamava “Fazenda Clotilde” que era o nome da esposa do Seu Horácio, era casa do antigo senhor da fazenda. (“Dona” Luzia Tibúrcio).

[...] Aquilo era casa de escravos! Tinha correntes, tinha as madeiras onde os escravos ficavam presos, tinha espíritos, quando a gente ia andar de cavalo, lá, os cavalos não chegavam nem perto da casa, porque o bicho sente essas coisas! (Sr. Mauro).

[...] Era uma casa, como a casa que eu morava!! As casas que tinham aqui na época, como da minha tia Margarida e a que eu morava com os meus pais era de barro também, só não era com aquelas paredes grossas. Era de taipa de mão, chão de terra, o meu pai que construiu. Eu lembro a gente ia dormir e uns bichos brancos ficavam caindo, era igual a nossa! (“Seu” Bento).

[...] Porque ali, (Casão) é tudo dos escravos mesmo, né? Então é, quantos que sabem as histórias dos escravos, então eu acho que tem alguns espíritos, espíritos de luz, eu acho que para conviver com a gente. E eu acredito nisso, sabe? (Helena, filha do “Seu” Dito e de “Dona” Nadir, Mãe do Gustavo).

[...] Quando restauraram, o IPHAN e a Prefeitura, fizeram o banheiro público, eu ainda comentei com a Cris (Cristina Oka): “Cês” tão destruindo a principal parte: A Capela que precisa reconstituir o teto e a senzala! Ali onde fizeram o banheiro, era assim tinha buracos na parede, que fazia um T, um buraco em baixo e os outros dois em cima, um de um lado e o outro do outro lado, onde as correntes ficavam presas, então ali era uma senzala ou um quarto de castigo”. (Gustavo).

“Casa Velha”, “Casa de gente que caçava índios”, que “tinha ouro em suas paredes”, “casa do senhor”, “casa de escravos”, “onde havia espíritos de luz”, “senzala ou quarto de castigos” ou simplesmente uma casa, são múltiplos os significados sobre a casa nos relatos de memória dos antigos moradores do Caiapiá, fundamentados na sua própria experiência de vida ou por um imaginário em comum, não que isso signifique que sejam menos autênticos ou menos verdadeiros do que a representação da Casa Bandeirista elaborada pelo IPHAN/Prefeitura.

... há que convir que o imaginário não se exprime ou mede pela sua autenticidade para com o real, e a sua inteligibilidade não é literal. Enquanto representação, o imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente.<sup>346</sup>

<sup>345</sup> HALL, S. Op. Cit. 2006, p. 72.

Ao considerar o Sítio do Mandú como casa de escravo ou senzala, vale lembrar que Cotia, de 1790 a 1819, era uma região rural, voltada para a economia de subsistência, em que a “posse de escravos encontrava-se amplamente difundida entre a população, destacando-se como proprietários os religiosos, os militares, as mulheres e os roceiros.”<sup>347</sup>

Ao comentar como o “Seu” Dito era conhecido, sua neta Priscila se emociona. Na hora, ficamos sem reação e só conseguimos, perguntar, se ela estava bem, foi quando ela se recompôs e disse:

“Não se preocupa, não! É choro mas de felicidade!

Eu fico feliz, sabe por quê? O meu avô merece que a história dele seja contada... (chorando)

Todo mundo conhecia meu avô, muito! Era “Seu” Dito do Casão, então ele era tipo uma figura assim lendária, porque né, ele fazia o pessoal sair correndo porque pegava muito casal namorando, fazendo as coisas que não devia tá fazendo, né? Então assim, o pessoal tinha respeito por ele... E a história dos dois também, né? Foi uma história muito bonita a dos dois...



Imagem 32 – Sr. Dito e sua neta Priscila. (Acervo pessoal, família Pires)

Com a assinatura do Termo de Cooperação Técnica, o município de Cotia passa a ter uma atuação mais ativa, e a Diretoria de Turismo e Cultura fica responsável pela manutenção e recepção do Sítio do Mandú, atividade que até então, era realizada pelo “Seu” Dito.

<sup>346</sup> PESAVENTO, S. J. O desfazer da ordem fetichizada: Walter Benjamin e o imaginário social. **Cultura Vozes, Malcom X Islamismo na América**. n. 5, ano 89, v. 69, p.36, 1995.

<sup>347</sup> SCHLEUMER, F. **Além de açoites e correntes: cativos e libertos em Cotia colonial (1790- 1810)**. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, p. 148-159.

O Sr. Benedito Pires trabalhou como zelador do Sítio do Mandú por 44 anos, já se encontrava aposentado quando o Município assinou o Termo de Cooperação Técnica, mas continuou a exercer as suas funções de zelar pelo bem patrimonial, até o IPHAN e a Diretoria de Turismo e Cultura lhe confiscarem a chave do Casarão. Priscila, a neta do “Seu” Dito, relembra as dificuldades e riscos do trabalho do seu avô e a reação deste a perda do seu cargo.

Nossa! Quando ele faleceu, acho que foi um pouco de tristeza também, porque na época que a prefeitura começou a tomar conta do sítio, nós ainda morávamos lá. Só que meu avô já tava aposentado; então eu te falo, era eu e minha avó, antes a minha mãe e a minha tia, tinha o Gustavo, mas ele era um menino, não dava pra toda hora meu avô sair de madrugada e sair com os cachorros, quando era casal de namorado, vai lá, mas e quando parava caminhão de madrugada pra levar as madeiras do Sítio, porque teve uma época que o Sítio ficou como depósito de madeira. Madeira, boa, uns troncos enormes! Uma parte vinha o IPHAN e levava, dizia que era para outras restaurações, outra parte foi roubada mesmo! Não dava pro meu avô sair soltando os cachorros em cima, ele já estava com uma certa idade, sabe? Arrumar briga com esse tipo de gente, né? E quando roubavam fiação elétrica do Sítio, ficávamos sem luz por dias. Então, meu avô ia ligava pro IPHAN, ia avisava a Prefeitura, fazia B.O (boletim de ocorrência). E depois disso tudo que aconteceu: eles tiraram o poder dele, a vida dele era o sítio. Abrir, receber as pessoas... mostrar o casarão, né? Do jeito que, que era (chorando). Então quando ele não tinha mais a chave do casarão. Então, meu avô foi ficando muito triste com isso, porque ele assim “Eu tô aqui, mas não sou eu mais que cuida... eu não posso receber mais ninguém...pra visitar tem que pedir autorização”. Então, isso tirou um pouco do poder dele que ele tinha. E o amor que ele tinha era aquilo ali, né?

Ao entrevistarmos D. Maria e o Sr. Pedro Tadai, caseiros da chácara do Bazar 13, vizinho do Sítio do Mandú, “Dona” Maria nos narra a convivência com a família do “Seu” Dito e a situação em que viviam

Eles cresceram tudo junto! (as filhas do “Seu” Dito e os quatro filhos de “Dona” Maria e do “Seu” Pedro). A Nadir era que mais aprontava, mas a gente ficava com dó! Quando via a situação deles, eu agradecia por todos os meus filhos serem homens! Eles primeiro moravam naquela casinha do lado do casão, sem luz, chovia dentro da casa, com três meninas! Depois é que eles foram pra outra, aí a situação deles melhorou um pouquinho! (“Dona” Maria Tadai)

Na entrevista com Dona Maria e com Seu Pedro Tadai, questionamos se a família tinha conhecimento do por que “Seu” Dito foi afastado de suas funções. E o Seu Pedro nos conta:

[...] Porque ficamos velhos!! Um pouco antes do Dito falecer, eu o encontrei no Paiquerê <sup>348</sup>, na época, a gente já não morava mais na chácara <sup>349</sup> e eu estava trabalhando como vigia no Paiquerê, fazia tempo que a gente não se via, até porque depois que me acidentei <sup>350</sup>, não ia mas lá ao Casão! Mas, na época, ele estava muito

<sup>348</sup> Antigo Clube da Associação de Médicos, a área do Clube fazia parte também da Fazenda Clotilde – antiga propriedade do Sr. Horácio Knesse de Melo, localizado no Bairro do Caiapiá.

<sup>349</sup> O Supermercado Bazar 13 é comprado pelo grupo Pão de Açúcar, nos anos 80, a chácara se encontra à venda, desde então.

<sup>350</sup> Seu Pedro foi atropelado em 1983.

chateado com isso, preocupado mesmo, ele chegou a me dizer... Até porque pensa, se ele não podia mais trabalhar, não tinha o porquê de quererem ele e sua família ali!

A família do “Seu” Dito após a sua morte, 2010, se retira do Sítio do Mandú.<sup>351</sup>

Temos que ter em vista que a memória é um instrumento capaz de trazer o passado para o presente, portanto é inevitável a seletividade da memória, que não pode evocar todas as lembranças do indivíduo, mas opera uma seleção e faz emergir as imagens do passado que estão de acordo com as intenções atuais do sujeito, ou, como diz Candau, “a memória opera escolhas afetivas.”<sup>352</sup>

Eu me lembro disso, antes do meu vô falecer, a casa estava aberta ainda; eles não tinham levado a chave da casa, a chave tava com ele e o pessoal do IPHAN tinha colocado alguns... cartazes, banners, né? Então, acho que era o Mário de Andrade sentado na... num sei se era o Mário; era um escritor famoso...

Era o Mário, sim, né? Ele sentado no alpendre ali do casão, que ele tinha visitado com o Saia; Era um escritor super famoso visitando o casarão e outras coisas assim e meu avô falou assim “Olha, eu quero que você conheça a história porque é o que você vai levar de mim... (choro pausa o discurso)

Como Candau afirma, “não existe um verdadeiro ato de memória que não esteja ancorado nos desafios identitários presentes”. A narrativa de memória da neta do “Seu” Dito se configura em uma noção comum descrita em todas as entrevistas realizadas com os antigos moradores: o sentimento de pertencimento, com relação ao espaço, à cultura e às práticas do grupo.

Rememorar é um trabalho de reviver o passado, mas que está calcado no tempo presente. Ao reorganizar o passado, por meio do discurso, algumas experiências são deixadas de lado, apagadas, modificadas, outras recebem destaque e são intensificadas.

Esses habitantes do bairro do Caiapiá vivenciaram simultaneamente as transformações do espaço, a aceleração do tempo, ao narrarem as suas experiências e lutas cotidianas, suas memórias conferem significado ao tempo vivido, consolidam sua identidade no tempo presente.

É pertinente lembrar que, da mesma maneira que a memória é importante na construção da identidade, é também para a construção da cidadania cultural.

Vale mencionar Oriá:

<sup>351</sup> Os motivos que levam a saída da família do Seu Dito da Casa da Zeladoria do Sítio do Mandú, não são argumentados neste estudo, em respeito aos membros da família.

<sup>352</sup> CANDAU, J. Op. Cit. 2011, p. 69.

[...] é a memória dos habitantes que faz com que eles descrevam suas experiências sociais e lutas cotidianas. A memória é, pois, imprescindível na medida em que se esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha. Sem isso, a população urbana não tem condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou. Enfim, sem a memória não se pode situar na própria cidade, pois se perde o elo afetivo que propicia a relação habitante-cidade, impossibilitando ao morador de se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeitos da história.<sup>353</sup>

Acreditamos que, nesse sentido, a narrativa de memória da neta do “Seu” Dito, Priscila, ao relembrar a fala do seu avô, foi significativa para a sua pessoa, por consolidar a sua identidade, “o seu EU no mundo”, não mais como mera testemunha de todas as experiências vividas por sua família no Sítio do Mandú, e sim como sujeito participativo e atuante da História.<sup>354</sup>

---

<sup>353</sup>ORÍÁ, R. Memória e ensino de história. In: BITTENCOURT, C. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 129.

<sup>354</sup>Ibidem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação apresentou uma contribuição aos estudos das relações entre memória e patrimônio histórico no Brasil elegendo por fio condutor a História do Sítio do Mandú, sitiado em Cotia, região metropolitana de São Paulo. Em seu desenvolvimento, um complexo de subtemas ou temas subsidiários se entrelaçaram ao tema principal: a formação histórica do município de Cotia; as características arquitetônicas do Sítio do Mandú e as diretrizes que orientaram a construção ideológica que classificaram o bem patrimonial em “Casa Bandeirista”; a permanência do mito bandeirista; a administração conjunta dos órgãos responsáveis pela preservação do Sítio do Mandú (IPHAN/Prefeitura de Cotia); a modernização e urbanização da Cidade de Cotia, a partir dos anos 80 e como esse processo interferiu na própria preservação do bem patrimonial e do seu entorno e provocou mudanças progressivas ao bairro do Caiapiá e ao modo de viver desses antigos moradores, que até as últimas décadas do século XX, viveram sob os signos e códigos ligados à ruralidade e à coletividade.

As narrativas de memórias desses antigos moradores apresentaram outras experiências, usos e significados sobre o “Casão”, totalmente diferentes daquelas estabelecidas pelos órgãos responsáveis por sua preservação - o que exigiu a realização de um trabalho mediado pelo uso de diferentes tipos de documentos históricos.

Nesse sentido, a utilização de fontes primárias do IPHAN, fotografias e história oral possibilitou direcionar o estudo para a compreensão das diferentes formas de apropriação da história e da memória, passando pela construção dos significados atribuídos ao Sítio do Mandú e ao bairro do Caiapiá.

Mesmo com a ampliação do conceito de Patrimônio e as transformações na estrutura do órgão federal de preservação- IPHAN verificou-se a continuidade de antigas práticas, como a permanência do valor estético do bem patrimonial, no caso o Sítio do Mandú e o apagamento da memória da comunidade na qual ele está inserido. O que, por sua vez, compromete a própria preservação do bem patrimonial, pois acreditamos que quanto maior a carga simbólica e o sentimento de pertencimento que ele proporciona aos indivíduos, maior é o envolvimento dos indivíduos na defesa de sua preservação.

Nas narrativas de memória dos antigos moradores do bairro do Caiapiá sobressaem as lembranças de um passado rural. O lugar é vivido no presente, mas é marcado pelo passado. As entrevistas com esses antigos moradores possibilitaram a compreensão das relações da

comunidade com seu meio e as relações econômicas, sociais e política e ao mesmo tempo os significados atribuídos ao “Casarão”.

Essas relações se transformam devido à modernização e urbanização da Cidade, mas sobrevivem traços culturais, “vestígios” que se mantêm e que em muitos casos são difíceis de serem identificados - ou porque se encontram modificados ou porque se encontram ocultos no cinza da cidade.

A memória desse passado rural tanto no que se refere ao bairro do Caiapiá e ao Sítio do Mandú, como da cidade é apagada, esquecida. Resultado do processo de globalização e urbanização desenfreada que cruza a Cidade, mas também do próprio processo de seleção que tramita entre a Memória e esquecimento. .

Para além dos lugares comuns apregoados particularmente pela história local, geralmente laudatórias, antes da elevação do povoado de Cotia à condição de freguesia, em 1723, o povoado já era especializado na produção de trigo, sendo responsável pelo abastecimento da metrópole Portuguesa. No final do século XVII, o povoado se configura como o responsável pelo abastecimento das regiões mineradoras (Minas e Goiás) com gêneros alimentícios e gado.

No século XIX Cotia passou a ter um papel central no abastecimento da Capital paulista, o que permaneceu até meados da década de 60 do século XX, destacando-se como uma zona agrícola e hortifrutigranjeira, com sua produção voltada para o mercado consumidor da capital e vilarejos vizinhos. Atualmente a produção agrícola do município é responsável por 30% do abastecimento do Estado de São Paulo.

Mas a produção historiográfica local se refere ao passado agrícola do povoado de Cotia superficialmente, em linhas gerais reproduzindo representações que associa a fundação e desenvolvimento do povoado aos “heroicos, bravos e destemidos bandeirantes”.

O interessante é que nos deparamos com o aumento dessas publicações locais, em formato de livros, guias turísticos e sites, durante o período que envolveu as diversas tentativas de restauro do Sítio do Mandú pelo IPHAN, no início dos anos 90 até o seu término no ano de 2005. No mesmo período em que ocorre o aumento da especulação imobiliária no município de Cotia, por meio da construção de bolsões residências e condomínios, inclusive na área do entorno do Sítio do Mandú.

Resultado da constante aceleração do tempo em que se amplia a necessidade de não esquecer. Mas o que lembrar?

O Sítio do Mandú é “redescoberto” por acaso no ano de 1942 pelo arquiteto Eduardo Knesse de Mello, na área da fazenda comprada por seu pai.

Coincidência ou não a “redescoberta” do Sítio do Mandú se configura de acordo com as diretrizes modernistas e nacionalistas do IPHAN, na época conhecido como SPHAN, ao construir a memória nacional a partir dos vestígios da arquitetura colonial luso-brasileiros, que se tornaram símbolo da memória e da identidade nacional.

No caso da arquitetura paulista, os primeiros inventários redigidos por Mário de Andrade na chefia da regional paulista do IPHAN, declaravam que essas “casas velhas” deveriam ser preservadas em nome do seu valor histórico, por terem sido palco de célebres acontecimentos ou por terem abrigado moradores ilustres e não por seu valor estético.

Por fim, essas “velhas casas” se transformaram na representação de um passado heroico utilizadas para cimentar o mito criado pela velha historiografia paulista em torno dos bandeirantes.

É o arquiteto Luís Saia que lavra a expressão como “Casas Bandeiristas”, no artigo sobre a restauração da Casa do Butantã, obra encomendada pela Comissão responsável pelas Comemorações do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo.

As restaurações orientadas por Saia nas “Casas Bandeiristas” nortearam-se pela ideia de promover a remoção de qualquer traço de “decadência” do símbolo arquitetônico bandeirista, fosse ela decadência material ou simbólica.

A restauração reescrevia a História, criando um cenário para o bem patrimonial, eliminando aspectos negativos ou contraditórios, por isso a demolição de todas as estruturas de apoio a casa, como paios, barracões, hortas ou qualquer outra estrutura de uso cotidiano, como no caso da demolição da capelinha e da Cruz no Sítio do Mandú.

Mas não apenas no restauro se eliminava os aspectos espúrios do bem patrimonial. As fotografias que compõe Arquivo Documental 9ª IPHAN-SP, na sua maioria são registros sobre o estado de conservação do Sítio do Mandú ou das obras realizadas, são poucas as fotografias que encontramos neste arquivo com registro de pessoas, as que encontramos são as imagens eternizadas pelo órgão de preservação, como a fotografia célebre do Mario de Andrade, em sua visita ao Sítio do Mandú. O que resulta no esquecimento da memória dos antigos moradores/usuários do Sítio do Mandú, pois a fotografia desde da origem do IPHAN é considerada como documento. As fotografias do Arquivo Documental revelam um discurso oficial sobre o que deve ou não ser preservado e lembrado para o tempo futuro.

As primeiras obras de restauro do Sítio do Mandú se iniciaram em 1962, logo depois do bem patrimonial ser tombado, foram obras emergenciais de estabilização e consolidação. Somente 18 anos após as primeiras obras, o restauro foi reiniciado no ano de 1983, mas mais

uma vez não foi finalizado, e parte do material adquirido (Madeira e Telhas), foi redistribuída entre as outras obras da 9ª IPHAN- SP e a outra parte desaparece.

As obras de restauro do ano de 1983 é um ponto que mereceu atenção detalhada. Em primeiro lugar, pela análise do desenho da Cruz à frente da Casa que serviu de representação ilustrativa do Sítio do Mandú em todos os relatórios elaborados pelo IPHAN para a restauração do bem patrimonial, em que se verificou a percepção da aceleração do tempo na elaboração de uma representação do passado que não existe mais (Cruz) e sua utilização para construção de um futuro- a busca de parcerias para financiamento do restauro e para projeto de uso do bem patrimonial). Em segundo, a não finalização das obras de restauro e o desaparecimento do material, nos leva a primeira questão o da reestruturação do IPHAN por meio do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC).

O CNRC fundado no ano de 1975 foi organizado e dirigido por Aloísio Magalhães, ampliou a discussão sobre as políticas de preservação do patrimônio ao chamar a atenção para as manifestações populares, inclusive dos afazeres e dos saberes da população brasileira, criticava a então política de “pedra e cal” instituída por seus antecessores. Porém, o que se constata na prática em relação ao CNRC e depois com a criação da PRÓ- Memória é a ausência de diálogo e de ações conjuntas com o Município, (IPHAN e Prefeitura da Cidade de Cotia), e por fim o desinteresse da nova equipe de técnicos do IPHAN embasado nas novas orientações do órgão em concretizar o restauro do Sítio do Mandú.

A finalização do restauro do Sítio do Mandú ocorre somente no ano de 2005. De 1983 até 2005, ocorrem inúmeras tentativas de financiamento da obra, porém sem êxito.

Então o período de 1970 à 1990 apesar de todas as transformações nas diretrizes sobre a conceitualização do patrimônio que influenciaram inclusive na reestruturação do IPHAN, não modificou a situação de fragilidade do bem patrimonial ou a inclusão de sua comunidade nas pautas de discussão e atuação sobre as políticas adotadas para a preservação do Sítio do Mandú.

Por sua vez, a atuação do poder público municipal durante esse período é inexistente, se resume a ações de cobranças e de pressão ao órgão federal de preservação (IPHAN) o que demonstra a ausência de uma política pública de preservação por parte dos gestores do município.

As décadas de 70, 80 e 90 é o momento em que assistimos ao aumento da especulação imobiliária na cidade de Cotia e no bairro do Caiapiá, com a instalação de indústrias e a chegada dos bolsões residências e condomínios modificando a paisagem do entorno do Sítio do Mandú.

A especulação imobiliária que ocorre na cidade de Cotia não é um fato isolado. O que se observa é que foi um avanço a criação de estruturas e instrumentos legais como o Ministério das Cidades, Estatuto das Cidades, Planos Diretores que proporcionaram a autonomia aos Estados e Municípios sobre o planejamento e gestão do seu território. Porém, esses instrumentos legais se transformaram em um campo de força onde os interesses externos ao lugar (oriundos do capital imobiliário, principalmente), se contrapõem aos interesses do cotidiano das pessoas, do lugar e ao direito à cidade.

O Plano Diretor do município se transformou em mero instrumento de negociação com o capital especulativo e por sua vez, a Prefeitura e a representatividade dos Vereadores se limitam a aprovar cada vez mais condomínios com o objetivo de angariar maiores arrecadações de impostos. O desrespeito ao Patrimônio Cultural e Ambiental no município é frequente e de amplo conhecimento público, é o caso dos empreendimentos imobiliários Alphaville Granja Viana e o Vila Florestal Granja Carolina Alphaville<sup>355</sup>, e por fim na Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio das Pedras, área do entorno do Sítio do Mandú. No caso do Sítio do Mandú o que se constatou por meio da entrevista com a Sr.<sup>a</sup> Cristina Oka foi a conivência do Poder Legislativo local com os interesses dos loteadores, o que se demonstra pela demora em embarga a obra e por fim a apatia do órgão federal responsável pela preservação (IPHAN) depois da saída do Sr. José Saia Neto.

Enfim, qualquer semelhança com o cenário político atual referente ao caso Geddel e os desmandos da especulação imobiliária envolvendo o condomínio LaVue na Bahia, não é mera coincidência.<sup>356</sup>

Nas entrevistas realizadas com a Sr.<sup>a</sup> Cristina Oka e o Sr. José Saia Neto suas narrativas de memórias do tempo trabalhado nos órgãos responsáveis pela preservação do Sítio do Mandú, são carregadas por um sentimento de solidão ao lembrarem a falta de apoio por parte das instituições em suas ações.

A solução encontrada por parte da Diretoria de Turismo e Cultura, sob a liderança da Sr.<sup>a</sup> Cristina Oka, foi à procura de parceiros públicos e privados para tentar resolver as demandas que surgiam e devido à demora na atuação do próprio do IPHAN e também pela ausência de apoio por parte da Prefeitura ou de outras Secretarias.

<sup>355</sup> Para uma análise mais aprofundada sobre a especulação imobiliária na região de Cotia e Itapevi, vale a leitura da dissertação de mestrado de SILVA, José Carlos. **Patrimônio cultural e ambiental, especulação imobiliária e formas de resistência: o caso de Cotia e Itapevi**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro – São Paulo.

<sup>356</sup> Ex-ministro da Secretaria de Governo de Michel Temer, Geddel Vieira Lima é acusado de pressionar o então ministro da Cultura Marcelo Calero para aprovar uma licença do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para a construção de um empreendimento imobiliário em Salvador, onde teria comprado o imóvel. Disponível: <http://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/linha-do-tempo-caso-geddel.html>  
Visualizado: 18/11/2016.

A análise dos documentos do Acervo documental da 9º IPHAN-SP e das entrevistas com o Sr. José Saia e com a Sr.<sup>a</sup> Cristina Oka, demonstraram que os resultados obtidos das ações do Programa de Educação Patrimonial realizados no Sítio do Mandú, foram pontuais. Em primeiro lugar, devido ao tempo de duração do Programa, que durou apenas três anos, sendo a Diretoria de Turismo e Cultura responsável pelo agendamento e pela coordenação das visitas, além da realização de outras ações que envolviam o bem patrimonial, como o “Circuito Turístico Taypa de Pilão”, o que resultou em um sobrecarregamento das funções da Diretoria.

O que nos leva a outro fator que é a não participação de outros órgãos públicos da Prefeitura do Município de Cotia, como por exemplo, a Secretaria de Educação em nenhuma das ações do Programa e por fim, a falta de recursos para a continuidade e ampliação das oficinas com outros setores da comunidade e para o pagamento dos próprios monitores.<sup>357</sup>

A implementação do “Circuito Turístico Taypa de Pilão” foi uma tentativa em conjunto com mais 05 municípios<sup>358</sup>, com o intuito incentivar o turismo local de forma integrada e sustentável, de forma que envolva a história e a cultura dos municípios integrantes, por meio de seus imóveis antigos, muitos deles construído em “taipa de pilão” – tradicional técnica construtiva do período colonial.

O site elaborado para divulgar o “Circuito Turístico Taypa de Pilão” retornam a figura do bandeirante e a casa junto de sua paisagem volta a ser o cenário que representa a sua morada. O desejo de consumir o passado e a buscar pela história com uma necessidade de identidade, se torna algo recorrente da nossa sociedade, sendo o futuro o sinônimo do incerto.

Se por um lado, a utilização do Sítio do Mandú para o Turismo Cultural poderia trazer benefícios para a comunidade envolvida reforçando a cultura local e contribuindo para a geração de renda e de emprego, o que se tem demonstrado é a transformação do seu valor uso em valor de troca, em conjunto ao processo de gentrificação do espaço que leva a mudança dos antigos moradores que vão se desfazendo dos seus imóveis, devido ao aumento do custo de vida no bairro.

Ou seja, a patrimonialização do Sítio do Mandú, voltada para os usos seletivos dessa área, “quem usa e pra que usa”, não disfarça o processo de segregação sócio-espacial.

---

<sup>357</sup> Valem dizer que os monitores da Oficina de Educação Patrimonial eram estagiários voluntários, ao final do primeiro ano, todos os estudantes do ensino médio que participaram das Oficinas tinham desistido do Programa. As monitorias sobre o Sítio do Mandú passaram a ser realizadas pelos próprios funcionários da Diretoria de Turismo e Cultura, inclusive pela Sr.<sup>a</sup> Cristina Oka.

<sup>358</sup> Além do município de Cotia, integram o “Circuito Turístico Taypa de Pilão”, os municípios de Barueri, Carapicuíba, Embu, Santana do Parnaíba e São Roque.

As narrativas de memória dos antigos moradores nos revela um bairro do Caiapiá anterior ao processo de modernização e urbanização da cidade. Em suas narrativas o trabalho é o eixo central de todas as relações. O Rio das Pedras era responsável pelo abastecimento de água da casa e para o roçado, para o trabalho doméstico, pela alimentação e pelo lazer.

O bairro é referenciado como o lugar onde todos se conheciam e onde existia uma rede de solidariedade ocasionada pelas necessidades do dia a dia.

Por fim, a memória desses antigos moradores perdura nos lugares e nas situações vividas, está em constante evolução, pode ser repetida pelas diferentes gerações, mas está presa ao espaço e aos acontecimentos. Vinculada à identidade, a memória torna-se instrumento de poder e garante acesso à cidadania e a preservação da Cultura.

A realização desse trabalho se entrecruzou a esse processo. No final do ano de 2016, Priscila, a neta do Seu Dito e de Dona Nair, nossos entrevistados, entrou em contato com essa pesquisadora para avisar e convidar sobre a realização de um debate com os candidatos ao cargo de Prefeito da cidade de Cotia, organizado por uma Faculdade da região. Fomos ao debate, onde ela e parte da sua família (sua mãe Nadir e seu primo Gustavo) questionaram tais candidatos sobre o motivo para o Sítio do Mandú se encontrar fechado atualmente e qual o projeto para a reutilização e abertura do espaço para a população novamente e qual a proposta que os candidatos tinham para diminuir a especulação imobiliária na região. Por fim, nenhum dos futuros candidatos apresentou respostas significativas para tais questões. Atualmente, Priscila e sua família começaram a organizar a coleta de assinaturas (abaixo-assinado), para exigir que o Sítio do Mandú seja reaberto novamente a população.

## FONTES ORAIS

**CRISTINA OKA** – Entrevista realizada 07/04/2015. Jornalista e Turismóloga, trabalhou como Diretora Técnica do antigo Departamento de Turismo e Cultura (2001- 2010), atual Diretoria de Turismo e Cultura.

**JOSÉ SAIA NETO** – Entrevista realizada 10/07/2015. Arquiteto **trabalhou** na equipe técnica da 9ª IPHAN-SP

**BENTO PEDROSO GONÇALVES** (70 anos) – Entrevista realizada 12/09/2015. Morador do Bairro do Caiapiá, desde 1946. Trabalhou com plantio até os anos 70, atualmente é funcionário da Secretária de Saúde da Prefeitura de Cotia.

### **MAURO PEDROSO GONÇALVES**

**LUZIA TIBÚRCIO LIMA** (75 anos) moradora do Sítio do Mandú (durante a sua adolescência ainda quando o Sítio do Mandú era fazenda com criação de gado e propriedade do Sr. Horácio Knesse de Melo)

**NAIR FRANCISCO PIRES MACHADO** (79 anos) – Esposa do Sr. Benedito Pires “Seu” Dito zelador do Sítio do Mandú por 44 anos. Dona Nair morou na casinha ao lado do Sítio por 10 anos e a partir de 1878 na Casa do Zelador do Sítio do Mandú.

**NADIR FRANCISCO PIRES MARTINS** (55 anos) – Filha do meio do Seu Dito e Dona Nair foi morar no Sítio do Mandú aos 07 anos idade.

**HELENA FRANCISCO PIRES PEREIRA** (50 anos) – Filha mais nova do Casal, foi morar no Sítio do Mandú, aos 05 anos de idade.

**PRISCILA PIRES RUDNICK** (39 anos) – Neta do “Seu” Dito e de Dona Nair, filha de Nadir morou no Sítio do Mandú, até a morte do avô no ano de 2010.

**GUSTAVO PIRES PEREIRA** (30 anos) – Neto mais novo do “Seu” Dito e Dona Nadir, viveu a infância e adolescência com seus avôs.

**DONA MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA TADEI** (77 anos) e **Sr.PEDRO TADAI** (82 anos)- Trabalhavam como caseiros da chácara dos donos do Supermercado Bazar 13, vizinhos de fundo com o Sítio do Mandú.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ACQUAVIVA, M. C. **Lendas e tradições das Américas – Arqueologia, etnologia e folclore dos povos latino-americanos**. São Paulo: Ed. Hernus, s/d.

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBERTI, V. **Ouvir e contar: textos em História oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ABUD, K.M. **O sangue intímorato e as nobilíssimas tradições (A construção de um símbolo paulista: O Bandeirante)** Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de (Coord.). Luís Saia: **Memória e política**, Brasília-DF, IPHAN, 2014

BACELLAR, C. Usos e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C.B. (Org.), **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. P.33-4.

BARCELLOS. J. **Cotia: da odisseia brasileira de São Paulo nas referências do povo carijó**. São Paulo: Cotia Cultural, 1993.

BARROS, J. D. **Cidade e História**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BARROS, J.D. **História e Memória - uma relação na confluência entre Tempo e Espaço**. Mouseion. v.3, n.jan/jul.2009.

BENJAMIN. W. **Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 2012, p.244.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BENJAMIN. W e o imaginário social. **Cultura Vozes, Malcom X Islamismo na América**. n. 5, ano 89, v. 69, 1995

BLAJ, I. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681- 1721)**. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2002.

BORREGO, M. A. de M. **A Teia Mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)**. Tese (Doutorado em História), FFLCH-USP, São Paulo, 2006.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: TA. Queiroz, p.15, 1994.

BREFE, A. C. F. **Um lugar de memória para a nação – O Museu Paulista reinventado por Affonso d'Escragnole Taunay (1917-1945)**. 1999. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, São Paulo.

BRUNO, E.S. **O equipamento da Casa Bandeirista Segundo os Antigos Inventários e Testamentos**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1977.

BRUNO, E. S. **Histórias e tradições da cidade de São Paulo**. São Paulo: José Olympio, v. 3, 1954.

CALVINO. Í. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMPOS, P. H. P. A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964 – 1985. Tese (Doutorado em História Social), ICHF-UFF, Niterói, 2012. In: ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015

CANCLINI, Nestor Garcia. O Patrimônio Cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília: Iphan; n° 23, p. 94- 115, 1994.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, A. F. A. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994,

CASTRO, A.L.S. **O Museu do sagrado ao segredo**. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CHAUÍ, M. S. Os trabalhos de memória. Apresentação. IN.: BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**, São Paulo. Companhia das Letras.

CORÁ, M. A. J. **Do material ao imaterial: Patrimônios Culturais no Brasil**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2014.

COSTA, E.V. Cotia e Itapeverica da Serra, subúrbios agrícolas. In: AZEVEDO. A. **A cidade de São Paulo. Estudos de geografia Urbana**. v. IV. São Paulo: Cia Editora Nacional. 1958.

CRUZ, H, F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, n. 35, 2007.

DIAS, M. O. L. da S. (Org.) **Sérgio Buarque de Holanda - Historiador**. São Paulo: Ática, 1985. P.21. Livro da Coleção Grandes Cientistas Sociais, n.51. Abrangente análise que serviu de base para este ensaio.

EMPLASA. **Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001.

FERREIRA, A.C. **A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FONSECA, M.C.L. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ/MINC-Iphan, 2005.

FOUCAULT, M. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HALBWACHS, M. **Memória Coletiva**, São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9a ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004

HALL, C. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2006.

HARTOG, F. Tempo e Patrimônio. **Varia Historia** Belo Horizonte, v.22, n.36, p.261-273. Jul/Dez 2006.

HOLANDA, S. B. **Caminhos e Fronteiras**. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLLANDA, S. B. **Monções e capítulos da expansão paulista**. In: MELLO E SOUZA, L.; CERQUEIRA, A.S. (Orgs.). 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HOLANDA. S.B. **Capítulos de Expansão Paulista**. 4ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOLANDA, S.B. Movimentos da população em São Paulo no século XVIII. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros** V. I, São Paulo, 1966.

HOLANDA. S.B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOLANDA, S.B. **Visão do Paraíso**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

HORTA, M., GRUNBERG, E., MONTEIRO, A. **Guia básico de educação patrimonial**: Brasília: IPHAN, 1999.

HUYSSSEN, A. Passados presentes: mídia, política, amnésia. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, 2000

KOSSELLECK, R. Espaço de experiência e horizonte de expectativas. In: **Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de janeiro: Contraponto, 2006.

LANGENBUCH. J.R. **A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia, Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1971.

LEAL, C. B. L. (Org.). **As missões da UNESCO no Brasil: Michel Parent**. Rio de Janeiro: IPHAN; Copedoc, 2008.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

LEMOS, A. **Cotia e a sua participação no conjunto da faixa periférica da metrópole paulistana**. Dissertação de Mestrado em Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1972.

LEMOS, C.A.C. **Casa Paulista: histórias das moradas anteriores ao ecletismo trazido pelo café**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

LEMOS, C.A.C. **Cozinhas, etc: um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

LOFEGO, Silvio Luiz. **IV Centenário da Cidade de São Paulo. A construção do Passado e do Futuro nas comemorações de 1954**. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

MACHADO, A. O Sítio da roça. In: **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

MARINS, P. C. G. “O Parque Ibirapuera e a construção da identidade paulista” **Anais do Museu Paulista**. História e Cultura Material, São Paulo, v: 6-7, 1998-1999.

MARQUES, M.E. de A. **Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo Seguidos da Cronologia dos Acontecimentos Mais Notáveis Desde a Fundação da Capitania de São Vicente Até o Ano de 1876**. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1980.

MAYUMI, L. **Taipa, canela preta e concreto: Um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo**. 2005, Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). FAU-USP, São Paulo.

MENESES, U. T. B. A Cidade Como Bem Cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. IN: **Patrimônio: Atualizando o debate**, IPHAN, 2015, 2<sup>o</sup> edição.

MENESES, J. N. C. **História e Turismo Cultural**. Belo Horizonte: autêntica, 2006

MICELI, S. (Org.). **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1984.

MICELI, S. **Intelectuais a Brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MONTEIRO, J. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. **São Paulo in the Seventeenth Century: economy and society**. Illinois: University of Chicago, 1985. 2 v.

- MORSE, R. M. **Formação Histórica de São Paulo (De Comunidade à Metrópole)**. São Paulo: DIFEL, 1970.
- MOTA, C. G.; CAPELATO, M. H. **História da Folha de S. Paulo (1921-1981)**. São Paulo: Impress, 1981.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, n.10. São Paulo, dez.1993.
- OLIVEIRA, L.L. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciência, Saúde-Manguinhos**, v.V, Suplemento. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1998.
- ORIÁ, R. Memória e ensino de história. In: BITTENCOURT, C. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.
- PEREGRINO, M. C. SPHAN/Pró-Memória: abertura política e novos rumos para a preservação do patrimônio nacional. **Revista Confluências Culturais**. 2012
- PESAVENTO, S. J. O desfazer da Ordem Fetichizada: Walter Benjamin e o Imaginário Social. **Cultura Vozes**, v.89, n.5. set-out, 1985.
- PESAVENTO, S.J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PESAVENTO, S.J. Representações. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Contexto, v.15, n.29, 1995.
- PETRONE, P. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. (Projeto História: Cultura e Representação) São Paulo, n. 14, fev.1997.
- PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luta e senso comum. In: FERREIRA, M.M.; AMADO, J. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- PORTELLI, A. As peculiaridades da História Oral. **Oficina de História**, n.12, 1981.
- RICOUER, P. **O percurso do reconhecimento**. São Paulo: Loyola, 2006.
- RODRIGUES, M. **Alegorias do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1994.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SAIA, L. **Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século (1944)**.

SAIA, L. **A Casa Bandeirista (Uma Interpretação)**. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1955.

SAMPAIO, T. **O Tupi na Geographia Nacional**. Bahia: s.n., 1928.

SANTOS, M. V. M. Nasce a Academia SPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, 1996

SAVIOLLI, M.L. **A cidade e a estrada: as transformações urbanas do município de Cotia ao longo da Rodovia Raposo Tavares**. São Paulo: EDICON, 2007.

SCHLEUMER, F. **Além de açoites e correntes: cativos e libertos em Cotia colonial (1790-1810)**. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

SILVA, E. **História Revista e Documentação (1560-1994)**. Barueri. São Paulo: ABC (Agência Barueri de Comunicação), 1995.

SILVA, José Carlos. **Patrimônio cultural e ambiental, especulação imobiliária e formas de resistência: o caso de Cotia e Itapevi**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro – São Paulo.

SIMÃO, M. C. R. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001

SONTAG, S. **Sobre Fotografia**. Companhia das Letras: São Paulo. 2004.

QUEIROZ, M. I. P. **Ufanismo Paulistas: vicissitudes de um imaginário**. **Revista da USP**, São Paulo, vol. 13.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. São Paulo: Paz e Terra.

ZANETTINI, P. E. **Maloqueiros e seus Palácios de Barro: O cotidiano Doméstico na Casa Bandeirista**. Tese (Doutorado em Arqueologia). MAE-USP, São Paulo. 2005.

## ARTIGOS

BATZAN, D. Capelas da Freguesia de Cotia. In: MARTINÉZ, M. **Descobrimo Cotia**. Disponível em: [www.portalviva.com.br](http://www.portalviva.com.br). Visualizado em: 28/02/2016.

BLAJ, I. Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana. **Revista brasileira de História**. V.18, n.36, 1998, p. 281-296. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881998000200012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200012). Visualizado em: 21/09/2016.

BLAJ, I. Mentalidade e Sociedade: Revisitando a Historiografia sobre São Paulo Colonial. **Revista de História**. São Paulo, n.142/143, 2000.p.239-259. Disponível: [www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18901](http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18901). Visualizado em 05/10/2015. Visualizado em: 11/10/2016

BRUNA, G. C. RIGHI, R.; SGUIZZARDI, E. H. A. Urbanização periférica e meio rural, interesses imobiliários e sustentabilidade: os casos de Cotia e Itapeceira da Serra na região metropolitana de São Paulo. Disponível em: <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2032/219A.pdf>. Visualizado em: 10/11/2016

BUENO, B.P.S. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). **An. Mus. Paul.** 2009, v. 17, n.2. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142009000200013> Visualizado em: 21/09/2016.

CANDAU, J. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas: v.1, n.1, dez-mar. 2009. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/site/revista/edição-01>. Visualizado em: 15/08/2012.

CORRÊA, S. R. M. O Programa de Cidades Históricas (PCH). In: REZENDE, M. B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs) **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. Ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionario-patrimonioCultural/detalhes/33/programa-de-cidades-historicas-pch>. Visualizado em: 28/11/2016.

COSTA, E.A. **O arquivo fotográfico do IPHAN: Um saber visual da cultura brasileira**. Disponível em: [http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1403897479\\_ARQUIVO\\_OArquivoFotograficodoIPHAN.pdf](http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1403897479_ARQUIVO_OArquivoFotograficodoIPHAN.pdf) Visualizado em: 28/10/2015

COSTA, E.A. **Cultura Visual e Ciência: Arquivo Fotográfico e as práticas de preservação do IPHAN**. IN: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva São Paulo, 2014.

Disponível em: [docplayer.com.br/5360174-Cultura-visual-e-ciencia-arquivo-fotografico-e-as-praticas](http://docplayer.com.br/5360174-Cultura-visual-e-ciencia-arquivo-fotografico-e-as-praticas).

Visualizado: 20/11/2015

FERNANDES, J. R. O. **O direito à memória: análise dos princípios constitucionais da política de patrimônio cultural no Brasil (1988-2010)**.

Disponível em:

<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2011/11/Jos%C3%A9-Ricardo-Ori%C3%A1-Fernandes.pdf>.

Visualizado: 21/01/2016.

HIRATA, N. **O Processo de Inovação Tecnológica: o Caso da Cooperativa Agrícola de Cotia**. ENANPAD 22°. CD-ROM (1998). Disponível em:

[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad\\_1998/ACT/1998\\_ACT7.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_1998/ACT/1998_ACT7.pdf).

Visualizado em: 03/10/2016

DE JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega. **A construção da história e a legitimação da memória no processo de preservação do Casarão Pau Preto**. Revista CPC, n. 20, p. 9-35, 2015.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.voi20p9-35>

Visualizado em: 02/07/2015

LIMA, M.A. **A cidade e a Província de São Paulo às vésperas da Revolução Liberal de 1842**. Relatório de Iniciação Científica FAPESP, Museu Paulista/USP São Paulo 2002.

Disponível em: [http://www.klepsidra.net/klepsidra15/rev1842htm#\\_ftn11](http://www.klepsidra.net/klepsidra15/rev1842htm#_ftn11).

Visualizado em: 20/03/16.

MORAES, Fernanda. **A Precariedade das Condições de Trabalho dos Professores Públicos no Oitocentos (Vila de Cotia, Província de São Paulo)**. In Anais do VII Simpósio Nacional de História Cultural - Escrita, circulação, leituras e recepções, ISBN: 978-85-67476-12-4, 2015, São Paulo.

Disponível em

<http://gthistoriacultural.com.br/VIIsimposio/Anais/Fernanda%20Moraes%20dos%20Santos.pdf>

Visualizado em: 21/09/2016.

MUAD, A. M. **Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces**.

Disponível em: [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg2-4.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf).

Visualizado em: 21/09/2015.

PESAVENTO, S. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Cadernos do LEPAARQ**, v. 2, n. 4, 2005.

Disponível: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/893>.

Visualizado em: 21/09/2016

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989.

Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>.

Visualizado em: 26 Set. 2016.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992.

Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>.

Visualizado: 26 Set. 2016. \_

SODRÉ, J.C.A. A Casa Bandeirista de Luiz Saia no IV Centenário de São Paulo: Restauração e Preservação da Identidade Paulista. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%205%20pdfs/070r.pdf>

Visualizado em: 02/11/2015.

VASQUEZ, P.A. Construções mentais e imagens reais. Notas sobre o diálogo entre arquitetura e fotografia. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência. A fotografia na preservação do

patrimônio cultural: uma abordagem preliminar/coordenação Francisca Helena Barbosa Lima, Mônica Muniz Melhem, Oscar Henrique Liberal de Brito e Cunha. - Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.106 p.; 21cm. - **Cadernos de pesquisa e documentação do IPHAN**

Disponível em:

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadPesDoc\\_4\\_FotografiaPreservacao\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadPesDoc_4_FotografiaPreservacao_m.pdf)

**SITES CONSULTADOS**

<http://www.viniciusdemoraes.com.br/pt-br/poesia/livros/arca-de-noe>

<http://www.jornalcotiaagora.com.br/cotia-retro-e-a-raposo-tavares-nos-anos-20-e-50/>.

<http://www.casasbandeiristas.com.br/casa-mandu/>

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

<http://portal.iphan.gov.br/80anos/noticias/detalhes/3581/iphan-de-1970-a-2000->

<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/58/>

<http://www.valor.com.br/brasil/2682174/nova-definicao-da-classe-media-abrange-54-da-populacao-brasileira>

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm)


[www.biota.org.br](http://www.biota.org.br).

<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/58/>

<http://colecaotaipadepilao.yolasite.com/circuito-taypa-de-pilo.php>

## ANEXOS

Documento referente à citação 246, p.103


*Prefeitura do Município de Cotia*  
 ESTADO DE SÃO PAULO  
 GABINETE DO PREFEITO  
 Cotia, 1º de fevereiro de 1984.-

Of. nº 96/84.-

Senhor Secretário:-

Acusamos o recebimento da circular CTA/GC/SID/PR/CIRC/ nº 009 dessa Secretaria, inclusive folheto de divulgação da campanha destinada a preservar o patrimônio cultural brasileiro. O competente folheto será divulgado por esta Municipalidade.-

Aproveitamos a oportunidade para solicitar os bons ofícios de V.Excia., no sentido de interceder, junto ao Patrimônio Histórico Nacional, em S.Paulo ou Brasília, que dê solução à solicitação desta Prefeitura, com substanciada no ofício 1.401/84, de 16 de novembro de 1984 (xerox anexo), uma vez que se trata de assunto de interesse e relacionado com o Patrimônio Cultural Brasileiro.-


Com os protestos de grande consideração e apreço, subscrevemo-nos,

Atenciosamente.

Ivo Mario Leão Pires  
Prefeito.-

Ao Exmo. Sr.  
Dr. Carlos Atila Álvares da Silva  
DD. Secretário de Imprensa e Divulgação da Presidência da República.-  
BRASÍLIA - DF. -

CIDADE DAS ROSAS



Documento referente à citação 247, p.103.

Ofício nº 119/84

Em 01/03/84

Do. Diretor da 9ª DR/SPHAN/FNPM.  
Ao: Prefeito Municipal de Cotia, Sr. Ivo Isac Pires.

Assunto: ofício nº 96/84

Sr. Prefeito,

Em referência ao ofício 96/84 de 01.02.84, dirigido ao Sr. Secretário de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, cumpro-me informar a V.Exa que esta Diretoria Regional da SPHAN, incluiu em seu plano de obras para o presente exercício, a execução de uma primeira etapa das obras de restauração e conservação da Casa Sede do Sítio do Mandú, bem cultural tombado e sob a proteção deste órgão.

Aguardando, contudo, a aprovação do referido plano em instância superior, de maneira a habilitar esta Regional a contratar os necessários serviços.

Informo, outrossim, que há tempo preocupada com a situação daquele bem cultural, esta Regional, no exercício findo, já prevendo o início das obras adquiriu boa parte do material a ser empregado em sua restauração.

Por fim é desejo da SPHAN que tantas obras previstas quanto a utilização e aproveitamento daquela antiga residência bandeirista sejam efetivadas em estreita colaboração com o Município.

Atenciosamente,

Antonio Luiz Dias de Andrade  
Diretor

Documentos referentes à citação 250 (conjunto de quatro documentos), p. 104.

Ministério da Educação e Cultura  
Secretaria da Cultura

**Fundação Nacional próMemória**

9ª Representação Regional

Ata do Convite número um (001/83) realizado pela Nona Representação Regional da Fundação Nacional Pró Memória, para a aquisição de madeira para as obras do Sítio Mandú, em Cotia, Estado de S. Paulo. Às onze (11) horas do dia quinze (15) de setembro de mil novecentos e oitenta e três (1.983), na Sede da 9ª Representação Regional da Fundação Nacional Pró Memória, sita à rua Baronesa de Itú, seiscentos e trinta e nove (639), na cidade de S. Paulo, Estado de S. Paulo, foi realizado, nos termos do disposto no Artigo cento e vinte e sete (127), parágrafo quarto (4º) e quinto (5º), do Decreto-Lei número duzentos (200), de vinte e cinco (25) de fevereiro de mil novecentos e sessenta e sete (1.967). Convite para aquisição de madeira, conforme especificação anexa. Apresentaram propostas as firmas: Serraria Mohr Ltda, Marcenaria Esquadro Ltda, e não compareceram Comercial de Madeiras Paulista Ltda e Serraria Parecis Ltda. Abertos os envelopes foram rubricadas as propostas pela Comissão, lançando seus valores no quadro comparativo que segue anexo à presente Ata, devendo o resultado ser submetido à consideração superior. Nada mais havendo a tratar, eu, George Kanomata, lavrei a presente Ata que, depois de lida e achada conforme, vai datada e assinada por mim e pelos membros da Comissão de Licitação desta Representação Regional, a que se refere a Instrução Regional número um (nº001/81) de dois (02) de janeiro de mil novecentos e oitenta e um (1.981), do Representante Regional da 9ª RR da FNPM e 9ª DR da SPHAN.

S. Paulo, 15 de setembro de 1.983

George Kanomata

Antonio das Neves Gameiro

José Saia Neto

CONVITE Nº 001/83

## M A T E R I A L

## P R O P O S T A S

Serraria Mohr Ltda	Marcenaria E Esquadro Ltda	Comercial de Ma- deiras Paulista	Serraria Parecis
C\$ 11.427.840,00	C\$ 3.097.200,00	não apresentou proposta	não apresentou proposta

Fornecimento de :

L- madeira, conforme especificações anexas

S. Paulo, 15 de setembro de 1.983

George Kanomata

Antonio das Neves Carneiro

José Saia Neto

próMemória

Ministério de Educação e Cultura  
Secretaria da Cultura

Fundação Nacional próMemória

S. Paulo, 3 de outubro de 1.983

Senhor Diretor,

Estamos encaminhando a nota fiscal, série B-1, nº 001, emitida pela Firma Marcenaria Esquadro Ltda, relativa ao fornecimento de 17,8 m3 de ipê, a serem empregados nas obras de conservação e restauração do Sítio do Mandú, em Cotia - SP.

A referida nota diz respeito a todo o material relacionado nas especificações anexas ao Convite nº 001/83, desta RR., que foi conferido e depositado nas dependências daquele monumento; e importa na quantia de Cr\$ 3.097.200,00 ( três milhões e noventa e sete mil e duzentos cruzeiros).

José Saita Neto

Wk.

Mi.

5. X. 83.

00000 000000 00  
Setor Comercial, Praça Quilombo 2 Bloco K  
01010 - São Paulo - SP

00000 0000 00000000  
Rua de São Paulo, nº 120  
01000 - São Paulo - SP

00000 0000000000  
Rua Oscar Romualdo Garcia, 620  
06000 - São Paulo - SP

00000 0000000000  
Rua dos Remédios, nº 120  
06000 - São Paulo - SP

00000 0000000000  
Rua do Barão, 1150  
03000 - São Paulo - SP

00000 0000000000  
Rua São Francisco, 52  
03000 - São Paulo - SP

00000 0000000000  
Palácio da Cultura 6º andar Sala 608  
20000 - Rio de Janeiro - RJ

00000 0000000000  
Rua Angélica - 882  
30000 - Belo Horizonte - MG

00000 0000000000  
Setor Comercial Praça Quilombo 2 Bloco K  
01010 - São Paulo - SP

00000 0000000000  
Rua Barão de Itaipava, 630  
01001 - São Paulo - SP

00000 0000000000  
Rua Lima e Silva, 432  
00000 - Porto Alegre - RS

00000 0000000000  
Museu de Invenções  
08400 - Ouro Preto - MG

Of.nº 344/83

São Paulo, 05/10/1.983.

Do Representante da 9ª Representação Regional da FRRM.

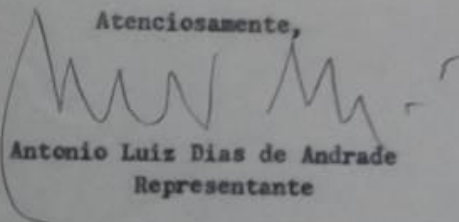
Ao Dr. Henrique Oswaldo de Andrade - Coordenador do PCH.

Assunto :- Solicita Pagamento.

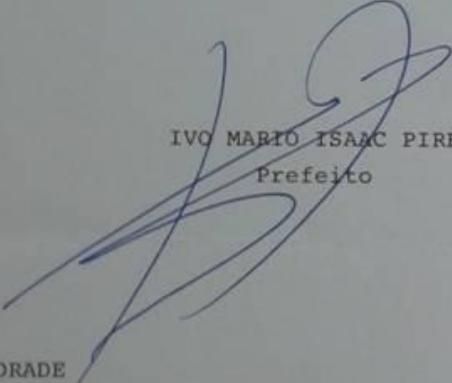

Senhor Coordenador

Para as providências cabíveis, cumpre-me encaminhar a V.Sa. a inclusa Nota Fiscal apresentada pela firma " Marcenaria Esquadro Ltda " no valor de Cr\$ 3.097.200,00 ( Treis milhões, noventa e sete mil, duzentos cruzeiros )- relativa às peças de madeira de bitola especial, adquirida por esta Regional, conforme carta Convite nº 001/83, para serem utilizadas nas obras de conservação e restauração da Casa Sede do Sítio Mandú - Cotia. De acordo com os termos da anexa informação prestada por técnico desta RR, corresponde o material entregue pela referida firma, devidamente vistoriado e conferido, às especificações constantes na aludida Carta Convite.

Atenciosamente,

  
Antonio Luiz Dias de Andrade  
Representante

Documento referente à citação 251, p.104.

	<i>Prefeitura do Município de Cotia</i>					
	<i>Estado de São Paulo</i>					
	GABINETE DO PREFEITO					
Ofício nº GP/665/86	Cotia, 4 de julho de 1986					
Senhor Diretor Regional:	<table border="1"> <tr><td>MinC/SEC/SPHAN</td></tr> <tr><td>Q.º DR</td></tr> <tr><td>0,07/86</td></tr> <tr><td>Registro n.º 0101/86</td></tr> <tr><td>NEOZA</td></tr> </table>	MinC/SEC/SPHAN	Q.º DR	0,07/86	Registro n.º 0101/86	NEOZA
MinC/SEC/SPHAN						
Q.º DR						
0,07/86						
Registro n.º 0101/86						
NEOZA						
<p>À vista das notas publicadas no Jornal "Folha de São Paulo", edições de 25 e 26 de junho transato, sobre imóveis tombados por esse Conselho, solicito a V.Sa. as providências necessárias, no sentido de se proceder às restaurações que os bens exigem.</p>						
<p>Solicito, por outro lado, que seja enviada a este Executivo relação completa dos imóveis situados neste município e tombados por esse Conselho.</p>						
<p>Apresento meus protestos de elevada estima e consideração.</p>						
	 IVO MÁRIO ISAAC PIRES Prefeito					
<p>Ilmo. Sr.            ANTONIO LUIZ DIAS DE ANDRADE            MD.Diretor Regional da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN            Rua Baronesa de Itu, 639  <u>SÃO PAULO, SP</u></p>						
<p>c.c.: Arquivo            AFM/slcp.-</p>	<p>"COTIA - CIDADE DAS ROSAS"</p>					
						

Documento referente à citação 255, p.107.

IPHAN  
9ª Coordenadoria Regional  
De: José Saia Neto  
Para: Cecília Rodrigues dos Santos

CI nº 41/97

10-06-97  
presta informações

Senhora Coordenadora Regional,

Com referência ao documento encaminhado pelo Of. nº 370 MinC, de 08-05-97, que nos chegou às mãos no dia 06-06-97, temos as seguintes informações a prestar:

1. O sítio do Mandú, localizado no Bairro do Portão, em Cotia-SP, foi doado à União em 1.962, pelo arquiteto Eduardo Kneese de Mello, para que fosse restaurado e aberto à visitação. Por ser uma das raras sedes remanescentes das fazendas que ocuparam o planalto paulista ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, havia sido inventariado em 1.942 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
2. Em 1.961 já havia sido colocado sob a proteção do instituto do tombamento, por intermédio do processo nº 433-T, tendo sua inscrição sido lançada na folha nº 55 do Livro de Tombo Histórico;
3. No mesmo ano de 1962, foram iniciadas as obras de restauração do prédio, tendo sido executado o reforço estrutural de suas paredes e preparada boa parte do madeirame das esquadrias e coberturas que necessitava ser substituído, no entanto, outras intervenções mais urgentes e a crônica falta de recursos impuseram a paralização dos trabalhos por longos 20 anos, embora em 1.978 tivesse sido executada a casa do zelador;
4. Em meados do ano de 1.983, nos coube reiniciar a obra, com a aquisição de 11.000 telhas e 18 m<sup>3</sup> de madeira, bem como com a montagem do canteiro de obras e reparação das redes elétrica e hidro-sanitária. Imediatamente a intervenção teria sequência, com conclusão prevista para maio de 1984; com a minha transferência para o Escritório Técnico da Paraíba, um colega assumiria a responsabilidade pela continuidade dos serviços, os quais não apresentavam qualquer dificuldade técnica ou dúvidas relativas ao projeto de restauro;
5. Quando retornei à esta Regional tangido pelas pressões e pelos tristes acontecimentos que envolveram esta instituição nos anos de 1.989/90, tomamos conhecimento de que os serviços haviam sido paralizados logo após minha partida;
6. Em 1.992, coube-nos analisar um projeto da Força Sindical que pretendia edificar um centro de treinamento de lideranças sindicais à menos de 25 metros do monumento, bem como um conjunto habitacional à cerca de 70 metros da mesma edificação. Constatamos à época, um grande número de infiltrações na cobertura e o desaparecimento de grande parte do material ali depositado. Fomos informados de que grande parte da madeira e das telhas adquiridas em 1.983 haviam sido redistribuídas para outros monumentos, porém, uma porção do madeiramento havia sido furtado.
7. Neste mesmo ano executamos serviços de execução de novas redes elétrica e hidro-sanitária que haviam sido furtadas, a vedação de portas e janelas externas e o repasse da cobertura do monumento, para o que contamos com o apoio operacional da Prefeitura de Cotia, a quem havíamos proposto uma cooperação mais estreita tanto para a recuperação e manutenção das edificações como para a implantação de atividades de interesse comum,

mas as eleições municipais muito próximas impediram a formalização de qualquer compromisso;

8. No início do ano de 1.993, procuramos, sem sucesso, manter um contato com o novo Prefeito, e fomos surpreendidos com o teor de uma enviada ao Presidente do IBPC, na qual o Senhor Secretário de Educação, Cultura, Esportes e Turismo e os seus Coordenadores de Cultura e de Educação reagiam contra a inatividade cultural e artística do Sítio do Padre Inácio", indagando sobre "os processos legais que nos permitem municipalizar a área histórica" do citado monumento, bem como congratulando-se pelo "convênio" firmado entre o CONDEPHAAT e a Força Sindical.

9. Uma vez que aquela central sindical não mais se manifestou sobre o projeto enviado à esta Regional e uma vez que era necessário esclarecer quase que todo o conteúdo do documento submetido à consideração da Presidência desta instituição, procuramos a Prefeitura de Cotia propondo a continuidade da colaboração iniciada na gestão anterior, para o que encaminhamos aos senhores Prefeito e Presidente da Câmara Municipal minutas de dois Termos de Cooperação Técnica que permitiriam a restauração e conservação das duas edificações e a execução de programas conjuntos de utilização dos bens culturais. Neste sentido, elaboramos e contratamos a impressão de 1.500 roteiros de visitação do Sítio Padre Inácio, bem como executamos dois projetos de restauração do Sítio do Mandú, os quais foram submetidos pela Prefeitura à Fundação ALCOA e à Fundação Banco do Brasil. Infelizmente os projetos de cooperação propostos por esta Regional não mereceram da administração municipal sequer uma resposta negativa.

10. De 1.992 à esta data temos executado pequenos reparos emergenciais no Sítio do Mandú, que é a única providência a tomar diante dos recursos cada vez menores que nos são colocados à disposição;

11. Em dezembro de 1996, definido o resultado das últimas eleições, realizamos um contato telefônico com os assessores do Dr. Mario Dias Ribeiro, Prefeito eleito, que se comprometeram a agendar uma reunião para tratar da recuperação e da utilização dos monumentos existentes no Município. Posteriormente fomos procurados pelo Sr. Altamir Borges Filho, com quem temos mantido contatos relativamente frequentes sobre as questões anteriormente abordadas, particularmente com respeito à questão de fontes para o financiamento das obras de restauração do Sítio do Mandú e alternativas de utilização dos monumentos;

12. Em reunião havida na Prefeitura de Cotia, no dia 28 de fevereiro passado, ficou definido um programa preliminar de uso do Sítio Padre Inácio, com a montagem de duas exposições permanentes, uma sobre a ocupação da Região e outra sobre o monumento, para o grande girau serão programadas exposições periódicas sobre a história do município e sobre temas ligados às artes e a cultura da região. Com relação ao Sítio do Mandú ficou acertado que atualizaríamos o projeto de restauração existente, mas que, para isto seria necessário elaborar um programa de uso do prédio. Em função destes acertos naquilo que se refere aos problemas técnicos, ficou acertado que seria agendada uma reunião entre o Senhor Diretor de Cultura de Cotia e V. Sa., o que aconteceu à 02 de junho;

13. No dia 20 do mês de março passado foi enviada ao Exmo. Senhor Prefeito de Cotia, através do ofício nº 130/97/IPHAN/9º CR/SP, as minutas dos Termos de Cooperação Técnica que anteriormente já haviam sido encaminhados àquela Prefeitura, para servir de base à um novo processo de negociações;

14. No mês de abril passado fomos informados que o Senhor Ministro da Cultura receberia em audiência o Senhor Prefeito de Cotia e o Senhor Diretor de Cultura do Município, em


vista do que nos colocamos à disposição daquelas autoridades para quaisquer esclarecimentos que ainda se fizessem necessários;

15. No dia 6 tomamos conhecimento do documento enviado ao Senhor Ministro cujas informações encaminhamos nesta data, informando ainda que, no dia de ontem realizamos vistoria aos monumentos, juntamente com o Senhor Diretor de Cultura de Cotia, Dr. Altamir, que havia sido marcada por ocasião da reunião do dia 02 passado e que teve o objetivo de arrolar os serviços mais urgentes e detalhar as providências relativas à melhoria da infraestrutura de atendimento aos visitantes.

Sem mais, atenciosamente,

José Saia Neto  
matric. nº 0222726

Documento referente à citação 259, p.109.

 **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA**  
Estado de São Paulo  
GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 754/89

*AO STCR para manifestar  
concordância 29/5/89  
José de Jesus*

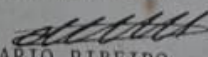
Cotia, 17 de maio de 1989

Ref.: Casa do Sítio do Mandú  
Processo nº 433/45 (Sphan)  
Data da inscrição- 12.05.61  
Nº da Inscrição 332  
Arquitetura Rural  
Técnica Construtiva: Taipa  
de Pilão.  
Data da construção: final /  
do século XVII.

Senhor Presidente:

Vimos através deste, solicitar a esse Conselho providências urgentes e necessárias, no sentido de se proceder as restaurações que o bem imóvel epigrafado exige, pois, as paredes e o telhado estão em adiantado processo / de deterioração.

Contando com a atenção especial / de V.Sas., e estando a disposição para eventuais informações / que se fizerem necessárias, somos

Atenciosamente  
  
MARIO RIBEIRO  
Prefeito Municipal

Ao Sr. Presidente do  
Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico,  
Arquiológico, Artístico e Turístico de São Paulo - CONDEPHAAT  
AUGUSTO HUMBERTO P. GHITARELLI  
Rua da Consolação, 2.333  
São Paulo - SP

Documento referente à citação 265 (documento já analisado na página 107 na citação 255), citado novamente na p.111.

IPHAN  
9ª Coordenadoria Regional  
De: José Saia Neto  
Para: Cecília Rodrigues dos Santos

CI n° 41/97

10-06-97  
presta informações

Senhora Coordenadora Regional,

Com referência ao documento encaminhado pelo Of. n° 370 MinC, de 08-05-97, que nos chegou às mãos no dia 06-06-97, temos as seguintes informações a prestar:

1. O sítio do Mandú, localizado no Bairro do Portão, em Cotia-SP, foi doado à União em 1.962, pelo arquiteto Eduardo Kneese de Mello, para que fosse restaurado e aberto à visitação. Por ser uma das raras sedes remanescentes das fazendas que ocuparam o planalto paulista ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, havia sido inventariado em 1.942 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
2. Em 1.961 já havia sido colocado sob a proteção do instituto do tombamento, por intermédio do processo n° 433-T, tendo sua inscrição sido lançada na folha n° 55 do Livro de Tombo Histórico;
3. No mesmo ano de 1962, foram iniciadas as obras de restauração do prédio, tendo sido executado o reforço estrutural de suas paredes e preparada boa parte do madeirame das esquadrias e coberturas que necessitava ser substituído, no entanto, outras intervenções mais urgentes e a crônica falta de recursos impuseram a paralização dos trabalhos por longos 20 anos, embora em 1.978 tivesse sido executada a casa do zelador;
4. Em meados do ano de 1.983, nos coube reiniciar a obra, com a aquisição de 11.000 telhas e 18 m<sup>3</sup> de madeira, bem como com a montagem do canteiro de obras e reparação das redes elétrica e hidro-sanitária. Imediatamente a intervenção teria sequência, com conclusão prevista para maio de 1984; com a minha transferência para o Escritório Técnico da Paraíba, um colega assumiria a responsabilidade pela continuidade dos serviços, os quais não apresentavam qualquer dificuldade técnica ou dúvidas relativas ao projeto de restauro;
5. Quando retornei à esta Regional tangido pelas pressões e pelos tristes acontecimentos que envolveram esta instituição nos anos de 1.989/90, tomamos conhecimento de que os serviços haviam sido paralizados logo após minha partida;
6. Em 1.992, coube-nos analisar um projeto da Força Sindical que pretendia edificar um centro de treinamento de lideranças sindicais à menos de 25 metros do monumento, bem como um conjunto habitacional à cerca de 70 metros da mesma edificação. Constatamos à época, um grande número de infiltrações na cobertura e o desaparecimento de grande parte do material ali depositado. Fomos informados de que grande parte da madeira e das telhas adquiridas em 1.983 haviam sido redistribuídas para outros monumentos, porém, uma porção do madeiramento havia sido furtado.
7. Neste mesmo ano executamos serviços de execução de novas redes elétrica e hidro-sanitária que haviam sido furtadas, a vedação de portas e janelas externas e o repasse da cobertura do monumento, para o que contamos com o apoio operacional da Prefeitura de Cotia, a quem havíamos proposto uma cooperação mais estreita tanto para a recuperação e manutenção das edificações como para a implantação de atividades de interesse comum,

\* Documento referente à citação 268, p.112.

FUNDAÇÃO NACIONAL PROVINCIA  
 Ilmo. Sr. Doutor  
 ANTONIO LUIS DIAS DE ANDRADE  
 SR. Diretor Regional

Prezado Senhor,

O Eng<sup>o</sup> Yanko Lima Verde Guimarães vem apelar a V.S<sup>a</sup> a reconsideração do despacho exarado no OF.n<sup>o</sup>21/87/9<sup>a</sup> DE/SERPLAN/ENFER/ fundado nos termos da informação dada em 28/07/87, pelo Arquiteto Antonio das Neves Gameiro juntado ao nosso requerimento de 03 de Julho de 1987. Segundo o referido despacho, só será possível a divisão da área para a implantação de chácaras de recreação, evitando-se a alta densidade habitacional. Entretanto, pedimos a V.S<sup>a</sup> ponderar e levar em conta as fortes razões que apresentamos em seguida.

Pedimos licença para declarar que o assunto não nos é estranho, pois exercemos durante a tarde em quase trinta e cinco anos o cargo de Avaliador de Imóvel e Encarregado da Divisão de Avaliação de Imóveis, com as secções de Expediente, Cadastro, Pesquisa e Avaliação da Secretaria da Fazenda para fins tributários. Pela manhã exercia a profissão de Construtor e Loteador.

Tendo em vista o despacho da V.S<sup>a</sup> com base na informação do Arquiteto Dr. Antonio das Neves Gameiro, dirigimo-nos pela quarta vez ao Dr. Paulo Becker na Prefeitura Municipal de Cotia, para informá-lo sobre a nossa petição ao Patrimônio e o resultado da mesma.

Nas primeiras entrevistas com aquele profissional, apesar da lei dizer que é permissível a ocupação da nossa área de terrenos por indústria, achava o Dr. Paulo que a Prefeitura não aprovaria planta de fábrica no local. Afinal, à vista das nossas novas razões, prometeu o que desejávamos -

nos, mas somente com a autorização por escrito do Patrimônio.

Além dos argumentos já expostos por nós, queremos notar que o tamanho do terreno do monumento histórico é cerca de onze vezes menor em relação ao nosso e vai prejudicá-lo totalmente no seu aproveitamento na extensão de mais de 400 metros entre dois ângulos opostos, num sentido, e cerca de 315 metros no outro.

Do terreno da casa em ruínas não se vê a nossa propriedade a não ser uma meça de terreno na direção dos fundos do prédio. A existência de seis ou mais fábricas e casas operárias inacabadas afugentam compradores de terrenos para chácaras. Já tentamos a venda de terrenos para este fim. Há dois anos fizemos um esboço do projeto nesse sentido. Procuramos diversos corretores e eles não se interessaram. Queriam fazer lotes de 250 metros para a classe mais pobre. Também o nosso vizinho, Sr. Raga (negociante de supermercados), tratou com corretor a venda para chácaras em seu terreno, bem melhor que o nosso. Depois de anunciar e trabalhar em tempo razoável desistiu por falta absoluta de interessados.

Há poucos dias procurei a firma Tagarela S/C Ltda, cujo dono, o conceituado corretor José Júlio, a firma que de São Paulo a Cotia não se vende chácaras, pois o trecho não tem condições para isso e só se vende e bem, depois de Cotia.

Quanto a alta densidade habitacional, alegada na indústria torna-se zero. Além disso não há trabalho nos dias de visitas, ou seja, os sábados e domingos. Ao contrário se dá com as chácaras.

Além da estrada particular de 4 metros de largura que entra e atravessa a propriedade, o terreno possui uma frente de 236,65 metros para a Estrada do Caapiá onde o acesso é direto ao terreno, sem os inconvenientes alegados daquela estrada particular existente a montante do Rio das Pedras.

A lei da Prefeitura diz que a indústria é permissível na área, quer dizer, "lícito", que por sua vez é "legal" e "jurídico", "p.ext" (V. "Aurélio").

O Professor Arquiteto e Diretor de Arquitetura de Mogi das Cruzes, Eduardo Eneese de Mello ensi

na: "As atuais indústrias usam suas fábricas para propaganda" tal o esmero da construção e dos jardins e garantem a eliminação total da poluição aos sábados e domingos que também são os dias de visitação.

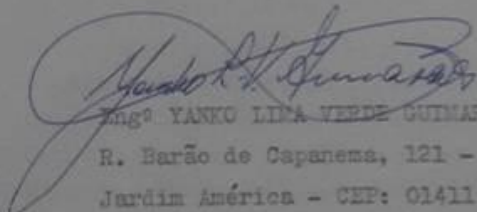
Por fim o mais importante: a alta poluição do Rio das Pedras que passando nos quintais das casas e indústrias entra no terreno e o atravessa por mais de 400 metros exalando, frequentemente, mau cheiro.

Com a feia aparência das casas operárias inacabadas, e a alta poluição mencionada ninguém implantará chácaras no local. As modernas fábricas com seus jardins oferecem muito melhor ambiente e sossego.

Esperamos assim Sr. Diretor, que a vista do alegado V.Sª haja por bem fornecer ao Dr. Paulo Becker autorização para resolver a nossa verdadeira agonia econômica.

Agradecendo a sua preciosa atenção e ficando a seu inteiro dispor, firmamo-nos

Atenciosamente

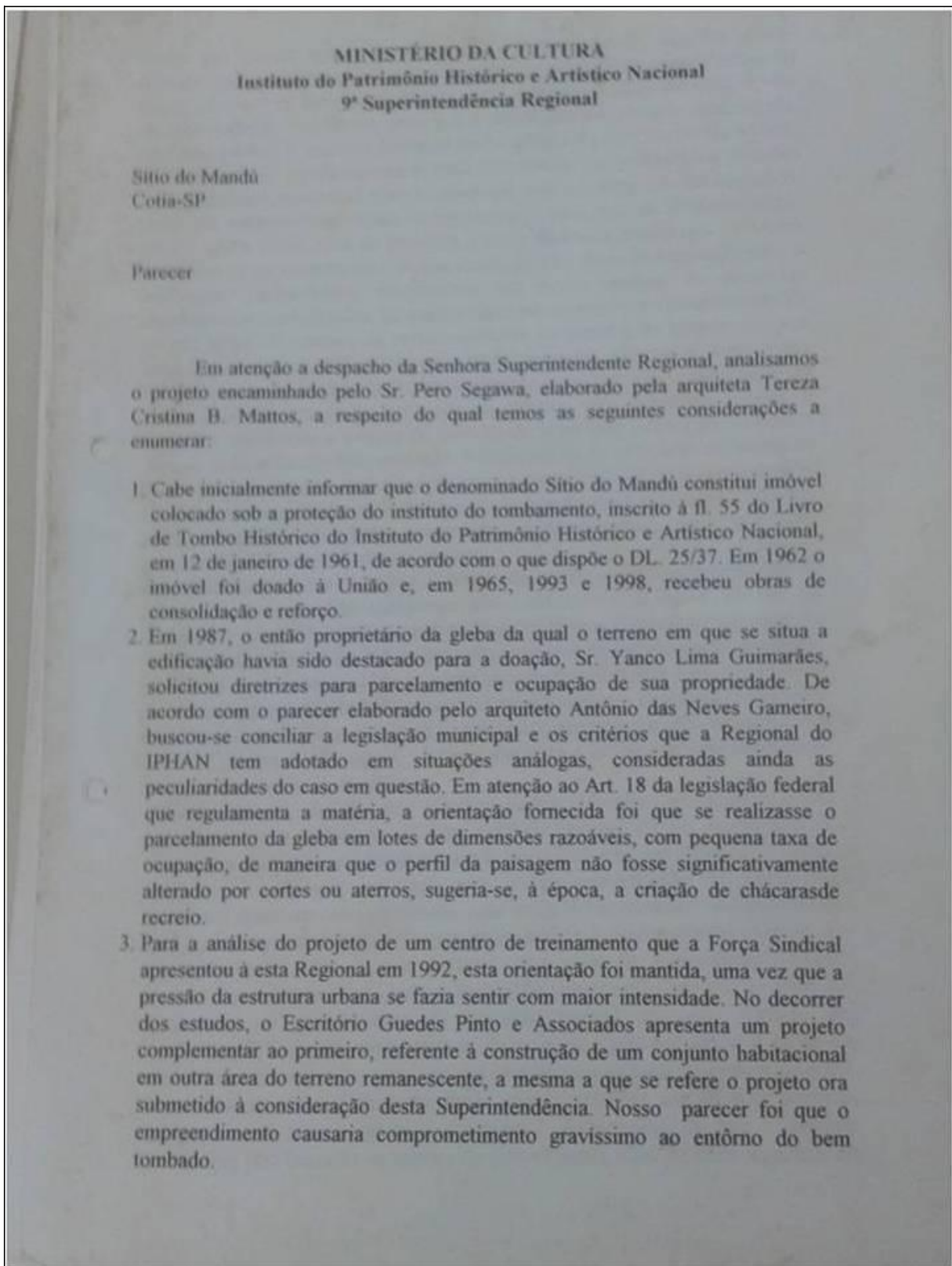


Engº YANKO LIMA VERDE GUIMARÃES

R. Barão de Capanema, 121 - Ap. 91

Jardim América - CEP: 01411

SÃO PAULO - SP

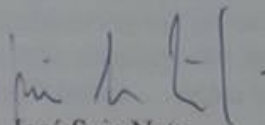


4. Ainda que menos agressivo, o projeto ora apresentado significa alterar radicalmente o contexto que envolve o monumento, cujas características de edificação rural se transformaria num corpo estranho isolado em meio a uma estrutura urbana. Verifica-se, pois, que a orientação inicialmente estabelecida, qual seja atenuar o impacto direto da malha urbana na área envoltória ao bem tombado, não só significou uma correta antecipação dos problemas e pressões ora constatados, como uma solução adequada para a manutenção de, ao menos, parte das características rurais de implantação deste tipo de estabelecimento rural e ainda como zona de proteção à nova dinâmica urbana que decorrerá deste tipo de empreendimento. Assim sendo, para os casos de lotes destinados à habitações unifamiliares, mantivemos em nossa análise as premissas anteriormente estabelecidas, as quais podem ser resumidas no parcelamento da porção N/E/L do terreno, de cotas superiores ou iguais à do monumento, em lotes de, no mínimo, 400 m<sup>2</sup>; baixa taxa de ocupação, garantia de áreas livres não pavimentadas e arborizadas, tanto públicas como privadas; manutenção do perfil geral da topografia; proteção de taludes com cobertura vegetal e drenagem adequadas e criação de barreira de vegetação junto à divisa com o terreno onde se situa o bem tombado. A implantação de edificação de blocos de 3 ou mais pavimentos, será estudada caso a caso, tendo-se como preocupação central a manutenção do perfil do terreno e a relação entre as massas edificadas e a volumetria do bem preservado, particularmente, uma ocupação progressivamente rarefeita do seu entorno.
5. Especificamente sobre o projeto apresentado, verificamos inicialmente que os elementos gráficos dele constantes são insuficientes, a saber: a) não há indicações sobre a localização das edificações térreas e sobrados previstos no Condomínio 1; b) não há indicações sobre as cotas do terracamento proposto; c) não há detalhamento sobre as portarias cobertas previstas para o acesso de cada condomínio; d) não há qualquer informação sobre o necessário tratamento e contenção dos taludes e da área lindeira ao monumento; e) não há indicações sobre o sistema de drenagem, tendo-se em vista a drástica impermeabilização de significativas áreas da gleba.
6. Não obstante, é perfeitamente possível avaliar o projeto apresentado e seu impacto sobre a ambiência do bem tombado. Trata-se de um loteamento de baixíssima qualidade, predominantemente parcelado em lotes ínfimos, de pouco mais de 90 m<sup>2</sup>, que apresenta uma grande concentração de edificações contínuas, praticamente sem recuos, com áreas livres mínimas, implantado em tres grandes patamares que alteram radicalmente a topografia do entorno do bem protegido. Mas o que permite este grau de especulação? Como desconsiderar à este ponto toda a legislação pertinente? Ora, não se trata de loteamento ou parcelamento e ocupação normal do solo, trata-se de condomínios. Tudo se baseia neste artifício. Nem é possível alegar o interesse social do empreendimento, uma vez que nem mesmo os mais polêmicos projetos desta natureza nunca deixam de prever áreas destinadas aos serviços públicos básicos ou ao lazer, comércio e serviços. A alegação de que o sistema construtivo será baseado na técnica do solo-cimento, além de nada significar do

ponto de vista da preservação do patrimônio cultural, é, pelo contrário, considerado o padrão do loteamento, garantia de sucateamento num curto prazo de tempo.

7. Resta, por fim, chamar a atenção para o fato de que a ação do poder público, nas suas diversas esferas, diante de possível ilegalidade que venha a ser cometida por um condômino, será necessariamente intermediada pela administração do condomínio, tornando-se administrativamente mais morosa e politicamente mais delicada. Cabe ainda alertar que empreendimentos desta escala e natureza, além do seu impacto direto na ambiência do bem tombado resultam, na totalidade dos casos, na alteração das áreas vizinhas ou próximas, que, no caso da região, dificilmente se mantém sob o controle da administração municipal, resultando em um conjunto de futuros problemas de solução imensamente mais difícil.
8. Por oportuno, é necessário ficar registrado que, durante o período em que negociamos com a Força Sindical, foi aventada a hipótese de que a restauração do monumento fosse incluída nos investimentos daquela entidade; porém, logo ficou claro que a intenção era obter recursos através de investimentos incentivados, públicos, portanto, uma vez que se tratava de renúncia fiscal. Por outro lado, a proposta daquela central sindical era sediar no monumento um museu destinado a documentar suas atividades, o que estava fora de qualquer cogitação. Estranhamos, portanto, a afirmação do Sr. Pedro Segawa no sentido de que condicionou a doação feita à Força Sindical à restauração da antiga edificação; entendemos que, para tanto, deveria ter formalmente consultado este Instituto.
9. À vista do exposto, é nosso parecer que o projeto implicará em graves alterações no entorno do bem tombado, não sendo, portanto, recomendável sua aprovação.
10. Sugerimos ainda, salvo melhor juízo, que seja encaminhado ofício aos proponentes do projeto, informando sobre os parâmetros adotados para a aprovação de projetos de ocupação dos terrenos da região, os quais, no seu conjunto estão arrolados no item 4.

São Paulo, 19 de março de 1999



José Saia Neto

Técnico IV/AIII matric 0222726

Documento referente à citação 295, p. 122.

Journal de Cotia 0815-0821

10 MAIO DE 2007 - DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

## II Semana de Turismo Sustentável promove palestras com especialistas

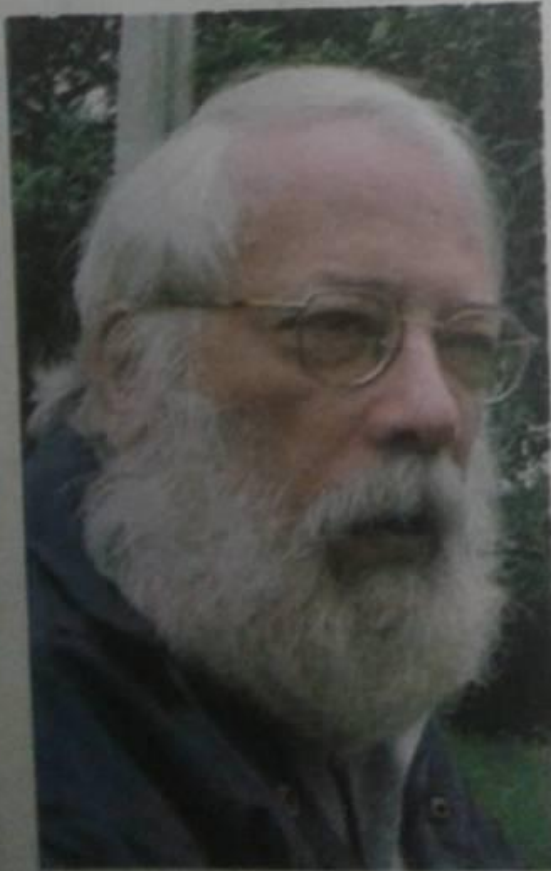


*A empreiteira agrônoma de Sabesp, Cidra Amorim, apresenta algumas ações em andamento por parte de Sabesp na foto.*

A Secretaria de Educação, através do Departamento de Turismo, promoveu, nos dias 25, 26 e 27 de abril, a II Semana de Turismo Sustentável. O evento, realizado na Câmara Municipal de Cotia, teve como tema central o Patrimônio Histórico. Durante os três dias, convidados e o público presente assistiram a diversas palestras realizadas por importantes especialistas. O objetivo foi o de fomentar a responsabilidade social, através das informações repassadas, criar uma relação consciente para com a história do município e com o meio ambiente, além de informar e educar para a possibilidade de um Turismo Sustentável.

Documento referente à citação 296, p.123.

## **Oficinas de Educação Patrimonial, uma preparação de multiplicadores do Mandu**



Em maio, o Departamento de Turismo, da Secretaria de Educação, Cultura e Turismo da Prefeitura de Cotia, em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, promoveu duas oficinas de Educação Patrimonial voltadas para multiplicadores envolvidos com monitoria em patrimônio histórico. As oficinas de Educação Patrimonial fazem parte do programa que está sendo desenvolvido entre o IPHAN e a Prefeitura de Cotia, para revitalização e uso dos bens históricos na cidade.

*Página 3*

*O arquiteto e técnico do IPHAN José Saia Neto ministrou a segunda oficina*

**SECRETARIA DE OBRAS EM AÇÃO**